

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALEX BARROSO BERNAL

A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO: DISPUTAS PELA AGENDA
PÚBLICA EM TEMPOS DE HEGEMONIA NEOLIBERAL

RIO DE JANEIRO
2012

ALEX BARROSO BERNAL

**A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO: DISPUTAS PELA AGENDA PÚBLICA
EM TEMPOS DE HEGEMONIA NEOLIBERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Rio de Janeiro
2012

Bernal, Alex Barroso

A construção do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro: disputas pela agenda pública em tempos de hegemonia neoliberal / Alex Barroso Bernal. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

xi, 213 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro

1. Educação Ambiental. 2. Políticas Públicas. 3. Disputas Ideológicas. 4. Programa Estadual. I. Loureiro, Carlos Frederico. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação “A construção do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro: disputas pela agenda pública em tempos de hegemonia neoliberal”

Mestrando: **Alex Barroso Bernal**

Orientado pelo (a): **Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2012

Banca Examinadora:

Presidente:



Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro



Prof. Dr. Roberto Leher



Prof. Dr^a. Laura Tavares Ribeiro Soares

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Carlos Frederico Loureiro pelo acolhimento e orientação durante minha passagem pela UFRJ que me deram direção e confiança para a produção do trabalho.

Ao Prof. Roberto Leher pela grande referência que foi ao longo do mestrado e pelas sugestões que muito contribuíram para o presente estudo.

À Profa. Laura Tavares pelas importantes críticas feitas na qualificação que colaboraram para a melhora e o aprofundamento das investigações em curso.

À equipe da Secretaria do PPGGE, Solange, Henrique, Aline e Laís, por todo o suporte e disponibilidade permanente de ajudar.

À equipe envolvida na consulta pública do ProEEA pelo convite e oportunidade de participar do processo, pelas conversas e experiências compartilhadas que permitiram vislumbrar caminhos para a construção da pesquisa e pela disponibilização de materiais e informações da consulta.

Ao grupo do LIEAS pelas trocas e aprendizados que pude ter a partir do convívio.

Aos colegas do mestrado pelo companheirismo nutrido.

Aos familiares pela minha formação, pelo exemplo que sempre me passaram, pelo cuidado, apoio e carinho em todos os momentos.

Agradecimentos especiais à minha companheira Camila pelo amor, paciência, estímulo e compreensão e à minha filha Nara pela luz e alegria que trouxe ao lar.

A nova sociedade em formação tem que competir muito duramente com o passado. Isto se faz sentir não apenas na consciência individual, na qual pesam os resíduos de uma educação sistematicamente orientada para o isolamento do indivíduo, mas também pelo próprio caráter desse período de transição, no qual persistem as relações mercantis. A mercadoria é a célula econômica da sociedade capitalista; enquanto existir, seus efeitos se farão sentir na organização da produção e, por fim, na consciência.

(Ernesto Guevara – O socialismo e o homem em Cuba)

RESUMO

Em 1999 foi instituída a Política Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 3325. Em seu Artigo 17 consta a atribuição dos órgãos e conselhos estaduais de meio ambiente e educação de propor, analisar e aprovar o Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA). Em 2009, inicia-se no âmbito da Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente o processo de criação do Programa, que enquanto instrumento legal visa orientar o conjunto das políticas públicas de educação ambiental para o estado. Em 2010, chega-se a uma versão final de Texto-Base para o ProEEA que passa em seguida por consulta pública a partir de Encontros Regionais em oito municípios do estado. O estudo objetivou analisar esse processo de construção do ProEEA, tendo como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético. Buscou-se examinar as disputas ideológicas ocorridas durante a consulta pública, quais agentes estavam envolvidos, que estratégias e soluções são reivindicadas pelos educadores ambientais do estado e como elas se relacionam ao ideário neoliberal que toma conta dos espaços e debates públicos a partir da década de 1990 no Brasil. Além do acompanhamento dos encontros, foram analisadas as Fichas de Perfil dos Educadores/as Ambientais que participaram dos Encontros Regionais, as alterações propostas ao Texto-Base pelos participantes e o parecer sobre essas proposições por equipe técnica contratada para esse fim. A sistematização dos dados permitiu verificar que a maioria dos participantes possuía graduação, havendo preponderância de biólogos, engenheiros e pedagogos. O público era constituído majoritariamente por servidores públicos, com a prevalência de docentes da Educação Básica e servidores da área ambiental. Na região que teve maior representatividade de dirigentes e funcionários de instituições privadas foi observado com mais nitidez o uso de racionalidade advinda do universo empresarial, com a apropriação pelos sujeitos locais de uma lógica privatista e produtivista que maneja a diluição das contradições entre público-privado e a mercantilização de todas as esferas da vida social. Movimento oposto foi percebido em outros encontros, onde as alterações ao Texto-Base garantiram o alargamento da esfera pública. A consulta pública revelou que há a legitimação por parte de muitos educadores ambientais do estado de estratégias de conservação da natureza nos marcos da ideologia do desenvolvimento sustentável e de um capitalismo que se esverdeia, como o estímulo ao pagamento de serviços ambientais nas políticas locais. Como também se explicitou que as novas formas de dominação, advindas do aprofundamento da hegemonia neoliberal, vêm sendo questionadas pelos educadores ambientais, a exemplo da proposição da “desmercantilização dos direitos essenciais à vida” como princípio do Programa. A produção de espaços públicos de diálogo e construção coletiva para a elaboração do ProEEA permitiu o desenvolvimento de contradições e de uma agenda de debates que demonstrou a possibilidade da consulta pública se concretizar enquanto forma de participação popular para a democratização de políticas públicas e a criação de consensos que apontem para uma outra hegemonia.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Políticas Públicas; Disputas Ideológicas; Programa Estadual

ABSTRACT

In 1999 it was approved the State Environmental Education Policy of Rio de Janeiro, through Law 3325. Its 17th Article establishes the attribution of education and environmental organs and state councils to propose, review and approve the State Environmental Education Program (ProEEA). In 2009, begins with the Environmental Education Superintendence of the Environmental State Secretary the process of creation the program, a legal instrument that aims to guide the set of public policies for environmental education in the state. In 2010, a final Base-Text version for ProEEA is determined which goes to public consultation by Regional Meetings in eight districts of the state. The study aims to analyze the process of ProEEA creation, having as theoretical-methodological referential historical and dialectical materialism. The aim is to examine the ideological disputes that occurred during the public consultation, which agents were involved, strategies and solutions that are claimed by environmental educators and how they relate to the neoliberal ideology that prevails in public spaces and debates from the 1990s in Brasil. Besides the monitoring of the meetings, were analyzed the Profile of environmental educators who participated in the Regional Meetings, the changes proposed to the Based-Text and the opinion on these proposals by a technical team hired for this purpose. The systematization of the data showed that most of the participants had graduate, with a preponderance of biologists, engineers and pedagogues. The audience consisted mainly of government employees, with the prevalence of Basic Education teachers and servers in the environmental area. In the region that was more representative of officers and employees of private institutions was observed more clearly the use of rationality stemming from the business world, with the appropriation by local subjects of a privatizing and productivism logic that operate the dilution of the public-private contradictions and the commodification of all social life spheres. Opposite movement was perceived in other meetings where changes to the Base-Text pointed to an enlargement of the public sphere. The public consultation revealed the legitimation by many environmental educators in the state of nature conservation strategies that are part of sustainable development ideology and green capitalism, as the payment stimulus for environmental services in local politics. As also explained, new forms of domination, resulting from the deepening of neoliberal hegemony, are being questioned by environmental educators, like the proposition of "decommodification rights essential to life" as the principle of the Program. The production of public spaces for dialogue and collective construction to prepare the ProEEA allowed the development of contradictions and a agenda of debates that showed the possibility of public consultation to materialize as a form of popular participation for democratization of public policy and building consensus to point to another hegemony.

Key Words: Environmental Education, Public Policies, Ideological Disputes, State Program

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBHLSJ - Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema e dos Rios São João e Uma
CEE - Conselho Estadual de Educação
CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CJ-RJ - Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro
CONEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente
EA – Educação ambiental
FMI – Fundo Monetário Internacional
GIEA - Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
LIEAS - Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade
MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC - Ministério da Educação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
OG - Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
ONGs - Organizações Não governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OS - Organização Social
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PEEA - Política Estadual de Educação Ambiental
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPP - Parceria público-privada
ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
ProEEA - Programa Estadual de Educação Ambiental
PT - Partido dos Trabalhadores
REARJ - Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental
Rio-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
SEA - Secretaria do Estado do Ambiente
SEAM - Superintendência de Educação Ambiental
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
TKCSA - ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa.....	12
1.2 De onde parte o autor e como ele se insere na pesquisa.....	14
1.3 Objetivo da pesquisa.....	15
1.4 Caminhos teórico-metodológicos.....	15
2. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: DO PENSAMENTO CONTRATUALISTA À HEGEMONIA NEOLIBERAL.....	19
2.1 Pensamento contratualista: a sociedade civil fundada pelo Estado.....	19
2.2 O Estado classista da tradição marxista.....	22
2.3 Estado ampliado na obra de Gramsci.....	26
2.4 Estado de Bem-estar e crise capitalista no pós-guerra.....	30
2.5 Ideário neoliberal e Reforma do Estado no Brasil.....	33
3. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	42
4. ANÁLISE DO PROEEA.....	62
4.1 Descrição do processo.....	62
4.2 Os resultados.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
ANEXOS.....	97

1. INTRODUÇÃO

A educação ambiental é algo ainda novo na legislação brasileira. Na década de 1980, com a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a educação ambiental começa a conquistar notoriedade no arcabouço jurídico-institucional do país. É apenas em 1999, entretanto, com a aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que o país passa a dispor de uma legislação específica a determinar o que se entende por educação ambiental, de que maneira, em quais espaços e por quem deve ser implementada.

Os ecos da PNEA logo ressoaram no estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano é promulgada a Lei Nº 3325, instituindo a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) do Rio de Janeiro. Em seu Artigo 17 consta que “cabera aos Órgãos Estaduais de Educação e de Meio Ambiente, ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) a função de propor, analisar e aprovar, a política e o Programa Estadual de Educação Ambiental” (ProEEA). Portanto, a Lei indicava a criação do ProEEA, sendo que este não era efetivamente instituído. Em Dezembro de 2009, realiza-se o seminário "Os 10 Anos da Política Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro", convocado pela Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sendo neste seminário lançada e discutida uma primeira versão de Texto-Base para o ProEEA. Portanto, dez anos após a instituição da PEEA iniciava-se o processo de construção do Programa que serve de orientação e referencial programático das políticas públicas de educação ambiental no estado. Em 2010, o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA) – colegiado formado por representantes de órgãos públicos e de organizações não-governamentais, estabelecido pela Lei Nº 3325, onde se afirma que o GIEA tem a responsabilidade de acompanhar a Política Estadual, bem como contribuir com a formulação da política e do programa de Educação Ambiental – realiza uma série de reuniões com o intuito de consolidar oficialmente o Texto-Base do ProEEA que passa em seguida por um processo de consulta pública a partir de Encontros Regionais em oito municípios do estado.

É esse processo de consulta pública que objetivamos analisar no presente estudo. Em cada território – fruto da correlação de forças estabelecida e das disputas político-ideológicas empreendidas – foram propostas (aprovadas ou não pela plenária dos

Encontros) alterações ao Texto-Base que trouxeram novos elementos e sentidos à essa política pública. Em Janeiro de 2011, após o término dos Encontros Regionais, as contribuições advindas desses Encontros são organizadas, sistematizadas, analisadas e comentadas por uma equipe técnica que produz um parecer sobre tais contribuições. Este parecer é encaminhado ao GIEA que retorna às discussões sobre o Texto do Programa para avaliar e deliberar sobre as mudanças propostas. Porém, para fins desta pesquisa, nossa análise se restringe ao que é gerado até o momento dos Encontros Regionais, sendo feito uso também para nossa análise do parecer elaborado pela equipe técnica. Não pretendemos, portanto, examinar o trabalho posterior desenvolvido no âmbito do GIEA e os demais passos realizados para a institucionalização dessa política pública.

1.1 Justificativa

É inegável que a questão ambiental tenha se tornado ponto relevante das agendas nacional e mundial. Pouco provável é que as propostas apresentadas pelos atores hegemônicos possam produzir transformações estruturais na dinâmica societária e com isso desencadear a reversão dos processos de degradação da base natural de sustentação da humanidade. As soluções, em geral, vêm apontando para a necessidade de privatização dos denominados recursos naturais e serviços ambientais com vistas a sua conservação. Novas formas de mercantilização são engendradas, reduzindo a responsabilidade do setor público em regular e fiscalizar o uso do solo, do ar e da água. Com a flexibilização ambiental, diminui-se o alcance de atuação e proteção estatais e o que é público assume cada vez mais uma expressão mercantil.

Mas, se como lembram Leher e Sader (2003, p. 1), o público é “lugar construído nos embates pela democracia e pela afirmação dos direitos universais”, há que se investigar a natureza desses embates e porque chegamos à segunda década do Século XXI com a prevalência de uma lógica privatista no trato da coisa pública. No Brasil, isso se explica, em grande parte, pelas significativas mudanças ocorridas nas últimas décadas. Como sugere Bering (2000), se nos anos oitenta havia uma agenda democrática em curso, essa foi atropelada pelo projeto de tendência neoliberal nos anos noventa, deixando como herança um país privatizado, ainda mais endividado, desigual e violento. As reformas que se sucedem a partir de então, ao intencionarem reverter as conquistas sociais dos trabalhadores, configuram-se como uma contra-reforma do

Estado. No Prefácio dessa obra, ao se referir às “contra-reformas” em curso no país, o sociólogo Francisco de Oliveira afirma que

O que a luta social e política do século XX ensinou é que se trata de expandir a universalização dos direitos e disputar o controle do Estado, que permanece sendo a forma mais efetiva de universalização. E os direitos sociais são a forma mais moderna dessa universalização (in: BEHRING, 2000, p. 16-17)

Tomamos essa citação de Oliveira, pois ela nos ajuda a situar a problemática que o presente estudo pretende analisar em dois pontos centrais.

Em primeiro lugar, buscamos entender como a disputa por esse “controle do Estado” se realiza no momento de constituição de uma política pública. Em segundo lugar, pretendemos investigar como a política pública em questão, o ProEEA, aponta ou não na universalização dos direitos sociais. Porquanto a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, § 1º, inciso VI, atribuiu ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”, torna-se importante examinar de que forma e com qual sentido vem se consolidando esse direito constitucional.

Utilizamos a experiência de construção do ProEEA para averiguar como tal Programa - destinado a orientar o conjunto das políticas públicas no estado do Rio de Janeiro - contribui para a garantia da universalização da educação ambiental no estado. Instâncias e sujeitos sociais do governo e da sociedade civil se articulam e se movimentam com o intuito de dar direção a um Programa que, sendo instrumento do Estado, ganha um caráter público-universal, legitimando argumentos e propostas. Trata-se assim, da própria construção do público. Ao institucionalizar-se como um programa governamental, o ProEEA consolida e propaga um projeto de educação ambiental para o estado, entre os muitos que estão em disputa. A análise do ProEEA torna-se relevante para compreender que projetos são esses, evidenciando assim as disputas que definem o campo da Educação Ambiental. Porém, ainda que as disputas que se desenrolam durante a construção do ProEEA evidenciem a conformação atual desse campo, não se restringem a este, acabando por explicitar também que papel os sujeitos sociais envolvidos atribuem ao Estado e à sociedade civil no enfrentamento do desafio socioambiental de nosso tempo.

Portanto, a análise do ProEEA nos traz a perspectiva de aprofundar o entendimento sobre o campo da educação ambiental em suas questões mais atuais ao

mesmo tempo que nos ajuda a responder que Estado e que sociedade civil vêm sendo reivindicadas por sujeitos sociais do estado do Rio de Janeiro e como eles, em tempos de hegemonia neoliberal, resolvem as tensões público-privado, universal-particular no âmbito das políticas públicas.

1.2 De onde parte o autor e como ele se insere na pesquisa

Minha inserção no campo da educação ambiental se deu nos anos de 2006 e 2007, já no final da graduação em oceanografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ao iniciar minha trajetória profissional, me envolvi ativamente com duas organizações, sendo uma delas o Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (CJ-RJ). Coletivos de mesma natureza foram formados em todos os estados da federação, resultantes da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, ocorrida em 2003.

Entre as atividades desenvolvidas pelo CJ-RJ, uma dizia respeito à sua participação no Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA), visto o CJ-RJ constar no Decreto 40.889/2007 - que definiu a última composição de integrantes do GIEA - como uma das organizações não governamentais do colegiado. Em 2008, fui designado como representante oficial do CJ-RJ no GIEA e no ano de 2010 fui convidado a integrar a equipe de moderação da consulta pública do ProEEA, participando posteriormente da equipe técnica que produziu o parecer sobre as contribuições do Encontros Regionais ao Texto-Base. Assim, pude vivenciar - enquanto membro do GIEA e como integrante da equipe de moderação da consulta pública - dois espaços políticos distintos de construção do ProEEA, levando-me a uma atuação como sujeito social do processo e interferindo diretamente nos sentidos da política pública. Interferência que não se fez de forma neutra, se é que existe de fato neutralidade em algum tipo de fazer social, como já nos fazia refletir Freire (1996) ao abordar a prática cotidiana que educadores e educadoras desenvolvem em seus espaços de ação. Se o compromisso ético-político desafiou-me a manter uma postura crítica durante a participação neste processo, o aprofundamento teórico da problemática analisada conseqüente da minha posição como pesquisador demandou-me ir além das aparências e procurar entender as determinações estruturantes do objeto estudado, o que contribuiu para uma intervenção mais qualificada nos espaços políticos que estive inserido.

Faz-se necessário, por fim, explicitar a importância fundamental para minha formação como pesquisador e, conseqüentemente, para este estudo das aulas

freqüentadas a partir do ano de 2010 no PPGE/UFRJ e no PPGSS/UFRJ e os debates, trocas e leituras realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade” (LIEAS) durante todo o tempo de realização da pesquisa.

1.3 Objetivo da pesquisa

O objetivo principal da presente pesquisa é analisar o processo de construção do ProEEA, problematizando as disputas ideológicas ocorridas na consulta pública, os consensos e dissensos produzidos. Entre as questões que buscamos responder de modo a alcançar este objetivo, citamos:

- Quem são os sujeitos políticos desse processo e que papel desempenham?
- Qual a conjuntura sociopolítica que se insere o processo de construção do ProEEA e quais são os fatores determinantes para tal configuração?
- Quais as principais alterações propostas e aprovadas no Texto-Base durante a consulta pública?
- Qual o sentido dessas alterações e como elas expressam as contradições do movimento do real.

1.4 Caminhos teórico-metodológicos

Entendemos a metodologia da pesquisa como o modo no qual o sujeito apreende o seu objeto. Nos valem do materialismo histórico-dialético desenvolvido por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) por entender que tal referencial teórico-metodológico possibilita caminho fecundo para apreensão do movimento do real e da reprodução do concreto por meio do pensamento. Na “Introdução” à *Para a crítica da economia política*, nos fala Marx (1985, p. 116):

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e representação.

Afastando-se da concepção idealista que concebe o real como resultado do pensamento, instituindo o próprio pensamento como gênese do concreto, Marx sinaliza a necessidade de elevar-se do abstrato ao concreto, de modo a se apropriar e reproduzir o concreto como concreto pensado. As categorias utilizadas, por sua vez, como produto

de condições históricas, só têm plena validade sob certas condições, o que significa dizer que exprimem modos de ser e determinações de existência que são históricas. Entretanto,

Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, o que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico (ibidem, p. 122).

A análise da categoria, como argumenta Kofler (2010, p. 71),

(...) prova que cada manifestação singular só pode ser cabalmente conceptualizada quando se considera a sua relação com o todo e, inversamente, que o todo sempre se reflete (sob uma forma qualquer) nos fenômenos, nas “células” do processo. Na categoria se reflete, antes de mais nada, o fato de que a sociedade representa a unidade dialética entre ser e consciência e, portanto, é uma totalidade.

Isso nos remete a examinar as disputas político-ideológicas e a produção de consensos e dissensos durante a consulta pública do ProEEA sem desconectá-los da materialidade que lhes serve de substrato e compreender que para descobrirmos suas principais determinações se faz necessário alargar o campo espaço-temporal da análise, analisando essa construção como parte constituinte e contraditória de uma totalidade. Buscamos assim, a não dissociação entre as condições objetivas da vida social e o plano ideológico onde os homens tomam consciência das contradições desta. Com esse intuito, nos valem do materialismo histórico-dialético para investigação das determinações que engendram a realidade social, com o objetivo de tornar possível sua interpretação e superar a naturalização do que é histórico. Outra dissociação que recusamos é entre sujeito-objeto. E o uso da dialética por Marx, como destaca Loureiro, implica esta não separação, “pois um é complementar ao outro, um se define pelo outro, um está no outro, um nega o outro (contradição, interpenetração, complementariedade e oposição formam a unidade)” (LOUREIRO, 2009, p. 126).

Em nosso caminho teórico-metodológico, procuramos primeiramente investigar como os conceitos de Estado e sociedade civil foram explicados e reivindicados por autores de algumas das principais tradições da teoria política, sem perder de vista as tensões público-privado, universal-particular próprias da sociedade burguesa. Incorporamos neste capítulo uma breve análise de processos político-econômicos

ocorridos nas últimas décadas, como meio de compreender como e porque a narrativa neoliberal se tornou dominante nos dias atuais e como isso irá influenciar o campo da educação ambiental.

Em seguida, nosso foco aponta para a questão ambiental e a constituição do campo público da educação ambiental no país. Seria infértil buscar entender a construção do ProEEA como instrumento normativo do Estado do Rio de Janeiro sem realizar um breve resgate e balanço do desenvolvimento do campo e do conjunto de políticas públicas de meio ambiente e educação ambiental instituídas a ele atreladas.

Na sequência, apresentamos sucintamente o processo de construção da consulta pública do ProEEA e discorreremos como ele se inscreve no arcabouço legal fluminense. Por fim, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa.

Com o intuito de facilitar a visualização do processo a ser analisado, distinguimos seis âmbitos de produção do ProEEA, alguns deles ocorrendo simultaneamente e que serão apresentados mais detalhadamente no Capítulo 4. O primeiro, restrito à 2009, diz respeito à concepção da versão inicial do Texto-Base elaborado pela equipe da SEAM/SEA. O segundo, que começou em 2009 e atravessou todo o ano de 2010¹, aconteceu no âmbito do GIEA e se refere às reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado com o objetivo de discutir e deliberar sobre o Texto-Base e o processo como um todo. O terceiro se deu no referido Seminário, onde uma proposta provisória de Texto-Base foi apresentada e discutida publicamente. O quarto foi a consulta pública em si, constituída por Encontros Regionais abertos a toda a população no segundo semestre de 2010. O quinto foi o Encontro dos Educadores Ambientais do Rio de Janeiro, ocorrido em Dezembro de 2010, quando membros do GIEA e a equipe de moderação apresentaram um resumido balanço do processo e os critérios de sistematização das contribuições ao Texto-Base, sendo também aberto um espaço para que outras pessoas, participantes ou não da consulta pública pudessem expor opiniões e demandas relacionadas ao processo. O sexto e último momento foi o trabalho realizado pela equipe de sistematização em Janeiro de 2011, que organizou as contribuições advindas dos Encontros Regionais e gerou um parecer sobre as alterações propostas ao texto.

¹ Em 2011 o GIEA concentrou boa parte de seu trabalho também no ProEEA, mas como já mencionado, essa etapa do processo não será analisada na pesquisa.

Os documentos e registros produzidos ao longo desse período constituem a base de dados a ser analisada, sendo a seguir agrupados de acordo com a distinção/numeração dos momentos acima empregada:

- 1º) Versão inicial de Texto-Base produzida pela SEAM/SEA (Anexo A);
- 2º) Atas das reuniões do GIEA;
- 3º) Propostas de alteração ao “Texto-Base provisório”;
- 4º) Propostas de alteração ao “Texto-Base oficial”;
Respostas à Ficha Perfil Educadores/as ambientais²;
- 5º) Apresentações feitas pelos expositores;
- 6º) Parecer produzido pela equipe de sistematização;

Procuraremos analisar esse conjunto de documentos e informações em articulação com a fundamentação teórica advinda do campo do pensamento crítico e a vivência pelo autor dos momentos de discussão e construção coletiva do ProEEA.

² Esta Ficha, que se encontra no Anexo D, foi distribuída e pedido seu preenchimento a todos os participantes da consulta pública. Entretanto, nem todos a devolveram. Ainda assim, por ser importante registro do perfil dos participantes, analisamos os dados coletados.

2. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: DO PENSAMENTO CONTRATUALISTA À HEGEMONIA NEOLIBERAL

Alguns dos principais pensadores da era moderna buscaram compreender a natureza do Estado e conceituá-lo. Hobbes foi um dos que elaborou sólida teoria com o fim de justificar sua existência. Se o pensamento liberal operou a separação entre Estado e sociedade civil e Hegel, seguindo essa linha, os conceituou enquanto momentos da eticidade, teremos no Século XIX Marx e Engels defendendo que a sociedade civil e seus particularismos estão imbricados no Estado, razão pela qual este é sempre um Estado de classe. Analisando um momento histórico distinto, no qual o Estado se “ampliou”, Gramsci vai compreender a existência de um novo equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, e logo, entre as funções de hegemonia e coerção. Propomos-nos o exercício de analisar como Estado e sociedade civil se constroem como categorias que são reconfiguradas no desenvolvimento histórico por perceber que atualmente a ideologia neoliberal – ideologia dominante que governa a maior parte do mundo (ANDERSON, 2006) – reatualiza o sentido dessas duas esferas, ressignificando suas funções e alcances. Ressignificação que na América Latina se fez sentir ainda na década de 1970 no Chile, onde as políticas de corte neoliberal são inauguradas, ganhando força no continente nos anos 1980 e chegando num retardatário Brasil no início da última década do século. Reverbera-se uma onda de desresponsabilização do Estado e diminuição da esfera pública por todo o continente, transformando esse território num laboratório de perversidade, até por isso, de resistência.

2.1 Pensamento contratualista: a sociedade civil fundada pelo Estado

Desde a Grécia Antiga, importantes pensadores vêm refletindo sobre a política e seu objeto: o poder. A organização das cidades helênicas, a partir da Idade de Homero, serviu para Platão e Aristóteles extraírem da observação histórica suas classificações das formas de governo (BOBBIO, 1997). Maquiavel inaugura no campo político o pensamento moderno, rompendo com a influência religiosa que dominava a reflexão sobre a política e trazendo a força para dentro desta. A partir dele, vamos ter um grande avanço da teoria política com a inauguração de uma tradição em que a origem da sociedade está num contrato, num acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político.

Principal expoente do pensamento contratualista de base anglo-saxônica, para Thomas Hobbes, devida a natureza agressiva da humanidade, esta deveria celebrar um acordo pela demarcação nítida de um único poder que deveria pairar – e exercer-se – sobre todos de modo a assegurar a pacificação entre os homens (FONTES, 2010). Esse acordo outorgaria a um dentre os homens (o Soberano) o atributo singular do exercício da violência. Caberia a um poder desigual garantir que os poderes iguais no reino da natureza que conduzem os homens à situação de isolamento, barbárie e guerra não prevalecessem. Era preciso um poder não natural, o Estado – o contrato, o pacto, o Soberano – para enfrentar e controlar a natureza humana má, genericamente faminta e cruel. “Do pacto decorreria a sociedade civil, como uma entidade antitética ao estado de natureza. Os termos sociedade civil, Governo e Estado seriam quase equivalentes” (FONTES, 2010, p. 125).

A noção de indivíduo começa em Hobbes. Porém, como ressalta Ribeiro (2006), ainda não se trata de um individualismo burguês, pois o homem hobbesiano não é então um *homo oeconomicus*. Seu interesse maior não está em produzir riquezas. Almeja, sobretudo, a honra. O autor afirma que Hobbes ficará como um dos pensadores “malditos” da história da filosofia política não apenas por romper com a visão aristotélica do bom governante e do indivíduo de boa natureza, mas também porque enquanto a burguesia vai procurar fundar a propriedade privada num direito anterior e superior ao Estado, endossando Locke quando este atribui ao poder público a finalidade de proteger a propriedade, o autor de *Leviatã* “nega um direito natural ou sagrado do indivíduo à sua propriedade” (RIBEIRO, 2006, p. 76).

Segundo Mello (2006), Locke publica suas principais obras quando retorna à Inglaterra no período posterior a Revolução Gloriosa que assinalou o triunfo do liberalismo político sobre o absolutismo. Enquanto Hobbes vai fazer uma apologia a esse estado todo-poderoso pré-revolução, Locke - influenciado pelas ideias defendidas pela burguesia ascendente, partidária do liberalismo - vai se opor a monarquia absolutista. E embora ambos declarem que a ausência do Estado provoca uma guerra de todos por todos, diferente de Hobbes, o estado de natureza para Locke é um estado de paz, concórdia e harmonia, que, entretanto, devido à ausência de juízes vira um estado de guerra. Na falta de lei estabelecida, pode ocorrer a violação da propriedade (vida, liberdade e bens), e por consequência dos direitos que possuíam os homens originalmente no estado de natureza, iniciando um estado de guerra uns contra os outros. “É a necessidade de superar esses inconvenientes que, segundo Locke, leva os

homens a se unirem e estabelecerem livremente entre si o contrato social, que realiza a passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil” (MELLO, 2006 p.86).

Primeiramente o ser humano é proprietário de si mesmo, sendo proprietário também dos bens naturais que garantem sua vida. A liberdade e a igualdade derivam da propriedade, sendo esta para Locke, instituída pelo trabalho, e, portanto, direito exclusivo daqueles que trabalham a terra (matéria bruta) e incorporam seu trabalho a ela. Porém, com o advento do dinheiro e do comércio, a propriedade passou a poder ser adquirida pela compra. Como a propriedade já existe no estado de natureza, o Estado não pode violar esse direito natural dos indivíduos³. O contrato social feito por meio de um pacto de consentimento protege esse direito natural, agora com o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário. O consentimento unânime para a entrada no estado civil é seguido da escolha pela comunidade da forma de governo e do poder legislativo, ou poder supremo, sendo atribuído a esse maior força que o poder executivo e o poder federativo. A tirania acontece quando o governo viola a lei estabelecida e atenta contra a propriedade, deixando de cumprir o fim a que fora destinado. Nesse caso, instaura-se um estado de guerra e os governantes possuem direito legítimo de recorrer à força e resistir contra a opressão. “Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais ao Estado liberal” (BOBBIO apud MELLO, 2006, 88).

Rousseau vai ocupar um papel bastante diferenciado na tradição contratualista, pois como argumenta Coutinho, ele foi um crítico da ascendente sociedade mercantil-burguesa de sua época – a “société civile” fundada na propriedade privada. Porquanto entenda como Locke que o contrato tem por finalidade garantir a propriedade, ao contrário do liberal que defende tal contrato, este, segundo o pensador genebrino, consolida a desigualdade social e a opressão dos ricos sobre os pobres. “Rousseau busca demonstrar que a raiz da desigualdade está na divisão do trabalho, na propriedade privada que a acompanha, nos conflitos de interesse e no egoísmo que emergem

³ Locke é considerado o pai do individualismo liberal pela centralidade dada ao indivíduo. A respeito dessa centralidade, Marx (1985, p. 104) vai tecer o seguinte comentário: “Só no século XVIII, na “sociedade burguesa”, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento”.

necessariamente da ação do mercado” (COUTINHO, 2007, p. 228). Se por um lado, ele rompe com Adam Smith, “o qual afirma que a busca do interesse privado levaria, através da ação espontânea do mercado, à geração do bem-estar comum” (ibidem), por outro, “antecipa Marx ao revelar a natureza de classe do Estado, inclusive do Estado fundado por (e com base em) um contrato de tipo liberal” (ibidem, p. 229), ainda que, como salienta Coutinho, o autor do *Contrato Social* não trabalhe de forma rigorosa o conceito de classe social, mas sim com “ricos” e “pobres”.

Como “o mais forte não é nunca forte o bastante para ser sempre o senhor, se não transforma sua força em direito e a obediência em dever” (ROUSSEAU apud NASCIMENTO, 2006, p. 214), cabe estabelecer um contrato no qual, “cada um, unindo-se a todos, não obedeça, porém senão a si próprio e permaneça tão livre quanto antes” (ROUSSEAU apud VERGEZ; HUISMAN, 1976. p. 230). Rousseau percebe que “cada indivíduo pode, como homem, ter uma vontade particular contrária ou dessemelhante da vontade geral que ele tem como cidadão” (ibidem) e por isso propõe uma forma de associação que ao invés de conciliar os interesses privados, crie uma vontade geral capaz de cuidar do bem comum, fundando assim um Estado social legítimo. Este derivaria necessariamente do povo soberano, de homens que em condição de igualdade social elaboram suas leis. Sendo as leis criadas pelo povo, o homem que as obedece é um ser autônomo, ao contrário do corpo administrativo do Estado, que como funcionário do soberano é um órgão limitado e submetido ao poder do povo (NASCIMENTO, 2006).

2.2 O Estado classista da tradição marxista

Hegel não é um contratualista. Tampouco se insere na tradição marxista, até porque esta logicamente só se inicia com os trabalhos de Marx e Engels. Sua colocação nesse ponto se deve a grande contribuição do método dialético de Hegel para essa tradição e também por Hegel servir Marx com o conceito de sociedade civil. Coutinho (1996) demonstra que a visão hegeliana da sociedade civil já expressa a acumulação da riqueza por uma classe da sociedade em detrimento à classe ligada ao trabalho, antecipando os conceitos de empobrecimento e alienação da classe trabalhadora no capitalismo, que Marx iria desenvolver em sua obra. Portanto, embora não fosse um hegeliano, Marx bebeu dessa fonte, tirando dela o que havia de melhor.

Ellen Wood afirma que para os pensadores ingleses dos séculos XVI e XVII, sociedade civil costumava ser sinônimo de sociedade política ou o Estado visto como a

coisa pública, representando a subordinação do Estado à comunidade de proprietários que constituía a nação política.

Mas se o significado inglês tendeu a confundir a distinção entre Estado e sociedade civil, foram justamente as condições inglesas – o mesmo sistema de relações de propriedade e de apropriação capitalista, mas agora mais avançado e dotado de um mecanismo de mercado mais bem desenvolvido – que tornaram possível a moderna oposição conceitual entre os dois (WOOD, 2003, p. 207).

Para a referida autora, Hegel vai se apoiar na economia capitalista da Inglaterra – por meio de economistas políticos ingleses como Smith e Stuart – para construir sua dicotomia conceitual entre Estado e “sociedade civil”, identificando esta como uma forma social historicamente específica: a sociedade burguesa. Embora na língua alemã, *bürgerliche Gesellschaft* sirva para designar ambas (sociedade civil e sociedade burguesa), para Hegel a “economia” moderna era a condição essencial dessa “sociedade civil”. O Estado, por sua vez, irá ser o momento superior da universalidade, que só pode ser atingido através de uma esfera inteiramente nova de existência social. Em Hegel, a sociedade civil é um momento intermediário entre a família e o Estado, sendo constituída pelo conjunto de homens privados que se separam da família, seu grupo natural, mas que ainda não conformam uma unidade social substancial, o Estado enquanto eticidade. Portanto, enquanto não alcançado este momento superior da vida social, o Estado figuraria apenas como potencialidade (HIPPOLITE, 1971 *apud* FONTES, 2010).

Coutinho afirma que o filósofo alemão compreendia que, em oposição ao mundo grego onde o ideal comunitário prevalecia, na época moderna havia se constituído a sociedade civil que se caracterizava pela particularidade. Entretanto, “embora cada um busque nela o seu interesse puramente privado, a divisão do trabalho que assim a estabelece cria um “sistema”, com o que a satisfação dos carecimentos de cada indivíduo depende do trabalho de outro” (COUTINHO, 2007, p. 239). Os diferentes ramos da produção desenvolvem interesses particulares próprios, dando origem às *corporações* - sujeitos coletivos que objetivam defender o interesse comum de seus integrantes. De tal forma que na corporação penetra a eticidade na sociedade civil, estabelecendo-se mediações entre a vontade singular e a vontade universal que se realiza no Estado. Contrariando Rousseau, Hegel percebe a possibilidade dos interesses

particulares confluírem para o bem comum, se constituindo como “um momento fundamental do processo de universalização da vontade” (ibidem).

Tanto a ideia contratualista de que o Estado funda a sociedade civil quanto a concepção idealista de Hegel de que o Estado é portador da vontade universal serão inteiramente rejeitadas por Marx e Engels. Segundo Fontes (2010), para eles o Estado expressa as particularidades da sociedade civil - entendida como o conjunto das relações econômicas, isto é, das relações sociais de exploração. A autora argumenta que em Marx a base ética e histórica a partir da qual se pode erigir a universalidade efetiva é o mundo da produção da existência, o mundo do trabalho. A associação plena e consciente dos trabalhadores é a condição de uma humanidade não mais cindida em classes, o que exige superar o Estado, pois este, indissociável das relações sociais de produção, cumpre o papel de assegurá-las.

No famoso *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 – texto que Marx e Engels elaboram pouco antes da onda de revoluções se alastrar na Europa nesse ano - eles vão se referir ao Governo do Estado moderno como um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia. Percebendo que o desenvolvimento da burguesia acompanha-se de um progresso político correspondente, declaram que é com o Estado representativo moderno que a burguesia finalmente conquista a soberania política. Mais de 20 anos após a redação do clássico texto, a Comuna de Paris em 1871 – que para os fundadores do materialismo histórico revelou-se como uma experiência concreta do poder político nas mãos da classe operária – daria novos insumos para o entendimento da tarefa revolucionária do proletariado de derrubar a ordem social existente. Pois essa era a experiência histórica que comprovava, conforme exposto na obra *A Guerra Civil em França* que “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objectivos”⁴ e consolidava a necessidade e a natureza de um período de transição política entre a sociedade capitalista e uma sociedade sem Estado e sem classes - o comunismo - definido por Marx (2004) como “ditadura revolucionária do proletário”.

Marx (1985) assinala que na sociedade burguesa o capital emerge como potência econômica que tudo domina. Para ele, as formas de Estado - enraizadas nas relações materiais da vida – devem ser apreendidas daquilo que Hegel resumiu como *bürgerliche Gesellschaft*, mas a anatomia desta (sociedade burguesa) deve ser procurada na

⁴ Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/. Acesso em 09 ago.2011. É a partir disso que Lênin constrói sua defesa do imperativo de destruir a máquina estatal.

Economia Política. No Prefácio de *Para a crítica da economia política*, Marx reforça a unidade dialética existente entre a estrutura econômica da sociedade e a superestrutura jurídica e política que se ergue dessa base objetiva, o que vai contra o “determinismo econômico” que é atribuído a tradição que fundou com Engels. Pois ainda que as condições materiais de existência dos homens sirvam de base econômica para as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas – que Marx define como as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência das contradições e as conduzem até o fim –, não é possível dizer que a primazia do econômico é o que define sua obra, mas como destaca Lúkacs: o que é decisivo no marxismo é o ponto de vista da totalidade. “A categoria da totalidade, a penetrante supremacia do todo sobre as partes, é a essência do método que Marx tomou de Hegel e brilhantemente o transformou nos alicerces de uma nova ciência” (LÚKACS, 1971, p. 27 apud BORON, 2006, p. 47).

Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx explicita sua posição quanto à relação que o povo trabalhador deve estabelecer com o Estado. Neste Programa, o Partido Operário Alemão reivindica o Estado para a organização de cooperativas dos trabalhadores e para a educação do povo. O que Marx condena, declarando ilusória a pretensão de erigir uma sociedade nova por meio de subvenções do Estado, visto que a organização socialista do conjunto do trabalho não adviria da ajuda do Estado e o valor das cooperativas está justamente em serem criadas pelos próprios trabalhadores. No segundo tema, ele é ainda mais enfático: “Uma “educação do povo a cargo do Estado” é absolutamente inadmissível. [...] é o Estado que precisa ser rudemente educado pelo povo” (MARX, 2004, p. 122). Entretanto, isso não significa menosprezo as conquistas dos trabalhadores no aparato estatal. Em sua *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*⁵ ele demonstra entusiasmo com a aprovação no Parlamento inglês da Lei das Dez Horas que delimitava legalmente a jornada de trabalho e que segundo Marx beneficiava física, moral e intelectualmente os operários.

Coutinho afirma que na obra madura de Marx e Engels há um princípio de ampliação do sentido “restrito” do Estado – entendido como comitê executivo da classe dominante – que prevalece nos textos de 1848-50, sendo concebido “o desenvolvimento de aparelhos consensuais (parlamento etc.) que implicam e/ou resultam de um pacto” (COUTINHO, 2008, p. 35)⁶. O que remete a vermos na *Introdução de Friedrich Engels*

⁵ Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm#tn8>. Acesso em 09 ago.2011.

⁶ Segundo o referido autor, a existência de mecanismos de legitimação que favoreciam a obtenção de consensos dos governados como forma de manter a dominação de classe é ressaltada também por Rosa

à edição 1895⁷ de *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1950* que o exército internacional de socialistas que crescia dia-a-dia estava “ainda longe de alcançar a vitória com um *único* e grande golpe [e se via] obrigado a progredir lentamente, de posição para posição, numa luta dura e tenaz” (os grifos são de Engels). Tal estratégia seria desenvolvida posteriormente por Gramsci como a “guerra de posição”. A ampliação marxista do conceito de Estado não significa a renúncia da concepção do Estado como órgão repressivo e opressor, tampouco da noção de que “o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante” (ENGELS apud LÊNIN, 2010, p. 32). O entendimento da natureza de classe do Estado - que assegura que o interesse de determinada classe, portanto, um interesse particular, se sobreponha ao interesse universal - jamais é abandonada por Marx e Engels.

2.3 Estado ampliado na obra de Gramsci

Em 1917, a Europa é sacudida pela Revolução Russa. Se anteriormente a ela, Lênin havia contribuído teoricamente para demonstrar a concentração monopólica de capitais e a emergência do capital bancário ligado aos Estados na virada do século XIX para o XX, concretamente a Revolução de Outubro - na qual despontava como líder maior - sinalizava as possibilidades de transformação social em curso. Entretanto, o próprio Lênin reconheceria já em 1918 que o modelo de revolução bolchevique dificilmente poderia acontecer em outro país do continente europeu, chegando a declarar que pela complexidade das sociedades ocidentais, ali a capacidade de “fazer política” seria indispensável, pois uma luta mais longa e difícil do que havia sido travada na Rússia precisaria ser feita nessas sociedades como caminho para a revolução socialista (COUTINHO, 2007). Na Itália, após os anos de 1919 e 1920 de intensa luta popular, com inúmeras fábricas ocupadas e greves, em 1922 tem-se o triunfo da direita radical com a ditadura fascista. A partir do exame dessa experiência e das que se sucedem em âmbito mundial com a crise de 1929, Gramsci iria inovar a leitura clássica sobre Estado na tradição marxista.

Luxemburgo, Trotsky, Max Adler e Otto Bauer antes de Gramsci refletir e problematizar de forma sistemática esse processo de “ampliação” do Estado e com isto, renovar a estratégia revolucionária dentro do pensamento marxista.

⁷ Disponível em http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/introducao.htm. Acesso em 09 ago.2011

Ele reelabora a discussão da problemática leninista da hegemonia e traz à superfície a centralidade da “tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar tipos novos e mais elevados de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção” (GRAMSCI, 2002, p. 23). Assim, procurando examinar as formas de sociabilidade na esfera da produção material da vida, sem perder a dimensão econômica da hegemonia - onde ela concretamente se expressa -, Gramsci vai pensar a hegemonia como a capacidade que uma fração de classe tem de dar direção intelectual-moral sobre o conjunto do bloco histórico e forjar a formação de uma vontade social ético-política.

Christine Buci-Glucksmann declara que o pensador italiano vai ter como pivô de sua reflexão a surpreendente resistência do aparelho de Estado, própria às sociedades ocidentais⁸, nos países capitalistas desenvolvidos. A ponto de obrigá-lo a “pensar uma nova via para o socialismo nesse tipo de sociedade, na qual as ‘reservas organizacionais’ das classes dominantes são (em período de crise) sempre maiores do que se poderia suspeitar” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 27). A existência de organizações estatais e diversas associações na vida civil que funcionam como “trincheiras” das classes dominantes nesses países, leva-o a compreender que a problemática da revolução se transformara e que, embora não descartada, “a guerra de movimentos torna-se cada vez mais guerra de posição” (GRAMSCI, 2002, p. 24).

À medida que aprofunda seus estudos sobre a característica específica do capitalismo que está se consolidando nos anos 20 ele incorpora à sua reflexão a temática do americanismo. “Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: esta

⁸ Gramsci diferencia as sociedades como sendo de tipo ocidental ou oriental. Numa nota célebre, ele afirma: “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado, percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual havia uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2007b, p. 208). Percebida como resultado de um processo histórico, a progressiva “ocidentalidade” de determinada formação social demandava por consequência a mudança na estratégia dos movimentos operários, segundo o autor dos *Cadernos do Cárcere*. Numa interessante análise, Coutinho (2007) mostra como em diferentes momentos da história nacional, alternam-se no Brasil períodos de “ocidentalização” com períodos de crescente atividade coercitiva do Estado, quando ditaduras sem hegemonia ganham corpo no país. Segundo o referido autor, com a crise do “milagre econômico”, o mínimo de consenso necessário para governar conquistado pela ditadura nascida do golpe de 1964 começa a se desmanchar, inclusive entre setores da burguesia que apoiaram o golpe e se beneficiaram com o capitalismo monopolista de Estado que este propiciou. Isto marca um novo fortalecimento dos aparelhos da sociedade civil, o que o leva a sustentar que o Brasil de hoje é uma sociedade “ocidental”. Igualmente interessante é a apropriação pelo autor dos conceitos gramscianos de “revolução passiva” e “transformismo” para a explicação dos processos pelos quais a burguesia brasileira levou a cabo sua “revolução” no século XX.

elaboração está até agora na fase inicial e, por isso, (aparentemente) idílica” (GRAMSCI, 2001, p. 248). Gramsci busca mostrar a germinação de um certo *ethos*, um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida. Acentua estar diante da fase na qual a industrialização mais exacerba a luta contra a “animalidade” e os instintos sexuais dos trabalhadores. Pois o controle da moralidade perseguido por Ford é acompanhado pelo objetivo de Taylor de desenvolver no trabalhador da sociedade americana os comportamentos maquinais e automáticos e quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado. E como destaca, uma vez que somente no mundo do trabalho, na “criação” produtiva, o homem pode alcançar sua “humanidade” e “espiritualidade”, estas são esmagadas de imediato pelo novo industrialismo que luta por romper a ligação entre arte e trabalho e também o reflexo da personalidade do trabalhar no objeto criado.

O pensador italiano vai defender que a americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado. Ele se questiona sobre a natureza e o papel desse novo Estado que está se formando. Entende que trata-se do momento em que as classes dominantes superam sua própria base estreita para organizar o consenso de uma ampla camada da população em torno de seu projeto ético-político. Ele se pergunta se é possível realizar a transformação psicofísica da massa trabalhadora, tornando o operário médio Ford no operário médio moderno e conclui que o tipo de organização e produção fordista era racional, tendia a se generalizar. Porém isso só pode acontecer com

(...) uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através da “coerção”, mas somente por meio de uma combinação entre coação (autodisciplina) e persuasão, sob a forma também de altos salários, isto é, da possibilidade de realizar o padrão de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho (GRAMSCI, 2001, p. 275)

O fordismo alimenta que o trabalhador não é só uma força de trabalho desprezível, é também um consumidor. Os altos salários pagos por Ford se constituem como o momento em que mais claramente o capitalismo vai buscar a adesão dos trabalhadores ao processo produtivo, incorporando-os no consumo de massa e internalizando nestes concepções de mundo próprias dos dominantes.

À problemática do desenvolvimento capitalista, Gramsci articula a “questão dos intelectuais”. E é vinculado ao seu interesse e, conseqüente, estudo da história dos

intelectuais italianos que ele vai buscar aprofundar o conceito de Estado, como registrado em uma carta sua transcrita na obra de Buci-Glucksmann:

Esse estudo leva também a precisar um pouco o conceito de Estado, ordinariamente entendido como a sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adaptar as massas populares ao tipo de produção e à economia de uma dada época), e não o equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil (ou hegemonia que um grupo social exerce sobre a sociedade nacional inteira, por meio de organizações pretensamente privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas) (in: BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 36).

O pensador italiano faz a crítica ao economicismo liberal que separa sociedade civil do Estado. O Estado liberal clássico é o guardião das leis e da propriedade. Contrapondo-se a essa perspectiva, Gramsci procura compreender o Estado em seu sentido integral, o que significa o reconhecimento de que a dimensão do consenso é infinitamente mais complexa nos países capitalistas desenvolvidos devido aos poderosos aparelhos privados de hegemonia que operam na difusão do consentimento e na realização da dimensão educativa do Estado. Gramsci faz uma ampliação do conceito de Estado retratada no esquema: “Estado ampliado = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia encorajada de coerção” (ibidem, p. 97). Trata-se, portanto de um Estado que comporta e incorpora dimensões da sociedade civil, que pressupõe que Estado e sociedade estão unidos numa relação dialética. É o Estado não mais como sustentáculo da ordem, do aparelho parlamentar, que pode ser confundido como governo, pois este, segundo Gramsci é um Estado não desenvolvido, é um Estado em que o capitalismo ainda é insuficiente.

Segundo Fontes, o dirigente comunista procura explicar a forma encontrada pelas classes dominantes para se assegurar da adesão dos subalternos, e assim assinala a natureza coercitiva do consenso e educativa da coerção. Com as novas condições derivadas da conquista do sufrágio universal, o convencimento se torna uma tarefa permanente e crucial para se interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas. Desse modo,

O convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias no Estado e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes por meio da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada,

e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas (FONTES, 2010, p. 136).

Ao incorporar um conjunto de aparelhos privados que estão ao mesmo tempo juntos e separados dele, o Estado confronta a sociedade na construção de uma nova hegemonia. O que significa que tampouco se pode afirmar que os aparelhos de hegemonia são exclusivamente reprodutores da ordem social porque os sujeitos que estão operando esses aparelhos podem ter seu horizonte numa outra hegemonia. Tudo isso vai depender da ‘correlação de forças’, categoria que permite compreender a base material sobre a qual os seres humanos estão organizados e que Gramsci distingue em três momentos: “o momento econômico ligado à infra-estrutura, o momento político que permite avaliar o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização atingido pelos diferentes grupos sociais e o momento político militar ou estratégico” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 103). Como arremata Coutinho, Gramsci faz um movimento que vai do abstrato ao concreto. Pois, sem romper com a teoria política marxista de que todo Estado é um Estado de classe, ele se eleva dessa ideia

para a determinação dos modos pelos quais esse caráter classista se explicita nas sociedades mais complexas do “Ocidente” do século XX (ou seja, não mais apenas através dos aparelhos repressivos do Estado, mas de uma articulação entre tais aparelhos e os “aparelhos privados de hegemonia”, isto é, entre a sociedade política e a sociedade civil) (COUTINHO, 2007, p. 87).

2.4 Estado de Bem-estar e crise capitalista no pós-guerra

Hobsbawm (1995) declara que o capitalismo do pós-guerra foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social, resultado da compreensão da maioria dos formuladores de decisão de que a Crise de 1929 havia comprovado o fracasso do livre mercado irrestrito e o perigo do desemprego em massa, no qual atribuíam ascensão da Alemanha de Hitler. Além do passado a se evitar, à frente havia a ameaça de contágio comunista dos países capitalistas que estavam sobre ruínas e daqueles que pertenciam ao que ficou designado como Terceiro Mundo, implicando a necessidade de se buscar crescimento econômico, mas também estabilidade política. As ideias de Keynes - que argumentava que o desemprego em massa deveria ser permanentemente eliminado, pois a demanda a ser gerada pela renda de trabalhadores numa situação de pleno emprego teria um efeito econômico e político extremamente positivo - servem de guia para as políticas de Estado que passam a conjugar

planejamento econômico estatal e proteção social dos trabalhadores, estruturando-se o Estado de Bem-estar (*welfare state*) nos países-núcleo do capitalismo. Até a década de 1970 esses países assistem a um *boom* de altos lucros dos patrões e o aumento do salário dos empregados, razão pela qual esse período dos trinta anos do pós-guerra é denominado por Hobsbawn como a “Era de Ouro” do capitalismo. O autor argumenta que o ‘Grande Salto’ só foi possível porque paralelamente à “reforma do capitalismo”, acontecia um avanço sem precedentes na globalização e internacionalização da economia que “multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão internacional muito mais elaborada e sofisticada” (HOBSBAWN, 1995, p. 264). A circulação de capitais através da intensa atividade das multinacionais, sobretudo a partir da década de 1960, começava a delinear uma economia na qual os territórios e fronteiras de Estados não constituiriam mais o esquema operatório básico⁹. Segundo Fontes, concomitantemente à dominação interna do capital nos países centrais, a expansão capitalista no período vai se complementar pela sua expansão externa através de “expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica” (FONTES, 2010, p. 149).

Algumas economias periféricas, como o Brasil, experimentam a combinação de adensamento urbano – fruto em parte do impedimento da reforma agrária pelas frações burguesas dominantes – e intensa industrialização, que sem o acompanhamento de políticas públicas correspondentes resultam em precárias condições de vida e trabalho. Contra a alternativa socialista que aparecia neste momento como uma estratégia possível de recuperação do atraso econômico e de diminuição das desigualdades sociais, o “desenvolvimentismo” desponta como a grande bandeira ocidental (FIORI, 1997). Veremos nos anos de 1960 atos de rebeldia que começam a desmanchar o espírito de colaboração de classes forjada pela Grande Depressão e pela Guerra. Greves sindicais e protestos estudantis se entrelaçavam de maneira diversa com novos movimentos sociais que iam do feminismo ao pacifismo, passando pelo movimento ecológico e a contracultura nos EUA e Europa ocidental, que extrapolam, porém, estes espaços e atingem regiões do campo comunista e do Terceiro Mundo, onde movimentos de

⁹ Para o ilustre historiador, “no caso extremo, passa a existir uma “economia mundial” que na verdade não tem base ou fronteiras determináveis, e que estabelece, ou antes impõe, limites ao que mesmo as economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer” (ibidem, p. 272). Opondo-se a essa visão Wood (2006, p. 392) afirma: “Não é verdade que o estado territorial que conhecemos se encontre em declínio frente à economia global. Pelo contrário, acredito que o capital depende mais que nunca de um sistema de Estados locais que administrem o capitalismo global”.

libertação africanos e guerrilhas latino-americanas proliferavam. É na América Latina que a resposta será mais contundente. Já nesta década se instauram regimes militares que reassumem o controle da situação na maioria dos países.

Em meados dos anos setenta a crise econômica mundial bate à porta. Falleiros e outros (2010) apontam que a partir dessa década a doutrina neoliberal concebida pelo grupo de Mont Pelèrin passa a ter destaque na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, onde os governos de Thatcher (1979-1990) e Reagan (1981-1989) acolhem o novo pensamento hegemônico e as propostas de enfrentamento dos problemas por que passavam suas nações. Segundo Fiori (1997), isso implicará num ataque ao estado regulador e a defesa do retorno ao estado liberal idealizado pelos clássicos. Os estados keynesiano e desenvolvimentista se transformam nos grandes responsáveis pela crise dos anos setenta. Desse modo, o crescimento do gasto público e, em particular, do gasto social iria virar o grande vilão da estagflação que enfrentavam os países centrais.

Fazia parte do receituário conservador o redisciplinamento do mundo do trabalho e das periferias mal comportadas. E foi o que se viu, tanto nos EUA, como na Inglaterra, com Reagan e Thatcher intervindo e derrotando greves e sindicatos, para em seguida reformar as legislações trabalhistas. Concomitantemente, realiza-se a desregulação estatal que liberta o movimento internacional dos capitais, provocando a explosão da globalização financeira a partir de 1985 (FIORI, 1997). Segundo o referido autor, explode na década 1980 a crise da dívida externa na América Latina, o que irá reforçar o modelo de ajuste proposto por economistas de instituições financeiras tais como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Denominado “Consenso de Washington”, esse receituário torna-se a política oficial do FMI para os países latino-americanos. O programa de políticas fiscais e monetárias associava-se a um conjunto de reformas institucionais destinadas a desregular e abrir as velhas economias desenvolvimentistas, privatizando seus setores públicos e enganchando seus programas de estabilização na oferta abundante de capitais disponibilizados pela globalização financeira. Como assinala o autor, é desta maneira que chega à periferia capitalista endividada, em forma de condicionalidades, uma versão adaptada das ideias liberal-conservadoras que já se difundiam pelo mundo desde o início da “grande restauração”.

Sublinhando que o frágil direito de cidadania que vinha se construindo é substituído por “atestado de pobreza” para o acesso aos serviços públicos, Soares (2009) expõe as principais estratégias neoliberais de (des)estruturação dos serviços sociais

públicos na América Latina. Como parte do processo de desmonte dos incipientes aparatos públicos de proteção social, a constituição de um “Estado de Mal-estar” se concretiza a partir das seguintes estratégias: comportamento pró-cíclico ou regressivo (tanto do gasto como do financiamento do setor social); descentralização de serviços sociais; privatização total ou parcial de serviços; focalização e; retorno à família e aos órgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como agentes do bem-estar social. Aliado ao processo de retração estatal e a privatização da área social que impossibilitam políticas sociais em bases universais, emerge uma nova retórica de “solidariedade” e “participação comunitária” que dá substrato ideológico às transformações pretendidas. Passam a ter destaque nas agendas nacionais, até como forma de minimizar os efeitos da crise econômica e dos processos de ajuste, os “Programas de Combate à Pobreza” recomendados pelo Banco Mundial e BID para os governos latino-americanos.

A queda do muro de Berlim no final da década de oitenta e a dissolução da URSS dois anos depois vão marcar o início da nova ordem unipolar do mundo, abrindo terreno novo para o capital se reproduzir e a ideologia disseminada pelo exército de intelectuais orgânicos da classe burguesa mundial se tornar hegemônica. Leher e Sader (2006) colocam que a virada histórica para a hegemonia norte-americana vai representar a vitória do liberalismo como concepção de mundo e da história e não apenas como política econômica. Por consequência, se impõe a versão de que se tratou de uma conquista da democracia (liberal) contra o totalitarismo (estatal).

Tem-se o triunfo das teses de “liberar” as forças pujantes da economia de seus constrangimentos estatais fossem estes do modelo soviético, do keynesianismo no centro do capitalismo ou do nacionalismo na sua periferia. Democratizar – sob o forte impacto das oposições aos regimes do leste europeu – passou a significar “liberalizar”, que por sua vez ganhou a conotação de reformar um sistema rígido (LEHER; SADER, 2006, p. 5).

2.5 Ideário neoliberal e Reforma do Estado no Brasil

Para os movimentos populares, a década de 1980 provavelmente será lembrada como aquela em que o país reviveu um período de grandes mobilizações populares. O desfecho dessa década, entretanto, seria marcado por uma eleição em que a esquerda chegou incrivelmente perto de assumir o poder político do país. Mais do que um banho de água fria nos movimentos de massa que exibiram grande vigor nas campanhas pelas “Diretas Já!” e na elaboração da Constituição de 1988, a derrota nas eleições de 1989

abre caminho para uma impressionante reconfiguração do papel do Estado e da sociedade civil no Brasil. O confronto de projetos societários que na década de 80 chegou a ganhar fôlego novo, a partir dos anos 90 cede lugar a um novo padrão de sociabilidade e de busca por consensos e parceria entre agentes sociais com posições divergentes em prol de “interesses comuns”¹⁰. Se concretiza ideologicamente a supremacia da sociedade civil sobre o Estado, com a prevalência da ideia de que é na dita “sociedade civil” – não mais percebida como arena de disputas entre classes – que o exercício da criatividade, da cooperação e da solidariedade pode acontecer.

Leher – em estudo sobre a obra de Florestan Fernandes – vai apontar que no período da crise da ditadura, uma vez que novos protagonistas entravam no cenário político, os setores dominantes perceberam ser necessária uma operação político-ideológica para impedir que a “transição democrática” saísse dos trilhos, sendo incentivada nesse processo a liderança da oposição consentida, especialmente por meio de seus representantes mais moderados.

No terreno ideológico, os teóricos do autoritarismo conseguiram situar os termos do conflito entre uma abstrata sociedade civil e o Estado autoritário. A esfera privada foi associada à democracia e à cidadania; o Estado foi vinculado ao autoritarismo, à ineficiência, à burocracia e à corrupção. Assim, todos os que “sujaram as mãos” abrigaram-se no guarda-chuva ideológico da sociedade civil. Com isso, os que sustentaram a ditadura e seu modelo econômico concentrador de renda operaram a transição de tal modo que a condição capitalista dependente não foi alterada (LEHER, 2005, p. 231).

Segundo o referido autor, esse movimento ideológico conseguiu produzir uma formulação compatível com os interesses dos setores burgueses, visto que o autoritarismo foi dissociado do capital (esfera privada), se concentrando apenas no Estado. Florestan Fernandes iria combater essa teoria, buscando demonstrar que a questão não estava centrada na oposição entre sociedade civil e Estado autoritário. Para este pensador, uma democracia de participação ampliada não poderia se basear no consenso e na união nacional, mas na identificação/diferenciação das classes. Porém, numa correlação de forças adversa para a classe trabalhadora, vai prevalecer a ideologia da “sociedade civil como espaço democrático” e, nesse escopo, a esfera pública vai sendo eclipsada pela esfera privada (LEHER, op. cit.).

¹⁰ No bojo do discurso da necessidade de conciliação das classes em prol de interesses comuns, a preservação do meio ambiente será uma das temáticas que alimentarão a ideia de que “estamos todos no mesmo barco” e por isso, somente quando todos assumirem suas responsabilidades poderemos ter um “mundo sustentável” ou uma “sociedade sustentável” - expressões comumente utilizadas nos documentos de educação ambiental para designar o estágio ideal que devemos alcançar como sociedade humana.

Conquanto a ascensão de movimentos populares nos anos de 1980 houvesse colocado na agenda nacional questões relevantes para um processo de democratização substantiva do país e contribuído para a elaboração de uma nova Carta Magna que chegou a ficar conhecida como uma *Constituição Cidadã* pela série de direitos sociais e políticos conquistados, o Brasil será palco na década de 1990 para a entrada triunfal de políticas de corte neoliberal. Como condicionalidade para a renegociação da dívida externa do Brasil, o país adota o receituário neoliberal no início do governo Collor. As condicionalidades se expressavam no compromisso do governo em colocar em prática as recomendações presentes no Consenso de Washington. Tais recomendações serão implementadas de forma ainda mais vigorosa no governo Cardoso.

No primeiro ano do mandato de Cardoso, é criado o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), com o intuito de formular um plano integrado para as reformas “necessárias” ao país. Neste mesmo ano é aprovado pelo presidente da República o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Na época, tem destaque o papel assumido por Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro do MARE. Segundo ele, a queda da taxa de crescimento das economias capitalistas em meados da década de 70 se deveu, em parte, às distorções e ineficiências provocadas pelo excessivo e distorcido crescimento do Estado. Em meados da década de 1990, o autor percebia a crise do Estado por três aspectos: “uma crise fiscal, uma do modo de intervenção, e uma da forma burocrática de administração do Estado” (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 19). Crise que impôs a necessidade de reconstruí-lo, enquanto a globalização da economia tornou imperativa a tarefa de redefinir suas funções, numa equação capaz de “reduzir, compactar, contrair a estrutura do Estado para superar a crise fiscal e criar condições para um novo estágio de desenvolvimento econômico” (ibidem, p. 26). Veremos a reivindicação da modernidade – entendida como “democracia, a primazia da eficiência e uma preocupação com a equidade social” (ibidem, p. 197) – como argumento para as reformas pretendidas. Para Bresser Pereira, esta perspectiva modernizante avança com a eleição de Cardoso, pois a coalização de classes que ocupou o centro político conseguiu celebrar um pacto político informal baseado em uma nova interpretação e estratégia para a crise, na qual

(...) a reforma do Estado foi apenas começada com o ajuste fiscal e a privatização: deverá completar-se com a reforma da administração pública e com a reforma política. A reforma da Constituição de 1988 é necessária para viabilizar um maior ajuste fiscal, a reforma tributária, a reforma da previdência e a reforma administrativa (ibidem, p. 267).

O ataque à Constituição explica-se. Para o ministro do MARE, a transição democrática de 1985 foi a transição de uma direita burocrática e autoritária dominada pelos militares para uma coalização populista, não menos arcaica, de empresários, burocratas da classe média e trabalhadores que ignorou que os aumentos salariais provocariam inflação, de que o déficit público era um problema cada vez mais grave, que o Estado havia crescido demais, que as velhas estratégias de desenvolvimento estavam exauridas e que o Estado havia mergulhado numa profunda crise fiscal. Desse modo, a Constituição teria sacramentado os princípios de uma administração pública arcaica e burocrática ao extremo. Retrocesso que Bresser Pereira atribui aos constituintes e, mais amplamente, à sociedade brasileira pela falta de capacidade de verem o novo e perceberem a forma burocrática pela qual o Estado é administrado. Para superar a administração pública então vigente, ele apresenta um modelo de administração pública gerencial que visa substituir aquela. Trata-se da Nova Administração Pública que tem como contornos:

(1) descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais; (2) descentralização administrativa, pela delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos; (3) organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal, (4) organizações flexíveis ao invés de unitárias e monolíticas, nas quais as ideias de multiplicidade, de competição administrada e de conflitos tenham lugar (ibidem, p. 272).

Estas são as diretrizes para lidar com um Estado que, por sua vez, possui quatro setores: o núcleo estratégico do Estado, as atividades exclusivas do Estado, os serviços não-exclusivos ou competitivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Para completar, o autor menciona que no capitalismo contemporâneo, as formas de propriedade relevantes não são duas, mas três. Pois, além da propriedade privada, voltada para a realização de lucro (empresas) ou de consumo privado (famílias) e a propriedade pública estatal, existe também a propriedade pública não estatal, materializada na figura das “organizações sociais”. Caberia a este novo tipo de propriedade realizar os “serviços não exclusivos de Estado” através de contratos de gestão.

O fato de ser pública não-estatal, por sua vez, implicará a necessidade de a atividade ser controlada de forma mista pelo mercado e pelo Estado. O

controle do Estado, entretanto, será necessariamente antecedido e complementado pelo controle social direto, derivado do poder dos conselhos de administração constituídos pela sociedade (ibidem, p. 286).

Para concretizar essa estratégia, o Governo Cardoso lança então o “Programa de Publicização”. Aprovam-se as leis Nº 9.637/98 e 9.790/99 que instituem e disciplinam, respectivamente, o Contrato de Gestão e o Termo de Parceria, possibilitando a qualificação de entidades como Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Além da criação dessas leis, uma série de emendas constitucionais consolida algumas das principais propostas delineadas pelo MARE. Estabelece-se, assim, um novo arcabouço jurídico que, por um lado, ataca os direitos trabalhistas e, por outro, consolida o sistema de parceria ou de “co-gestão” entre o Estado as organizações da sociedade civil – mesmo aquelas adeptas do antiestatismo. Verifica-se a absorção por entidades privadas de serviços públicos antes mantidos e executados pelo Estado, o que contribui para a desestruturação das políticas sociais e amplia a força do mercado na regulação da vida social.

Sem uma pauta reivindicativa classista e alternando a estratégia do confronto para a da colaboração, as novas formas associativas passam a objetivar – em nome do “interesse público” – a harmonia e a coesão social, se valendo para isso de um sistema ideológico que concilia empreendedorismo e cidadania. Movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) vão abandonando, assim, a luta política e ideológica e concentrando-se na disputa por financiamento de seus projetos particulares. Desponta uma “(nova) sociedade civil ativa” (FALLEIROS *et al*, 2010) que sob o domínio de fundações e associações empresarias sem fins lucrativos, a “virtude” de serem não governamentais – o que reativa a definição clássica liberal – e o signo da responsabilidade social, converte-se em executora de políticas públicas, consolidando-se a transferência ao mercado de serviços antes exclusivamente prestados pelo Estado. Segundo os referidos autores, nas décadas de 1990 e 2000 a hegemonia capitalista irá se recompor através da imposição como “verdade histórica” do fim das disputas entre capital e trabalho e a necessidade de conciliação dos interesses das classes em prol do combate à pobreza e da preservação do meio ambiente.

Nesse processo de “repolitização da política” teremos uma transmutação¹¹ do Partido dos Trabalhadores (PT) ainda na década de 1990 que Coelho (2005 apud

¹¹ Carlos Nelson Coutinho trabalha com o conceito de “transformismo” para explicar as mudanças ocorridas no PT. Em entrevista publicada no Jornal da UFRJ, o professor da Escola de Serviço Social

Fontes, 2010) demonstra se tratar de uma modificação da condição social ocupada por muitos dirigentes simultaneamente à adesão do partido a um programa capitalista renovado, que lhe caracteriza como uma “esquerda para o capital”. Isso explica a difusão pelos líderes do Governo Lula “de que a construção de uma agenda nacional de desenvolvimento só pode se dar por meio de um diálogo nacional” (FALLEIROS *et al*, 2010, p. 84). Receituário que será norteador das ações do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado por decreto em 2003 – formado por 90 conselheiros, sendo 41 representantes de empresas e/ou associações empresariais e 16 representantes de associações de trabalhadores – com a competência de assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, apreciar propostas de políticas públicas, reformas estruturais etc.

Outra ação que ganha relevância no Governo Lula – em ressonância com a diretriz do “diálogo social” – é a construção das Conferências Nacionais de políticas públicas. Embora a primeira conferência nacional date de 1941 e 25 edições tenham ocorrido entre 1988 e 2002, com o início do governo Lula elas se tornam bem mais frequentes, sendo realizadas 55 conferências nacionais sobre temas diversos como Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cidades. Nesse sentido, são efetivadas novas formas de participação social que darão materialidade à proposta de “democracia participativa” – expressão utilizada em contextos e com objetivos bastante diversos, mas que de modo geral serve para dar ênfase à necessidade do envolvimento direto e permanente da sociedade civil nas discussões e decisões políticas do país. De tal modo que o Brasil se torna terreno fértil para um espectro diverso de discursos e práticas sócio-políticas em torno da necessidade de dar protagonismo às “organizações da sociedade civil” para um desenvolvimento equânime do país. E à medida que essas organizações se enraízam no aparato estatal vão se diluindo as fronteiras entre o público e o privado.

A Reforma do Estado avança, não mais com esse signo, a partir das parcerias público-privadas (PPPs) que são regulamentadas pela Lei N° 11.079/2004 e se tornam o novo eixo motor da “modernização” do país. Tais parcerias vêm significando a destinação de volumosos recursos públicos para a iniciativa privada, em contratos sem risco para as empresas executoras, tendo o fortalecido BNDES a financiar os grandes e médios empreendimentos, e o Banco do Brasil como principal operador nacional de

dessa Universidade diz que “estamos assistindo à maior operação transformista já ocorrida na história de nosso país”, se referindo ao primeiro governo Lula. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial20.pdf>. Acesso em 09 mar. 2012.

recursos públicos para um setor agropecuário voltado para a exportação. O aquecimento do setor de commodities e conseqüente aumento da demanda por água, terra e energia vão impulsionar uma nova onda de expropriações e o acirramento dos conflitos ambientais no campo e na cidade. Outra mudança qualitativa é o retorno de uma aspiração estatal desenvolvimentista, sobretudo a partir do segundo mandato de Lula, com a centralidade que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) adquire no desenrolar do conjunto das políticas públicas nacionais.

O novo bloco de poder – que de forma nunca antes vista na história desse país consegue unir uma frente tão ampla de forças políticas e frações burguesas locais – potencializa sua hegemonia: pelo aumento real do salário mínimo, a oferta de crédito consignado e o novo padrão de políticas assistencialistas e de transferência de renda que elevam os indicadores sócio-econômicos; pelos investimentos produtivos e o aumento das taxas de crescimento econômico que ampliam o acesso ao mercado de trabalho e o número de carteiras assinadas e; pela consolidação do Brasil como liderança regional e 7ª economia do Planeta que coloca o país em nova posição político-econômica no sistema-mundo. A respeito dessa nova posição, o discurso de “país emergente” ganha materialidade com a escolha do Brasil como sede dos principais eventos esportivos internacionais e pólo de atração de capitais. O projeto de poder em andamento, à medida que oportuniza ganhos financeiros substantivos tanto das frações burguesas locais como do capital internacional a elas associado – daí a mão dupla da expansão imperialista –, acentua o poder das classes possuidoras que dão respaldo e coesão ao bloco. Com a eleição de Dilma Rousseff se estreita ainda mais a relação entre as forças políticas dominantes e os grupos privados nacionais e internacionais, o que aprofunda a coalização de poder e assegura a continuidade desse projeto. Com base no que vem se passando no Brasil a partir da última década do século passado, Martins e Neves (2010) sustentam que o país vem seguindo o projeto político da Terceira Via – cujas teses basilares se baseiam numa sociedade civil ativa, num novo Estado democrático e numa radicalização da democracia – no qual a busca de um Estado de Bem-estar Social dá lugar a uma Sociedade de Bem-estar Social. Nutrida por elaborações teóricas “que difundem a existência de novas relações que se constroem supostamente de maneira independente das relações sociais capitalistas” (ibidem, p. 25) e resultante da depuração do projeto da social-democracia, a Terceira Via propaga a possibilidade de liberdade de mercado com justiça social com vistas a viabilizar um bloco histórico composto por um arco de forças bastante abrangente, fruto do encontro de correntes políticas distintas.

No plano estadual, a eleição em 2007 do candidato do PMDB, Sérgio Cabral, ao governo do Rio de Janeiro marca o início de um período de maior organicidade entre poder público e mercado e entre o governo estadual e o governo federal. O estado reassume posição de grande receptor de recursos federais, recebendo volumosos aportes econômicos advindos de investimentos públicos como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) – maior empreendimento isolado da história da Petrobrás – e privados, tal qual a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) – maior investimento privado realizado na América Latina nos últimos 15 anos¹². A vitória do camaleão Eduardo Paes – que entre 1996 e 2007 chegou a mudar de partido 5 vezes, passando por PV, PFL, PTB, PFL novamente, PSDB e finalmente PMDB – para a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2009 e reeleição de Cabral em 2011 com o apoio e/ou controle da maioria das prefeituras municipais pelo PMDB sela de vez a hegemonia da máquina partidária do partido no estado. A parceria das três esferas de governo e destas com os grupos privados dominantes dá liga ao sistema ideológico que preconiza o crescimento econômico como sinal de progresso e a gestão empresarial como modelo de eficiência.

A implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas fluminenses – louvada como principal legado do primeiro mandato de Cabral – é exemplo da relação orgânica entre governo e mercado. O Estado volta a ter o controle de áreas nobres ocupadas pelo tráfico de drogas e as empresas ganham novos terrenos de expansão econômica. Junto também chegam as ONGs ligadas a essas empresas e ao governo que vão trabalhar na formação dos novos consumidores, concretizando o padrão de sociabilidade exigido pelos eventos esportivos e demais investimentos econômicos previstos para o lugar. A pacificação é garantida quando Estado e aparelhos privados de hegemonia conseguem convencer a população a receber com entusiasmo a polícia e os empreendimentos que ali se instalam. E como a repressão é cotidiana, acaba

¹² Mais que uma siderúrgica, a TKCSA é um conglomerado industrial-siderúrgico-portuário. *Joint venture* formada pela VALE (CVRD), que detém cerca de 27% das ações votantes, e a empresa alemã Thyssen Krupp Steel (TKS) com 73%, o empreendimento conta com: a) financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, b) terreno concedido pelo governo estadual, c) dispensa do pagamento de tributos municipais (ISS) e estaduais, por cinco e 12 anos respectivamente. Apenas as isenções de ICMS atingem um montante estimado de US\$ 150 milhões por ano. Essas informações foram obtidas no relatório *Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA. Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro* (2ª edição - revisada e atualizada), produzido em 2009 pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS e disponível em http://www.pacs.org.br/uploaded_files/20091126224843_printed_outras_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf. Acesso em: 03 mar. 2012. No próximo capítulo, apresentamos o programa de responsabilidade socioambiental da TKCSA.

por se assistir no estado à combinação de estratégias de coerção e consenso para o capital se reproduzir sem maiores instabilidades sociais.

3. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Diversas interpretações vêm sendo feitas a respeito da constituição da educação ambiental e da questão ambiental em geral. A título de exemplo, para iniciar seu relato sobre “uma breve história da Educação Ambiental no Brasil”, Schwanke (2009, p. 281) afirma:

Pode-se considerar que a Educação Ambiental surgiu como resultado de uma série de movimentos e discussões surgidas em virtude da constatação de que a exploração desenfreada dos recursos naturais realizada pelo homem ao longo dos séculos e em nome do progresso causou um alto grau de degradação ambiental, ameaçando a continuidade dos ecossistemas e afetando populações locais.

Primeiramente, percebemos a inexistência de determinantes para a exploração desenfreada dos recursos naturais. Naturaliza-se uma forma específica de formação social, no caso, a sociedade burguesa, ocultando-se as classes e grupos sociais responsáveis pelo quadro diagnosticado. Sem problematizar a respeito do modelo de desenvolvimento adotado e a própria ideia de progresso, atribui-se à vontade ou à necessidade de progredir as razões para esse homem abstrato - ou a humanidade como um todo - causar o impacto ao meio ambiente. No fim, aponta-se que populações *locais* são afetadas, o que torna impreciso quem, de fato, sofre as consequências da degradação ambiental e como fatores sociais, econômicos e culturais definem quem sofre mais ou menos esse processo. Por outro lado, perde-se de vista que a questão ambiental - sobretudo após o desmonte do bloco soviético que permitiu a mundialização do modo de produção capitalista - só pode ser pensada na interdependência entre aquilo que poderia ser designado como um fenômeno local em sua relação com um movimento de ordem planetária. Portanto, apontar que são “populações locais” que enfrentam os principais impactos decorrentes da degradação ambiental é um primeiro passo para entender a educação ambiental como ferramenta para soluções locais e pontuais, descolando problemas locais de um modo de produção e reprodução social da vida que se universalizou.

Há consenso entre educadores e historiadores ambientais sobre o surgimento do ambientalismo na década de 1960. Loureiro destaca que o movimento ambientalista, ao estabelecer um novo patamar político à discussão que vinha sendo feita acerca das ciências, da cultura, da sociedade e da existência terrena, traz a público - sob diferentes

abordagens - a questão da inserção humana na natureza como uma problemática vital e determinante na construção de outros estilos de vida, culturas e modelos societários. Contudo, o autor procura demonstrar que importantes filósofos como Heráclito, Epicuro, Zenão de Eléia, Pitágoras e Demócrito e destacadamente Sócrates, Platão e Aristóteles - cujo pensamento serviu de base para as concepções ocidentais de mundo - trabalharam o conceito de natureza.

A natureza, como categoria conceitual presente na ação humana, permeia no ocidente as discussões filosóficas desde os pré-socráticos, ou seja, há 27 séculos! Muito antes de se falar na distinção entre filosofia e ciências [...] o foco central era exatamente o que ficou designado como filosofia da natureza e questões como: criação da vida e do universo; sentido da criação; existência humana e seu significado; atributos da natureza [etc] (LOUREIRO, 2006, p. 118).

Para Pádua (2002 apud Loureiro, 2006) as preocupações com a natureza a partir do século XVI possuíam um viés conservacionista, preservacionista ou romântico e desde o século XIX, seria sob um prisma positivista e desenvolvimentista que as abordagens sobre a natureza far-se-iam. Esse resgate é importante, pois há uma visão muito difundida que coloca que a educação ambiental no Brasil era em sua origem conservacionista na forma de conceber a relação natureza-sociedade e atualmente ela estaria se realizando eminentemente por um prisma crítico. Associada às práticas políticas de agentes ambientalistas, vai se constituindo a partir dos anos de 1960 uma educação ambiental que, embora influenciada por uma Educação Conservacionista - resultado da ação de organizações e intelectuais na preservação de áreas protegidas -, transcenderá esta com a complexificação do campo advinda dos debates e embates ocorridos entre as ciências humanas e naturais e das inúmeras tradições que estão conformando o incipiente movimento ambientalista no país (LOUREIRO, 2004). Portanto, afastando a hipótese de que a educação ambiental se restringia ao campo das ciências naturais, a tradição conservacionista que se apóia nas teorias produzidas nesse campo científico vai influenciar e ocupar uma posição de destaque nas concepções dominantes de educação ambiental da época – posição que se estende aos dias atuais. No Brasil, o Golpe de 64 vai contribuir para o avanço de uma produção científica de natureza tecnicista e utilitarista, favorecendo à constituição de práticas educativas – não apenas no campo da educação ambiental - e sociais com tais perspectivas. No mundo, vivemos um período, que segundo Santos (2000, p. 64),

(...) tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado. Por conseguinte, trata-se de uma técnica e de uma ciência seletivas. Como, freqüentemente, a ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral, o progresso técnico e científico não é sempre um progresso moral. Pior, talvez, do que isso: a ausência desse progresso moral e tudo o que é feito a partir dessa ausência vai pesar fortemente sobre o modelo de construção histórica dominante no último quartel do século XX.

O fato da questão ambiental “chegar ao Brasil” na época da ditadura militar, quando os movimentos sociais e a educação se encontravam sob forte repressão, numa onda que gerava a despolitização dos espaços sociais e educativos, inibe o florescimento de uma educação ambiental voltada ao questionamento do modelo societário. As primeiras ações em educação ambiental feitas pelo governo, assim como aquelas efetuadas pelas organizações conservacionistas existentes, contribuíram para a propagação de discursos e práticas de sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, sem qualquer associação fecunda entre o fazer educativo ambiental e o fazer político. Uma suposta busca do ser e fazer “ecologicamente correto” vai transparecer no Decreto nº 73.030 de 1973 que cria a Secretaria Especial de Meio Ambiente, vinculada ao Ministério do Interior, que afirma como sua função a promoção do “esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (Art. 4º). Se a partir de meados da década de 1970 a educação ambiental começa a ser institucionalizada nas secretarias e órgãos governamentais ambientais, essa entrada via instâncias caracterizadas pelo perfil tecnicista de seus profissionais irá colaborar ainda mais para a configuração de uma dinâmica funcionalista no trato das questões relativas às interações sociedade-natureza, elevando-se um sentido informativo e normativo em detrimento a reflexões mais atreladas aos processos pedagógicos instaurados (LOUREIRO, 2004).

Ainda assim, veremos que forças ambientalistas irão se integrar a movimentos de educadores formados nas tradições emancipatórias, muitos destes com uma já densa discussão sobre a vida e a sustentabilidade planetária, o que contribuirá para o surgimento de tendências em educação ambiental no país que iriam paulatinamente aumentando sua influência no debate entre os movimentos sociais, nos espaços acadêmicos e na consolidação de políticas públicas na área. Com a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) por meio da Lei nº 6938/1981 a educação ambiental começava a ganhar espaço na legislação nacional. Em seu artigo 2º, inciso X, afirma-se se a necessidade de fomento da “educação ambiental a todos os níveis de

ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”, enquanto o artigo 4º, inciso V, expressa que a PNMA visa “à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico”. A redemocratização do país na década de 1980 vai favorecer novos processos de educação ambiental. Segundo Loureiro, é a partir dessa década que, articulado ao avanço do conhecimento e aos instrumentos legais disponíveis, começa a se configurar a vertente “*transformadora*” da educação ambiental no país. Isso se dará

pela maior aproximação de educadores, principalmente os envolvidos com educação popular e instituições públicas de educação, junto aos militantes de movimentos sociais e ambientalistas com foco na transformação societária e no questionamento radical aos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo (ibidem, p. 67).

Tal fenômeno iria propiciar condições objetivas para novas práticas e teorias inseridas no escopo da educação ambiental, que passa a ser influenciada cada vez mais pelas ideias de Paulo Freire e o grupo das pedagogias libertárias que se difundiram nos anos de 1970 na América Latina – não no Brasil, na época sob ditadura civil-militar - em diálogo com as tradições marxista e humanista. Vai despontando, assim, uma educação ambiental vinculada aos processos de transformação societária que busca romper com a sociedade capitalista e as formas alienadas e opressoras de vida.

A efervescente década de 1980 é marcada no seu fim pela promulgação em 1988 de uma nova Constituição Federal, constando nela um capítulo sobre o meio ambiente. No Artigo 225 é expresso que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público, segundo o § 1º, inciso VI deste capítulo, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Desse modo, a questão ambiental adquire um novo patamar na legislação brasileira e a educação ambiental se estabelece como um direito constitucional. No ano seguinte, a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Fundo Nacional de Meio Ambiente seria de suma importância não apenas para a estruturação da área ambiental no governo

federal, como para novos processos em educação ambiental. A esse respeito, José Quintas ressalta a proposta de educação ambiental constituída no âmbito do IBAMA, denominada Educação no Processo de Gestão Ambiental, que a partir dos anos 1990 até 2007 – quando foi interrompida com a divisão do IBAMA e a constituição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – procurou atender à necessidade de “tornar viável a intervenção qualificada, coletiva e organizada dos grupos sociais, principalmente daqueles historicamente excluídos, nos processos decisórios sobre a destinação dos recursos ambientais” (QUINTAS, 2009, p. 57).

Os avanços dos anos 1980 – impulsionados pela ascensão dos movimentos sociais e a pressão exercida por estes – serão a base para a consolidação do arcabouço jurídico-institucional da educação ambiental na década seguinte. De grande importância para essa consolidação é a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no início da última década do século XX no Rio de Janeiro (Rio-92). Se no ano de 1972, a Conferência de Estocolmo havia sido o grande marco para a entrada da temática ambiental na agenda mundial – tendo a Conferência de Tbilisi (1977) esse mesmo papel em relação à educação ambiental -, a Rio-92 selava esse processo. O fato dessa Conferência – considerada um dos maiores encontros globais de todos os tempos, reunindo chefes de Estado de 179 nações – ter sido realizada no país ajuda a explicar como, mesmo com a afirmação do neoliberalismo nessa década, a pauta ambiental ganha fôlego na agenda pública. O direcionamento dos holofotes do mundo inteiro para o Brasil e a assinatura de Acordos Internacionais que precisariam ser implantados em seguida demandaram respostas por parte do governo, que já sofria de movimentos e organizações internacionais pressão por uma postura mais ativa do país no trato da questão ambiental¹³. Alguns Acordos e Convenções previam, inclusive, repasse de verbas internacionais para os “países em desenvolvimento”, o que implicava a institucionalização de arcabouço legal no campo ambiental para recebimento desses recursos.

Sob a égide do “desenvolvimento sustentável” - termo originado no Relatório “Nosso futuro comum”, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento que era ligada a Assembléia Geral da ONU -, assiste-se a

¹³ Parte dessa pressão, que não era apenas de grupos estrangeiros, foi acentuada pelo assassinato de Chico Mendes – maior líder do movimento dos seringueiros na Amazônia – no final da década de 1980. Dentre as diversas pautas levantadas por esse movimento, era reivindicado um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia que privilegiasse os povos da floresta e a conservação da base ecossistêmica que fornecia as condições materiais para sua reprodução econômica, social, cultural e simbólica.

um ponto de virada dos setores dominantes em relação à questão ambiental, com direito à entrada em cena do Banco Mundial que toma a dianteira do processo, ficando sob seu domínio o recém criado GEF (*Global Environment Fund*, algo como Fundo Ambiental Mundial, em português)¹⁴.

Genericamente entendido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46), o termo desenvolvimento sustentável se populariza a partir de então. Passa a fazer parte do vocabulário dos organismos internacionais¹⁵, se torna bandeira de partidos, movimentos e ONGs que têm referência no ambientalismo, como também é rapidamente apropriado por segmentos empresariais e setores governamentais que, surfando na maré de popularidade deste vago conceito e na crescente preocupação ecológica de frações da sociedade, reivindicam o desenvolvimento sustentável não para repensarem estruturalmente suas práticas, mas para pintar de verde o sistema sócio-econômico que são beneficiários¹⁶.

Segundo Quintas, setores dominantes da economia e governos nacionais defendem que a crise ambiental diagnosticada pode ser resolvida tornando sustentável o atual padrão de produção e consumo. “Pra isto, bastaria a adoção de tecnologias e práticas ambientalmente saudáveis (...) para se atingir a *ecoeficiência e produtividade dos recursos* (QUINTAS, 2009, p. 38, grifos do autor). Isto caracteriza o que Sachs (2002, apud QUINTAS, 2009) denomina otimismo epistemológico – crença de que a continuidade do progresso material da humanidade pode sempre ser sustentado por soluções técnicas – e que segundo este autor já era popular entre políticos de direita e de esquerda nos preparativos da Conferência de Estocolmo no início da década de 1970. Período esse em que o desenvolvimentismo preponderava. O que Quintas conclui é que o surgimento da proposta de desenvolvimento sustentável vai ser o produto final de um

¹⁴ Até a Rio-92, a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, exercia o papel de organismo internacional responsável por gerenciar os fundos relativos ao tema. Na Conferência é criado no âmbito do Banco Mundial o GEF, que passa a ser a principal fonte de financiamento de projetos ambientais do mundo.

¹⁵ Como exemplo de que o termo ainda não saiu de moda, sob a coordenação da Unesco, os anos de 2005-2014 foram designados pelas Nações Unidas, através de iniciativa instituída por resolução de sua Assembleia Geral, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

¹⁶ Desde a Rio-92, o esverdeamento do capitalismo vem se processando a passos largos, tendo como vetor propositivo a “economia verde”. A economia verde, enquanto estratégia para uma reconfiguração assistida do capitalismo, como modo de superar sua crise e ampliar a base de exploração e privatização da natureza, entrou efetivamente na agenda mundial. Prova disso é sua escolha como eixo principal de discussão na Rio+20.

processo de busca por compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental que se arrastava há algumas décadas.

Como caminho encontrado por aqueles que desde a Conferência de Estocolmo defendiam que desenvolvimento e meio ambiente não eram necessariamente contraditórios¹⁷, se consolida na Rio-92 o desenvolvimento sustentável como proposta e expressão chave para essa conciliação. Assume-se conseqüentemente que a questão fundamental é *integrar* a dimensão ambiental no planejamento e desenvolvimento econômico, discurso que irá predominar nos debates públicos a partir de então.

Os programas de responsabilidade socioambiental das empresas cumpriram papel chave para a incorporação do “desenvolvimento sustentável” como conceito central do novo léxico dos setores dominantes e, sobretudo, como orientador da ação desses setores. A educação ambiental desenvolvida nesses programas logra função estratégica à medida que apaga a perspectiva crítica dos determinantes sociais para difundir a perspectiva individualista da mudança dos comportamentos como questão principal a ser enfrentada. O programa de responsabilidade socioambiental da Thyssenkrupp CSA exemplifica como os setores dominantes vão buscar educar as comunidades impactadas por seus empreendimentos. Nesse contexto, o principal investimento da empresa foi o patrocínio à criação do Colégio Estadual Erich Walter Heine em Santa Cruz, com tudo que os manuais da ecoeficiência propõem: emprego de material ecologicamente correto na construção, captação de água da chuva, separação do lixo da escola para reciclagem etc. Segundo matéria publicada no sítio oficial da SEEDUC na internet¹⁸, essa é a “primeira escola totalmente sustentável do Brasil e da América Latina” e “dentro das atividades da escola está a formação de um modelo de empresa que ajudará os jovens a conhecerem mais o processo empresarial”. A parceria público-privada foi inaugurada em 20/05/11 com a presença do Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o Secretário de Estado de Educação, Wilson Risolia, e o presidente da TKCSA, Herbert Eichelkrauto. Na solenidade, o primeiro reforçou a importância da parceria para a recuperação do ensino no Estado do Rio de Janeiro. O

¹⁷ Até os dias atuais permanece no discurso das autoridades governamentais, mas não só delas, a narrativa de que conservação do meio ambiente e o desenvolvimento são compatíveis. Não seria necessário reformular a questão para: desenvolvimento *capitalista* e conservação ambiental são compatíveis? Ou indo além: existe sustentabilidade no capitalismo? Se sim, sustentabilidade do que e para quem?

¹⁸ A matéria na íntegra e as citações e informações utilizadas estão disponíveis em <http://www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?idsecao=13&tipo=categ&idcategoria=707&idItem=4603>. Acesso em 08 mar. 2012.

segundo parabenizou alunos, pais e professores por terem sido “premiados com uma escola modelo em sustentabilidade”. O terceiro ressaltou que a iniciativa demonstra o compromisso da empresa com a comunidade de Santa Cruz e compartilhou o desejo para “que essa escola seja um exemplo para outras escolas públicas”. A fala selecionada de uma aluna ao final da matéria revela a compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento sustentável difundida pelo governo e os objetivos da educação ambiental comportamentalista. Segundo a aluna, “estudar em uma escola com toda essa tecnologia e cuidado com o meio ambiente vai ajudar na minha vida profissional e pessoal. Agora, em casa, eu já me preocupo em economizar. Não posso ver uma lâmpada acesa sem necessidade”.

Um documento assinado pelos Chefes de Estado durante a Rio-92 que trazia o argumento do desenvolvimento sustentável e passou a orientar muitos projetos de educação ambiental foi a Agenda 21 - constituída por 40 áreas temáticas consideradas prioritárias para se atingir um modelo de desenvolvimento que conciliasse “conservação ambiental, justiça social e crescimento econômico”, mais tarde conhecido como o “tripé” da sustentabilidade. No documento era ressaltada a necessidade da construção participativa de agendas 21 nacionais, regionais e locais, por meio do diálogo entre os três principais setores da sociedade: governo, mercado e sociedade civil. Essa separação dá sustentação à ideia de autonomia da sociedade civil, tratada como espaço democrático, livre de coerções, protagonizado pelas organizações sem fins lucrativos que atuam em cooperação. Ganha autonomia também o mercado, visto como um setor a parte do governo e da sociedade civil, retirando desta a luta de classes e garantindo ao mercado protagonismo no alcance do “crescimento econômico” que faz parte do “tripé” e não deixa dúvidas do viés economicista da propaganda sustentabilidade. Mas o tripé está sempre manco, pois o modelo capitalista dependente aqui desenvolvido implica que a produção de riqueza é acompanhada por expropriações da base natural num primeiro nível e dos direitos e sociabilidades num segundo nível, o que torna longínqua qualquer possibilidade de conservação ambiental e justiça social. Nos territórios rurais esse modelo é sustentado pelo agronegócio e formas arcaico-modernas associadas de extração de bens naturais. A necessidade imperativa de quantidades colossais de água, terra e energia para alimentar esse modelo provoca expropriações de primeiro nível. A violência política e social a que estão submetidos os trabalhadores rurais expõem as expropriações de segundo nível. O circuito da expropriação só fecha, porém, nos espaços urbanos e periurbanos onde se realiza a transformação industrial e tecnológica

das commodities, bem como seu escoamento, em meio à violência estrutural provocada pela desigualdade no acesso e uso dos espaços, equipamentos, serviços e bens públicos.

Também teve repercussão na Rio-92 as ações e documentos produzidos no âmbito do Fórum Global - espaço protagonizado pelos movimentos e organizações da sociedade civil. Entre os documentos elaborados, destacamos o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que passou a ser importante referência para os educadores ambientais. Virgínia Fontes vai ressaltar que a realização da Rio-92 e da Conferência simultânea da sociedade civil estimulou a constituição ainda em 1991 da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), congregando cerca de 200 entidades.

A Abong procuraria, ao longo da década, qualificar-se como a principal porta-voz da sociedade civil brasileira, valorizando uma concepção de autonomia definida vagamente pela inexistência de vínculos governamentais (mas cristalizada como forma associativa distante de qualquer referência às classes sociais), contribuindo para o apagamento retórico da classe trabalhadora, reduzida às suas instituições *legais* (especialmente sindicatos e centrais) (FONTES, 2010, p. 268, grifos da autora).

Interessante notar que num processo parecido com o descrito pela referida autora seria criada a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA). Pois, em 1991, sob a efervescência do período prévio à Rio-92 é realizado o II Fórum de Educação Ambiental, onde a REBEA germina. Na 1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental - um dos encontros realizados no Fórum Global – seria criada oficialmente a REBEA (BRASIL, 2008), passando esta a ser o principal espaço de articulação dos educadores ambientais do país.

Um novo marco para a consolidação da educação ambiental como política pública seria estabelecido em 1994, com o lançamento do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, resultado do convênio entre o Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente, contando ainda com as participações do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse primeiro programa nacional teve o mérito de trazer para a esfera do Ministério da Educação algo que era até então um tema marginal pro Ministério, se tornando um documento de grande importância para a educação ambiental. Em 1996, são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1996), constando o meio ambiente como tema transversal às diversas áreas do conhecimento, transbordando como diretriz para os projetos pedagógicos das escolas a relevância que a temática ambiental vinha adquirindo nos

últimos anos. O MEC cria em 1998 a Coordenação Geral de Educação Ambiental, institucionalizando assim um setor de educação ambiental no ministério.

Em 1999, é publicada a Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), período que está inscrito na regulamentação e, logo, aprofundamento da Reforma do Estado, após uma primeira geração de reformas realizadas. É também o período de agravamento da crise de 98, quando há a retomada da estratégia de situar o país como exportador de *commodities*, o que vai provocar maior demanda por água, terra e energia e potencializar novas expropriações. Há o redimensionamento do agronegócio, o projeto de construção de hidrelétricas em áreas indígenas e de outros povos tradicionais avança, assim como as atividades de mineração, o setor de celulose, entre outros. Vemos o Estado, por meio de suas instituições de fomento, incentivar um padrão de acumulação ainda mais concentrador de riquezas, o que agrava os conflitos sociais nas áreas urbanas, mas principalmente no campo, onde há o estancamento da reforma agrária. O capital, sob hegemonia de suas frações financeiras, faz sua mais forte investida sobre os territórios. O aumento da pressão e demanda por recursos ambientais e o acirramento das lutas sociais contra as expropriações sinalizam uma mudança de escala da problemática ambiental.

A PNEA vem definir em seu artigo 2º que: “A educação ambiental é um componente permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Como observa Layrargues, os três principais momentos constitutivos da educação ambiental na legislação brasileira (PNMA, Constituição Federal e PNEA) têm em comum a inserção da educação ambiental em "todos os níveis de ensino". Assim, a institucionalização da PNEA, tratou-se

da consolidação de um *processo de inclusão da dimensão ambiental na Educação*, que ocorreu de modo paulatino e gradativo ao longo de pouco mais de duas décadas de esforços dirigidos por parte dos educadores ambientais, com vistas à instauração de uma nova ética na relação estabelecida entre a Sociedade brasileira e a Natureza (LAYRARGUES, 2002, p. 1, grifos do autor)

O autor vai se posicionar criticamente em relação às concepções de educação ambiental que não enfrentam questões como a desigualdade social e a relação entre trabalho e capital e que, segundo ele, foram legitimadas pela PNEA. Ele utiliza como

exemplo disso a ausência na lei de termos como justiça, conflito, risco e gestão ambiental, ao mesmo tempo em que sustentará que num contexto em que

a educação ambiental se constitua como o elemento responsável pela mudança cultural da Sociedade (...) com vistas à instauração de uma nova ética na relação estabelecida entre a Sociedade e a Natureza (...) toda e qualquer iniciativa que vise a *inclusão da dimensão ambiental na Educação* é considerada válida e relevante (ibidem, p. 6; grifos meus)

O ponto principal é entender em que sentido essa inclusão vem acontecendo, pois tal como foi acrescido o “sustentável” ao desenvolvimento, esse movimento de incorporação do “ambiental” à educação não vem cumprindo um papel mais de legitimar do que problematizar a dinâmica societária atual? Essa preocupação é compartilhada por Kaplan (2011) que entende que conquanto venham adentrando o âmbito das instituições educacionais discussões acerca da questão ambiental, situando-a como um problema fundamental da sociedade contemporânea, são frequentes as discussões sem reflexões epistemológicas e teórico-políticas. O autor apresenta em sua pesquisa dois elementos que nos ajudam a explicar esse *déficit* de reflexões mais aprofundadas. Primeiramente, ancorado em diversos autores, Kaplan afirma que a educação ambiental, embora constituída como campo próprio pela convergência de questões relacionadas ao meio ambiente e à educação, tem traços identitários distintivos advindos do ambientalismo que emerge na década de 1960 e não das lutas educacionais. Atrelado a essa configuração, outro aspecto que merece atenção é a inexistência *do* movimento ambientalista, mas sim de distintos movimentos sociais que, referenciados em tradições teórico-políticas muito diversas, trouxeram para a esfera pública o debate sobre a temática ambiental. Portanto, acabaram homogeneizados e agrupados como pertencentes a um único movimento ambientalista, apesar de apresentarem interesses e propostas por vezes antagônicas.

Trazendo essa discussão para o âmbito da Lei 9.795/99, Layrargues (2002) argumenta que houve precocidade na criação da Política Nacional de Educação Ambiental, em razão desta ter precedido “a estruturação da organização social dos educadores ambientais [... e o] amadurecimento necessário para o surgimento das condições para que a educação ambiental fosse também um palco para as urgentes mudanças que se requer nas relações sociais” (ibidem, p. 12-13). Situação que persiste até os dias atuais, pois mesmo já tendo a capacidade de aglutinar forças sociais em torno de sua órbita, a educação ambiental ainda carece de um movimento organizado capaz de

colocá-la como elemento central das lutas sociais, ainda mais de lutas que se constroem contra as expropriações. No plano estadual, por exemplo, temos: pesquisadores e estudantes do campo cuja elaboração teórica e participação política contribuem para a afirmação da educação ambiental como processo indutor de mudanças sociais; uma rede estadual de educação ambiental que em determinados momentos articula e mobiliza os sujeitos sociais do estado para a ação política; vários projetos de educação ambiental sendo implementados em diferentes contextos e territórios e; professores e professoras da rede pública e privada que vêm trazendo para o contexto escolar práticas consideradas de educação ambiental. Porém, no que concerne a própria criação do Programa Estadual, ainda que demandado pontualmente por alguns sujeitos sociais, defendemos que ele se efetivou mais pela ocupação e fortalecimento de posições na estrutura estatal por pessoas comprometidas com a educação ambiental enquanto política pública do que por pressão social de educadores ambientais organizados coletivamente. Fato confirmado na consulta pública, quando não foi possível identificar um movimento social organizado de educadores ambientais a disputar o texto do ProEEA. Tampouco pudemos perceber algum movimento social a reivindicar a educação ambiental como pauta definidora de sua ação. A ação mais organizada verificada durante a consulta pública veio a ocorrer no encontro da capital, quando um grupo com um histórico de lutas em torno da saúde ambiental e da justiça ambiental buscou inserir nesta política pública em construção questões e conceitos relevantes para esses campos.

Esse debate sobre a organização social dos educadores ambientais ganha importância no contexto da reorientação da economia nacional, como resposta para a crise de 1998/99. O maior peso do setor de commodities na economia, a força do capital financeiro, a dominar a produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias, e a consolidação de outro bloco de poder mudam a magnitude da problemática ambiental nos anos 2000. Uma vez turbinado, o agronegócio avança sobre os territórios de populações camponesas e impõe o seu *modus operandi* de desenvolvimento rural. Sob a coordenação do Estado e de agentes privados nele imbricados, grandes empreendimentos acionam a locomotiva da extração e deterioração dos bens naturais, o que coloca em cheque a possibilidade de reprodução material e cultural de povos indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais. A partir da eleição de Lula, uma coligação de forças políticas e econômicas vai dar forma a um projeto neodesenvolvimentista, institucionalizado pelo PAC no segundo mandato de seu

governo. Isso vai repercutir no Congresso Nacional, onde bancadas de parlamentares ligadas às frações burguesas nacionais trabalham pela flexibilização das leis ambientais, pelo enfraquecimento dos órgãos ambientais federais e a transferência de suas responsabilidades aos entes estaduais e municipais. O desmonte do aparato estatal ambiental é arquitetado e concretizado em muitas ocasiões também por ação do Executivo, devido à predominância da visão de que a área ambiental cria obstáculos à implementação dos investimentos planejados. Por consequência de todo esse processo, os setores particularistas, que atuam de forma coordenada no Estado e na sociedade civil, conseguem operar um padrão de acumulação que vai redimensionar a questão ambiental no novo século. Alterando-se a problemática na qual a educação ambiental tem que lidar, é a própria educação ambiental que passa a ser questionada quanto: à sua missão de existir; à sua leitura do padrão de acumulação vigente; ao seu distanciamento ou aproximação dos movimentos que estão organizando-se contra as expropriações; e à sua contribuição para o debate dos nexos entre degradação ambiental e o sociometabolismo do capital. São questões para investigações futuras que merecem atenção se quisermos compreender qual o papel dos educadores ambientais, tanto no campo da produção teórica como da ação política, nos enfrentamentos sociais do século XXI e qual a sua capacidade de ganhar as classes trabalhadoras nesse momento histórico em que as disputas pela base natural da humanidade se intensificam, dando novos contornos aos conflitos ambientais no Brasil.

Outra questão importante da Lei 9795 diz respeito ao veto feito ao Art. 18 onde se afirmava que "devem ser destinados a ações em educação ambiental, pelo menos vinte por cento dos recursos arrecadados em função da aplicação de multas decorrentes do descumprimento da legislação ambiental". Segundo Layrargues (2002), isso comprometeu a autonomia da PNEA, pois como argumenta, "diante do cenário de escassez de verbas em geral e do reduzido orçamento público para a área ambiental, a educação ambiental teria conquistado não apenas *o direito* de existir, mas sobretudo, conquistado *os meios* de existir" (ibidem, p. 11, grifos do autor). Assim, o veto do Art. 18 acabou por contribuir para a subordinação da educação ambiental a outros setores e interesses das áreas ambiental e educacional, permanecendo numa posição marginal em relação a outras políticas públicas, com as quais tem que disputar a alocação de verbas, não sendo priorizada no enfrentamento das problemáticas ambiental e educacional.

Em resposta à Lei, o MMA estabeleceu ainda em 1999 a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental, vinculada a Secretaria Executiva do ministério, que

já neste ano inicia um processo de fomento à criação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) nos estados – que passam a ser o espaço de articulação política da educação ambiental - e que no Estado do Rio de Janeiro seria criada com o nome de Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA) por meio da Lei nº 3325/1999 que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro. Dezesete unidades da Federação formaram suas comissões até o final de 2000.

Em 2002, a PNEA é regulamentada pelo Decreto Nº 4.281 que estabelece a natureza, função e composição do Órgão Gestor (OG) da PNEA. A Lei já designava as seguintes atribuições a esse Órgão (Art. 15):

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

O Decreto traz de relevante, além de outras competências ao OG, que a direção deste aconteceria de modo compartilhado pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação (Art 2º) e que se devia criar um Comitê Assessor com o objetivo de assessorar o Órgão Gestor, integrado por representantes de treze diferentes órgãos, entidades ou setores (Art 4º). Assim, conquanto desde a década de 1970 a educação ambiental vinha sendo incorporada aos órgãos governamentais que possuíam afinidade com a temática, somente em 2002 se institucionaliza uma estrutura própria para a educação ambiental no governo federal. Passados dez anos da regulamentação da Lei nº 9.795, podemos afirmar que a educação ambiental ainda não tem o necessário reconhecimento por parte dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação e das secretarias estaduais e municipais de meio ambiente e educação para se firmar como política pública relevante ao país, permanecendo como algo periférico nos órgãos públicos. Na verdade, o reconhecimento existe, porém fica restrito ao discurso. No que tange a garantia de condições materiais, como a estruturação de equipe própria e recursos no orçamento, a educação ambiental se mantém como uma área diminuta nas políticas de Estado. Isso é perceptível quando vemos que a PNEA se encontra em “caixinhas” da estrutura governamental federal bem afastadas do centro decisório: no MMA, no Departamento de Educação Ambiental, vinculado à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental; no MEC, ainda mais “escondida”, na Coordenação

Geral de Educação Ambiental, vinculada à Diretoria de Políticas de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Em 2005 é instituído um novo ProNEA, resultado de Consulta Pública iniciada em 2003. Como o ProNEA é a principal construção programática do Órgão Gestor ao longo dos dois mandatos de Lula, ele é um documento importante para analisar as concepções de educação ambiental que prevalecem e são legitimadas nesse período. Na publicação oficial (BRASIL, 2005), o ProNEA foi lançado com um texto introdutório contendo Apresentação, Justificativa e Antecedentes. É possível perceber que o texto introdutório vai legitimar o discurso dominante da necessidade de integrar o “ambiental” no processo decisório, fazendo uso frequente da “sustentabilidade” para designar sua operacionalização. Exemplo disso:

Com efeito, diante da constatação da necessidade de edificação dos pilares das *sociedades sustentáveis*, os sistemas sociais atualizam-se para *incorporar a dimensão ambiental* em suas respectivas especificidades, fornecendo os meios adequados para efetuar a transição societária em direção à *sustentabilidade* (BRASIL, 2005, p. 18, grifos meus).

Logo a frente, vem o seguinte trecho:

Com a proposta de mudança social entendemos como necessárias a superação da injustiça social, da apropriação da natureza e da humanidade pelo Capital, da desigualdade social e dos processos em que se privatizam lucros e socializam as mazelas decorrentes entre as parcelas desfavorecidas da população (ibidem, p. 18-19).

Destacamos esse trecho por haver nele o posicionamento crítico dos agentes públicos responsáveis pelo texto perante a “apropriação da natureza e da humanidade pelo Capital”. Kaplan ressalta nesse ponto o uso de elementos do discurso anti-capitalista e a rejeição de categorias como classes ou grupos sociais, sendo designados como “parcelas desfavorecidas” aqueles que socializam os prejuízos e impactos, o que remete a um “discurso da falta”, deslocando a questão. O autor conclui que esse trecho “é uma boa síntese que indica as confusões conceituais e as disputas envolvidas no processo de produção do documento” (KAPLAN, 2011, p. 182). Ao fazer a Análise Crítica do Discurso dessas três primeiras seções do documento, Kaplan demonstra como categorias reivindicadas pelos setores dominantes são utilizadas para explicar a formação social atual. A título de exemplo, ele afirma que ao passo que se avança ao assumir a associação direta entre os impactos ambientais e os problemas sociais, essa

associação será feita a partir do uso da categoria “exclusão social”. O autor questiona se existem pessoas não inseridas na sociedade capitalista, se o pleno emprego e a erradicação da pobreza são possibilidades reais nessa sociedade, ressaltando que “a categoria exclusão é bastante contestável para apreender a dinâmica social no capitalismo” (KAPLAN, 2011, p. 176). Ele afirma que a sociedade civil é apresentada “de forma harmonicamente idealizada”, ocultando-se contradições e conflitos. Não havendo a explicitação de contradições fundamentais da sociedade capitalista e sua estruturação em classes, é inserido “o discurso de respeito e valorização da diversidade e das identidades, em suas acepções pós-modernas, que colocam no mesmo patamar a classe, a raça, o gênero, a nacionalidade, a naturalidade e a espécie” (ibidem, p. 181).

As seções seguintes do ProNEA (Diretrizes, Princípios, Missão, Objetivos, Públicos e Linhas de ação) não são analisadas nesse ponto, mas como parte do seu conteúdo é reproduzido no texto do ProEEA, teremos mais a frente a discussão de algumas de suas ideias principais.

Por ora, nos deteremos a algumas reflexões que os autores vêm levantando a respeito das inúmeras educações ambientais que foram se constituindo nas últimas quatro décadas, pois se a educação ambiental é tida no senso comum como os processos existentes de conscientização ecológica e sensibilização ambiental necessários para a reversão do quadro de destruição crescente da natureza e do Planeta Terra como um todo, esse modo simplista de conceber a educação ambiental, conquanto seja emblemático por trazer a tona a visão dominante sobre essa prática social, mascaram a diversidade de processos que vêm sendo construídos dentro do campo da educação ambiental. Portanto, sem ignorar o senso comum – até porque ele se respalda em uma série de práticas sociais, oferecendo-nos pistas sobre o porquê da educação ambiental ser hoje aceita e reivindicada por setores progressistas e conservadores, por empresários de alto poder, mas também por educadores populares -, quando adentramos no campo nos deparamos com uma série de disputas que revelam a não conformidade de uma multiplicidade de sujeitos sociais a certos fazeres educativos que vêm hegemonizando a educação ambiental no país.

A obra *Identidades da Educação Ambiental Brasileira* (2004) organizada por Philippe Layrargues e publicada pelo MMA simboliza bem as distinções existentes dentro do campo, sem, contudo, esgotá-las. Somente no sumário são designadas as seguintes vertentes (que são explicadas na obra): Educação Ambiental Crítica; Ecopedagogia; Educação Ambiental Transformadora; Educação no processo de gestão

ambiental e; Alfabetização ecológica. Além destas, no decorrer dos textos os autores vão ainda citar outras adjetivações para a educação ambiental: popular, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservadora, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas, convencional. Ainda encontramos Educação Conservacionista, ao Ar Livre e Ecológica e também Educação “para”, “sobre o” e “no” ambiente. Embora nem sempre seja possível estabelecer a fronteira que marque onde começa uma e termina outra – Loureiro (2004), por exemplo, ao tratar da educação ambiental “transformadora”, declara que esta compartilha abordagens com a emancipatória, crítica, popular, ecopedagógica e outras -, muitos dos autores vão buscar marcar o posicionamento de “sua” educação ambiental a partir da rejeição à outra vertente. Guimarães afirma que a educação ambiental crítica vai se contrapor à educação ambiental conservadora, porquanto esta produza

uma prática pedagógica objetivada no indivíduo (na parte) e na transformação de seu comportamento [...] que disjunta e vê o conflito como algo a ser cassado porque cria a desordem social (complexifica a realidade), na perspectiva crítica, o conflito, as relações de poder são fundantes na construção de sentidos, na organização espacial em suas múltiplas determinações (GUIMARÃES, 2004. p.27-28).

Loureiro destaca que o citado “bloco transformador” da educação ambiental se diferencia da chamada educação ambiental convencional tanto em seus aspectos metodológicos e conceituais, como em suas temáticas e objetivos. Metodologicamente, faz uso da dialética enquanto “exercício totalizador que nos permite apreender a síntese das determinações múltiplas que conformam a unidade” (LOUREIRO, 2004, p. 70), numa compreensão de que o singular ganha sentido em suas relações, onde particular e todo se constituem mutuamente, superando-se as contradições pela síntese que, por sua vez, gera novas contradições. Nesse sentido, valorizam-se as práticas de educação ambiental capazes de alavancar a cidadania e a emancipação dos sujeitos históricos pela participação social num processo de construção do espaço comum e do destino coletivo. O autor resgata que as metodologias participativas vêm do século XIX e ganham corpo com as práticas de educação popular e o uso da pesquisa-ação e pesquisa participante. Nestas, trabalha-se a realidade como síntese objeto-sujeito, a transformação das condições materiais como meio para as mudanças subjetivas e um sentido de construção de conhecimento e ação no mundo voltados à emancipação humana e a ruptura da dissociação entre natureza-sociedade, entre outros fins. Para isso fomenta-se a

vinculação dos processos educativos com as atividades econômicas e políticas e a articulação dos espaços formais e não formais de ensino. Assim, a educação ambiental pode se realizar como prática coletiva e democrática com desdobramentos na esfera pública e associada a mudanças das condições objetivas de vida.

Outra questão que o referido autor vai marcar como oposição entre a educação ambiental convencional e a transformadora é o objetivo daquela de trabalhar para que o indivíduo alcance uma condição de ser humano integral e harmônico, numa “transcendência integradora” que acaba por idealizar supostas relações corretas com a natureza. Reproduz-se o dualismo natureza-cultura e ao não se trabalhar a historicidade da ordem social atual, esta acaba por ser naturalizada e aceita. A hiper valorização da mudança individual acarreta a perda das mediações sociais que ocorrem entre o indivíduo e o mundo, induzindo a despolitização da práxis educativa e a impossibilidade de mudanças efetivas nas relações sociais. A ênfase nas características biológicas do ser humano em detrimento de sua natureza social e política se traduz numa prática para a sensibilização deste ser humano genérico, idealizado e fora da história.

Quintas (2009), por sua vez, estabelece um quadro no qual confronta a educação ambiental em sua concepção reformista e em sua concepção transformadora. A primeira está em conformidade com o que os autores denominam vertentes conservadora, convencional ou naturalista da educação ambiental. Além de algumas diferenciações já levantadas anteriormente, Quintas ressalta que a vertente transformadora se distingue do bloco reformista por compreender que a crise ambiental é a manifestação da crise de uma determinada concepção de civilização, sendo os problemas ambientais inerentes ao caráter não sustentável da ordem social estabelecida. Assim, enquanto os reformistas entendem que a crise é estritamente ambiental, podendo ser superada com a adoção de padrões de produção e consumo que compatibilizem o desenvolvimento com a proteção ambiental, o autor destaca que a educação ambiental transformadora entende que essa compatibilização é impossível, havendo apenas mitigação. Assim, o esforço desta última é “direcionado para a compreensão e busca da superação das causas estruturais da crise ambiental, sempre partindo de situações concretas, por meio da ação coletiva e organizada” (QUINTAS, 2009, p. 46).

Concluimos que os educadores e educadoras ambientais não travam batalhas apenas contra as relações de exploração da natureza e dos seres humanos por outros humanos, mas também disputam internamente o campo da educação ambiental. E nesse aspecto, vemos crescer o número daqueles que se dizem adeptos da educação ambiental

crítica, sem, contudo, problematizar o processo sociometabólico do capital e as expropriações por ele engendradas. Esse acaba por ser o divisor de águas entre as clivagens da educação ambiental crítica. O quanto essas vertentes dialogam ou não com os movimentos sociais que protagonizam lutas contra as expropriações? Enquanto há proposições críticas e grupos de educadores ambientais que vão buscar interpretar o padrão de acumulação, determinante principal das desigualdades sociais e injustiças ambientais, com vistas à transformação radical das relações sociais estabelecidas, outras práticas, também auto referidas como de educação ambiental crítica, vão reforçar modos de ser, pensar e sentir a vida que tornam natural e necessária a sociabilidade burguesa.

Desvelar os nexos entre a problemática ambiental e o sociometabolismo do capital é o desafio que está colocado para os educadores filiados à tradição crítica nesse momento de crescimento da conscientização social em torno da temática ambiental e de institucionalização de políticas públicas na área. Como esperado, os setores dominantes buscam politizar de maneira rasa esse debate, pois o objetivo não é outro senão reforçar a superestrutura legal e a segurança jurídica para as expropriações almejadas, impedindo a universalização dos direitos e a socialização dos bens e espaços públicos. A correlação de forças determinará se o Estado irá restringir ou flexibilizar as formas de apropriação e uso privado da natureza e do que é socialmente produzido. De modo que as disputas que acontecem no plano político-ideológico, que acabam por definir que papel regulador desempenhará o Estado no conflito ambiental, não estão descoladas das disputas pela base material da humanidade.

O complexo portuário-industrial que está sendo erguido no entorno da Baía de Sepetiba, que tem a TKCSA como um de seus empreendimentos principais, simboliza bem para que lado a balança vem pendendo no Estado do Rio de Janeiro. Como o Estado é o principal parceiro, quando não o próprio financiador, dos empreendimentos em construção e operação, ele se torna permissível às sucessivas expropriações realizadas originadas pela supressão de áreas de mangue e de pesca, apropriação privada dos corpos hídricos e terras da região, poluição das águas e do ar e contaminação dos solos. Impede-se qualquer forma de uso socializante da zona costeira pelas comunidades de pescadores e agrícolas que lá se constituíram e as práticas educativas e o debate político, ao invés de apontarem para a ruptura das relações de exploração verificadas, tendem a legitimar as expropriações, acabando por serem expropriadas não apenas as condições objetivas de sobrevivência social desses grupos, mas também os direitos e as sociabilidades historicamente construídas. E uma vez que diferentemente dos setores

dominantes, as classes subalternas não estão suficientemente organizadas para dar a direção intelectual, política e moral ao campo ambiental, predomina neste um sentido público-particularista sobre um público-universalizante.

4. ANÁLISE DO PROEEA

4.1. Descrição do processo

Consta no § 3º do Art. 17 da Lei Nº 3325/99 que a “A coordenação da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) deve ser efetivada de forma conjunta pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e pelo Sistema Estadual de Educação”. O primeiro tem como órgãos principais a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e o Conselho Estadual do Ambiente que possui uma Câmara Técnica de Educação Ambiental, enquanto no segundo a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) consta como órgão executor e o Conselho Estadual de Educação como órgão normativo e recursal desse Sistema. Entretanto, o principal colegiado articulador e de acompanhamento da PEEA é o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental – GIEA. A Lei 3325 afirma que o Poder Executivo tem autorização para constituir o GIEA, cabendo a este, segundo o § 2º do Art. 17, além da função de supervisão, a de contribuição “na formulação da política e do *programa de Educação Ambiental*, encaminhando suas propostas para análise e aprovação do CEE e CONEMA”. Pelo fato da coordenação da PEEA ser compartilhada entre o Sistema Estadual de Educação e o Sistema Estadual de Meio Ambiente, o GIEA cumpre a função de instância política articuladora dos dois sistemas e destes com as organizações representativas da sociedade civil.

O acontecimento novo é que em 2007, primeiro ano de Governo Cabral, cria-se a Superintendência de Educação Ambiental (SEAM) no âmbito da SEA. E o GIEA, que havia sido criado em 18 de dezembro de 2000 pelo Decreto nº. 27.559 e já tinha tido sua redação modificada pelo decreto 27.781/2001, tem em 2007 sua redação alterada mais duas vezes, pelos decretos 40.710 e 40.889, se definindo nesse último sua estrutura atual, composta por Coordenação, Plenário, Câmaras Técnicas e Secretaria Executiva. Seu Art. 3º estabelece que “a Coordenação será exercida por 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Ambiente” e em todo primeiro mandato de Sérgio Cabral e também em seu segundo, até o momento de publicação do presente estudo, coube a SEAM exercer a função de Secretaria Executiva do GIEA, o que deu a SEA força política para a definição das pautas do colegiado e, conseqüentemente, da agenda pública da educação ambiental no estado. Outro fato que contribuiu para que a SEA, e mais especificamente, a SEAM tivesse maior peso na formulação e implementação de políticas públicas de educação ambiental no Estado do Rio de Janeiro foi o Fundo

Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM, gerido por um conselho superior presidido pelo titular da SEA, ter se tornado em 2007 a principal fonte de recursos para projetos de educação ambiental no estado. Assim, a partir desse ano a SEA passa a contar com um locus específico para a educação ambiental em sua estrutura, com uma equipe numerosa, visto que em 2007 a SEAM era a Superintendência do órgão ambiental com mais funcionários, e com um fundo a fomentar suas ações. Apenas em 2009 a SEEDUC passa a ter algo similar, no caso uma Coordenação de Educação Ambiental, mas com poucos recursos humanos e financeiros para desenvolver políticas na área.

Dos doze órgãos e entidades designadas pelo Decreto 40.889/2007 para compor seu Plenário, apenas sete destas, no caso, SEA, SEEDUC, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro e Coletivo Jovem de Meio Ambiente tiveram uma participação regular nas reuniões do colegiado durante o período de 2009 e 2010, quando o Texto-Base do ProEEA foi elaborado e passou por consulta pública. As reuniões do Plenário aconteceram em média bimestralmente entre 2007 e 2009, ano em que a equipe da SEAM trabalha na elaboração do texto do ProEEA. Como já dito na Introdução, a Lei Nº 3325/99, ao instituir a PEEA, declara que “cabera aos Órgãos Estaduais de Educação e de Meio Ambiente, ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) a função de propor, analisar e aprovar, a política e o *Programa Estadual de Educação Ambiental*”. Portanto, a iniciativa da SEAM de elaborar um Texto-Base para o ProEEA ia ao encontro de uma demanda produzida pela Lei Estadual.

A partir de e-mail enviado pela Superintendente de Educação Ambiental, Lara Moutinho da Costa, em 19 de Novembro de 2009, uma primeira versão textual é compartilhada com os membros do GIEA. Nesse e-mail era dito que o Texto-Base do ProEEA havia sido elaborado por Luiz Américo Araújo¹⁹ e que a discussão desse texto viria a ser feita na reunião seguinte do GIEA. A apreciação do texto atendia a um objetivo imediato que era a apresentação dessa primeira versão do ProEEA no Seminário *Os 10 anos da Política Estadual de Educação Ambiental*, evento convocado

¹⁹ Luiz Américo era o então coordenador do Eixo Socio-Ambiental da SEAM/SEA. Bacharelado em Ciências Biológicas, professor dessa disciplina na rede municipal de Paraty e mestre em Educação, na época da consulta pública era doutorando do PPGE e integrava o grupo de pesquisadores do LIEAS.

pela SEAM e UERJ, marcado para acontecer nos dias 07 e 08 de Dezembro de 2009 nesta última instituição e que tinha como finalidades fomentar uma retrospectiva das principais ações ligadas à Educação Ambiental no estado e iniciar a construção coletiva do ProEEA. Porém, 16 minutos após o envio dessa mensagem, a Superintendente remete um novo e-mail ao grupo no qual pede para desconsiderarem o texto repassado - pois ele estava errado - e avisa que em breve encaminharia a última versão para a avaliação dos membros do GIEA. No Sumário desse primeiro texto constavam dez seções: Apresentação; Justificativa; Antecedentes; Diretrizes; Princípios; Objetivos; Públicos; Linhas de Ação; Estrutura Organizacional e; Anexos (constavam dois anexos: Anexo 1 - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Anexo 2 - Política Estadual de Educação Ambiental - Lei 3.325, de 17 de dezembro de 1999). Porém, no corpo do Programa, não havia nenhum texto nas seções Justificativa, Antecedentes, Diretrizes Estrutura Organizacional e Anexos.

No dia 24 de Novembro, a assessora de Lara Moutinho e Secretária Executiva do GIEA, Flor Jacq²⁰ envia uma nova versão de texto-base do ProEEA. Nesta versão, dois novos itens aparecem no Sumário: Glossário e Referências Bibliográficas. Porém, nesta seção não é incorporada nenhuma Referência Bibliográfica de fato. Já na seção glossário são colocadas as seguintes expressões (mas nenhuma é definida): Assimetrias sociais; Desenvolvimento sustentável; Educação Ambiental; Controle Social; Participação popular; Descentralização da gestão ambiental pública; Consciência crítica; Democracia substantiva; Interesse ativo e; Vulnerabilidade socioambiental. A seção “Antecedentes” permanece sem nenhum texto. Já a seção “Justificativa” passa a ter texto, onde se faz menção à Lei 3325/99 para justificar a existência do ProEEA, sendo assumidos como principais objetivos deste “ampliar e garantir a *participação* popular no processo de gestão ambiental pública e possibilitar a *descentralização* e o *compartilhamento* de responsabilidades entre os entes federativos”. Na seção “Diretrizes” são estabelecidos quatro tópicos: 1. *Participação* e Controle Social; 2. *Descentralização* e Compartilhamento; 3. Respeito à diversidade e; 4. Justiça social e ambiental. Percebe-se que termos como participação, descentralização e compartilhamento passam a se configurar como argumentos centrais do ProEEA. A

²⁰ Em Agosto de 2010, Flor Jacq é substituída por Marina Zborowski, também assessora da SEAM, na função de Secretária Executiva do GIEA. Marina era graduada em Ciências Biológicas, mestra em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social e integrante do LIEAS.

seção “Princípios” permanece com nove tópicos, com mínimas modificações, a única relevante a mudança no Princípio “Participação da comunidade” que passa a constar como “Participação ativa, autônoma e popular”, qualificando melhor que tipo de participação se espera, em lugar do termo vago e neutro “comunidade”. Na seção “Objetivos”, aparecem três novos tópicos:

- Ampliar a *gestão ambiental pública* por meio da participação popular e do compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos, de forma a apoiar o fortalecimento do SISNAMA;

- Proporcionar meios para a superação das *assimetrias sociais*;

- Sensibilizar, mobilizar, organizar e formar sujeitos para a participação na gestão ambiental, em especial, na *gestão ambiental pública*.

Nota-se uma preocupação em trabalhar a educação ambiental nos processos de gestão ambiental pública, sinal de que o esforço empreendido pelos educadores ambientais do IBAMA surtiu efeito, visto que foi nessa instituição, ainda na década de 1990, que se efetivou uma proposta educativa vinculada à gestão ambiental pública, como mencionado no Capítulo 3. Já a inserção da questão das assimetrias sociais reforça, por sua vez, o caráter desigual da sociedade contemporânea e a necessidade das políticas públicas de educação ambiental contribuírem, de alguma forma, para sua superação.

Essa nova versão é discutida em reunião do Grupo Interdisciplinar em 3 de Dezembro e com poucas alterações este texto é apresentado no referido Seminário onde acontece o primeiro debate público sobre o ProEEA, utilizando-se do segundo dia do evento - 8 de Dezembro - para este fim²¹. Os participantes se dividiram em quatro grupos na parte da manhã, sendo feito em cada um a leitura e discussão de uma ou duas Linhas de Atuação estabelecidas para o Programa e à tarde os relatores de cada grupo formado apresentaram em plenária as principais discussões e sugestões feitas ao Programa.

No primeiro semestre de 2010, a SEAM consegue captar recursos no valor de R\$ 300.000,00 do FECAM, para os “Encontros Regionais de Construção do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (ProEEA-RJ)”, registrado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 11 de Maio de 2010. Os recursos são descentralizados para execução da Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro

²¹ Essa primeira versão do ProEEA apresentada publicamente no Seminário *Os 10 anos da Política Estadual de Educação Ambiental* consta como Anexo A da presente dissertação.

– UERJ. Segundo relato da Superintendente de EA, o formato de consulta pública do ProEEA a partir de encontros regionais teve como referência principal o processo de elaboração do ProEEA de Minas Gerais, que foi construído por meio de encontros nas diversas regiões do estado.

No primeiro semestre de 2010 a totalidade das reuniões do GIEA tem como tema principal o ProEEA. A partir de Maio de 2010, os componentes do GIEA reivindicam uma participação maior na construção do Programa, o que acaba por transferir ao colegiado maior responsabilidade na revisão e alteração do Texto-Base - sendo realizadas diversas reuniões extraordinárias do GIEA com tais fins -, bem como no planejamento e acompanhamento da consulta pública como um todo. Nessas reuniões, os membros do GIEA realizam novas modificações ao Texto-Base do ProEEA que fora elaborado em 2009 pela equipe da SEAM e havia recebido sugestões de alterações e adições no Seminário *Os 10 anos da Política Estadual de Educação Ambiental*.

Com exceção das seções “Apresentação” e “Justificativa” que permanecem com o texto original, todas as seções são modificadas, além de ser criada a seção Missão, chegando-se ao Texto-Base oficial que vai à consulta pública no 2º semestre desse mesmo ano. De modo geral, vemos que esse texto-base do ProEEA e sua estrutura geral guarda muitas similaridades com o Programa Nacional de Educação Ambiental de 2005, o ProNEA. Algo parecido se deu na elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro que se aproxima bastante da Política Nacional de Educação Ambiental. Porém, notamos o esforço dos sujeitos sociais responsáveis pela criação do texto-base em comprometer a educação ambiental com um movimento mais amplo de democratização política e econômica, o que deveria ser alcançado com práticas educativas que apontassem para a consolidação de instâncias de participação social e de condições de acesso e uso do meio ambiente por populações historicamente marginalizadas. Comparando a Missão de “Fortalecer a Educação Ambiental como prática político-pedagógica de construção da cidadania e defesa da sustentabilidade da vida” do ProEEA com a de “A educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil”, do ProNEA, percebemos que a primeira explicita melhor a intencionalidade política da educação ambiental do que a segunda.

Com a conformação de nova racionalidade para se pensar a ação do Estado, um amplo acervo de termos e expressões ganham destaque nos documentos oficiais mais

recentes, como é o caso dessa versão do ProEEA. Por exemplo, como questionar nesse novo cenário a ideia de parceria, se ela é acionada para resolver todo tipo de problema? Mesmo que a parceria seja público-privada, e portanto, seja bastante incerto se o público vai se sobressair ao privado, está dado que as parcerias são sempre importantes. Isso transparece no item 8.4.1 que trata da “Formação continuada de educadoras e educadores ambientais no âmbito formal e não-formal” com a Linha de Atuação: “Estímulo à construção de processos de formação a serem desenvolvidos a partir de convênios e/ou *parcerias* com universidades, escolas, associações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos, empresas, ongs entre outros”. Não há nenhuma distinção da natureza e função social dos coletivos e instituições citados, todos são reivindicados e, segundo o texto, todos devem atuar juntos. Já no item 8.1.2. “Formulação e implementação de políticas públicas ambientais em âmbito local”, é estabelecida a Linha “Estímulo e apoio à participação popular, organizada em fóruns e coletivos gestores, nas instâncias deliberativas das políticas de interesse público”. A política pública dá lugar à *política de interesse público*, num claro sinal que não há mais preponderância do Estado enquanto agente operacionalizador das políticas, pois a sociedade civil pode cumprir sua função de operá-las, agora não mais políticas públicas de Estado, mas políticas de interesse público executadas sabe-se lá por quem.

Nas reuniões do GIEA no primeiro semestre se definem também - tendo como critérios a importância sócio-econômica, o envolvimento das instituições locais e o nível de desenvolvimento das políticas públicas de educação ambiental nos diferentes territórios do estado - as oito regiões e os respectivos municípios pólos onde aconteceriam os encontros. Inicialmente estava prevista a divisão do estado em sete regiões. Mas durante reunião do GIEA se decidiu por incorporar uma nova região, a Noroeste, pela compreensão que essa região também possuía relevância para o estado, não podendo ser feita a consulta apenas em Campos para representar a região Norte-Noroeste do estado. O fato é que essas duas regiões foram as mais esvaziadas da consulta pública, com poucas contribuições ao texto do ProEEA. De todo o modo, definiu-se nas reuniões do GIEA as seguintes regiões e municípios para os Encontros Regionais: Metropolitana – Rio de Janeiro; Baixada Fluminense – Mesquita; Região dos Lagos – Araruama; Região Serrana – Cachoeiras de Macacu; Médio Paraíba – Resende; Costa Verde – Paraty; Noroeste – Itaperuna; Norte – Campos.

No segundo semestre de 2010, o ProEEA permanece sendo a pauta principal das reuniões do GIEA. Nesse período, o Grupo define os critérios de sistematização das

contribuições da consulta pública. Essa questão da sistematização era vista como um potencial ponto problemático do processo, visto que não haveria um momento final de validação das propostas pelos próprios participantes da consulta pública, cabendo ao próprio GIEA operacionalizar a unificação das sugestões advindas dos oito Encontros Regionais num único texto, sem perder a diversidade de opiniões e posicionamentos resultantes de cada Encontro. Essa síntese final deveria abranger, ou pelo incorporar o máximo dessa diversidade. Como fazer isso era uma preocupação dos membros do GIEA, resolvida em parte, pelo estabelecimento desses critérios que estão dispostos em forma de apresentação de *slides* no Anexo C²².

No segundo semestre realiza-se então a consulta pública do ProEEA. No sítio oficial da consulta pública na internet, <http://proeeearj.cederj.edu.br>, havia uma página onde constava como equipe do ProEEA:

“Coordenação Geral - Lara Moutinho (SEA/SEAM)

Coordenação Geral - Marilene Cadei (UERJ)

Moderação - Luiz Américo (SEA/SEAM)

Coordenação Executiva - Jacqueline Guerreiro (REARJ)

Administração - Ana Santiago (UERJ)

- Adilson Costa Filho (UERJ)

Relatores

Lilian Cordeiro - SEEDUC

Bruno Fernandes - Programa Agenda 21 - UERJ/SEA/SEAM

João Emilio - UERJ

Marta Vargens - SEA/SEAM”

A Coordenação Geral do projeto era compartilhada entre SEAM e UERJ, representadas por Lara Moutinho e Marilene Cadei, respectivamente. Bióloga de formação, com mestrado na área de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social e integrante do LIEAS, Lara Moutinho havia sido assessora de Carlos Minc durante os mandatos deste como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Quando Minc assumiu a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) em 2007, Lara foi designada superintendente da recém-criada Superintendência Estadual de

²² Essa apresentação foi montada, e gentilmente cedida para disponibilização na presente pesquisa, pela representante do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico no GIEA, Maria Teresa Gouveia, para exposição, feita por ela própria, durante o Encontro dos Educadores Ambientais do Rio de Janeiro, ocorrido em Dezembro de 2010 na UERJ, dias após o último Encontro Regional, acontecido no município de Campos dos Goytacazes.

Educação Ambiental (SEAM) da SEA. Marilene Cadei era professora-adjunta do Departamento de Ensino de Ciências e Biologia da UERJ, possuindo graduação em Licenciatura em Ciências com habilitação em Biologia, mestrado em Educação e doutorado em Saúde Coletiva. Desde o início da gestão de Lara na SEAM vinha contribuindo com os projetos da Superintendência, ocupando, conjuntamente com a também professora da UERJ e pesquisadora do Núcleo de Referência em Educação Ambiental, Elza Neffa, a cadeira dessa instituição universitária no GIEA. As duas pessoas que constam como Administração (Ana Santiago e Adilson Costa Filho) também eram funcionários da UERJ e já vinham trabalhando anteriormente, sob coordenação de Marilene Cadei, em projetos desenvolvidos em parceria com a SEAM. Luiz Américo Vargas²³, que havia sido em 2008 e 2009 coordenador de projetos socioambientais da SEAM, foi designado moderador da consulta pública. Jacqueline Guerreiro era bacharel e licenciada em História, professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro e da Universidade Cândido Mendes. Representante da Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (REARJ) no GIEA, e uma das principais articuladoras da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), Jacqueline Guerreiro assumiu na consulta pública a função de mobilizar e convidar os sujeitos e organizações sociais para participação nos encontros regionais. Da equipe de relatoria, Lilian Cordeiro era Licenciada em Ciências Agrícolas e trabalhava na época na Coordenação de Educação Ambiental da SEEDUC. Bruno Fernandes era Bacharel em comunicação social e integrava a equipe do Programa Agenda 21 Escolar que trabalhava na UERJ, sob coordenação de Marilene Cadei. João Emílio, graduado em Engenharia Agrônoma, possuía experiência na administração pública, tendo sido gestor do Parque Estadual da Ilha Grande durante alguns anos. Marta Vargens era Bacharel em Ecologia e Recursos Ambientais, possuía mestrado em Ecologia e Biomonitoramento e já havia atuado em projetos ambientais ligados ao fortalecimento de unidades de conservação na Bahia. Trabalharam também para a realização da consulta pública os facilitadores, que variavam conforme a região, havendo sempre nessa parte da equipe pessoas da própria região com experiência em educação ambiental e no trabalho de moderação de grupos. Jacqueline Guerreiro foi a principal articuladora da equipe de facilitação. O único que participou dos oito Encontros Regionais como facilitador foi o autor. Outras três pessoas participaram de mais da metade dos encontros com essa

²³ Sobre Luiz Américo, ver nota 19.

função: Declev Dib-Ferreira, Márcia Lopes e Jorginaldo Oliveira. Todos eram ligados à REARJ. Declev era Graduado e Licenciado em Ciências Biológicas, Mestre em Ciência Ambiental e Doutor em Ciências pela Uerj. Professor de Ciências nas redes públicas de Niterói e do Rio de Janeiro, era também editor do blog Diário do Professor e dividia com Jacqueline Guerreira a representação da REARJ no GIEA. Márcia e Jorginaldo representavam a REARJ no Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro. Graduada em Engenharia Florestal, com pós-graduação em Educação ambiental e Docência do Ensino Superior, Márcia era Superintendente do Instituto Kederê, ONG voltada para a área de Desenvolvimento Social. Jorginaldo era Graduado em Ciências Biológicas, Licenciado e Bacharelado com ênfase em Ciências da Natureza, pós-graduação em Educação Ambiental, Responsável Técnico pelo Herbário-RFA da UFRJ, além de compor o GEEMA, grupo da Baixada de Jacarepaguá ligado à área de Educação. Cabe destacar também a participação de Deise Keller e Maria Teresa Gouveia nesse processo, pelo protagonismo que tiveram na organização e condução da consulta pública no âmbito do GIEA. Deise era a Coordenadora Estadual de Educação Ambiental da SEEDUC, havendo trabalhado previamente no MMA e no MEC como consultora na área de educação ambiental. Era Licenciada em Ciências Agrícolas, Mestra em Ciências e assim como Lilian Cordeiro, com quem dividia a representação da SEEDUC no GIEA, era pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade da UFRRJ. Maria Teresa possuía Graduação em Ciências Biológicas, Mestrado em Ciência Ambiental e Doutorado em Meio Ambiente. Pertenceu aos quadros técnicos da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e no período da consulta pública atuava como Educadora Ambiental do Núcleo de Educação Ambiental do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, representando esta instituição no GIEA. Como podemos perceber, apesar das diferentes trajetórias pessoais e dos espaços de atuação daqueles que formaram o grupo dirigente do processo de elaboração do ProEEA, a grande maioria já possuía acúmulo no campo da educação ambiental, via participação em instituições e colegiados públicos, redes sociais e grupos de pesquisa. E a relação que os componentes dessa equipe - constituída a partir de um arranjo político que conjugava, com variados níveis de poder e interferência, SEA, UERJ, GIEA, REARJ e SEEDUC - mantinham com o campo, que se fazia no sentido de uma prática tanto política quanto intelectual, seria decisiva para a orientação do texto do Programa antes dele ir à consulta pública e dos debates que ocorrem nos Encontros Regionais. E

aqui cabe enfatizar o papel chave que coletivos de formação existentes dentro e fora da universidade logram na constituição de um pensamento crítico e vigoroso no campo da educação ambiental e sua influência direta e indireta nos resultados da consulta pública. No caso analisado, destacamos a passagem de muitos daqueles que estiveram à frente desse processo pelo Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade, o LIEAS, grupo de pesquisa da Faculdade de Educação da UFRJ, que se apoia no referencial marxista para o desenvolvimento de produção científica, cursos e outras atividades nas áreas que dão nome ao Laboratório. Outro agente importante de formação de educadores numa perspectiva crítica, que com o desenvolvimento de uma concepção pedagógica voltada à gestão pública exerceu influência sobre muitos daqueles que participaram da construção do ProEEA foi o IBAMA. O trabalho de mais de quinze anos realizado primeiramente no âmbito de sua Divisão de Educação Ambiental e posteriormente em sua extinta Coordenação Geral de Educação Ambiental possibilitou ao órgão ambiental federal constituir uma rede articulada de Núcleos de Educação Ambiental em suas superintendências estaduais, realizar dezenas de cursos de *Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental* e gerar processos pedagógicos diversos junto aos mais diferentes grupos sociais, contribuindo para a formação de agentes públicos e outros sujeitos políticos ao longo das últimas duas décadas. Assim, para além de forças individuais, há que se perceber que havia convergências no percurso formativo daqueles com a função de direção da consulta pública, além de experiências em políticas públicas e educação ambiental, o que favoreceu o alargamento da dimensão pública e uma perspectiva democrática para a educação ambiental nos espaços de construção coletiva constituídos.

Os oito Encontros Regionais de consulta pública, com dois dias cada, mantiveram uma metodologia padrão. No primeiro dia, as pessoas ao chegarem recebiam o Texto-base do ProEEA²⁴ que continha oito seções: 1.Apresentação; 2.Justificativa; 3.Diretrizes; 4.Missão; 5.Princípios; 6.Objetivos; 7.Público e; 8.Linhas de Atuação e Estratégias, sendo que as duas primeiras serviam para uma breve explicação sobre o Programa, não passando pelo processo de alterações, como as demais seções. Os participantes reuniam-se em plenária onde era feita pelo moderador uma apresentação geral do processo de construção do ProEEA. Nisso, era explicada a metodologia da consulta pública que consistia numa leitura de cada seção (Diretrizes,

²⁴ O Texto-base que foi à consulta pública nos Encontros Regionais encontra-se no Anexo B.

Princípios etc) do texto, sendo seguido por uma releitura pausada das partes de cada seção quando era possível que qualquer um dos participantes da plenária pedisse destaque para a parte lida. Para cada destaque realizado, a pessoa que o solicitasse tinha três minutos para defender sua proposta de mudança no texto e abria-se uma discussão, onde todos os presentes tinham o direito a dar sua opinião sobre a proposta, bem como propor outras alterações à parte do texto que tinha sido pedido o destaque. Ao final da discussão, havendo consenso da plenária para a alteração proposta, ela era aprovada, não havendo, fazia-se uma votação para sua aprovação ou não. Desse modo, sendo por consenso ou por votação, iam sendo aprovadas mudanças ao texto de cada seção do ProEEA. Após a discussão dos itens de cada seção, abria-se espaço para a inserção de novos itens para aquela seção finalizada, que também passavam por votação, ou caso houvesse concordância geral, aprovava-se por consenso o novo item. No segundo dia, a partir dessa mesma metodologia, os participantes dividiam-se em grupos de trabalho para discutir e propor alteração à seção “8 - Linhas de Atuação e Estratégicas”, ficando cada grupo responsável por uma ou mais Linhas.

Os principais dados utilizados na análise aqui desenvolvida estão dispostos em gráficos e tabelas na seção de Anexos (Anexos E e F) que, por sua vez, derivam de duas fontes principais: das respostas dos participantes da consulta pública à “Ficha Perfil Educadores/as Ambientais” (Anexo D) e das propostas de alteração do Texto Base.

A referida Ficha foi produzida pela equipe da SEAM/SEA, não tendo o autor qualquer tipo de interferência na sua construção. As Fichas eram entregues aos participantes quando estes chegavam ao local do Encontro Regional, sendo sua devolução voluntária, de modo que nem todos os participantes devolveram-na. Isso acarreta um primeiro problema: os dados coletados não representam integralmente o público presente nas consultas públicas. A Ficha continha questões fechadas, aquelas em que a resposta estava restrita à marcação de uma das opções pré-estabelecidas e questões abertas, que davam liberdade dos participantes exporem posições e opiniões com suas próprias palavras, o dificultou a sistematização dessas respostas. Todas as respostas fechadas, que eram: “Formação; 1. Trabalha com EA?; 2. Há quanto tempo trabalha com EA; 3. Como foi sua aproximação com a EA?; 4. Você recebeu alguma formação (curso ou atividade) em EA?; 5. Você integra alguma rede ou fórum de EA?; 6. Atualmente, você trabalha com EA em? e; 11. Você conhece alguma política pública em EA?” foram organizadas em gráficos (Anexos E). Em algumas dessas questões (3, 6, 11) poderiam ser marcadas mais de uma opção. Nesse caso, dispomos os dados em

colunas. As demais questões foram expostas em gráficos de pizza, pois o somatório das respostas dava 100%.

Das diversas questões abertas, consideramos que as duas primeiras – Formação e Atividade Profissional - mereciam maior atenção e poderiam ser agrupadas com maior facilidade, o que resultou na produção de gráficos para elas.

Uma lacuna que fica desse trabalho é que o autor não teve acesso às Fichas dos três últimos encontros (Costa Verde, Noroeste e Norte), mas somente aos dados já sistematizados por Luiz Américo, que fez apresentação desses resultados no Encontro dos Educadores Ambientais do Rio de Janeiro, ocorrido em Dezembro de 2010 na UERJ. As informações relativas a esses três encontros que utilizamos nos gráficos do Anexo E foram, portanto, adquiridas dessa sistematização, gentilmente cedida por Luiz Américo. Entretanto, ele não sistematizou as informações relativas à graduação dos participantes que fazia parte da questão “Formação”, tampouco os dados da Questão 11. Além disso, apesar dele ter registrado as respostas da questão aberta “Atividade Profissional”, fez uma organização própria para agrupar as respostas que diferiu da realizada pelo autor. Por consequência, não há gráficos específicos de “Formação” e “Atividade Profissional” para essas três regiões e as médias apresentadas para essas questões foram calculadas a partir dos dados somente dos cinco primeiros encontros.

Em relação aos dados apresentados no Anexo F, que se referem às alterações propostas ao Texto Base, cabem algumas explicações. Esses dados foram sistematizados e analisados por uma equipe contratada para esse fim²⁵. Como forma de diminuir o tamanho do documento produzido, o autor suprimiu algumas linhas e informações que nada acrescentariam a análise aqui realizada, mas o que se encontra no Anexo F é praticamente a íntegra do trabalho dessa equipe. O trabalho realizado foi agrupar de forma ordenada todas as contribuições em um único documento e em seguida, a partir de uma análise baseada em critérios previamente estabelecidos pelo GIEA, que são apresentados no Anexo C, mas também nos pressupostos teórico-políticos dos membros dessa equipe, emitir um parecer sobre as alterações propostas e sugerir um texto final para cada item do Texto-Base. Os três dias de realização desse trabalho foram de intensa atividade manual - para organizar todos os dados -, mas principalmente, político-intelectual - para analisar e sugerir um texto final para cada item do ProEEA. Foi um momento de bastante debate e também de disputa, visto haver

²⁵ Fizeram parte dessa equipe de sistematização: Luiz Américo, Jacqueline Guerreiro, Lilian Cordeiro, Bruno Fernandes, João Emilio, Marta Vargens e o autor.

muitas discordâncias em relação a certos temas e estratégias. Ainda assim, dos diferentes espaços de produção do ProEEA, esse provavelmente foi o que havia maior coesão em relação aos sentidos que essa política pública deveria ter. Isso foi favorecido pelo fato dos contratados serem os principais moderadores da consulta pública, havendo participado das discussões que originaram as alterações ao texto e criado posições em comum a respeito de muitos pontos do ProEEA. Dentro dessa equipe foram se produzindo, portanto, certos consensos, que no momento do trabalho de sistematização – Janeiro de 2011 – estavam bem solidificados. O principal resultado desse trabalho é o texto sugerido pela equipe para cada item, que se encontra como “texto sistematizado” nesse documento no Anexo F e o que consta abaixo como “comentário”, que é a justificativa para a definição do texto sugerido. Para dar um exemplo, o primeiro item analisado é a primeira Diretriz²⁶ do Texto Base que é “Participação e controle social”. Ao lado desse item há a sinalização “[Aprovado em 6 de 8]”. Isso significa que em seis dos oito Encontros Regionais a plenária decidiu que o texto original deveria ser mantido. Mas em dois locais, no caso, na Metropolitana e Costa Verde, foram sugeridas mudanças aceitas pelas plenárias. Como se vê, são utilizadas cores para designar essas mudanças. Vemos que na Metropolitana foram sugeridas e aceitas a inclusão de duas palavras – “gestão” e “efetivos” -, enquanto na Costa Verde foi acertada a retirada da palavra “social” e em seu lugar entrou “pela sociedade”. A equipe técnica sugeriu a manutenção do texto original e explica abaixo o porquê de sua decisão. Em relação à Legenda, cabe dizer que além da cor *Verde* – que representa inserção de nova palavra – e *Vermelho* – que significa a retirada de palavra existente, o *Laranja* significa uma alteração proposta por algum participante, mas que não foi aceita pela plenária ou que o próprio participante, após argumentação de outra pessoa retirou sua proposição. Mas a proposição ficava registrada, sendo marcada com essa cor.

Feito esses esclarecimentos, passamos a análise dos resultados. Entretanto, para a discussão do primeiro gráfico, que apresenta o número de participantes de cada encontro, é importante trazer alguns elementos. Antes de cada Encontro Regional, acontecia em cada lugar uma Reunião Preparatória, visando apresentar aos sujeitos e organizações da região a ocorrência da consulta pública, o que servia prioritariamente para a mobilização social para participação no Encontro Regional. Tanto para a Reunião Preparatória, quanto para o Encontro Regional, era feita a comunicação com os sujeitos

²⁶ Como já dito, não se abriu espaço para alteração das duas primeiras seções do Documento (Apresentação e Justificativa).

locais a partir de enviados e-mails aos gestores públicos e às listas virtuais de educação ambiental do estado e da região em questão, além de articulação realizada com governos locais, coletivos e organizações da sociedade civil. A ausência de recursos financeiros para uma divulgação nos principais meios de comunicação de massa deu vez a uma mobilização a partir dos contatos políticos e pessoais da equipe de coordenação e mais especificamente, da pessoa responsável pela divulgação dos encontros. O resultado foi que a consulta pública não chegou a ser de conhecimento de um grande público, embora por vezes, tenha chegado a sair matérias a respeito em meios de difusão como o jornal ou a rádio da cidade. Esse tipo de mobilização trouxe, por consequência, resultados positivos, como na Baixada Fluminense, alternados com encontros bem esvaziados, como os três últimos, ocorridos em Paraty, Itaperuna e Campos dos Goytacazes. E já que não havia nenhum tipo de seleção das pessoas, como a eleição de delegados que ocorre nas conferências de políticas públicas, era possível a presença e participação de qualquer indivíduo, o que trouxe ao processo sujeitos que não costumam participar de espaços de construção de políticas públicas. Mas isso permite também o questionamento da legitimidade da representação social de cada região e do quanto as demandas expressavam as reivindicações dos diferentes grupos sociais de cada território.

4.2 Os resultados

Os Encontros Regionais tiveram uma média de trinta e cinco participantes em cada um dos dias (Gráfico 1). Não está computada nesse quantitativo a equipe de moderação da consulta pública, que era formada por 14 pessoas: um moderador principal, Luiz Américo, que conduzia o primeiro dia do Encontro Regional com o auxílio de oito facilitadores, que no segundo dia assumiam a moderação do trabalho dos grupos, os quatro relatores (João Emílio, Lilian Cordeiro, Bruno Fernandes e Marta Vargens) e a coordenadora técnica e principal responsável pela divulgação e mobilização dos Encontros, Jacqueline Guerreiro.

Havia orientação expressa da Coordenação da consulta pública que cabia a essa equipe qualificar os debates e as propostas, o que favoreceu a função de hegemonia exercida pela equipe durante os Encontros Regionais, tensionada, principalmente, nos encontros da Metropolitana e do Médio Paraíba. Na Metropolitana, isso ocorreu por causa da participação organizada de um grupo heterogêneo – sem uma identidade política ou ideológica definida - que conjugava pessoas ligadas à escola pública, ONGs,

redes e movimentos sociais ligados à temática da justiça e da saúde ambiental. Esse grupo atuava em bloco e por isso dificilmente se dividia nas votações. Por terem feito uma preparação prévia para a consulta e planejado uma série de intervenções no processo, protagonizaram muitas das discussões nesse encontro. No Médio Paraíba, muitas das propostas advindas dos participantes foram problematizadas e rebatidas pela equipe de moderação, estabelecendo-se polaridades na definição dos sentidos do Programa.

Não havia garantia de que os participantes do primeiro dia retornassem no segundo e em geral se observou um esvaziamento nesse segundo dia. Na Metropolitana, houve igual número de pessoas nos dois dias, mas como foram entregues mais Fichas do que o número de pessoas de cada dia, isso comprova que houve variação dos participantes. No Gráfico 1 é possível visualizar também quantas Fichas Perfil dos Educadores/as Ambientais foram entregues em cada região. No total, foram devolvidas 326 Fichas. A partir de agora, ao discutir os dados apresentados nos gráficos, ao nos referirmos aos participantes, estaremos nos referindo a esses 326 que obtivemos informações a partir da entrega das Fichas.

A primeira questão da Ficha era a Formação do participante. Na primeira linha, após a pessoa preencher sua Formação – Fundamental, Médio ou Graduação - havia espaço para dizer qual Graduação possuía. Na linha seguinte, podia marcar também a opção Pós-Graduação e indicar qual Pós-Graduação havia realizado. Houve muitos casos de pessoas que marcaram a opção “Graduação”, mas não indicaram qual. Algumas marcaram apenas o espaço da Pós-Graduação, deixando em branco a primeira linha. Resolvemos o seguinte: tendo a pessoa marcado o espaço da “Graduação”, ainda que não indicasse sua graduação, computamos como uma pessoa graduada. No caso da pessoa marcar Pós-Graduação, indicando ou não sua Pós-Graduação, computamos como uma pessoa pós-graduada. O resultado pode ser visto no Gráfico 2. Como se vê, 71% (34+37) possuía graduação, o que equivale a 231 participantes. Desses, apenas 178 indicaram qual era sua graduação. O Gráfico 4 mostra a distribuição da graduação dessas 178 pessoas. Foram identificadas mais de 20 graduações. Porém, em apenas 15 mais de uma pessoa havia se graduado na área. Optamos por agrupar os participantes nas graduações que tinham pelo menos duas pessoas graduadas na área, chegando a esse número de 15 graduações principais.

Em números gerais, vemos a preponderância de biólogos, seguidos de engenheiros – foram agrupadas todas as engenharias -, pedagogos etc. O fato de termos

30% dessas pessoas 178 pessoas graduadas em Ciências Biológicas poderia ter favorecido a demanda por uma perspectiva mais conservacionista para o ProEEA. Justa ou injustamente, os biólogos costumam ser acusados de pensarem a sociedade a partir de concepções biocêntricas - que na educação ambiental costuma se traduzir em práticas esvaziadas de sentido político, favorecendo suas vertentes conservacionistas ou naturalistas. Na gestão ambiental, tais concepções podem desencadear estratégias preservacionistas caracterizadas pelo apartamento entre o homem e os “espaços naturais”. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - Lei nº 9985/2000, ao estabelecer um rol de categorias de unidades de conservação agrupadas como “Unidades de Proteção Integral” onde é proibido qualquer tipo de uso direto do meio ambiente, se tornou um exemplo prático de como a estratégia preservacionista se incorporou na legislação ambiental brasileira. As outras unidades foram agrupadas como Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo “é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Art. 7º, § 2º). A lei do SNUC refletiu o embate dentro do ambientalismo sobre as formas de conservação da natureza, que também foi verificado na consulta pública do ProEEA. É preciso que se diga que ambas as estratégias – preservacionista ou conservacionista – são compatíveis com as práticas de educação ambiental. No SNUC, mesmo nas áreas voltadas à *proteção integral* – que no texto legal significa “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (Art. 2º, Inciso VI da Lei 9985) - é permitida a visitação pública com objetivos educacionais. A pergunta é se nesses espaços prevalece uma educação ambiental que problematiza as práticas sociais na natureza ou aquela outra voltada para a sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, conforme discutido no Capítulo 3. Embora esse embate tenha aparecido em certo grau em todos os Encontros Regionais, em dois lugares essa disputa ficou mais nítida, pois foi materializada por propostas de alteração do texto. Na Metropolitana, na Diretriz “Respeito a todas as formas de vida”, foi sugerido à inclusão de três termos antes de “a todas as formas de vida”: cuidado, valorização e *preservação*. Tanto o termo valorização, como preservação não foram aceitos pela plenária. Na Serrana foi sugerida a inserção de uma nova Linha no item 8.1.1 que tratava do “Planejamento da Educação Ambiental com base na Gestão Ambiental Pública”. A primeira proposição foi “Incentivo a ações de *preservação* da biodiversidade nas bacias hidrográficas, visando a *preservação* ambiental e a manutenção do aporte hídrico”. A maioria dos participantes

percebeu que embora a proposta fosse válida, pois trazia para o texto a questão da proteção das bacias hidrográficas, a utilização do termo *preservação* em dois pontos da proposta significaria incentivar a *proteção integral* da biodiversidade, ou seja, estimularia ações de restrição total do uso da biodiversidade ligada às bacias hidrográficas. Após discussão sobre essa questão chegou-se ao consenso de que o que deveria ser feito era promover formas de uso sustentável dessa biodiversidade, sendo acordado assim que ao invés do termo preservação, constassem “conservação e recuperação” na primeira parte e somente “conservação” na segunda.

O grande percentual de respostas positivas à questão “1.Trabalha com EA?” nos traz a informação de que a maior parte dos participantes se identificavam como educadores ambientais (gráfico 16). Se forem ignorados os 5,35% de participantes que não responderam essa pergunta, chegamos a 73,49% de educadores ambientais na consulta pública. E entre estes, aqueles que responderam a Questão 2 – “Há quanto tempo trabalha com EA”, vemos que há preponderância de educadores ambientais com mais de dez anos de experiência profissional (gráfico 18). O gráfico 26, ao revelar que mais de 20% dos que trabalham com educação ambiental, o fazem na escola, nos indica que esse é o lócus principal de atuação do educador ambiental no estado. Exceção foi verificada na Região Metropolitana (gráfico 27), onde a dominância foi de pessoas que trabalham com educação ambiental na universidade. Influenciou nesse resultado a UERJ coordenar a consulta pública com a SEAM/SEA, estando ambas sediadas na capital do estado, e haver entre as duas instituições sólida parceria no desenvolvimento de projetos de educação ambiental no estado. E boa parte da equipe da UERJ que vinha trabalhando em projetos como o *Curso de Form-Ação em Educação Ambiental e Agenda 21 na Escola: Elos de cidadania* - principal projeto estadual governamental de educação ambiental fomentado no Estado do Rio de Janeiro durante o primeiro mandato do governador Sérgio Cabral (2007-2010), realizado numa parceria entre SEAM/SEA e UERJ - e alguns servidores públicos da SEA estavam presente na consulta pública. E a partir disso, também entendemos porque foi nesse Encontro Regional que se obteve mais pessoas com conhecimento de políticas públicas *estaduais* de educação ambiental (gráfico 29).

Analisando as mudanças aprovadas nos Encontros Regionais, percebe-se que nenhuma diretriz chegou a ser rejeitada por inteira, demonstrando a construção de consensos em torno delas. A maioria sofreu pequenas mudanças que complementaram ou aprofundaram a ideia central que a diretriz carregava. Por exemplo, os textos

aprovados para a primeira diretriz do ProEEA na Metropolitana e na Costa Verde, respectivamente: “Participação, *gestão* e controle social *efetivos*” e “Participação e controle *pela sociedade*”, buscam reforçar o protagonismo da sociedade civil e a necessidade desta exercer controle sobre o Estado e não vice-versa. Num momento em que, sob a bandeira do neodesenvolvimentismo e o financiamento das agências e bancos oficiais de fomento, o Estado aumenta o peso do setor de commodities na economia nacional, operacionaliza o processo de reprodução vertiginosa do capital e promove novas expropriações, esses novos textos vão de encontro ao projeto em curso não apenas no Estado do Rio de Janeiro, mas no Brasil como um todo por meio do PAC. A região da Costa Verde foi a que obteve maior porcentagem de participantes integrantes de redes e fóruns de educação ambiental (gráfico 25), o que provavelmente contribuiu para esse tipo de demanda.

A diretriz “Descentralização e compartilhamento” sofreu uma única proposta de mudança. Na capital se aprovou o seguinte texto: “Descentralização, *territorialização*, compartilhamento e *corresponsabilidade*”. Segundo assinalado pela equipe de sistematização, a inserção da expressão “territorialização” traz uma nova perspectiva ao ProEEA “com vistas a integrar e/ou incorporar os grupos do território nas questões decisórias relativas à implantação de políticas públicas”. Porém, caberia a pergunta: integrar e/ou incorporar quais grupos do território? Pois na análise de um dado território, é possível que se encontrem grupos mais ou menos incorporados nas “questões decisórias”. Assim, o que de mais relevante o enfoque territorial suscita é a possibilidade de pensar e trabalhar a política pública sob o prisma das relações de poder instituídas, como que elas se materializam na interação com o espaço e de que forma contribuem ou não para a democratização do uso e apropriação social do território pelos sujeitos e grupos ali existentes.

No que toca à “corresponsabilidade”, destacamos sua inserção não apenas para indicar a necessidade de responsabilização das três esferas de governo no planejamento e execução de políticas públicas, como também sua aderência à implementação de PPPs – nova estratégia de reforma do Estado – para modernizar o país. Em relação à “descentralização”, apesar de ser tida quase como sinônimo de democratização, na prática ela vem sendo empregada para transferir ao setor “público não estatal” o que é de responsabilidade do Estado, como também vem significando a municipalização de políticas públicas, favorecendo assim a precarização destas já que os municípios, dentre os três níveis de governo, ficam com a menor parcela da receita tributária do país. E

além da baixa capacidade técnica e política que os municípios, em geral, dispõem, a precarização deriva de lhe estarem sendo delegados problemas cuja resolução depende de ações num nível supra-municipal. Embora possamos resgatar essa estratégia como norteadora da reforma administrativa instituída pelo Decreto-lei nº. 200/1967 durante a ditadura, é no processo de “redemocratização” nos anos 1980 – sob o discurso do “Estado autoritário que centralizou” - que a descentralização passará a ser reivindicada por sujeitos sociais da esquerda e direita, sendo posteriormente elemento orientador da “Nova Administração Pública” proposta por Bresser Pereira (1996) e estratégia neoliberal amplamente difundida na América Latina (SOARES, 2009).

É difícil encontrar uma política pública que não tenha essa palavrinha mágica em seu escopo, tamanho o consenso estabelecido. No Texto-Base ela apareceu nada menos do que quatro vezes. Além de constar nessa diretriz e em duas Linhas de Atuação e Estratégias – na 8.1. Gestão e planejamento da Educação Ambiental no Estado e na 8.6. Gestão da Comunicação Socioambiental – a descentralização desponta na Justificativa do ProEEA. E como essa parte do documento não estava sujeita a alteração, já constava como dado que o processo de criação do ProEEA visava “possibilitar a descentralização e o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados”.

Em relação à diretriz “Justiça social e ambiental”, a única proposta de mudança de texto dessa Diretriz foi feita na Região Metropolitana – região com menor porcentagem de pessoas que se aproximaram da educação via escola (gráfico 21) e maior porcentagem daquelas que a trabalham no âmbito da universidade (gráfico 27) -, ficando: “Justiça social e *justiça* ambiental”. A inclusão da palavra “justiça” pela segunda vez explicitou a demanda por reconhecimento de um novo campo de atuação social realizada por um grupo de participantes que se organizaram para participar da consulta pública, alguns deles representantes da Rede Nacional de Justiça Ambiental, conforme registrado nas Fichas entregues nesse encontro.

Acseirad e outros (2009) discutem essa questão pelo prisma de que a degradação ambiental não é “democrática”, pois atinge distintamente, em intensidade e incidência, os diferentes grupos e classes sociais. E os desastres socioambientais ocorridos nos últimos anos no Estado do Rio de Janeiro servem para comprovação dessa tese. Só em 2010, segundo dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil, das 473 mortes causadas por enxurradas, 316 mortes ocorreram em solo fluminense e entre estas, 168 se deveram ao deslizamento no Morro do Bumba. O caso do Morro do Bumba é exemplar, pois se

tratava de uma favela erguida sobre um lixão desativado em Niterói, cidade que possui o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado e terceiro maior do país, segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil* (PNUD *et al*, 2003). Portanto, numa cidade “nobre”, a área destinada aos resíduos sólidos, tempos depois serviu de moradia para as pessoas das classes mais baixas. Além do possível contato dos moradores com substâncias tóxicas, a injustiça ambiental se manifestava tanto pelo alto risco de explosões, em função da liberação de gases produzidos no lixão, como pela instabilidade do terreno, que poderia provocar deslizamentos, como aconteceu.

Outro caso que explicita como a exposição a riscos e danos ambientais não é democrática ocorre no bairro de Santa Cruz, localizado na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, onde opera desde Julho de 2010, mesmo sem a licença definitiva de operação, a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). Dos 126 bairros da cidade, Santa Cruz ocupa a 119ª posição na lista de IDH dos bairros ou grupo de bairros do município²⁷. Desde o início das operações, os moradores de Santa Cruz reclamam que passaram a conviver com “chuvas de prata”, como são conhecidas as poeiras de resíduos metálicos que, emitidos pela empresa, se espalham pela região²⁸.

Em 2011, foi elaborado o Relatório *Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA*²⁹ por uma equipe multidisciplinar, composta de pesquisadores de duas unidades técnico-científicas da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ: a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Para a produção desse relatório foi coletado material depositado nas residências próximas a TKCSA (poeira e resíduos sólidos). A análise química desse material revelou a presença de material particulado contendo os elementos Al, As, Ba, Br, Ca, Cd, Ce, Cl, Cr, Cu, Fe, K, La, Mg, Mn, Nd, Ni, P, Pb, Pr, Rb, S, Sr, Zn, todos possíveis de serem encontrados em amostras do ar oriundas do processo produtivo da siderurgia, e a exposição a estes elementos causam impactos na saúde que vão de transtornos cognitivos ao câncer.

²⁷ Esse dado foi extraído de arquivo denominado “Classificação dos bairros ou grupos de bairros cariocas pelo IDH (1991 e 2000) - tabela em formato Excel”, disponível em <http://www.pnud.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 03 mar. 2012.

²⁸ A empresa chegou a ser multada por duas dessas “chuvas”, mas as operações industriais nunca foram interrompidas pelo poder público estadual, responsável pelas licenças já concedidas.

²⁹ Relatório disponível em http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Relatorio_TKCSA.pdf. Acesso em: 03 mar. 2012.

Com base em dados apresentados pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, os pesquisadores constataram que “houve um incremento de mais de 1000% de Fe no ar em relação aos teores encontrados nas estações localizadas na região antes do início da pré-operação da CSA” (p. 14), chegando a um nível até 10 vezes maior do que na média é encontrado em áreas urbanas, o que aumenta consideravelmente a possibilidade de danos pulmonares e hepáticos, pancreatite, diabetes e anormalidades cardíacas nos moradores da região, expostas cronicamente a tal concentração de ferro. O relatório ainda traz outras informações relevantes, como a associação entre problemas de saúde diagnosticados em membros da comunidade do entorno da TKCSA e o material particulado emitido pela empresa. Porém, para fins desse estudo, apenas levantamos mais algumas questões. Por que será que mesmo o grupo majoritário do empreendimento, a ThyssenKrupp, sendo da Alemanha, no Brasil a empresa não dispôs de procedimentos básicos de controle ambiental? Pois lá a legislação impõe uma distância mínima para construções de moradias de pelo menos 1500 metros de siderúrgica e exige-se a instalação de filtros e outras proteções que restringem drasticamente a emissão de poluição. Em Santa Cruz, por sua vez, não há qualquer zona inabitável entre as moradias e a indústria, mas casas que fazem fronteira com a linha férrea e a área da empresa, além de ser constatado que a empresa vem jogando no ar níveis alarmantes de fuligem metálica. Há, portanto, uma dupla flexibilização. De procedimentos, por parte da empresa. Da legislação ambiental, por parte do poder público. Por fim, perguntamos: esse tipo de empreendimento sairia nas vizinhanças de bairros como Gávea ou Leblon, respectivamente primeiro e segundo classificados no ranking de IDH dos bairros do município? Caso a resposta fosse positiva, a empresa operaria desta forma?

A discussão sobre justiça social e ambiental ainda pode ir para outro rumo. Segundo Martins e Neves (2010), a justiça social já faz parte da narrativa da Terceira Via. Assim, até que ponto a modificação da diretriz original para “Justiça social e justiça ambiental” representa uma contraposição à *liberdade de mercado*? Como na Terceira Via há uma aparente tentativa de conciliação entre *justiça social* e *liberdade de mercado*, reivindicar a justiça social (e ambiental) sem confrontar o princípio liberal de autonomia e soberania dos agentes do mercado - cada vez mais efetivo pela desregulação estatal operada nas últimas décadas - não contraria o projeto dominante, pelo contrário, o fortalece.

A segunda questão aberta da Ficha Perfil dos Educadores/as Ambientais correspondia à “Atividade Profissional”, sendo solicitado que a pessoa indicasse instituição onde atuava e a função que exercia. Embora na Ficha houvesse espaço para até três respostas, optamos por registrar apenas a primeira, pois a princípio tratava-se da atividade profissional principal da pessoa. Mas como a questão era aberta não houve qualquer tipo de padronização nas respostas, o que dificultou a organização dos resultados. Após a análise das respostas, definimos os seguintes grupos para enquadrá-las: Docente da Educação Básica da Rede Pública; Docente da Educação Básica da Rede Privada; Docente do Ensino Superior da Rede Pública; Docente do Ensino Superior da Rede Privada; Servidor Público da área de educação; Servidor Público da área ambiental; Servidor Público de outras áreas; Dirigente, funcionário ou membro de ONG; Dirigente ou funcionário de instituição privada; Tutor; Estagiário, Autônomo e; Voluntário. Essa questão aberta foi respondida por 229 pessoas. Dez respostas variaram em torno de “estudante, aluno e universitário”. Como essa não é uma atividade profissional, tais respostas não foram consideradas. Outras dez não possuíam um mínimo de informações que possibilitasse seu enquadramento em um dos grupos estabelecidos. Nas 199 respostas restantes foi possível realizar a distribuição entre esses grupos, apresentada em porcentagem no Gráfico 4.

Dessas 199 pessoas, 28% eram docentes da Educação Básica da rede pública. Isso favoreceu as discussões acerca da educação ambiental no sistema de ensino formal, algumas materializadas em propostas, em especial na Linha de Atuação 8.2 – Educação Ambiental no Ensino Formal. Na Baixada, representada por 60% de docentes da Educação Básica da rede pública, temos entre as demandas desses educadores duas inserções no item “8.2.2 – Incentivo a estudos, pesquisas e projetos em Educação Ambiental”:

“Viabilização da participação de professores da rede pública nos fóruns de educação ambiental, garantindo a liberação de carga horária de trabalho, sem prejuízo das atividades escolares discentes”.

“Garantia de acesso direto aos fundos públicos pelas Escolas Públicas para financiamento de projetos de Educação Ambiental inseridos em seus projetos político-pedagógicos”.

Trazendo para o estudo um pouco do Rock brasileiro, não seria possível fazer uma associação dessas demandas com a música *Comida*, composta por Arnaldo

Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto da Banda Titãs? Vejamos alguns de seus versos:

A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...

No ProEEA, seria algo como:

A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E que os espaços de discussão da educação ambiental possamos frequentar
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E que ele venha direto para a escola, sendo usado conforme o PPP de nossa unidade escolar...

Além do grande número de docentes da rede pública, nos chama a atenção que havia grande quantidade de outros profissionais que trabalhavam no serviço público (16% da área ambiental, 12% da área educacional e mais 12% de outras áreas). Na Metropolitana, esses três grupos responderam por 20%, 7% e 17%, respectivamente, e somado aos 20% de docentes da Educação Básica da rede pública, chegou-se a 64% de profissionais do serviço público, enquanto na Região dos Lagos o somatório desses quatro grupos representou 65% dos participantes. E foi justamente nesses dois Encontros que a Diretriz “Fortalecimento do sistema de ensino” foi alterada num vetor de alargamento da dimensão pública em detrimento da esfera mercantil. Na capital, essa diretriz foi aprovada como: “Fortalecimento do sistema de ensino *público, gratuito, laico e emancipatório*”, texto parecido com o elaborado na Região dos Lagos: “Fortalecimento do sistema de ensino *público, gratuito e laico*”. A nosso ver, essas complementações ao texto original demonstram um posicionamento político de parte dos sujeitos sociais dessas duas regiões no sentido de priorizar a educação pública – gratuita e laica – em relação ao ensino oferecido na rede privada, tratando-se, portanto, de momentos na correlação de forças que permitiram essa priorização. No encontro do Médio Paraíba, por sua vez, percebemos nas propostas o apagamento da fronteira entre

o público e o privado – na direção da hegemonia privatista que vem se consolidando e defendendo o tratamento igual às duas esferas.

Para explicitar, eis uma proposta de texto sugerida neste território para a seção de Objetivos do ProEEA: “Garantir e fomentar o *planejamento estratégico* para a contratação de recursos humanos, técnicos e recursos financeiros em programas, projetos e atividades em Educação Ambiental na *gestão pública e privada*”. Além da utilização do termo “planejamento estratégico”, próprio da gestão de empresas e que se incorporou à administração pública nas últimas décadas – trazendo para esta uma racionalidade advinda desse universo empresarial -, percebe-se como a gestão pública e a privada ganham pesos similares. Portanto, uma lógica privatista e produtivista – própria da ideologia neoliberal – se impõe, manejando a diluição das contradições entre público-privado e a mecanização de todas as esferas da vida social.

Ao analisarmos os participantes desse encontro nos deparamos com o grande número de profissionais de instituições privadas. O grupo “Dirigente ou funcionário de instituição privada” foi o mais representativo da região, com 20%, e o grupo de “Docentes da Educação Básica da rede privada” foi de 6%, maior porcentagem de todos os Encontros Regionais. É importante lembrar que nessa região fica a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), maior indústria siderúrgica da América Latina e que começou a operar em 1946. O Médio Paraíba passou em seguida por um processo de concentração de empresas, se tornando uma das maiores regiões industriais do país. Não por acaso, esse foi o encontro que registrou as maiores porcentagens da resposta “Empresa” para as questões “3. Como foi sua aproximação com a EA?” e “6. Atualmente, você trabalha com EA em?” (Gráficos 21 e 27).

A Diretriz “Sustentabilidade dos processos educativos” foi aprovada no Médio Paraíba como: “*Melhoria contínua* dos processos educativos”. A equipe de sistematização teceu o seguinte comentário a respeito dessa proposta: “O conceito de melhoria contínua dialoga com o conceito de “qualidade total”, enquanto conceito que define um aperfeiçoamento permanente de processos de produção de mercadorias e/ou de prestação de serviços”. A equipe verificou o uso de léxico próprio do mundo da produção industrial, o que nos permite associar a existência desse *ethos* industrial às demandas lá surgidas, o que demonstra como um certo modo de viver, pensar e sentir a vida desenvolvido na região influenciou uma maior apropriação pelos sujeitos locais da lógica do modelo gerencial - pressuposto da eficiência nos marcos do pensamento neoliberal. Se a elaboração do “tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de

processo produtivo” analisado por Gramsci (2001, p. 248) em suas reflexões sobre o americanismo, estava naquele momento em “fase inicial e, por isso, (aparentemente) idílica” (idem), agora ela se realiza sob o matiz neoliberal.

Um contraponto a essas concepções foi produzido na Região dos Lagos. Essa foi a região com a maior porcentagem de pessoas que receberam alguma formação em educação ambiental (gráfico 23) e de pessoas que conheciam políticas públicas *federais* de educação ambiental (gráfico 29). Dois processos diferentes que se relacionam colaboram para isso. Em 2005 foi instituído o Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema e dos Rios São João e Una (CBHLSJ) como desdobramento do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, criado em 1999. Com caráter consultivo e deliberativo, o Comitê de Bacia se desenvolveu como importante espaço de participação social para o planejamento e implementação de ações ambientais na região. Em 2005, no âmbito desse Comitê voltado a integrar o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, foi criada a Câmara Técnica Permanente de Educação Ambiental que vem desde então protagonizando encontros e projetos ligados à educação ambiental, havendo algumas pessoas na consulta pública, inclusive na equipe que facilitou esse Encontro Regional, que participam do Comitê e da Câmara técnica. Outro fator determinante para o grande percentual de pessoas com conhecimento de políticas públicas federais e com formação em educação ambiental foram os processos educativos desenvolvidos nessa região no âmbito do licenciamento ambiental das atividades de petróleo e gás coordenado pelo IBAMA. Na questão “Atividade Profissional”, onde as pessoas colocavam as instituições onde trabalhavam, reconhecemos três projetos fomentados por atividades ligadas ao licenciamento ambiental federal: o Projeto Pólen, o Projeto Núcleos de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos e o Projeto Humano Mar.

A existência do CBHLSJ e de projetos de educação ambiental no licenciamento na região também ajudam a explicar porque essa foi a região que teve mais pessoas que se aproximaram da educação ambiental via universidade, movimento social, ONG, governo e partido (gráfico 21) e que trabalhavam com educação ambiental em movimento social, associação de moradores, ONG, governo e partido (gráfico 27). Estas duas últimas questões, as de número “3” e “6”, poderiam receber mais de uma marcação. Essa região foi a única que obteve na média mais de duas marcações em cada uma destas questões. Como as ações descritas costumam desencadear articulações entre governo, universidade, ONGs e movimentos sociais, as pessoas acabam por se envolver

em diferentes espaços e processos de educação ambiental. Outro dado que merece atenção foi encontrar na Região dos Lagos uma porcentagem de 13,33% de pessoas trabalhando com educação ambiental em partido – num momento em que é construído via grande mídia um movimento de negação da política, se assentando na opinião pública o rebaixamento dos partidos políticos -, pois tirando essa região, todas tiveram percentuais insignificantes para esse lócus de trabalho.

Na Região dos Lagos foi aprovado como um novo Princípio do ProEEA: “*Desmercantilização dos direitos essenciais à vida*”. Essa proposição - fruto de um debate que evoluiu bastante nesse encontro - veio a se contrapor a uma tendência que vem ganhando corações e mentes, se firmando nas políticas públicas ambientais: a valoração econômica e posterior remuneração de particulares pela proteção daquilo que se convencionou chamar de serviços ambientais e recursos naturais, que numa acepção não utilitarista poderiam ser compreendidos como os processos ecossistêmicos do meio ambiente e seus elementos naturais básicos, respectivamente. Tal tendência se confirmou com a proposição na Região Norte da seguinte Linha de Atuação e Estratégias: “Estímulo à incorporação das temáticas da: biodiversidade, mudanças climáticas e recursos hídricos e *pagamento de serviços ambientais* nas políticas locais”. Visto que com a neoliberalização tudo tende a virar mercadoria, propõe-se que a defesa do “meio ambiente ecologicamente equilibrado” que consta no Art. 225 da Constituição como dever da coletividade, também deva ser solucionada segundo leis e mecanismos de mercado. Com o implemento de instrumentos econômicos, a proteção ambiental se transforma num lucrativo campo para expansão e reprodução do capital, onde os interesses privados são privilegiados na resolução de causas públicas. Diante da imperativa necessidade de explorar a natureza e os homens, o capitalismo vem ganhando uma coloração esverdeada, o que tende a mascarar as expropriações almejadas, mas no final contribui para o acirramento dos conflitos sobre a base de sustentação da humanidade. Desencadeiam-se novas disputas, algumas explicitadas na consulta pública que buscamos analisar. E nessa análise foi possível perceber tanto o questionamento da nova onda de expropriações para a acumulação do capital, como também a legitimação de mecanismos que promovem a privatização da natureza e acirram o conflito ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos na presente pesquisa analisar o processo de construção do ProEEA, as disputas ideológicas ocorridas na consulta pública, os consensos e dissensos produzidos. Em nosso trajeto, optamos por ir aos “clássicos” para entender como Estado e sociedade civil se constroem enquanto categorias centrais nas principais tradições políticas modernas e como as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no mundo vão impulsionar a adoção do receituário neoliberal pelas economias da periferia capitalista.

O final da “era dourada” do capitalismo e início de sua crise estrutural nos anos setenta (HOBSBAWN, 1995) são os marcadores principais para a ascensão da doutrina neoliberal pelo mundo. Na década seguinte Grã-Bretanha e Estados Unidos acolhem o novo pensamento hegemônico e as propostas de enfrentamento dos problemas por que passavam suas nações (FALLEIROS *et al*, 2010). Na década de 1980 explode na América Latina a crise da dívida externa, vindo com ela a versão de que a crise fiscal por que passavam as economias da periferia se deviam ao alto gasto social. O “Consenso de Washington”, como ficou conhecido o receituário que pregava focalização do gasto público, desregulação estatal e privatização dos setores públicos, torna-se a política oficial do FMI para os países latino-americanos. É desta maneira que chega à periferia capitalista endividada, em forma de condicionalidades, uma versão adaptada das ideias liberal-conservadoras que já se difundiam pelo mundo desde o início da “grande restauração” (FIORI, 1997).

A ascensão das lutas sociais pela redemocratização do país retarda a entrada do neoliberalismo no Brasil. Porém, na década de 1990, já no Governo Collor, o país adere ao programa de reformas que garantia mais liberdade ao capital, menos direitos aos trabalhadores. No Governo Cardoso (1995-2002), com o projeto de *Reforma do Estado*, o projeto neoliberal ganha *status* de programa de governo. No *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, aprovado no primeiro ano do Governo Cardoso, se explicita que “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRASIL, 1995, p. 12). O que só pode ser posto em prática através da

descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados

pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “publicização” (ibidem, p. 12-13).

Em nome de um “modelo gerencial de administração pública”, o desmonte do aparato público de proteção social se processa a passos largos. Configura-se um sistema de “co-gestão” das políticas públicas entre Estado-sociedade civil, aprofundado no Governo Lula (2003-2010) com a aprovação da Lei Nº 11.079/2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPPs) no âmbito da administração pública. Entre os elementos desse projeto neoliberal, destacamos o consentimento produzido acerca das estratégias de descentralização e de parcerias na consulta pública. Não houve, nem no momento de criação do Texto-Base no âmbito do GIEA, tampouco nos Encontros Regionais uma contestação mais explícita sobre essas diretrizes e o quanto podem ser anti-democráticas e privatistas.

Outra investigação que nos propomos a realizar se referiu à constituição da questão ambiental e mais especificamente do campo público da educação ambiental no país. Na legislação nacional reconhecemos como momentos principais de afirmação da educação ambiental a Lei 6938/1981, a Constituição de 1988, a Lei 9795/1999 e sua regulamentação pelo Decreto 4281/02. Entretanto, passados dez anos da regulamentação da PNEA, podemos afirmar que a educação ambiental se mantém na periferia dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, em “caixinhas” da estrutura governamental federal distantes do centro decisório, com escassos recursos para se firmar como política pública relevante ao país.

Porém, mais do que o estabelecimento em leis, consideramos que o que define o campo público da educação ambiental são as práticas sociais desse campo e nesse sentido, temos desde a década de 1960 uma série de processos educativos relacionados acontecendo no país. O golpe de 1964 vai contribuir decisivamente para a conformação de práticas de educação ambiental descoladas de um sentido questionador da ordem social. Situação que muda nos anos oitenta com a redemocratização do país e o começo da configuração da vertente “*transformadora*” da educação ambiental, conseqüente da aproximação entre educadores populares e militantes de movimentos sociais e ambientalistas (LOUREIRO, 2004).

As lutas sociais da década de 1980 e a realização da Rio-92 vão ser determinantes para as conquistas ambientais da década de 1990. Para a educação ambiental, a Conferência gera frutos relevantes como o Tratado de Educação

Ambiental, que viria a ser importante referência para a PNEA e a criação oficial da REBEA, que se torna o principal espaço de articulação dos educadores ambientais do país. No plano global, a Rio-92 representa um ponto de virada para a pauta ambiental. O Banco Mundial assume a dianteira do financiamento dos projetos ambientais e o desenvolvimento sustentável se consolida como estratégia viável para conciliar desenvolvimento (capitalista) e meio ambiente, passando a fazer parte do vocabulário de organismos internacionais, segmentos empresariais e setores governamentais. Como as soluções, em geral, apontam para o viés da ecoeficiência ou para uma perspectiva individualista de mudança de comportamentos, o desenvolvimento sustentável e, em seguida, a “economia verde” se configuram como peças centrais da apropriação da temática ambiental pelas classes dominantes que pintam de verde o sistema sócio-econômico que são beneficiários para continuarem explorando e privatizando a natureza.

Há em comum entre o projeto neoliberal e o desenvolvimento sustentável defendido pelos setores dominantes o reforço do mercado como regulador da vida social e a mercantilização como processo solucionador das crises diagnosticadas. No primeiro, os direitos sociais, assegurados pelo Estado, se transformam em serviços ou mercadorias. No segundo, é a própria natureza que, fornecedora daquilo que se convencionou chamar de serviços ambientais e recursos naturais, passa por um processo de mercantilização e financeirização.

Essas questões permearam a consulta pública, sendo definidas em cada território pela correlação de forças estabelecida. Em alguns, houve a demanda para que o ProEEA fortalecesse prioritariamente políticas educacionais e ambientais públicas. Em outros, percebemos o apagamento da fronteira público-privado, o que implicava no tratamento igualitário para as duas esferas e na tentativa de direcionamento de recursos para agentes privados. Havia um debate de fundo a respeito de como solucionar os problemas socioambientais contemporâneos. Como sinal da persistência e eficiência da ideologia neoliberal em criar um senso comum que consagra o individualismo e o privatismo, entre as leituras defendidas para a questão, era muito comum o reforço de saídas individualistas e que apontavam para a necessidade de se operacionalizar mecanismos de mercado, como o pagamento daqueles que “conservam a natureza” como forma de enfrentar essa problemática. Mas nesse ponto, o papel da equipe de moderação de promover uma reflexão crítica acerca das propostas contribuiu para discussões que suscitaram visão oposta. Na Região dos Lagos, a proposição da

“desmercantilização dos direitos essenciais a vida” foi uma resposta construída coletivamente para essa problemática, que aponta para a universalização dos direitos sociais.

A estratégia de realização de Encontros Regionais foi bem sucedida pelo aspecto construtivo do debate e do confronto de ideias no espaço público. O modo de realização da consulta pública, sem qualquer tipo de representação ou hierarquização entre os sujeitos sociais participantes, permitiu um diálogo aberto entre estes para a definição do texto de cada item. As alterações ao Texto-Base, decididas tanto por voto, mas principalmente por consensos que eram construídos coletivamente a partir da contribuição dos participantes, acabou por contribuir para que mesmo nos momentos de mais disputa, prevalecesse um ambiente de bastante troca e aprendizado. O caráter pedagógico do processo também se deveu ao fato da equipe de moderação não se furtar da responsabilidade de problematizar as proposições que os sujeitos faziam ao Texto-Base, o que qualificava as alterações sugeridas antes de sua aprovação pela plenária. Outro fator que colaborou para que certas concepções avançadas se consolidassem na consulta pública foi o protagonismo exercido por sujeitos que já possuíam acúmulo no campo da educação ambiental e da gestão pública em todas as etapas de construção dessa política. Isso foi potencializado pela composição do público dos Encontros, constituído em sua maioria por servidores públicos, principalmente docentes da Educação Básica e servidores da área ambiental que traziam para o debate elaborações e reivindicações que davam um sentido democrático ao texto. A conjunção desses fatores tornou possível o predomínio de uma perspectiva crítica nas discussões e resoluções do ProEEA e uma agenda de debates para a educação ambiental inesperada no Governo de Sérgio Cabral.

Enquanto forma de participação popular, a consulta pública do ProEEA se mostrou uma experiência relevante para a construção de novos consensos. A produção de uma arena democrática de diálogo para a construção de uma agenda pública para a educação ambiental permitiu a exploração de contradições, como a elaboração de um texto de política pública que, em muitos aspectos, se mostra antagônico ao projeto de um governo que, em estreita aliança com os setores dominantes da economia no estado e no país, vem favorecendo uma nova onda de expropriações para a acumulação do capital. A estratégia desse bloco de poder de subtrair do debate público as opções políticas que possuem um horizonte universalista foi, portanto, confrontada em diversos momentos. Entretanto, se a consulta revelou que há por parte de muitos educadores

ambientais o questionamento das expropriações em curso, também há entre estes a legitimação de processos que acabam por contribuir para o padrão de acumulação vigente, o que fortalece a ideia da construção do ProEEA ter sido um movimento permeado por contradições, onde por um lado, observamos a reivindicação de elementos e fundamentos do projeto neoliberal, por outro, o posicionamento crítico dos sujeitos sociais que participaram da consulta pública acerca desse projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ANDERSON, Perry. As ideias e a ação política na mudança histórica. In: BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs). *A teoria marxista hoje*. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2006, pp. 365-377.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial, 5 de outubro de 1988.
- _____. DEA/MMA e CGEA/MEC. *Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)*. Brasília: Edições MMA, 3ª.ed., 2005.
- _____. *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002*. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.
- _____. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial, 2 de setembro de 1981.
- _____. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial, 28 de abril de 1999.
- _____. DEA/SAIC/MMA. *Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil:1997-2007*. Brasília, DF, MMA, 2008.
- _____. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em 28 de Novembro de 2011.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Trad. Sérgio Bath, 9. ed. Brasília: Editora da UnB, 1997
- BORON, Atílio A. Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs). *A teoria marxista hoje*. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2006, pp. 33-50.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil – Para uma nova interpretação da América Latina*, São Paulo: Editora 34, 1996.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*, São Paulo: Cortez, 2003.

- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CMMAD. *Nosso futuro comum*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Crítica e utopia em Rousseau”, in *Lua Nova. Revista de cultura e política*, nº 38, 1996, pp. 5-30.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008.
- FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela Alejandra; OLIVERIA, Maria Teresa Cavalcanti. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo, Xamã, pp. 39-95, 2010.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3., 2002.
- _____. *Cadernos do Cárcere: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4., 2001.
- HOBBSBAWN, E. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAPLAN, Leonardo. *Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- KOFLER, Leo. *História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. (org.) *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004

_____. *A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental*. In: OLAM: Ciência & Tecnologia, ano II, vol. 2, nº 1. Formato eletrônico: CD-ROM. p. 01-14, 2002.

LÊNIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: Fávero, O. (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados, 2005, pp. 100-125.

_____; SADER, Emir. *Público, estatal e privado na reforma universitária*. Fírgoa - Universidad pública, espazo comunitário, v. 1, 2006, pp. 1-30.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004, pp. 65-84.

_____. Karl Marx: história, crítica e transformação social na unidade dialética da natureza. In: CARVALHO, Isabel; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel (Orgs.). *Pensar o ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*. Brasília, MEC, SECAD, UNESCO, 2009. pp. 125-137.

_____. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (Orgs.). *Pensamento Complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 104-161.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo, Xamã, pp. 39-95, 2010.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO, Leonel I. A. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política, 1*. São Paulo: Ática, 2006, pp. 79-110.

- NASCIMENTO, Milton Meira. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFFORT, Francisco C. (org). *Os clássicos da política, 1*. São Paulo: Ática, 2006, pp. 187-242.
- PNUD, IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em 05 de Março de 2012.
- RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco C. (org). *Os clássicos da política, 1*. São Paulo: Ática, 2006, pp. 51-78.
- RIO DE JANEIRO. Lei nº 3325/1999, de 17 de dezembro de 1999. *Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal Nº 9795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ, 1999.
- QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. LOUREIRO, Carlos Frederico B; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (orgs.). São Paulo, Cortez, 2009, p. 33-79.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SCHWANKE, Cibele. A institucionalização da Educação Ambiental no Brasil. In: CADEI, Marilene (Org.). *Educação Ambiental e Agenda 21 Escolar: formando elos de cidadania: livro do professor*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, pp. 279-292, 2009.
- SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*, 3. Ed., São Paulo: Cortez, 2009.
- VERGEZ, André; HUISMAN, Denis. *História dos Filósofos*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. Estado, democracia e globalização. In: BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs). *A teoria marxista hoje*. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2006, pp. 381-394.

ANEXOS

A – PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO – ProEEA-RJ – TEXTO BASE (que foi apresentado e discutido no Seminário *Os 10 anos da Política Estadual de Educação Ambiental*)

B – PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO – ProEEA-RJ – TEXTO BASE (que foi à consulta pública nos Encontros Regionais).

C – CRITÉRIOS DE SISTEMATIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

D – FICHA PERFIL EDUCADORES/AS AMBIENTAIS

E – DADOS DOS PERFIS EDUCADORES/AS AMBIENTAIS

F – PROPOSTAS DE MUDANÇAS DO TEXTO BASE E PARECER DA EQUIPE TÉCNICA

ANEXO A

**PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE
JANEIRO.****ProEEA-RJ****TEXTO BASE****NOVEMBRO 2009****SUMÁRIO**

Apresentação

Justificativa

Antecedentes

Diretrizes

Princípios

Objetivos

Públicos

Linhas de Ação

ANEXOS

Anexo 1 Glossário

Anexo 2 – Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e
Responsabilidade GlobalAnexo 3 – Política Estadual de Educação Ambiental – Lei 3.325, de 17 de dezembro de
1999

Referências Bibliográficas

APRESENTAÇÃO

Este documento, em sintonia com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, apresenta as diretrizes e os princípios que orientam as ações do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – ProEEA-RJ, a delimitação de seus objetivos, suas linhas de ação e sua estrutura organizacional.

A presente versão será objeto de Consulta Pública a realizar-se no primeiro semestre de 2010, envolvendo educadores ambientais dos 92 municípios fluminenses, a fim de dar início à efetivação de um amplo e democrático processo de participação para a construção do ProEEA-RJ. Para isso, o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental, em parceria com o Conselho Estadual de Educação (CEE), o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) e as Redes Regionais de Educação Ambiental organizarão e promoverão uma Consulta Pública por meio de encontros que mobilizem educadores ambientais de diversos setores sociais, possibilitando o debate acerca das realidades locais para subsidiar a elaboração do ProEEA-RJ.

Vale destacar que o ProEEA-RJ é um programa de âmbito estadual, o que não significa que sua implantação seja de competência exclusiva do poder público estadual. Ao contrário, todos os setores da sociedade e esferas de governo são co-responsáveis pela sua aplicação, execução, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento.

JUSTIFICATIVA

No dia 17/12/1999, com a promulgação da Lei Estadual 3.325/99, era instituída a Política de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Seu caput anunciava ainda a criação do Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA), sendo que este não era efetivamente instituído, constando no art. 17. a indicação de que “caberá aos Órgãos Estaduais de Educação e de Meio Ambiente, ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) a função de propor, analisar e aprovar, a política e o Programa Estadual de Educação Ambiental”.

Assim, 10 anos depois, damos início ao processo de criação do ProEEA-RJ, que tem como principais objetivos ampliar e garantir a participação popular no processo de gestão ambiental pública e possibilitar a descentralização e o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos, o que se estabelece por meio do fortalecimento dos espaços públicos de participação e da qualificação de membros do poder público e da sociedade civil para atuação nestes espaços.

Neste sentido, é de fundamental importância explicitar a diversidade de “educações ambientais” surgidas neste período e apontar a definição que consideramos prioritária para o planejamento, organização, execução e avaliação das linhas de ação indicadas neste documento. Embora a definição proposta em lei seja a oficial e englobe diversas dimensões, acreditamos que, após 10 anos de desenvolvimento de teorias e práticas, seja apropriado inserir complementações que apontem para uma melhor compreensão do que pretendemos com a Educação Ambiental enquanto política pública...

xxx

ANTECEDENTES

xxx

DIRETRIZES

- Participação e Controle Social.
- Descentralização e compartilhamento.
- Respeito à diversidade cultural.
- Justiça social e ambiental.
- Respeito a todas as formas de vida.

PRINCÍPIOS

I – O enfoque humanista, histórico, crítico, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo, solidário e emancipatório.

II – A participação ativa, autônoma e popular.

III – A concepção do meio ambiente em sua unidade e totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio físico natural e o meio físico socialmente construído.

IV – O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas.

V – A vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento: entre a educação e o trabalho, entre a cultura, a ciência e a tecnologia, os saberes tradicionais e entre os valores éticos e estéticos.

VI – A avaliação crítica dos processos educativos.

VII – A abordagem articulada e integrada das questões ambientais em sua dimensão local, regional, nacional e internacional.

VIII – O reconhecimento, respeito e resgate da diversidade cultural existente no estado.

OBJETIVOS

I – Ampliar a gestão ambiental pública por meio da participação popular e do compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos, de forma a apoiar o fortalecimento do SISNAMA;

II – Proporcionar meios para a superação das assimetrias sociais;

II – Desenvolver uma compreensão integrada das interações sociedade e natureza e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo os aspectos ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, éticos, psicológicos e legais;

III – Estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática socioambiental;

IV – Incentivar a participação comunitária no reconhecimento dos seus direitos, condição determinante para a garantia de uma relação sustentável nas relações entre sociedade e natureza, entendendo-se a defesa do bem viver como um valor inseparável do exercício ativo da cidadania;

V – Estimular à cooperação entre as diversas regiões do estado, em níveis micro e macro-regionais, com vistas à construção de relações sociais fundadas nos princípios da democracia substantiva, justiça social e sustentabilidade da vida;

VI – Incentivar e apoiar a democratização e popularização dos meios de comunicação em geral, sobretudo, daqueles cuja ênfase seja dada às informações sobre temáticas socioambientais;

VII – Fomentar e fortalecer a difusão de modelos de desenvolvimento científico e tecnológico que não coloquem em risco ou produzam dano à vida;

VIII – Fortalecer a autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

IX – Apoiar o fortalecimento de princípios e práticas que garantam o direito à igualdade de gênero, de minorias e grupos sociais em vulnerabilidade ambiental;

X – Sensibilizar, mobilizar, organizar e formar sujeitos para a participação na gestão ambiental, em especial, na gestão ambiental pública.

PÚBLICO

· Trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da sociedade, prioritariamente servidores públicos, educadores(as) de todos os níveis e modalidades de ensino, técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, agentes comunitários(as) e de saúde, xxx.

· Populações em situação de vulnerabilidade social, tais como caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados da reforma agrária.

· Comunidade escolar, em especial, escolas e universidades públicas estaduais.

· Membros de associações civis, como sindicatos, movimentos e redes sociais.

LINHAS DE ATUAÇÃO E ESTRATÉGIAS

1. Gestão e planejamento da Educação Ambiental no Estado.

1.1 Planejamento da educação ambiental com base na gestão ambiental pública:

Promoção do planejamento estratégico e participativo das políticas públicas, programas e projetos em todo o estado – em articulação com os governos municipais, fóruns, comissões, conselhos e outros segmentos da sociedade – primando pela descentralização e democratização das ações e de informações, inclusive sobre fontes de financiamento.

Apoio e incentivo às ações integradas, incluindo as educativas e formativas, entre os diferentes setores de órgãos e instituições públicas, promovendo seu fortalecimento na intersectorialidade e transversalização das questões ambientais.

Estímulo e apoio à criação de programas municipais de educação ambiental, no sentido de torná-los referência para elaboração de outros planos e projetos de políticas públicas.

Estímulo e apoio à criação e fortalecimento de secretarias municipais de meio ambiente e de educação, bem como de conselhos municipais de caráter deliberativo com a participação de outros segmentos da sociedade.

Estímulo à inclusão da educação ambiental nos projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e as Resoluções do CONAMA 001/96 e 237/97.

Estímulo à incorporação das Agendas 21 Locais como parte das políticas ambientais municipais.

1.2 Formulação e implementação de políticas públicas ambientais em âmbito local:

Apoio à construção de arcabouço jurídico-institucional que sirva de base legal à formulação e implantação de políticas, programas e planos municipais de educação ambiental que promovam o desenvolvimento local sustentado e fortaleçam a gestão ambiental pública participativa.

Apoio à promoção de parcerias dos órgãos públicos locais entre si, de forma a possibilitar a regionalização articulada e integrada da educação ambiental nos espaços públicos, com a descentralização de projetos e ações, pressupondo o respeito às diversidades locais.

Apoio à promoção de parcerias locais, envolvendo diversos sujeitos sociais, para elaboração e administração de cursos de formação que contemplem as peculiaridades regionais, respeitando suas necessidades e demandas e em acordo com metodologias participativas e adequadas às suas características.

1.3 Monitoramento, supervisão e avaliação das ações:

Apoio e promoção de parcerias visando à análise, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental, por intermédio da construção de indicadores que permitam um acompanhamento das iniciativas e ações.

Apoio à construção e à divulgação de indicadores que subsidiem a avaliação dos resultados esperados no âmbito da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental.

Apoio e promoção do desenvolvimento de pesquisas e investigações que objetivem avaliar os programas de gestão ambiental, suas prioridades, propostas, resultados, a fim de reconhecer e solucionar as causas dos problemas socioambientais e não apenas seus efeitos.

1.4 Criação de interfaces entre educação ambiental e os diversos programas e políticas de governo, nas diferentes áreas:

Promoção da articulação entre educação ambiental e ações de atenção à saúde, saneamento básico e assistência social.

Inserção da educação ambiental nas etapas de planejamento e execução de ações relacionadas a/ao:

- a) Gestão dos recursos naturais nas bacias hidrográficas;
- b) Criação e gestão nas unidades de conservação, mosaicos de unidades de conservação e seus entornos;
- c) Projetos de desenvolvimento de assentamentos rurais sustentáveis;
- d) Desenvolvimento de projetos vinculados às áreas de ciência e tecnologia;
- e) Planejamento de ações em áreas fronteiriças e costeiras.

Estímulo e apoio à criação de grupos de trabalho multidisciplinares – envolvendo especialmente arte-educadores, assistentes sociais e agentes de saúde – para desenvolver oficinas de educação ambiental que enfatizem a relação entre saúde, ambiente e bem estar social, a serem realizadas em escolas públicas e locais acessíveis à comunidade em geral.

Apoio à estruturação de programas de educação ambiental vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias e das audiências públicas.

Estímulo e apoio à inserção da educação ambiental nas práticas de ecoturismo, visando garantir a sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades envolvidas de modo a proporcionar relações de cooperação, reciprocidade e respeito entre os sujeitos, adequada aos turistas e aos ecossistemas físicos naturais e populações e culturas locais.

2. Educação ambiental no ensino formal.

2.1 Incentivo à inclusão da dimensão socioambiental nos projetos político-pedagógicos das unidades escolares:

Apoio às ações voltadas à uma reestruturação da educação em direção à construção de relações sustentáveis entre sociedade e natureza, por meio, inclusive, do incentivo a reestruturação e elaboração de novos currículos, que repensem os tempos e espaços da educação, em todos os níveis de ensino, contemplando a temática ambiental de forma crítica e historicizada.

Incentivo à organização estudantil e à gestão escolar democrática e participativa, respeitando as experiências acumuladas pela comunidade escolar e pela comunidade do entorno, fortalecendo os conselhos escolares, grêmios e centros acadêmicos.

Apoio às ações de integração, articulação, intercâmbio entre as diversas disciplinas, a fim de promover o debate e construção de processos educativos e formativos envolvendo a educação ambiental.

Incentivar a inclusão do debate sobre a educação ambiental nas propostas pedagógicas e escolas diferenciadas, como as de Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Quilombola, dentre outras, numa perspectiva de reconhecimento ao direito à auto organização dos diversos sujeitos sociais e de seus conhecimentos.

Estímulo e apoio ao debate sobre o ambiente na formação universitária, tornando esse tema transversal ao ensino, à pesquisa e à extensão nas universidades.

Promoção de eventos conjuntos entre as áreas de educação ambiental formal e não-formal, visando à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem das relações entre sociedade e natureza, como a construção da Agenda 21 na escola e comunitária ou outras metodologias que levem a temática ambiental para dentro da escola em sua relação com a comunidade.

Estímulo à efetiva implantação dos projetos em educação ambiental construídos pela comunidade escolar.

2.2 Incentivo a estudos, pesquisas e projetos em educação ambiental:

Fomento à criação e ao fortalecimento de núcleos de pesquisa e experimentação em educação ambiental.

Incentivo e apoio às universidades públicas estaduais a desenvolverem projetos de extensão universitária com enfoque em educação ambiental.

Apoio à consolidação dos estudos e pesquisas relativos à educação ambiental, por intermédio do fortalecimento de uma rede de centros especializados.

Apoio aos projetos de pesquisa voltados à construção de instrumentos, metodologias e processos para a abordagem da educação ambiental, que possam inclusive ser incorporados aos currículos integrados dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Estímulo e apoio à criação de linhas de pesquisa para educação ambiental junto a órgãos de fomento como a FAPERJ, fundações estaduais, entre outros.

Estímulo à abertura de editais para o financiamento de parcerias entre universidades estaduais e escolas em projetos de pesquisa e intervenção com ênfase na educação ambiental.

3. Educação ambiental não-formal.

Apoio e incentivo à formação e qualificação em educação ambiental de associações, sindicatos, movimentos sociais, empresas, organizações não governamentais, fóruns populares e outros sujeitos sociais coletivos, numa perspectiva de ampliar e consolidar os debates sobre educação ambiental nesses espaços e mostrar a importância da organização social para o controle social popular.

Estímulo e apoio na promoção de eventos culturais e manifestações artísticas com o protagonismo da participação popular.

Apoio e promoção de ações e atividades organizadas por grupos de defesa dos direitos humanos e da cidadania.

Incentivo e apoio à formação, qualificação e capacitação de povos e comunidades tradicionais no interior e no entorno das Unidades de Conservação, na perspectiva do cumprimento do Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Apoio e estímulo à criação e fortalecimento de programas de EA nas unidades de conservação estaduais.

Inserir algo relacionado a Mudanças Climáticas?

4. Formação de Educadoras e Educadores Ambientais.

4.1 Formação continuada de educadoras e educadores ambientais no âmbito formal e não-formal:

Apoio, promoção e incentivo à formação, qualificação e capacitação dos membros de comitês de bacias hidrográficas, câmaras técnicas de educação ambiental, conselhos de unidades de conservação e de mosaicos de unidades de conservação, conselhos de meio ambiente e outros que tenham em suas atribuições a abordagem da dimensão ambiental nas relações entre sociedade e natureza.

Apoio, promoção e incentivo à formação e qualificação em educação ambiental de gestores públicos de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, ou de outros órgãos que tenham interfaces com a problemática ambiental, respeitando suas demandas e especificidades locais e regionais, de modo a fortalecer a descentralização da gestão ambiental.

Estímulo à construção de processos de formação a serem implantados a partir de convênios e/ou parcerias com universidades, escolas, associações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos, empresas, ongs, entre outros.

Estímulo e apoio ao debate sobre a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da educação ambiental no currículo dos cursos de licenciatura.

Apoio à criação de redes de formação de educadores e educadoras, com a participação de escolas, universidades, centros culturais, museus, empresas, organizações do terceiro setor.

Produção de material técnico-pedagógico e instrucional de apoio aos processos formativos.

Promoção e apoio a congressos, seminários, fóruns, simpósios, colóquios, debates e outros eventos que tratem direta ou indiretamente da formação de educadores/as ambientais.

Incentivo à formação e qualificação de quadros profissionais das instâncias administrativas e organizacionais públicas de educação ambiental ou vinculadas a ela.

Apoio e incentivo à formação continuada de docentes, educadores populares e profissionais da educação, de todos os níveis e modalidades de ensino, utilizando-se de metodologias presenciais e de educação à distância, incentivando sua auto organização e respeitando suas demandas e necessidades.

Promoção e apoio à realização de intercâmbios e parcerias entre escolas e universidades públicas estaduais, contribuindo para o acesso dos/as professores/as da rede pública de ensino básico aos cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu em educação e/ou educação ambiental.

Incentivo e estímulo ao debate sobre a criação de cursos de especialização, mestrado e doutorado em educação ambiental nas universidades públicas estaduais.

Criação de um programa de formação em educação ambiental voltado aos profissionais da educação especial, abordando a importância da inclusão dos/as portadores/as de necessidades especiais na formação dos educadores/as ambientais em geral.

Elaboração, junto às secretarias municipais de educação e de meio ambiente ou com o respectivo departamento ou setor, de um banco de dados com o cadastro de formadores/as de educadores/as ambientais.

5. Produção e divulgação de material educativo e didático-pedagógico.

Estabelecimento de parceria entre a SEA e a SEEDUC para aquisição e produção de material referente às temáticas socioambientais, como impressos e audiovisuais, a serem distribuídos para todos os municípios.

Produção, edição e distribuição, para todos os níveis e modalidades de ensino, de material didático que contemple as temáticas socioambientais locais e regionais.

Apoio à utilização da tecnologia de ensino à distância, numa perspectiva de democratização das ferramentas tecnológicas de ensino e do uso crítico de suas inovações, para a realização de cursos pela SEA E SEEDUC, atendendo às necessidades e respeitadas as especificidades dos diferentes públicos.

Apoio e incentivo à produção, edição e distribuição de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, produzidos por grupos de jovens organizados/as nas escolas, periferias, zonas rurais e comunidades tradicionais.

6. Gestão da Comunicação Socioambiental: uso e manejo das tecnologias da informação/ comunicação para a educação ambiental.

1) Proposta por uma política de comunicação e de Educação sustentáveis (Educomunicação Socioambiental), crítica, participativa, autônoma, democrática e descentralizada, alinhada às políticas de educação ambiental federal (Lei n 9.795, de 27 de abril de 1999) e estadual (Lei n 3325, de 17 de dezembro de 1999).

a) Educomunicação

Hibridismo entre comunicação e educação socioambiental para o ambiente – inclusão de disciplina, nos cursos universitários de comunicação e educação, bem como incentivo à implantação de cursos de extensão voltados às questões socioambientais;

Incentivo à introdução de matérias sobre Pedagogia crítica da mídia na formação de professores e educadores, bem como sobre o uso e manejo das tecnologias de comunicação/informação;

Ensino Não Formal: Hibridismo entre comunicação e educação socioambiental com capacitação e formação para comunicadores comunitários e a comunidade voltados às questões socioambientais globais e locais e ao desenvolvimento sustentável;

b) Uso e manejo dos processos de produção em comunicação:

Defesa e incentivo à democratização e popularização de todos os meios de comunicação;

Fortalecimento e incentivo ao processo de produção local de comunicação ambiental comunitária e formação de políticas que assegurem que esta produção local de conhecimento possa penetrar nas comunidades (incentivo à legalização das rádios, TVs e impressos comunitários), bem como circular em grandes veículos de comunicação;

Garantia de campanhas e conteúdos relacionados às questões socioambientais educativas em, pelo menos, 10% do espaço nobre da mídia.

Todos as matérias de propaganda e de propagação de conteúdos socioambientais deverão ser avaliados regularmente pelo Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental, que terá assento no Conselho de Comunicação (em vias de ativação).

Monitoramento e avaliação dos projetos de comunicação Sustentável sob responsabilidade do Conselho de Comunicação, onde terá assento o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA, no caso do Rio de Janeiro) e os Núcleos de Educação Ambiental (nos demais estados).

Estímulo e apoio à veiculação de informações de caráter educativo sobre educação ambiental em linguagem acessível a todos e todas, por intermédio dos meios de comunicação.

Estímulo e apoio à criação de canais de acesso às informações socioambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de comunicação social.

c) Utilização de tecnologias da informação/comunicação, no contexto ensino/aprendizagem;

Estímulo e apoio à criação e estruturação de veículos técnico-científicos para divulgação na área de educação ambiental.

Estímulo aos processos de sensibilização da sociedade para os problemas socioambientais por intermédio da articulação entre os diversos meios de comunicação.

Capacitação e formação das comunidades escolares e locais, em tecnologias de comunicação/informação.

Identificação e divulgação de experiências exitosas em educação ambiental.

Apoio à implantação de rádios comunitárias em pólos irradiadores, mediante parceria com organizações ligadas às rádios comunitárias e a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, com programação de qualidade e que respeite integralmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, como instrumento pedagógico e de fomento às atividades ambientalmente sustentáveis, numa perspectiva de problematização crítica das relações entre sociedade e natureza.

Incentivo à coleta e difusão de informações sobre experiências de educação ambiental junto a usuários de recursos naturais, como forma de fortalecer ações locais que visem a adoção de procedimentos sustentáveis no uso do patrimônio comum.

Incentivo à produção artística e literária, em suas diversas formas de expressão, como meio de difundir a educação ambiental junto a públicos específicos ou à sociedade em geral.

d) Comunicação interpessoal no relacionamento entre grupos.

Incentivo à formação e fóruns e grupos de estudos para discussão sobre a comunicação educativa e questões socioambientais.

Apoio à realização de capacitação específica sobre o acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Incentivo à alimentação de bancos de dados com informações sobre ações na área de educação ambiental.

ANEXOS

1. Glossário:

Assimetrias sociais

Desenvolvimento sustentável

Educação Ambiental

Controle Social

Participação popular

Descentralização da gestão ambiental pública (ou gestão ambiental compartilhada?)

Consciência crítica

Democracia substantiva

Interesse ativo (está na PEEA e não está definido)

Vulnerabilidade socioambiental

2.

3.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXO B**PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO**
ProEEA-RJ – TEXTO BASE**SUMÁRIO**

Apresentação

Justificativa

Antecedentes

Diretrizes

Princípios

Objetivos

Públicos

Linhas de Ação

ANEXOS

Anexo 1 – Glossário

Anexo 2 - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e
Responsabilidade Global

Anexo 3 - Política Estadual de Educação Ambiental Lei 3.325, de 17 de dezembro de
1999

Anexo 4 - Referências Bibliográficas

1 - APRESENTAÇÃO

Este documento, em sintonia com o PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, apresenta as diretrizes e os princípios que orientam as ações do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – ProEEA-RJ, a delimitação de seus objetivos, suas linhas de ação e sua estrutura organizacional.

A presente versão será objeto de Consulta Pública a realizar-se no segundo semestre de 2010, envolvendo educadores ambientais dos 92 municípios fluminenses, a fim de dar início à efetivação de um amplo e democrático processo de participação para a construção do ProEEA-RJ. Para isso, o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental, em parceria com o Conselho Estadual de Educação (CEE), o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) e as Redes Regionais de Educação Ambiental organizarão e promoverão uma Consulta Pública por meio de encontros que mobilizem educadores ambientais de diversos setores sociais, possibilitando o debate acerca das realidades locais para subsidiar a elaboração do ProEEA-RJ.

Vale destacar que o ProEEA-RJ é um programa de âmbito estadual, o que não significa que sua implantação seja de competência exclusiva do poder público estadual. Ao contrário, todos os setores da sociedade e esferas de governo são co-responsáveis pela sua aplicação, execução, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento.

2 - JUSTIFICATIVA

No dia 17/12/1999, com a promulgação da Lei Estadual 3.325/99, foi instituída a Política de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Seu *caput* anunciava a criação do Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA), sendo que este não estava efetivamente instituído, constando no art. 17 a indicação de que “caberá aos Órgãos Estaduais de Educação e de Meio Ambiente, ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) a função de propor, analisar e aprovar, a política e o Programa Estadual de Educação Ambiental”.

Assim, 10 anos depois, damos início ao processo de criação do ProEEA-RJ, que tem como principais objetivos ampliar e garantir a participação popular no processo de gestão ambiental pública e possibilitar a descentralização e o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados, o que se estabelece por meio do

fortalecimento dos espaços públicos de participação e da qualificação de membros do poder público e da sociedade para atuação nestes espaços.

Neste sentido, é de fundamental importância explicitar a diversidade existente nas diferentes formas, saberes, conhecimentos e práticas em Educação Ambiental (EA) surgidas neste período e apontar a definição que consideramos prioritária para o planejamento, organização, execução e avaliação das linhas de ação indicadas neste documento. Embora a definição proposta em lei seja a oficial e englobe diversas dimensões, acreditamos que, após 10 anos de desenvolvimento de teorias e práticas, seja apropriado inserir complementações que apontem para uma melhor compreensão do que pretendemos com a Educação Ambiental enquanto política pública.

3 - DIRETRIZES

- Participação e controle social.
- Descentralização e compartilhamento.
- Respeito à diversidade cultural.
- Justiça social e ambiental.
- Respeito a todas as formas de vida.
- Transversalidade
- Fortalecimento do SISNAMA
- Fortalecimento do sistema de ensino
- Sustentabilidade dos processos educativos
- Transparência

4 - MISSÃO

Fortalecer a Educação Ambiental como prática político-pedagógica de construção da cidadania e defesa da sustentabilidade da vida.

5 - PRINCÍPIOS

- I – O enfoque humanista, histórico, crítico, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo, solidário e emancipatório.
- II – A participação ativa, autônoma e popular.
- III – A concepção de “ambiente” em sua unidade e totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio físico natural e o meio físico socialmente construído.

IV – O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, garantindo a inserção da temática ambiental como tema transversal aos projetos político-pedagógicos.

V – A vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento: entre a educação e o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, os saberes tradicionais e os valores éticos e estéticos.

VI – A avaliação crítica dos processos educativos.

VII – A abordagem articulada e integrada das questões ambientais em sua dimensão local, regional, nacional e global.

VIII – O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade cultural existente no estado.

IX – O compromisso com a cidadania ambiental.

X – O reconhecimento do direito à auto-organização dos diversos sujeitos sociais e de suas formas de produção de conhecimento.

6 - OBJETIVOS

I – Ampliar a gestão ambiental pública por meio da participação popular, do compartilhamento de responsabilidades e comprometimento entre os entes federativos, de forma a apoiar o fortalecimento do SISNAMA;

II – Proporcionar meios para a superação das assimetrias sociais;

III – Desenvolver uma compreensão integrada das interações entre sociedade e natureza e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo os aspectos ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, geográficos, territoriais, éticos, emocionais e legais;

IV – Estimular o desenvolvimento e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática socioambiental;

V – Incentivar a participação comunitária no reconhecimento dos seus direitos, condição determinante para a garantia de uma relação sustentável nas relações entre sociedade e natureza, entendendo-se a defesa do bem viver como um valor inseparável do exercício ativo da cidadania;

VI – Estimular a cooperação entre as diversas regiões do estado, em níveis micro e macro-regionais, com vistas à construção de relações sociais fundadas nos princípios da democracia substantiva, justiça social e ambiental;

VII – Apoiar a democratização dos meios de comunicação em geral, sobretudo, daqueles cuja ênfase seja dada às informações sobre temáticas socioambientais, incentivando o uso e manejo popular das ferramentas;

VIII – Fomentar e fortalecer a difusão de modelos de desenvolvimento científico e tecnológico que não coloquem em risco ou causem dano à vida;

IX – Fortalecer a autodeterminação povos e solidariedade entre os povos, como fundamentos para o futuro da humanidade;

X – Apoiar o fortalecimento de princípios e práticas que garantam o direito à igualdade de gênero e de minorias e grupos sociais em vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental;

XI – Sensibilizar, mobilizar, organizar e formar sujeitos para a participação na gestão ambiental, em especial, na gestão ambiental pública;

XII- Acompanhar os desdobramentos dos programas de Educação Ambiental, zelando pela coerência entre os princípios de Educação Ambiental e implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis;

XIII – Promover e apoiar a produção e a disseminação de materiais didático-pedagógicos e instrucionais.

7 - PÚBLICO

- Trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da sociedade, prioritariamente servidores públicos, educadores(as) de todos os níveis e modalidades de ensino, técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, agentes comunitários(as) e de saúde.
- Populações em situação de vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental, tais como caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados da reforma agrária.
- Comunidades escolares e universitárias e de instituições de pesquisa e espaços museais;
- Espaços de visitação pública.
- Membros de associações civis, como sindicatos, movimentos, cooperativas e redes sociais.

8 - LINHAS DE ATUAÇÃO E ESTRATÉGIAS

8.1. Gestão e planejamento da Educação Ambiental no Estado.

8.1.1. Planejamento da Educação Ambiental com base na gestão ambiental pública

- Promoção do planejamento estratégico e participativo das políticas públicas, programas e projetos em todo o estado – em articulação com os governos municipais, fóruns, comissões, conselhos e outros segmentos da sociedade – primando pela descentralização e democratização das ações e de informações, inclusive sobre fontes de financiamento.

- Apoio e incentivo às ações integradas, incluindo as educativas e formativas, entre os diferentes setores de órgãos e instituições públicas, promovendo seu fortalecimento na intersectorialidade e transversalização das questões ambientais.

- Estímulo e apoio à criação de programas municipais participativos de Educação Ambiental, no sentido de torná-los referência para elaboração de outros planos e projetos de políticas públicas.

- Estímulo e apoio à criação e ao fortalecimento de secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação.

- Estímulo e apoio à criação de conselhos municipais de caráter deliberativo com ampla representação e participação social.

- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos processos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), em conformidade com as normas e legislações vigentes.

Projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97.

- Incentivo à elaboração de um banco de dados com o cadastro de formadores/as e coletivos de formadores de educadores/as ambientais;

- Incentivo à criação e alimentação de bancos de dados com informações sobre ações na área de Educação Ambiental.

8.1.2. Formulação e implementação de políticas públicas ambientais em âmbito local

- Estímulo e apoio à participação popular, organizada em fóruns e coletivos gestores, nas instâncias deliberativas das políticas de interesse público.

- Apoio à construção de arcabouço jurídico-institucional que sirva de base legal à formulação e implantação de políticas, planos e programas municipais de Educação Ambiental.

- Apoio à articulação entre órgãos públicos, de forma a possibilitar e (ou) potencializar a regionalização integrada das políticas, projetos e ações de Educação Ambiental nos espaços públicos (verificar conceito jurídico do termo).
- Estímulo à incorporação das Agendas 21 Locais como parte das políticas ambientais municipais.
- Estímulo à criação de fundos municipais de fomento à Educação Ambiental.

8.1.3. Monitoramento, supervisão e avaliação das ações

- Apoio à criação de instâncias e instrumentos para análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de Educação Ambiental, que permitam o seu acompanhamento, adequação e divulgação.
- Avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental a cada cinco anos.

8.1.4. Criação de interfaces entre a Educação Ambiental e os diversos programas e políticas governamentais

- Promoção da articulação entre Educação Ambiental e as seguintes áreas:

- Meio Ambiente
- Educação
- Saúde
- Saneamento básico
- Assistência social
- Segurança
- Cultura
- Ciência e Tecnologia
- Transporte
- Habitação
- Esporte
- Energia
- Mineração
- Agricultura, Pecuária e Pesca
- Turismo
- Desenvolvimento Agrário

- Apoio à estruturação de programas de Educação Ambiental vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias e das audiências públicas.

8.2. Educação Ambiental no ensino formal

8.2.1. Incentivo à inclusão da dimensão socioambiental nos projetos político-pedagógicos das unidades escolares

- Apoio às ações voltadas ao fortalecimento da Educação em direção à construção de relações sustentáveis entre sociedade e natureza, por meio do incentivo à construção de novos currículos, que repensem os tempos e espaços da Educação, em todos os níveis de ensino, contemplando a temática ambiental de forma crítica e historicizada.

- Incentivo à organização estudantil e à gestão escolar democrática e participativa, respeitando as experiências acumuladas pela comunidade escolar e pela comunidade do entorno, fortalecendo os conselhos escolares, grêmios e centros acadêmicos.

- Apoio às ações de integração, articulação e intercâmbio entre as diversas disciplinas, a fim de promover o debate e a construção de processos educativos e formativos envolvendo a Educação Ambiental, de maneira multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

- Incentivar a inclusão da Educação Ambiental nos processos de elaboração das propostas pedagógicas e escolas diferenciadas, como as de Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Quilombola, dentre outras, numa perspectiva de respeito à coexistência de diferentes formas de organização social.

- Estímulo à inserção da Educação Ambiental nos programas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior e pós-graduação.

- Estímulo e apoio ao debate sobre a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da educação ambiental no currículo dos cursos de formação de professores para a Educação Básica.

- Promoção de eventos conjuntos entre as áreas de Educação Ambiental formal e não-formal, visando à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem das relações entre sociedade e natureza.

- Fomento à implantação de projetos em Educação Ambiental construídos pela comunidade escolar.

- Apoio à produção de material pedagógico a partir do registro das experiências educativas em Educação Ambiental consolidadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

8.2.2 Incentivo a estudos, pesquisas e projetos em educação ambiental

- Incentivo à criação e ao fortalecimento de núcleos de pesquisa e experimentação em Educação Ambiental.
- Fomento e apoio às Universidades Públicas situadas no estado a desenvolverem projetos de pesquisa e extensão em Educação Ambiental.
- Estímulo às Instituições de Ensino Superior situadas no estado desenvolverem projetos de pesquisa e extensão em EA.
- Apoio e fortalecimento a redes de centros especializados em EA por meio da consolidação dos estudos e pesquisas.
- Apoio aos projetos de pesquisa voltados à construção de instrumentos, metodologias e processos, que possam ser incorporados aos currículos integrados dos diferentes níveis e modalidades de ensino.
- Estímulo e apoio à criação de linhas de pesquisa em EA junto a órgãos de fomento e fundos públicos, tais como FAPERJ, FECAM, entre outros.
- Estímulo ao financiamento de parcerias entre os Institutos de Educação Superior (IES), espaços museais, instituições de pesquisa e escolas em projetos de pesquisa e intervenção em Educação Ambiental.
- Apoio e promoção do desenvolvimento de pesquisas em EA nos processos de gestão pública.

8.3. Educação ambiental não-formal

- Apoio e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental de membros de associações, sindicatos, movimentos sociais, empresas, organizações não governamentais, fóruns populares e outros sujeitos sociais coletivos, vinculando a importância da organização social no controle social popular.
- Estimulo e apoio ao protagonismo da participação popular na promoção de eventos culturais e manifestações artísticas.
- Apoio e promoção de ações e atividades organizadas por grupos de defesa dos direitos humanos e da cidadania.

- Incentivo e apoio à formação, qualificação e capacitação de povos e comunidades tradicionais no interior e no entorno das Unidades de Conservação.
- Apoio e estímulo à criação e fortalecimento de processos de EA nas unidades de conservação no estado.
- Apoio, promoção e incentivo à formação, qualificação e capacitação dos membros de comitês de bacias hidrográficas, câmaras técnicas de Educação Ambiental, conselhos de unidades de conservação e de mosaicos de unidades de conservação, fóruns de Agenda 21, conselhos de meio ambiente e outros que tenham em suas atribuições a abordagem da dimensão ambiental.
- Apoio, promoção e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental de gestores públicos de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente ou de outros órgãos que tenham interfaces com a problemática ambiental.
- Incentivo à formação e qualificação em EA de servidores públicos e demais quadros profissionais das instâncias administrativas e organizacionais .

8.4. Formação de Educadoras e Educadores Ambientais

8.4.1 Formação continuada de educadoras e educadores ambientais no âmbito formal e não-formal

- Fomento a formação continuada do educador ambiental no âmbito das unidades escolares onde trabalha através de espaços pedagógicos propícios à otimização de suas atividades socioeducativas.
- Estímulo à construção de processos de formação a serem desenvolvidos a partir de convênios e/ou parcerias com universidades, escolas, associações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos, empresas, ongs entre outros.
- Estímulo e apoio ao debate sobre a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da Educação Ambiental no currículo dos cursos de formação de professores e licenciaturas.
- Apoio à criação de redes de formação de educadores e educadoras, com a participação de escolas, universidades, centros culturais, espaços museais, empresas, organizações do terceiro setor e instituições de pesquisa.
- Promoção e apoio a congressos, seminários, fóruns, simpósios, colóquios, debates e outros eventos que tratem direta ou indiretamente da formação de educadores/as ambientais.

- Apoio e incentivo à formação continuada de docentes, educadores populares e profissionais da educação, de todos os níveis e modalidades de ensino, utilizando-se de metodologias presenciais e à distância, incentivando sua auto organização..
- Promoção e apoio à realização de intercâmbios e parcerias entre secretarias de educação e IES's, garantindo o acesso dos profissionais de educação das redes pública de ensino básico aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* em Educação e/ou Educação Ambiental.
- Incentivo à criação e ao aprimoramento de cursos de especialização, mestrado e doutorado em Educação Ambiental nas IES's.
- Estímulo ao debate sobre currículos de cursos de pós-graduação em EA.

8.5. Produção e divulgação de material educativo e didático-pedagógico.

- Estabelecimento de parceria entre a Secretaria do Estado do Ambiente (SEA) e a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) para aquisição, produção e distribuição de material referente às temáticas socioambientais.
- Produção de material técnico-pedagógico e instrucional de apoio aos processos formativos.
- Produção, edição e distribuição, para todos os níveis e modalidades de ensino, de material didático que contemple as temáticas socioambientais locais e regionais.
- Apoio à utilização da tecnologia de ensino à distância, numa perspectiva de democratização das ferramentas tecnológicas de ensino e do uso crítico de suas inovações, para a realização de cursos pela SEA E SEEDUC, atendendo às necessidades e respeitadas as especificidades dos diferentes públicos.
- Apoio e incentivo à produção, edição, distribuição e acessibilidade de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, produzidos por grupos de jovens organizados/as nas escolas, periferias, zonas rurais e comunidades tradicionais.

8.6. Gestão da Comunicação Socioambiental: uso e manejo das tecnologias da informação/ comunicação para a Educação Ambiental

- Estímulo a gestão por meio de políticas públicas de Educomunicação Socioambiental, crítica, participativa, autônoma, democrática e descentralizada, alinhadas às políticas de Educação Ambiental.

- Estímulo à capacitação e formação de comunicadores comunitários e voltadas às questões socioambientais.
- Apoio a democratização dos meios de comunicação incentivando o uso e manejo popular das ferramentas;
 - Incentivo e fortalecimento ao processo de produção local de comunicação ambiental comunitária.
- Incentivo à formação de políticas que assegurem que as criações da comunicação ambiental comunitária circule em seus espaços de produção.
- Estímulo à qualificação de campanhas e conteúdos educativos relacionados às questões socioambientais nos meios de comunicação.
- Estímulo e apoio à criação de formas de acesso às informações socioambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de comunicação social.
- Estímulo à utilização de tecnologias da informação/comunicação, no contexto ensino-aprendizagem.
- Incentivo e fomento à capacitação e formação das comunidades escolares e locais em tecnologias de comunicação/informação.
- Apoio a programas e projetos que invistam na estruturação de rádios comunitárias por meio de processos organizativos e/ou associativos autônomos.
- Incentivo a programas e projetos que apóiem à produção de conteúdos artísticos e literários, em suas diversas formas de expressão, como meio de difundir a Educação Ambiental junto a públicos específicos e/ou à sociedade em geral.
- Incentivo à formação de fóruns e grupos de estudos para discussão sobre a educomunicação socioambiental.

ANEXOS

1. Glossário:

Assimetrias sociais

Currículos integrados

Desenvolvimento sustentável

Educomunicação socioambiental: campo de convergência não só da comunicação e da educação, mas de todas as áreas das ciências humanas, que tem como pressuposto básico o direito de todos ao o exercício de toda forma de expressão e comunicação.

Educação Ambiental

Controle Social

Participação popular

Descentralização da gestão ambiental pública (ou gestão ambiental compartilhada?)

Consciência crítica

Democracia substantiva

Interesse ativo (está na PEEA e não está definido)

Vulnerabilidade socioambiental

Anexo 2 - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

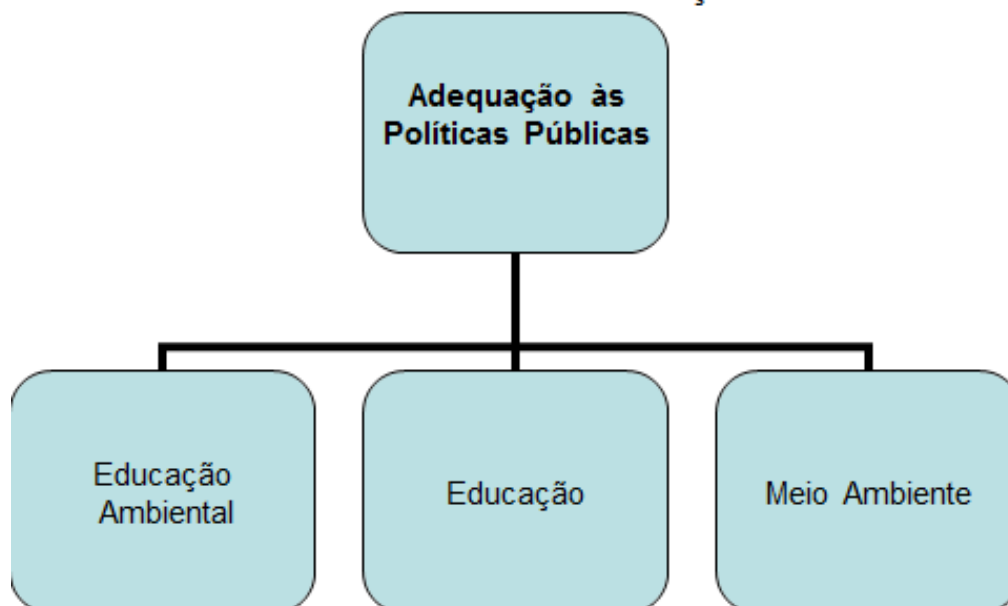
Anexo 3 - Política Estadual de Educação Ambiental - Lei 3.325, de 17 de dezembro de 1999

Anexo 4 - Referências Bibliográficas

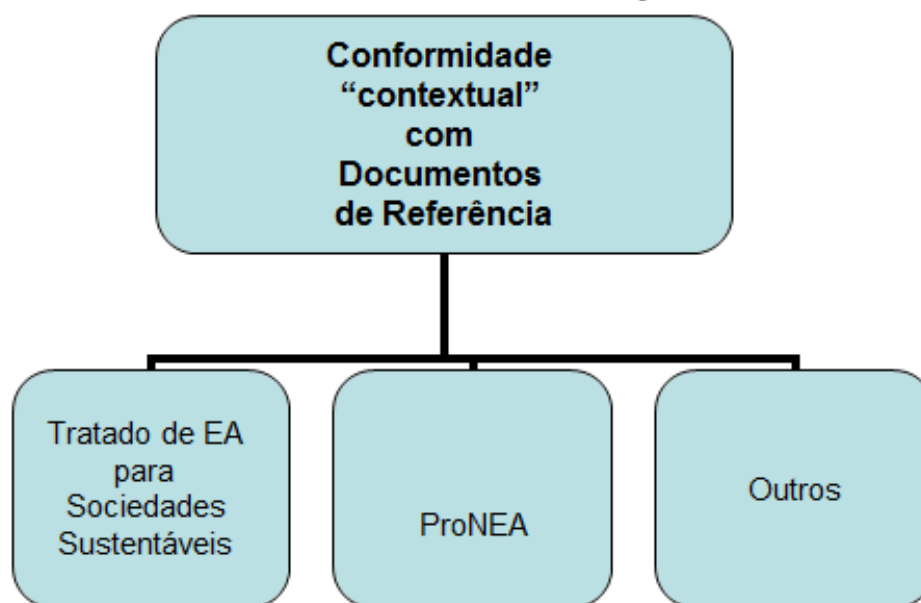
ANEXO C

**PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO – ProEEA-RJ****CRITÉRIOS DE SISTEMATIZAÇÃO
GRUPO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – GIEA**

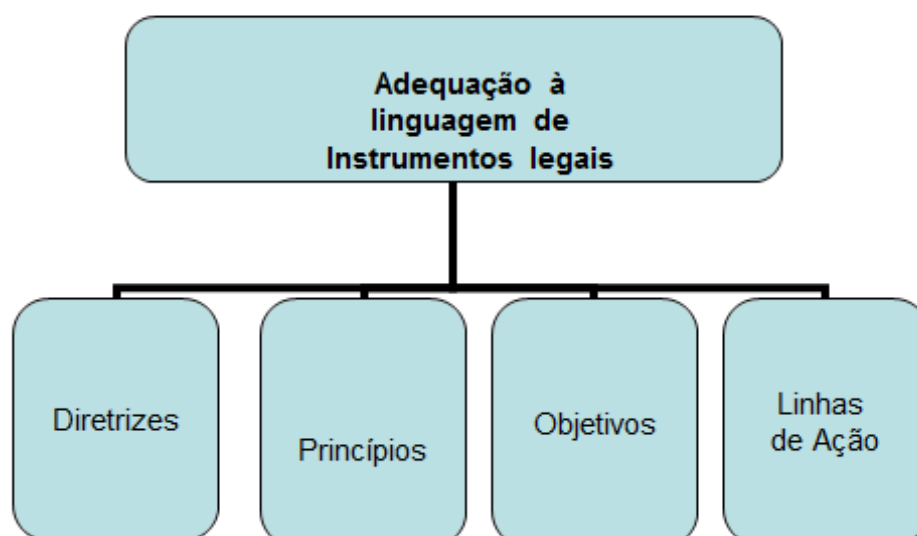
Maria Teresa de Jesus Gouveia
Núcleo de Educação Ambiental
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Membro GIEA

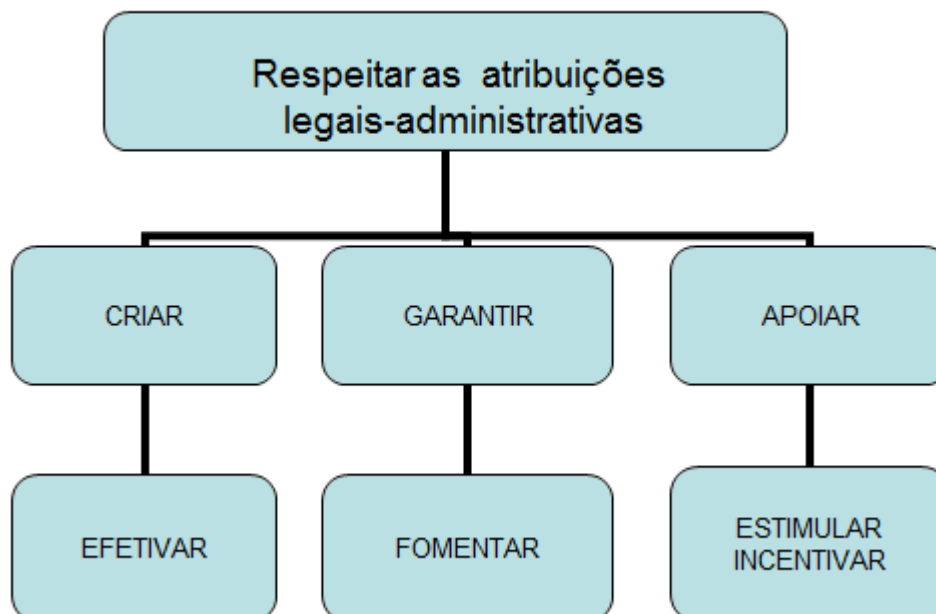
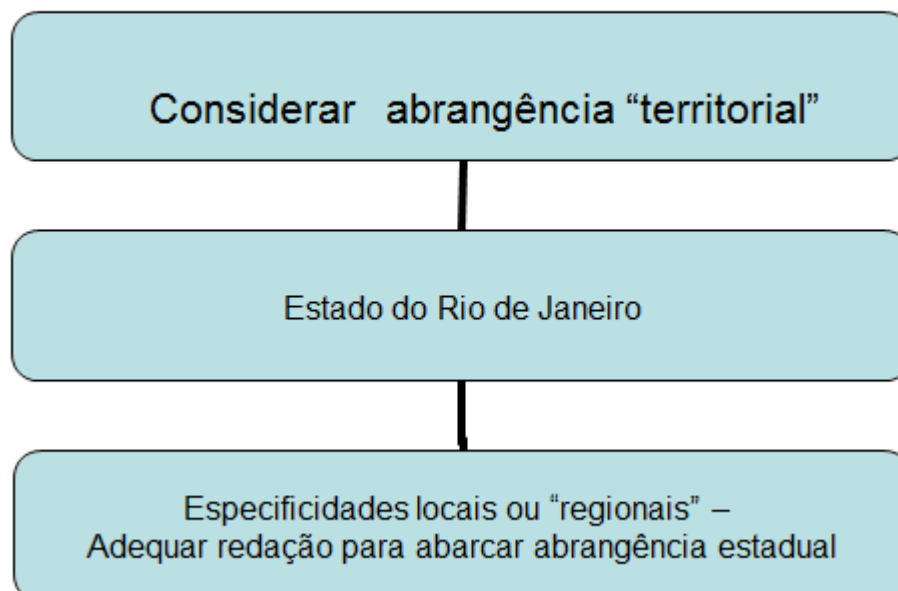
Critérios de Sistematização

Critérios de Sistematização

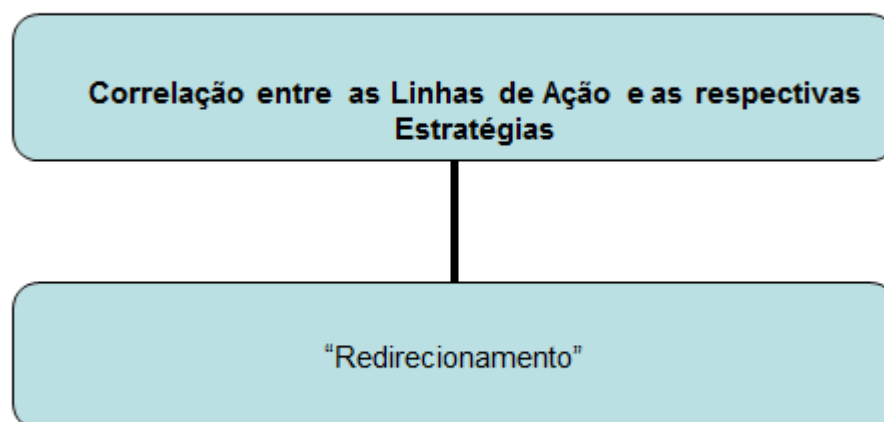


Critérios de Sistematização

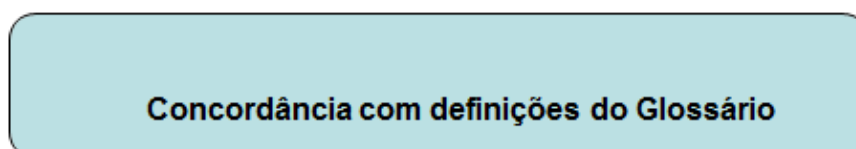


Cr terios de Sistematiza o**Cr terios de Sistematiza o**

Cr terios de Sistematiza o



Cr terios de Sistematiza o



ANEXO D



Secretaria de Estado do Ambiente – Superintendência de Educação Ambiental

Av. Venezuela nº 110, 5º andar. Praça Mauá. Rio de Janeiro.

FICHA PERFIL EDUCADORES/AS AMBIENTAIS

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CONTATOS: _____

FORMAÇÃO:

() Fundamental. () Médio. () Graduação. Qual(is)? _____

() Pós-Graduação. Qual(is)? _____

Outro(s): _____

ATIVIDADE PROFISSIONAL (Especifique a função. Ex: Docente – Escola X; Coordenador de Projetos – ONG Y; Analista Ambiental – Órgão Z)

Instituição 1: _____

Instituição 2: _____

Instituição 3: _____

RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)

1. Trabalha com EA? Sim () Não ()

2. Há quanto tempo trabalha com EA?

menos de 1 ano. de 1 a 3 anos. de 3 a 5 anos. de 5 a 10 anos. mais de 10 anos.

3. Como foi sua aproximação com a EA? (Poderá marcar mais de uma opção.)

Escola Universidade Movimento Social Sindicato Associação de Moradores
 ONG Empresa Governo Partido Outro(s).

4. Você recebeu alguma formação (curso ou atividade) em EA? Qual?

5. Você integra alguma rede ou fórum de EA? Qual?

6. Atualmente, você trabalha com EA em ? (Poderá marcar mais de uma opção)

Escola Universidade Movimento Social Sindicato Associação de Moradores
 ONG Empresa Governo Partido Outro (s)

7. Se sim, qual o programa/projeto/ação em que você está envolvido?

8. Cite projeto(s)/ação (s)/atividade(s) de EA em que você esteve inserido que você considere exitoso. Porquê?

9. Quais são suas principais referências teóricas em EA?

Autor/a: _____

Autor/a: _____

Autor/a: _____

10. De que forma você utiliza estas referências teóricas nas suas atividades em EA?

11. Você conhece alguma política pública em EA?

Municipal Estadual Federal Especifique: _____

Não conheço

ANEXO E

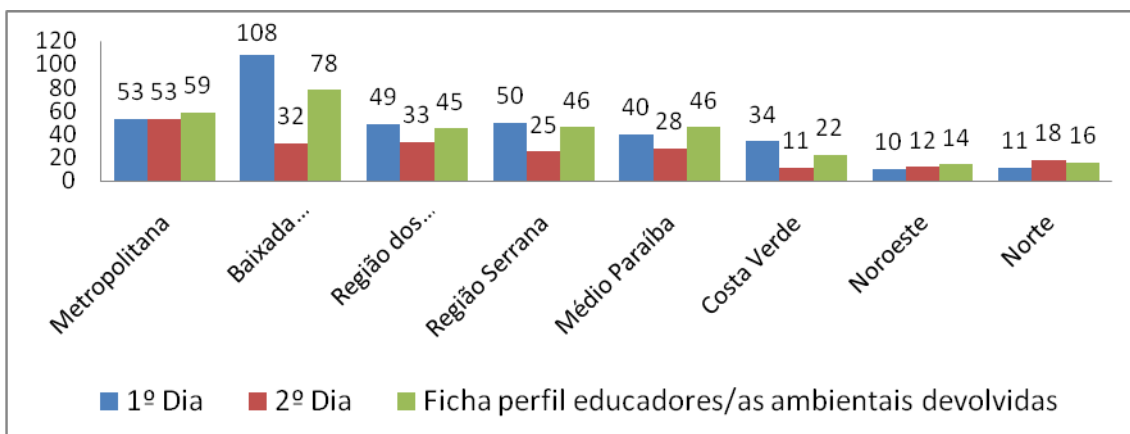


Gráfico 1: Número de participantes dos Encontros Regionais e de Fichas devolvidas.

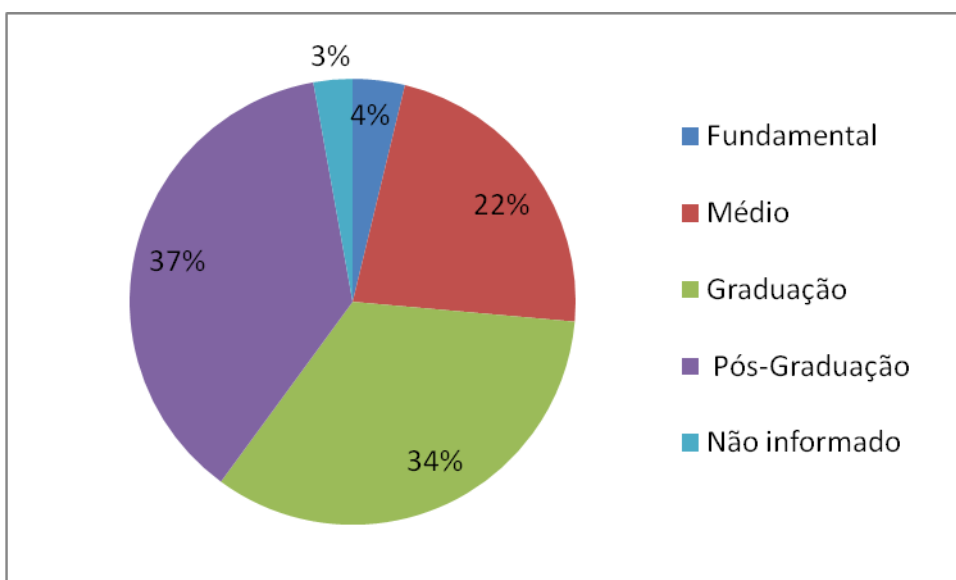


Gráfico 2: Formação (geral).

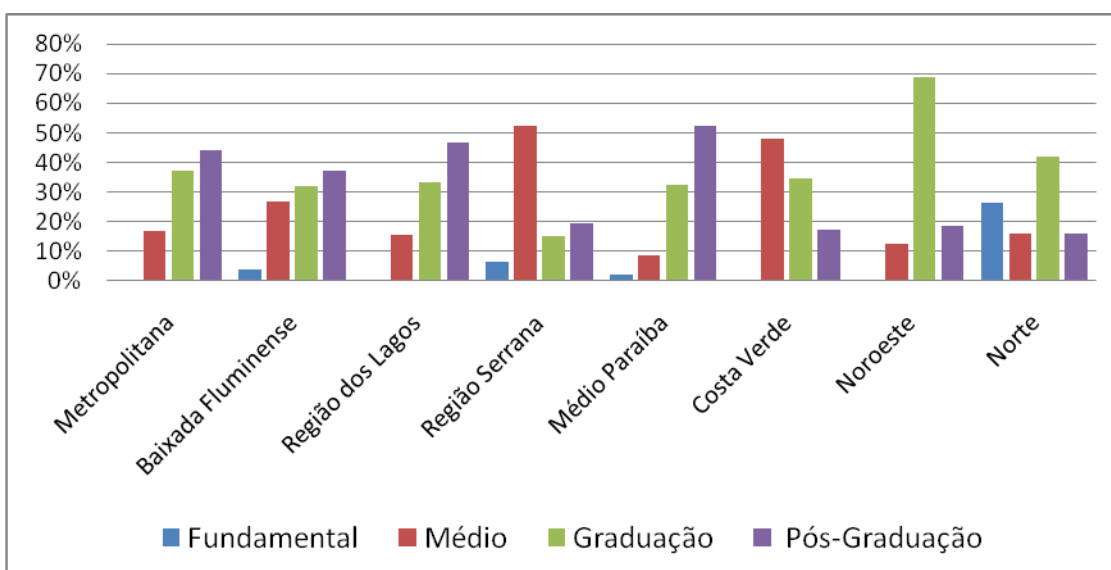


Gráfico 3: Formação (por região).

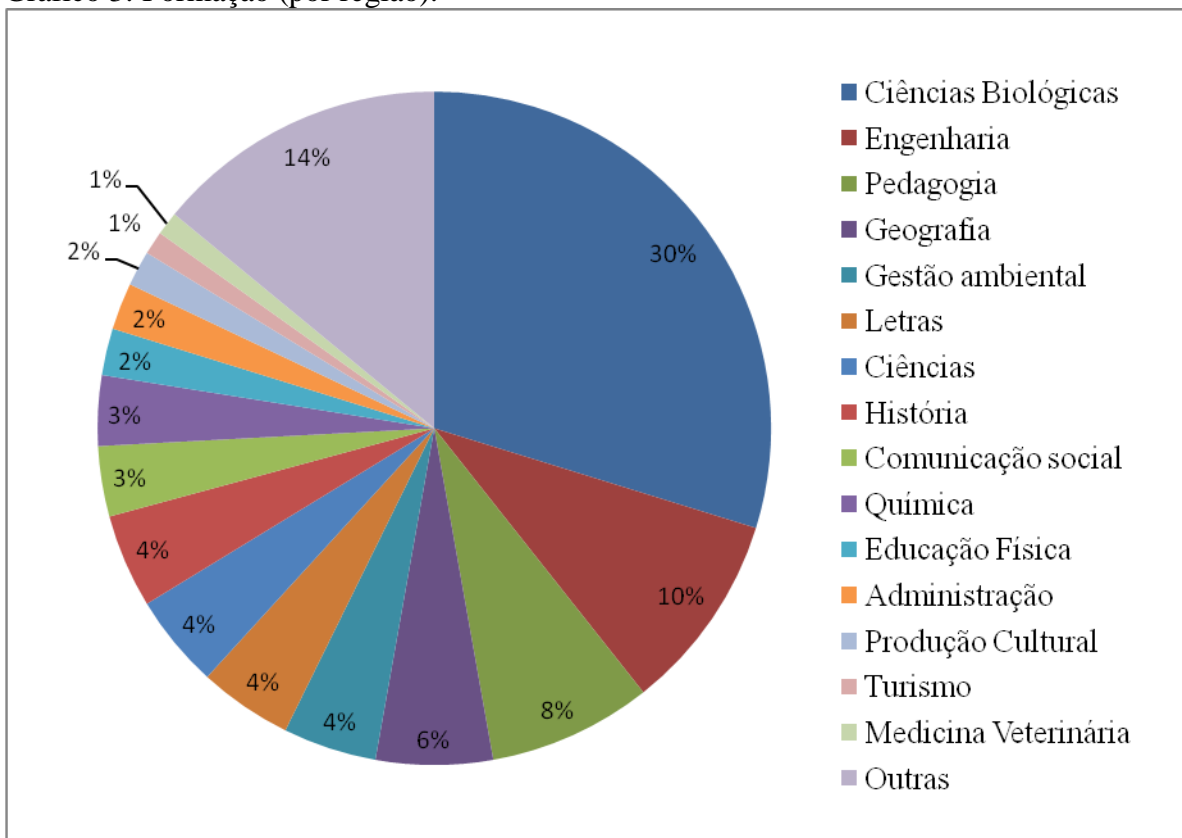


Gráfico 4: Graduação (geral).

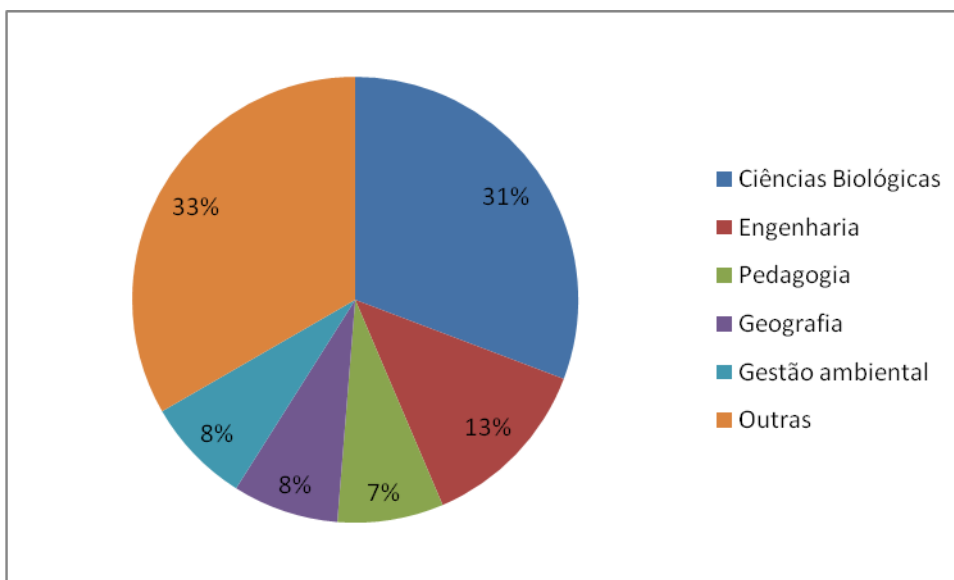


Gráfico 5: Graduação (Metropolitana)

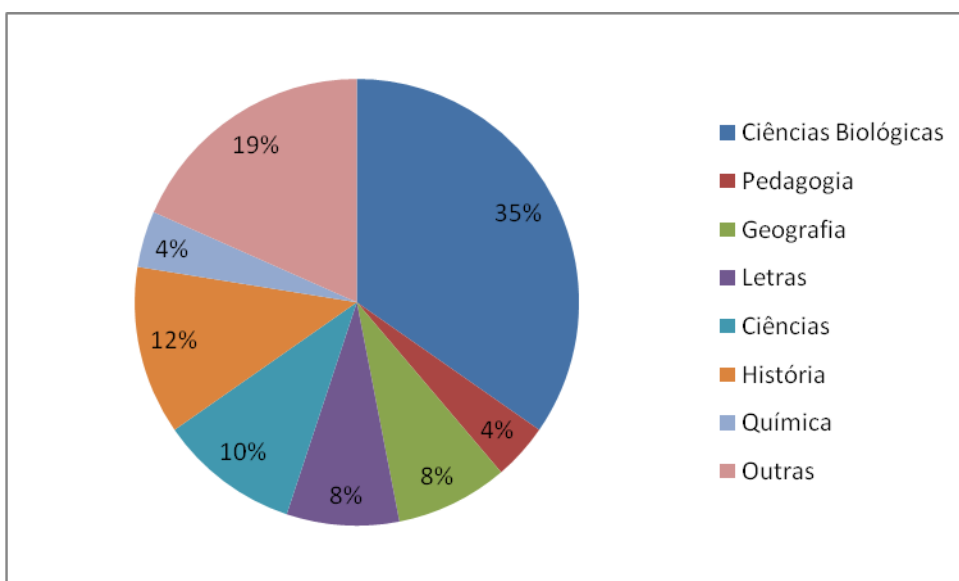


Gráfico 6: Graduação (Baixada Fluminense)

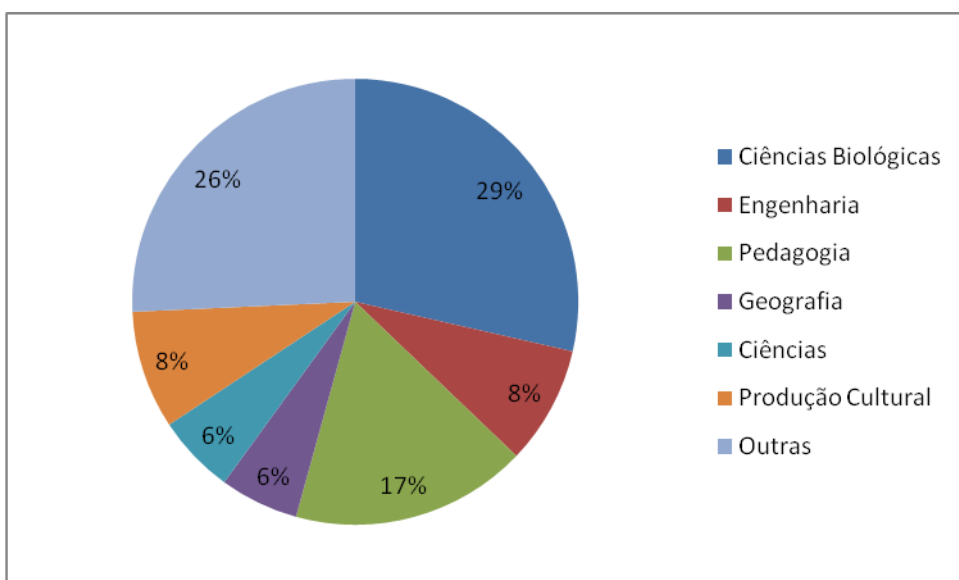


Gráfico 7: Graduação (Região dos Lagos)

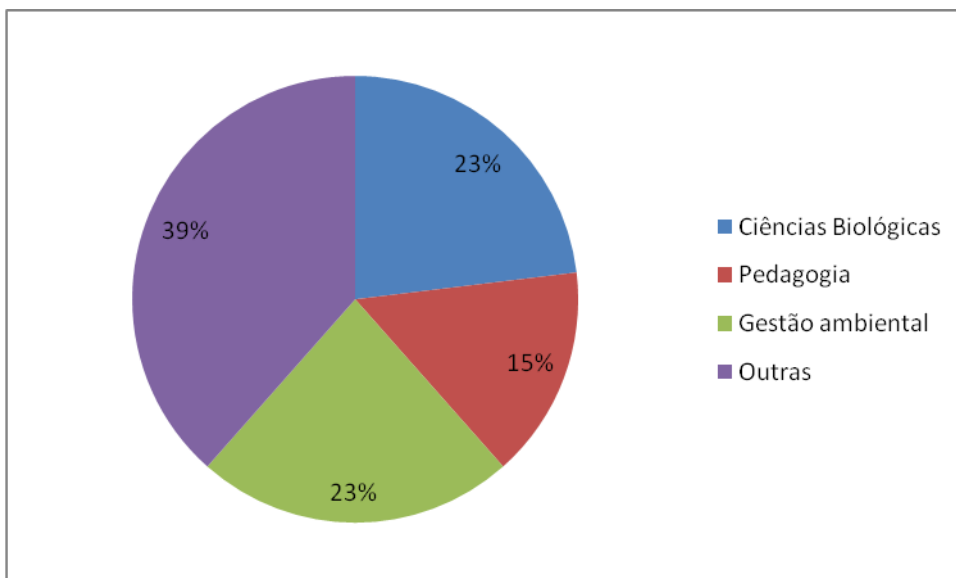


Gráfico 8: Graduação (Região Serrana)

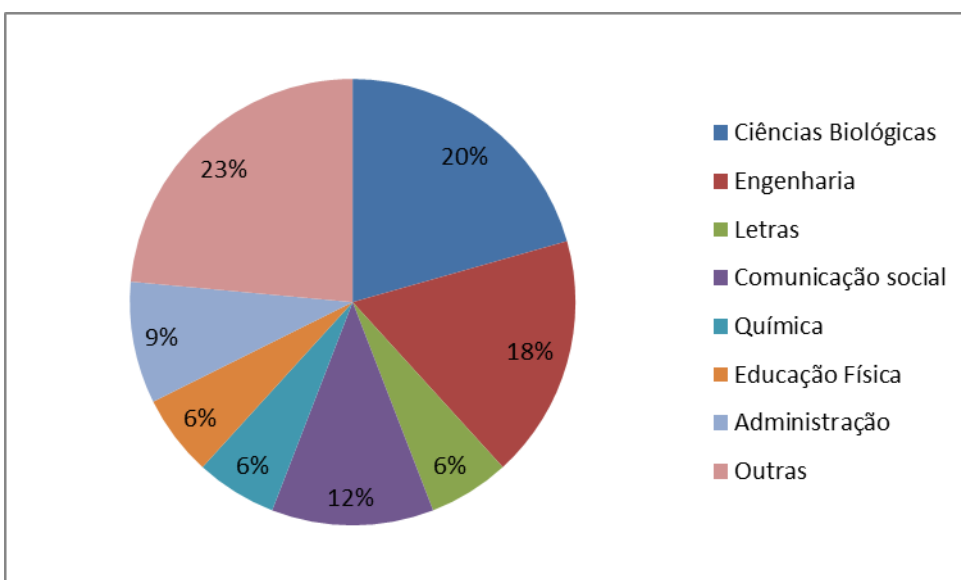


Gráfico 9: Graduação (Médio Paraíba)

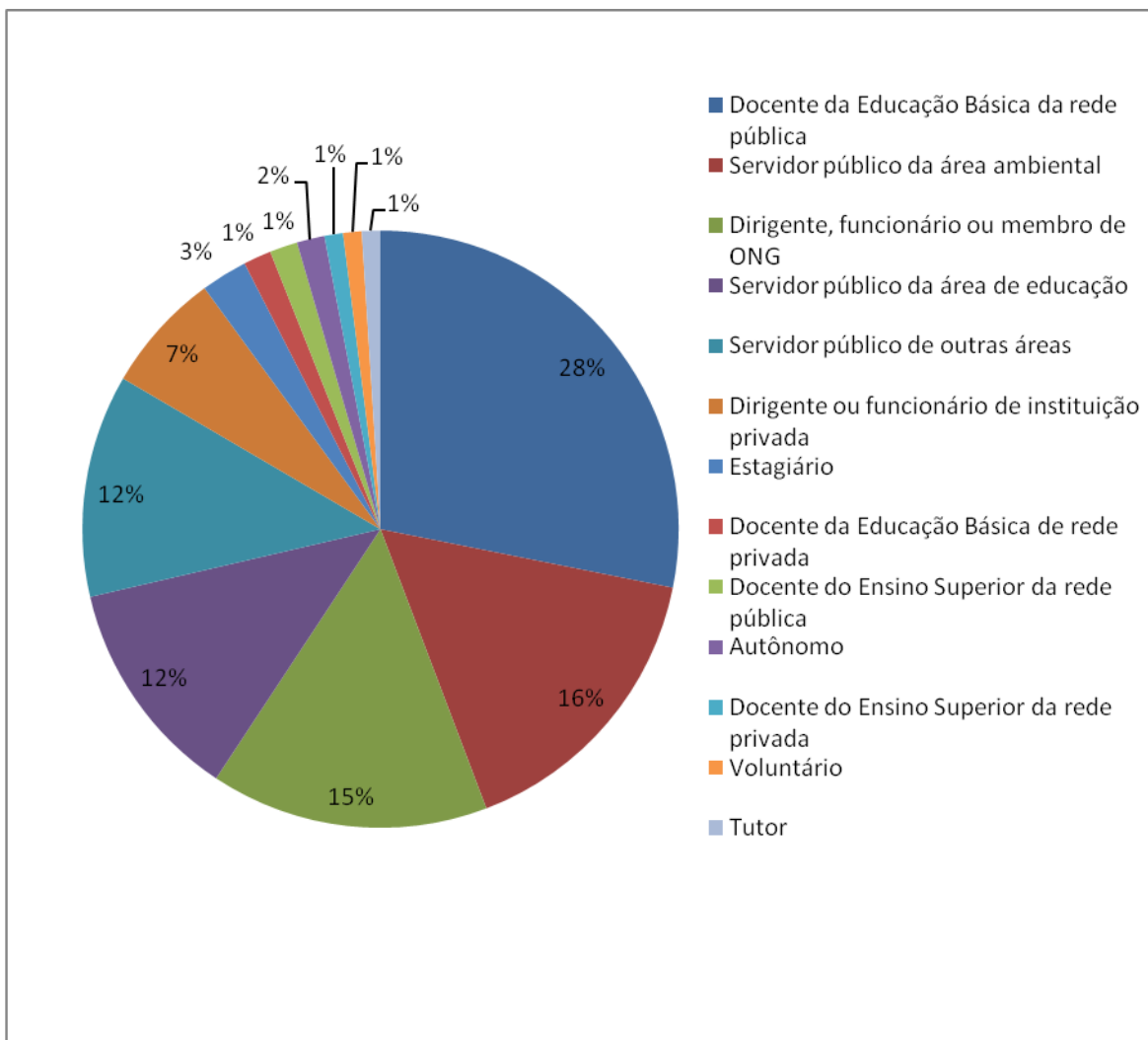


Gráfico 10: Atividade profissional (geral).

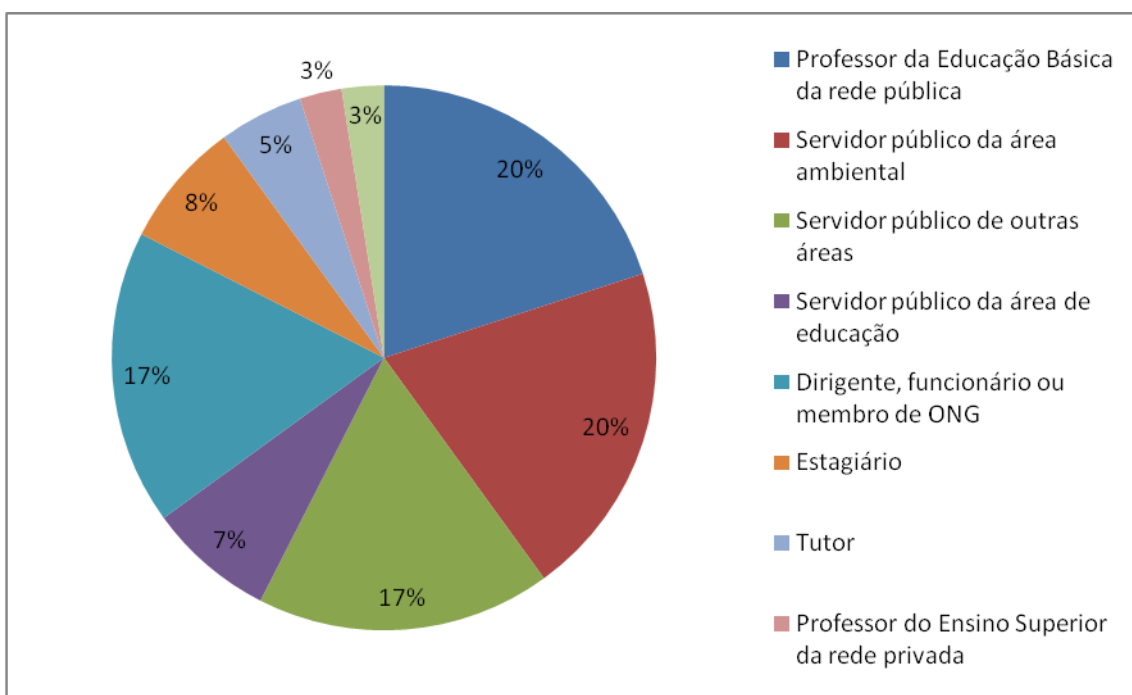


Gráfico 11: Atividade profissional (Região Metropolitana).

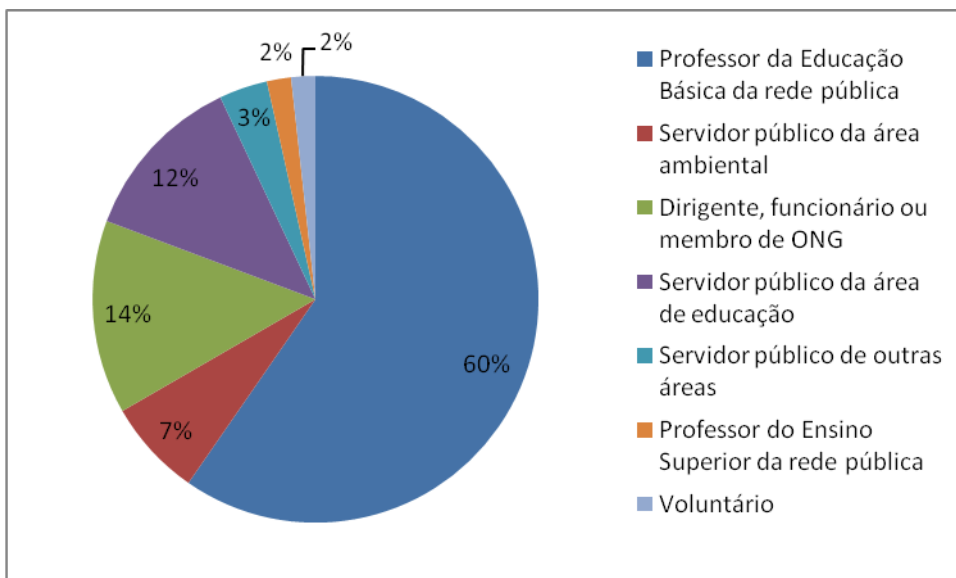


Gráfico 12: Atividade profissional (Baixada Fluminense).

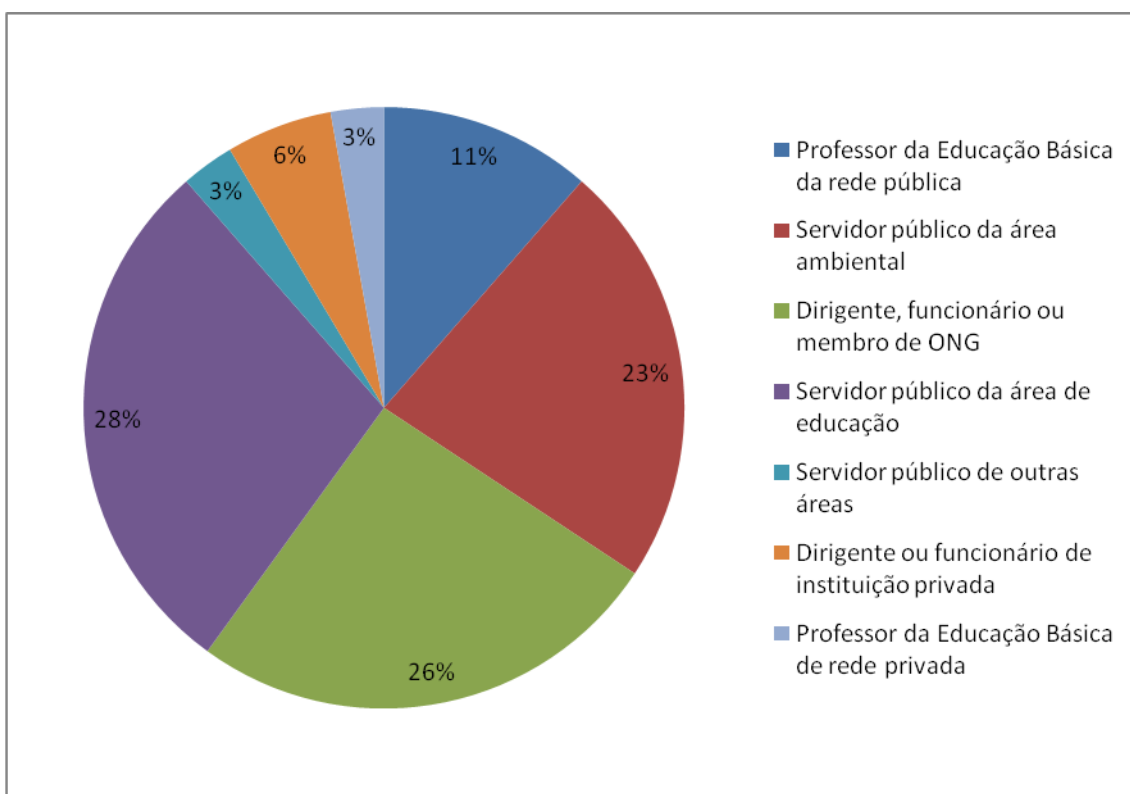


Gráfico 13: Atividade profissional (Região dos Lagos).

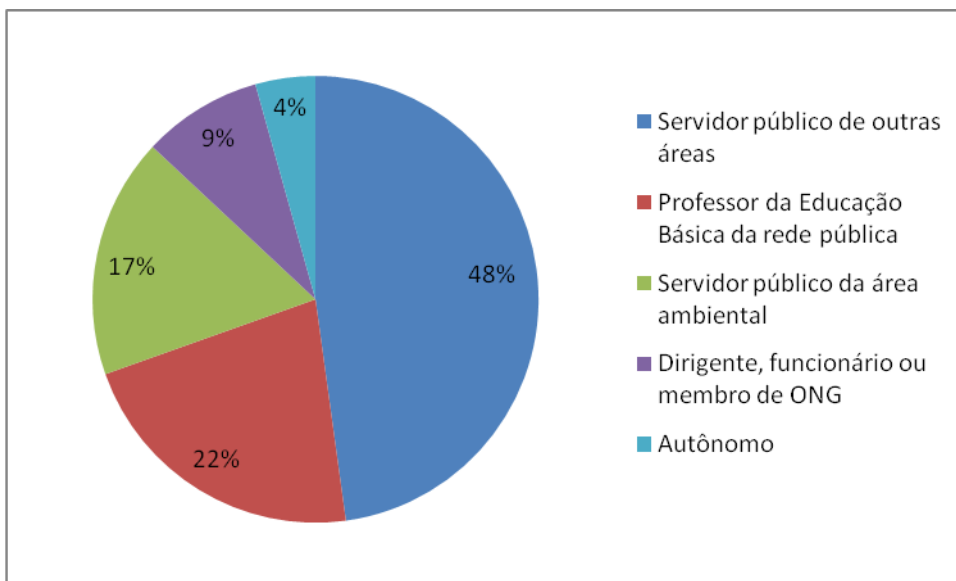


Gráfico 14: Atividade profissional (Região Serrana).

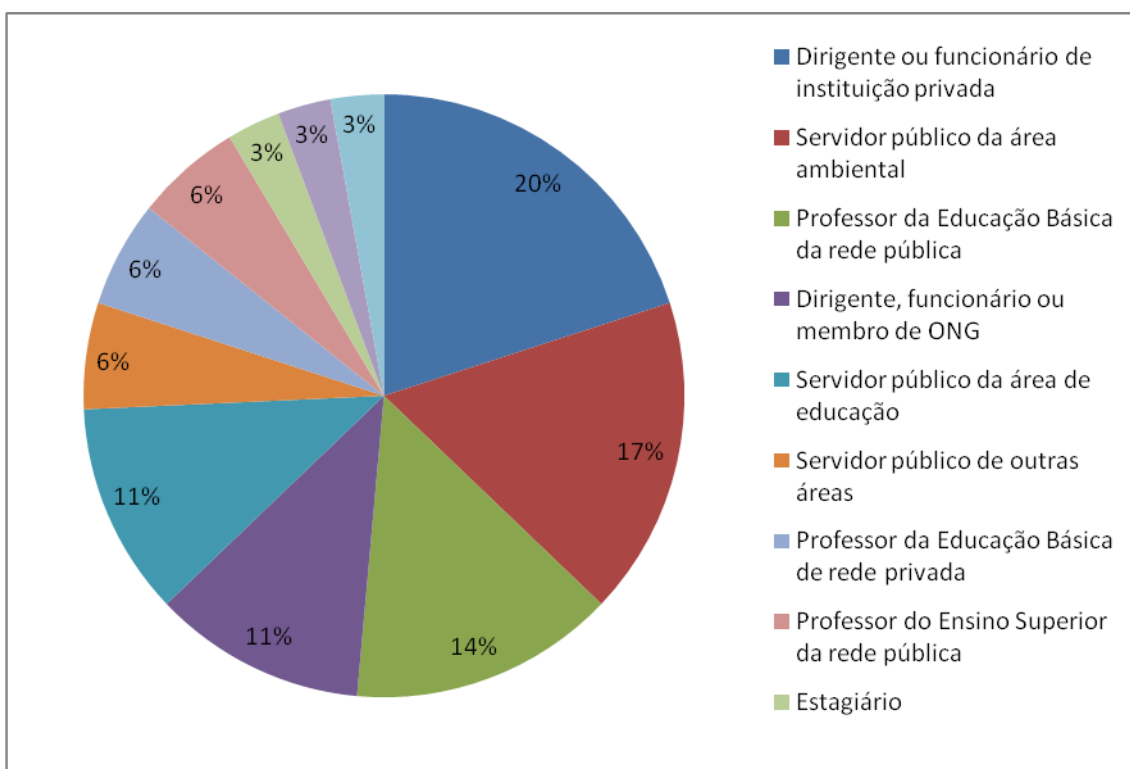


Gráfico 15: Atividade profissional (Médio Paraíba).

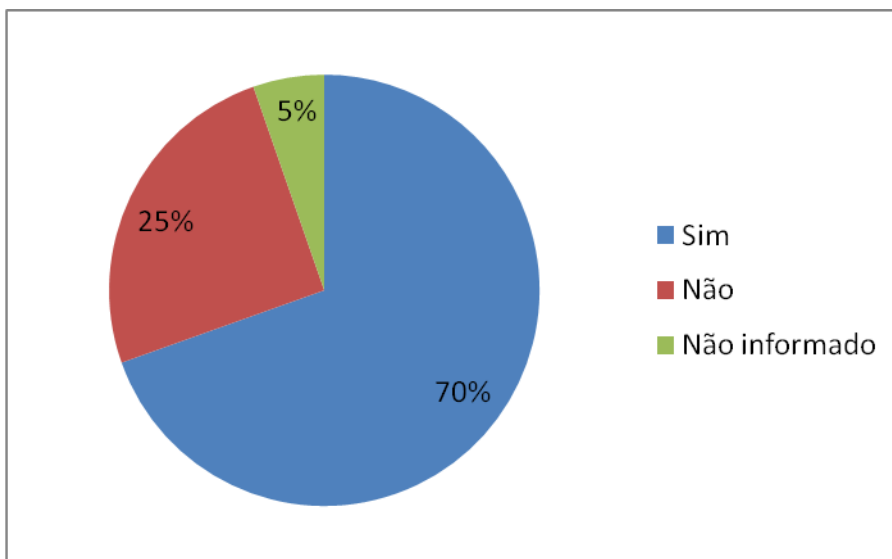


Gráfico 16: Questão 1. Trabalha com Educação Ambiental? (geral)

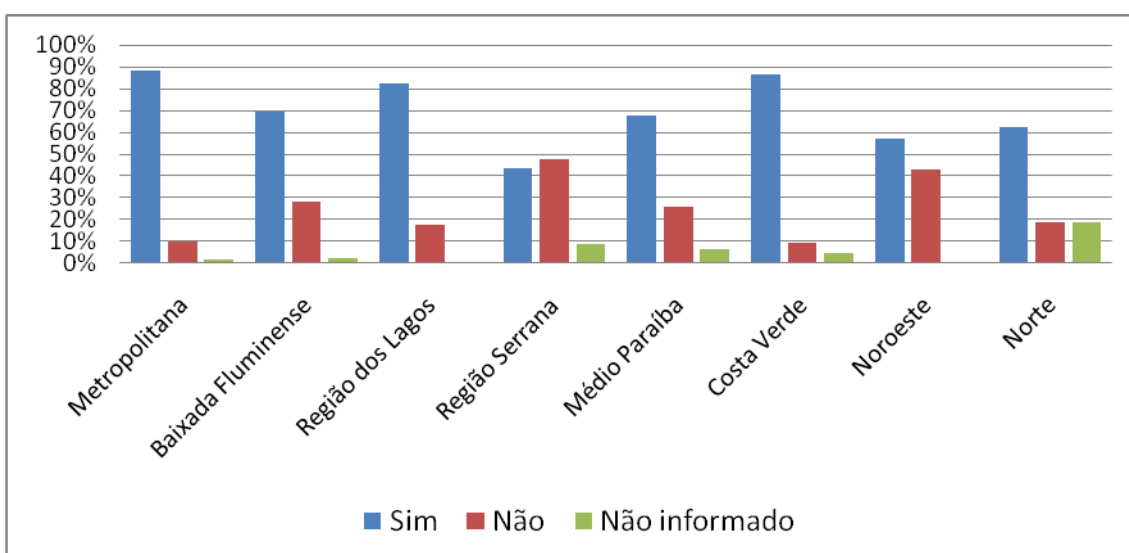


Gráfico 17: Questão 1. Trabalha com Educação Ambiental? (por região)

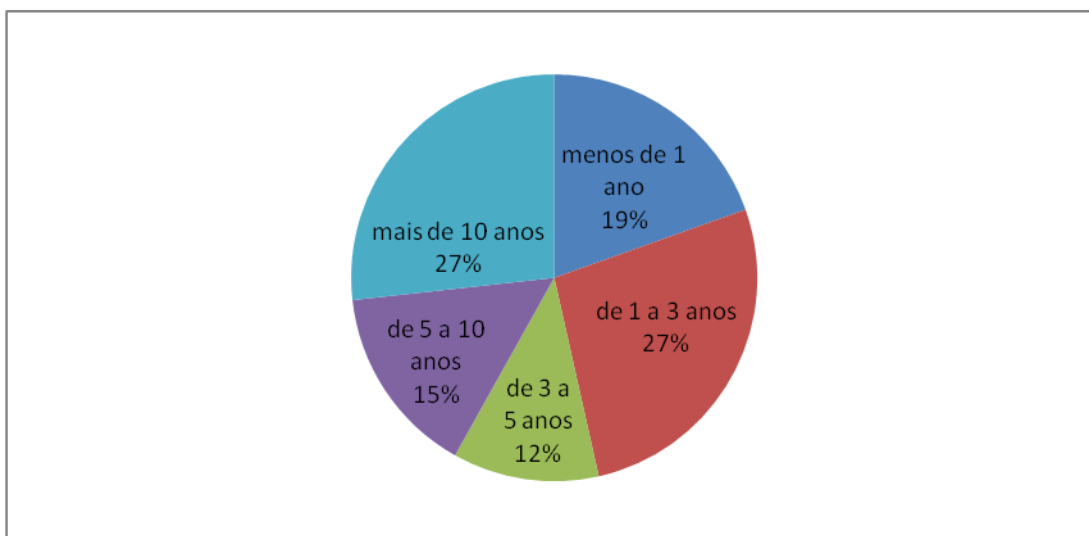


Gráfico 18: Questão 2. Há quanto tempo trabalha com Educação Ambiental? (geral)

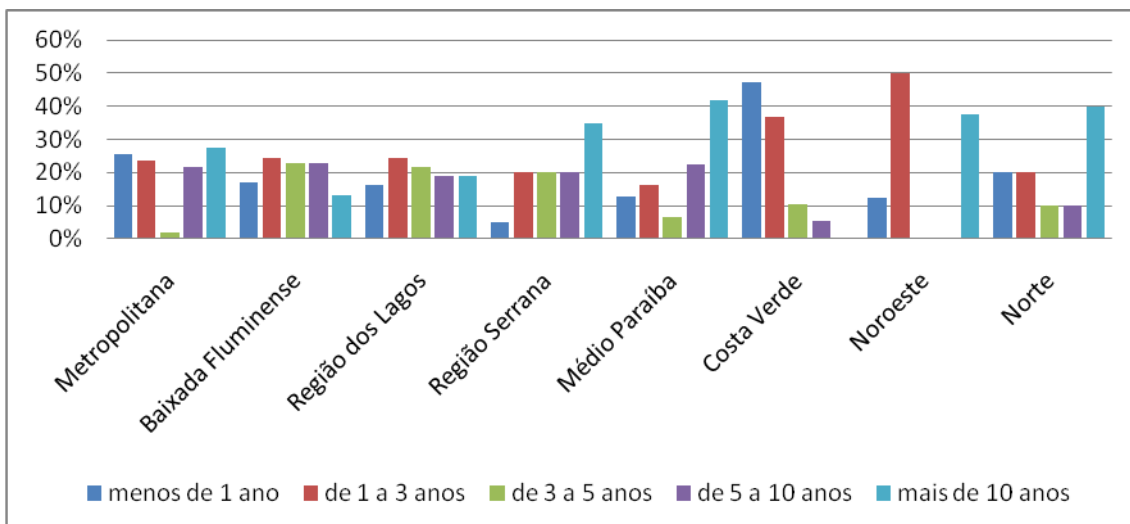


Gráfico 19: Questão 2. Há quanto tempo trabalha com Educação Ambiental? (por região)

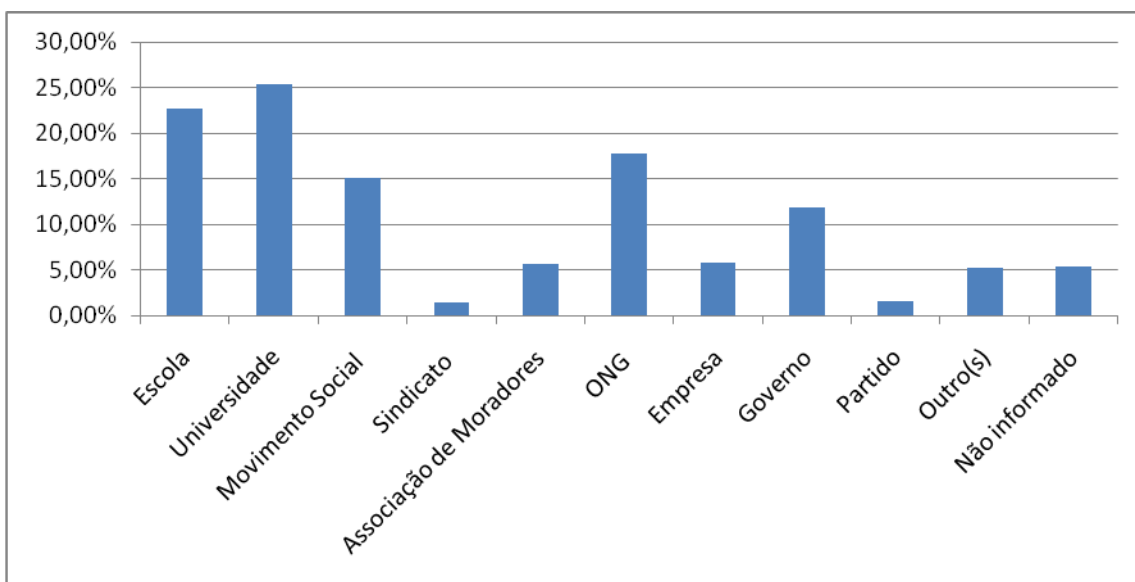


Gráfico 20: Questão 3. Como foi sua aproximação com a EA? (Poderá marcar mais de uma opção).

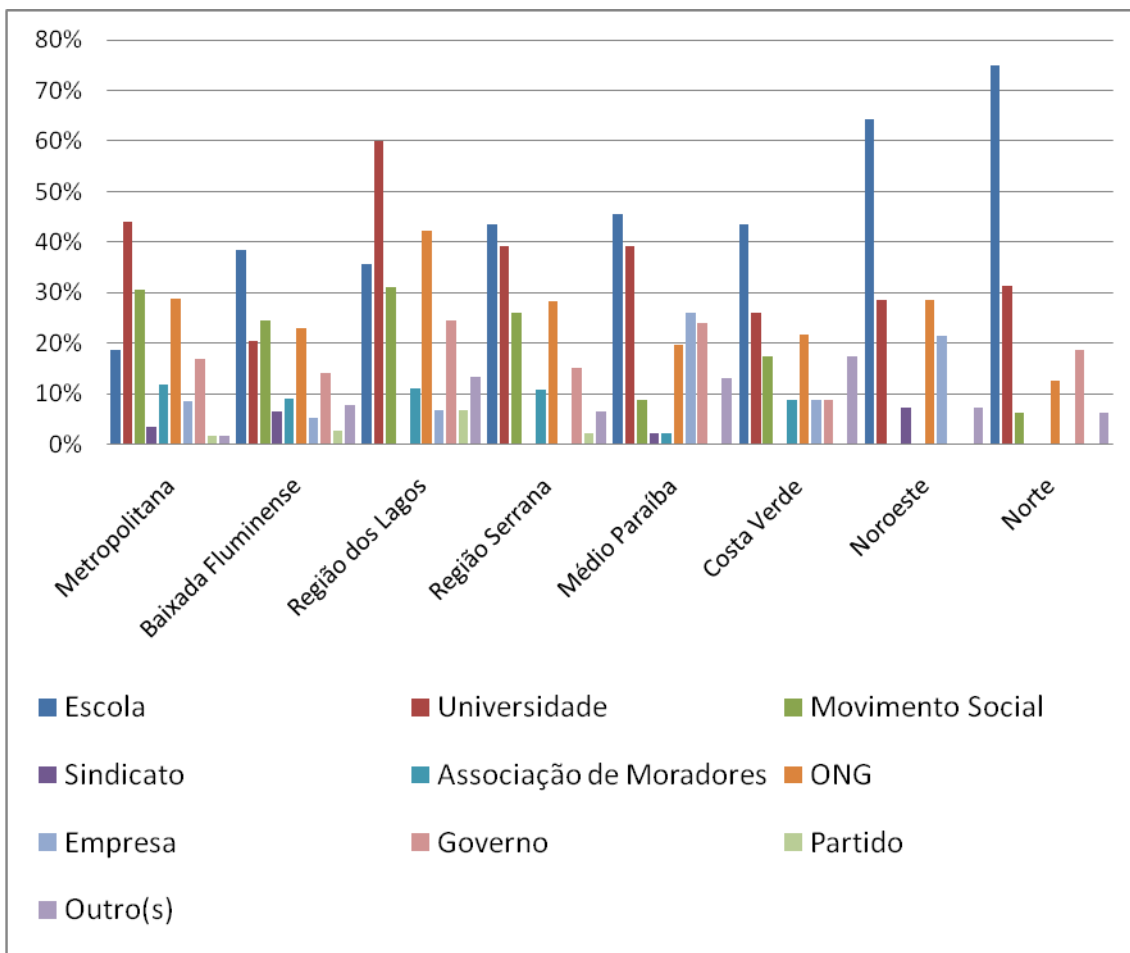


Gráfico 21: Questão 3. Como foi sua aproximação com a EA? (Poderá marcar mais de uma opção).

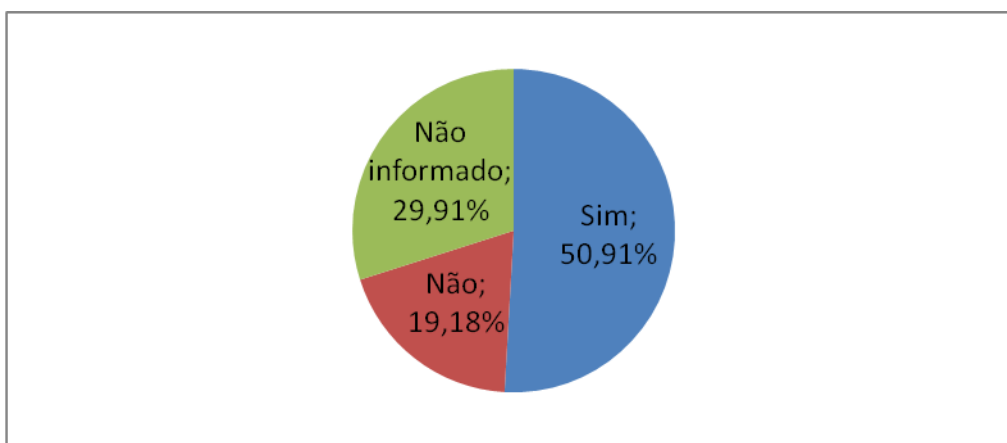


Gráfico 22: Questão 4. Você recebeu alguma formação (curso ou atividade) em EA?

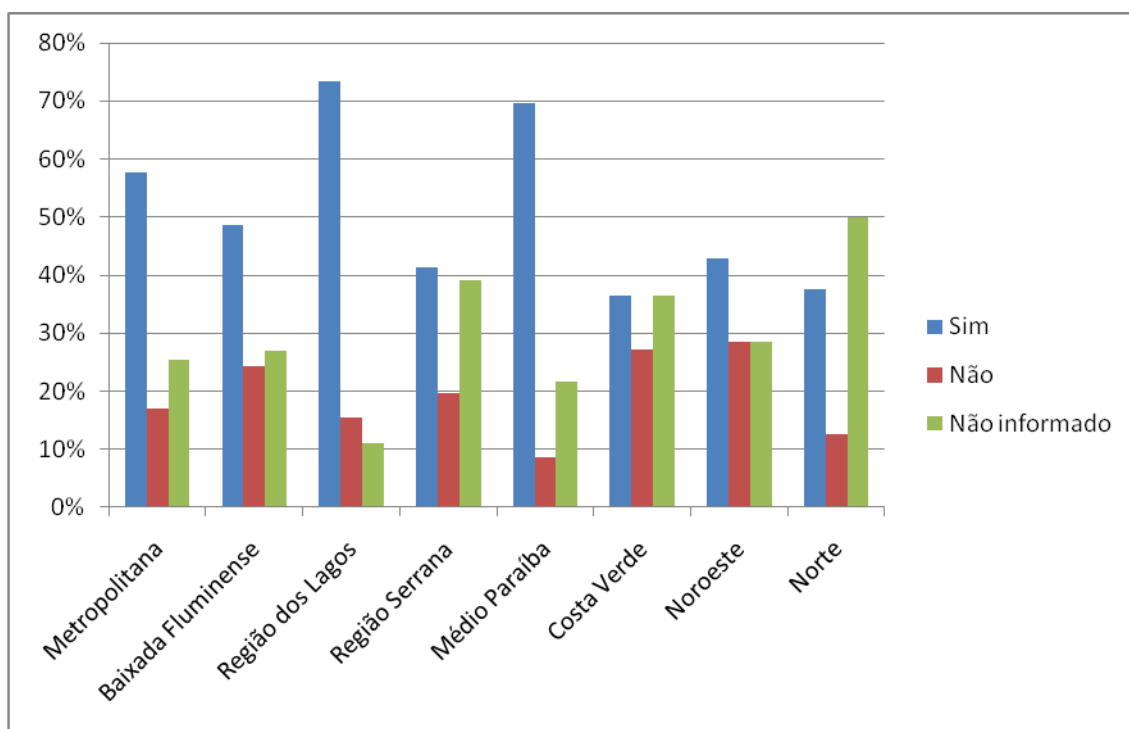


Gráfico 23: Questão 4. Você recebeu alguma formação (curso ou atividade) em EA?

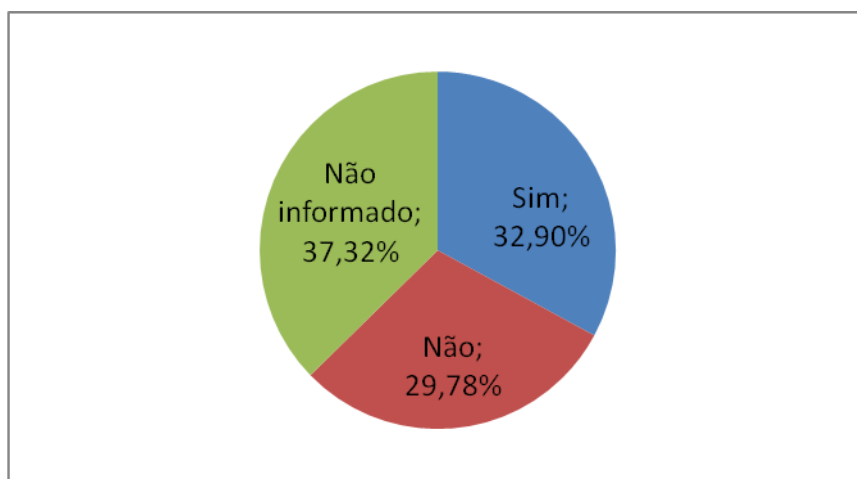


Gráfico 24: Questão 5. Você integra alguma rede ou fórum de EA?

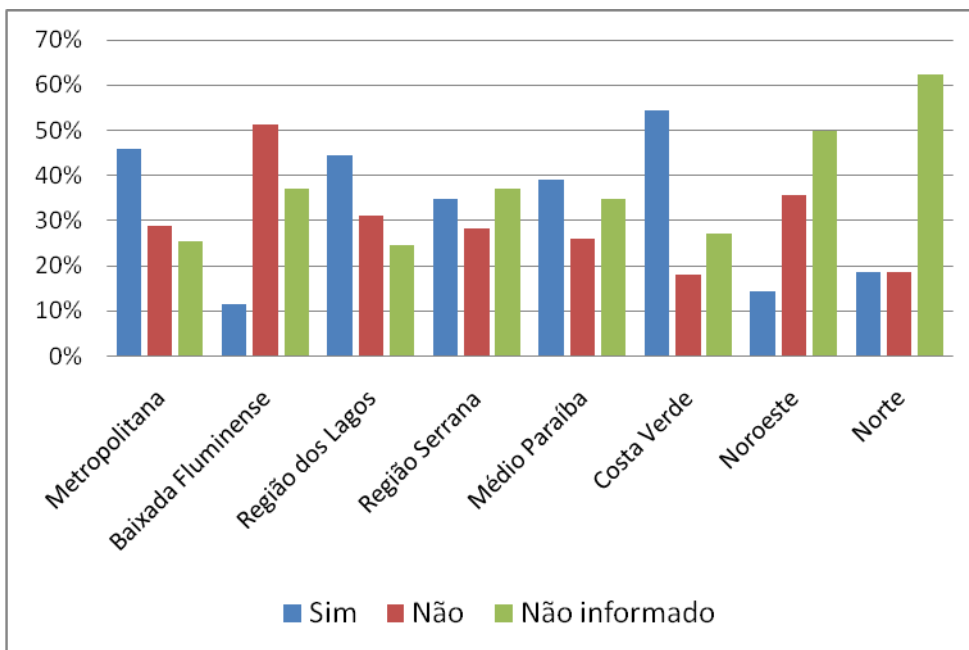


Gráfico 25: Questão 5. Você integra alguma rede ou fórum de EA? (por região).

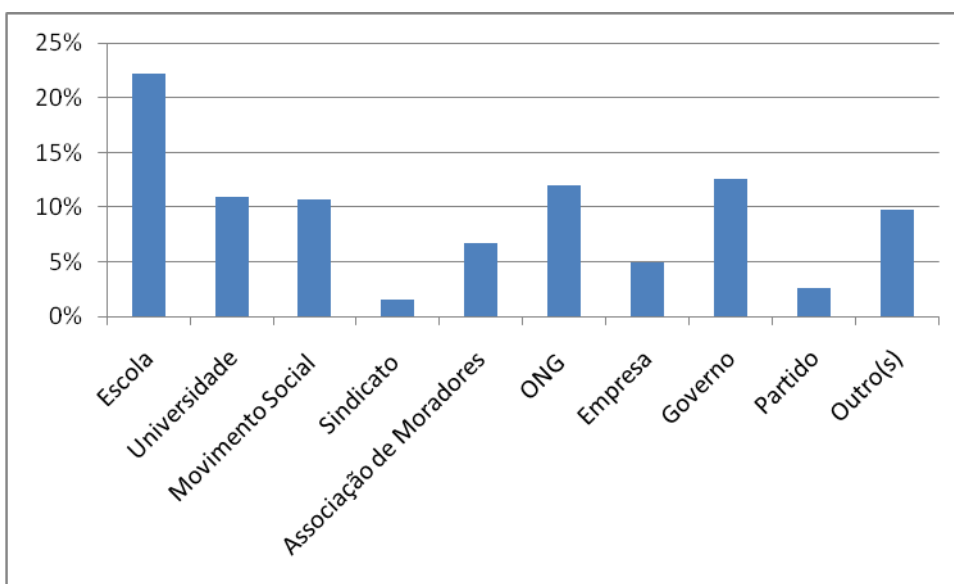


Gráfico 26. Questão 6. Atualmente, você trabalha com EA em? (Poderá marcar mais de uma opção)

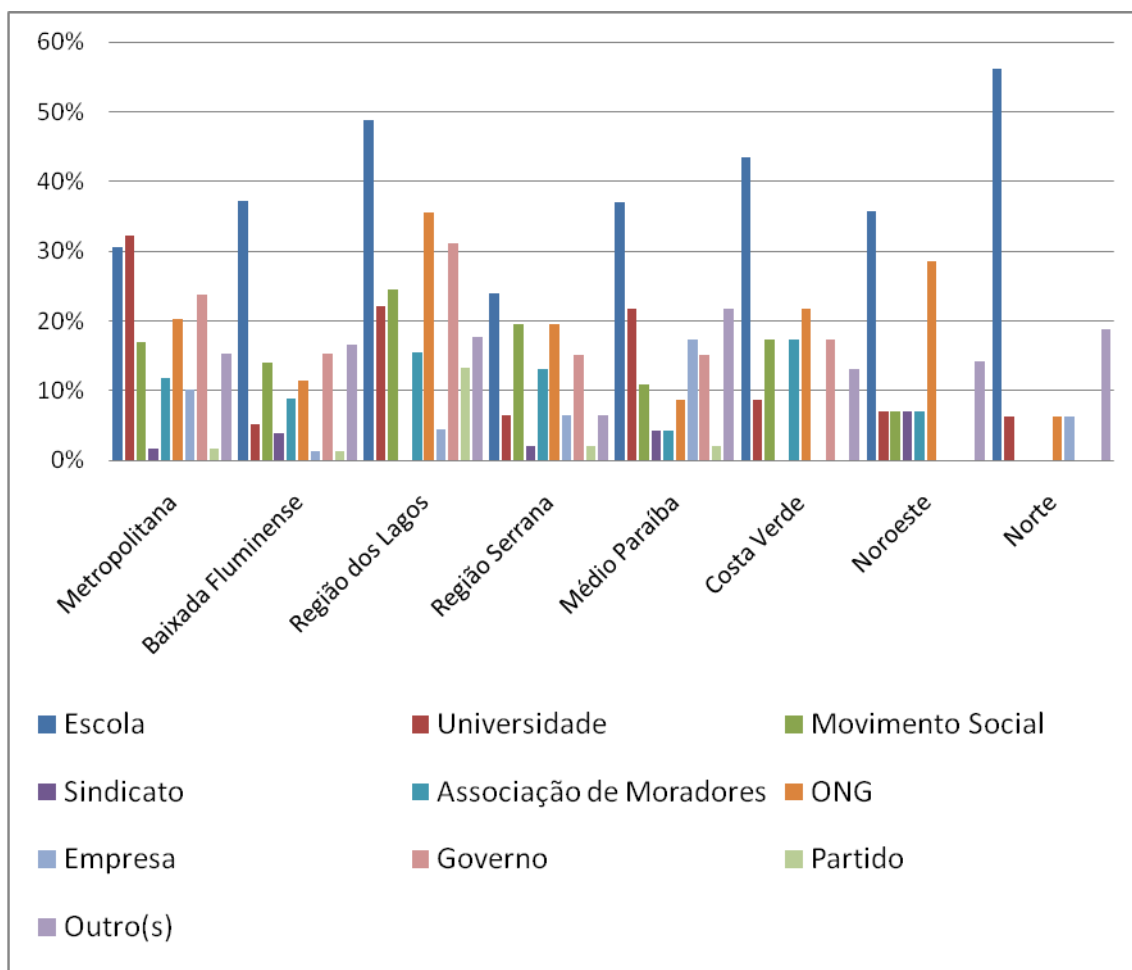


Gráfico 27. Questão 6. Atualmente, você trabalha com EA em? (Poderá marcar mais de uma opção)

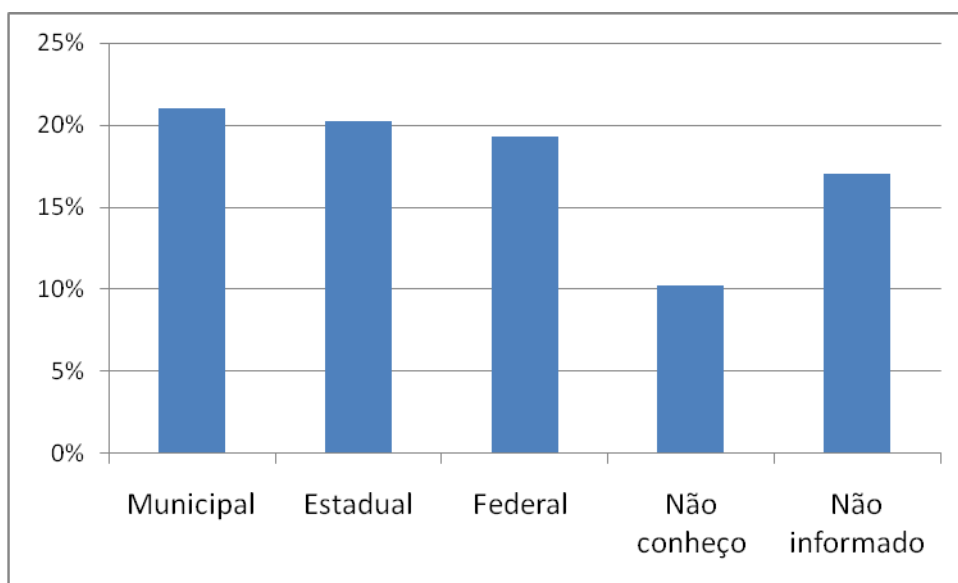


Gráfico 28: Questão 11. Você conhece alguma política pública em EA? (geral)

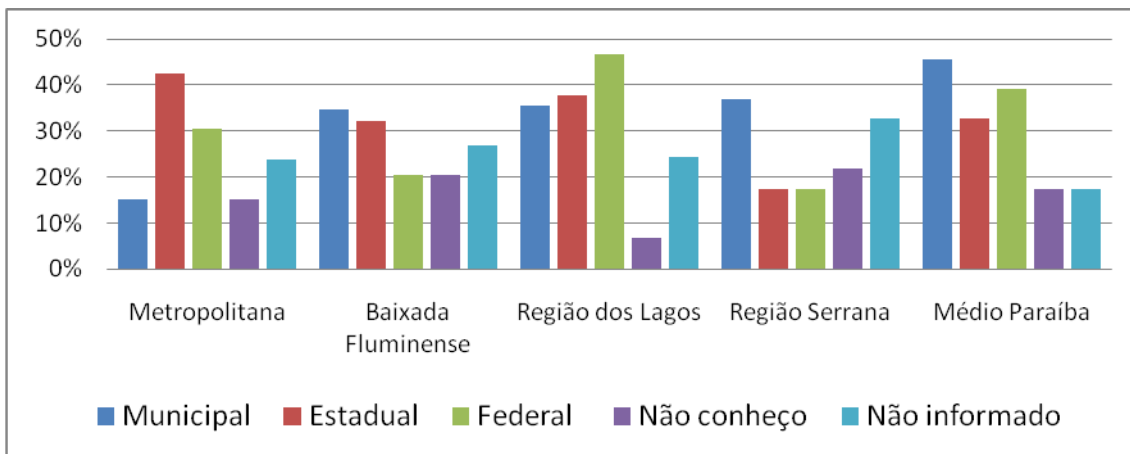


Gráfico 29: Questão 11. Você conhece alguma política pública em EA? (por região).

ANEXO F

I – Legenda

No processo de consulta pública foram utilizadas cores para identificarmos as alterações sugeridas pela plenária. A metodologia adotada foi a mesma utilizada nas Conferências de Meio Ambiente com algumas adaptações às necessidades apresentadas durante os encontros:

Supressão (Vermelho) – Trecho retirado do texto original.

Inclusão (Verde) – Trecho incluído ao texto.

Inclusão retirada (Laranja, ênfase 6, 50%) – Trecho sugerido, debatido e retirado.

3 – DIRETRIZES

- Participação e controle social. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	Participação, gestão e controle social efetivos .
Costa Verde	Participação e controle pela sociedade social .
Texto Sistematizado	Participação e controle social.
Comentário	A inclusão da palavra gestão foi pensada no sentido de gestão democrática. No entanto, sua inclusão pode remeter aos termos de eficiência e produtividade nos marcos do pensamento neoliberal. Sugerimos que a diretriz “Participação e controle social” abarque o conceito da gestão democrática.

- Descentralização e compartilhamento. [Aprovado em 7 de 8]

Metropolitana	Descentralização, territorialização , e compartilhamento, corresponsabilidade .
Texto Sistematizado	Descentralização, territorialização e compartilhamento.
Comentário	<i>Corresponsabilidade seria um conceito inerente ou mesmo um pressuposto ao de compartilhamento. Já territorialização traz uma nova perspectiva à diretriz com vistas a integrar e/ou incorporar os grupos do território nas questões decisórias relativas à implantação de políticas públicas.</i>

- Respeito à diversidade cultural. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	Respeito e valorização à diversidade sociocultural solidária e
---------------	--

	de gênero.
Baixada	- Respeito à diversidade cultural, econômica economia solidária e de saberes locais.
Texto Sistematizado	Respeito e valorização da diversidade cultural.
Comentário	<i>A inclusão do termo valorização se deve ao entendimento de que a palavra respeito não pressupõe “valor”, não no sentido de atribuir valor de troca, valorização e não valoração. Cultura pressupõe relações sociais, logo, não há necessidade de se incluir “sócio”. Economia solidária e saberes locais são fruto e alimento da diversidade cultural, portanto sugerimos que sejam lembrados no texto descritivo da diretriz.</i>

- Justiça social e ambiental. [Aprovado em 7 de 8]

Metropolitana	Justiça social e justiça ambiental.
Texto Sistematizado	Justiça Social e Justiça Ambiental.
Comentário	<i>A plenária do pólo que sugeriu a inclusão da palavra “justiça”, pela segunda vez, para explicitar que se tratam de dois termos complementares, porém diferentes, e que merecem destaque. Além disso, de acordo com as CNMAs, CNIJMAS e a de Saúde Ambiental o termo é utilizado.</i>

- Respeito a todas as formas de vida. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	- Respeito e cuidado valorização e preservação a todas as formas de vida.
Costa Verde	- Respeito a todas as formas de vida todos os processos ecológicos que garantam a qualidade e a manutenção da vida.
Texto Sistematizado	Respeito e cuidado a todas as formas de vida.
Comentário	<i>A inclusão da palavra “cuidado” é pertinente porque seu conceito faz um contraponto às relações mercantilizadas e imediatistas dominantes no presente.</i> <i>As discussões que geraram a diretriz aprovada no pólo Costa Verde, sustentam-se na preocupação que não se limita à proteção de formas de vida consideradas isoladamente, mas dentro de um enfoque ecossistêmico coerente com os</i>

	<p><i>princípios I e III deste programa. Daí a inserção da proposta “Respeito a todos os processos ecológicos que garantam a qualidade e a manutenção da vida” no item Princípios.</i></p> <p><i>“Processos ecológicos” traz a dimensão processual e temporal, portanto histórica, condição determinante para a garantia da qualidade e a manutenção da vida.</i></p>
--	---

- Transversalidade. [Aprovado sem alterações em 8 de 8]

- Fortalecimento do SISNAMA. [Aprovado em 6 de 8]

Médio	- Fortalecimento da Educação Ambiental como instrumento de gestão no do SISNAMA.
Costa Verde	Fortalecimento do SISNAMA e /o exercício de/ suas políticas públicas.
Texto Sistematizado	Fortalecimento da Educação Ambiental no SISNAMA.
Comentário	<p><i>A inserção de Educação Ambiental torna o texto mais coerente com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA).</i></p> <p><i>O texto “e /o exercício de/ suas políticas públicas” já está implícito em Fortalecimento do SISNAMA.</i></p>

- Fortalecimento do sistema de ensino. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	Fortalecimento do SISNEA sistema de ensino público, gratuito, laico e emancipatório para todos e todas.
Lagos	- Fortalecimento do sistema de ensino público, gratuito e laico.
Médio	- Fortalecimento do da Educação Ambiental no sistema de ensino.
Texto Sistematizado	Fortalecimento da Educação Ambiental no sistema de ensino público, gratuito e laico.
Comentário	<p><i>A inclusão dos termos “público, gratuito e laico” expressa lutas históricas da Educação Brasileira e estão de acordo com a PNEA, ProNEA e a PEEA.</i></p> <p><i>A exclusão do termo “emancipatória” se deu por corresponder a apenas uma das vertentes da Educação Ambiental.</i></p> <p><i>A inserção de Educação Ambiental torna o texto mais coerente com a PEEA.</i></p>

- Sustentabilidade dos processos educativos. [Aprovado em 7 de 8]

Médio	- Sustentabilidade Continuidade Aprimoramento Melhoria contínua dos processos educativos.
Texto Sistematizado	Sustentabilidade dos processos educativos.
Comentário	<i>O conceito de “melhoria contínua”, aprovado no Polo Médio Paraíba, considerando nossa compreensão do que foi apresentado em plenária, dialoga com o conceito de “qualidade total”, enquanto conceito que define um aperfeiçoamento permanente de processos de produção de mercadorias e/ou de prestação de serviços, o que não condiz, principalmente, com as diretrizes do Tratado de Educação Ambiental.</i>

- Transparência. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	Transparência e publicização da gestão e execução dos processos públicos e privados.
Baixada	- Transparência e democratização da informação.
Texto Sistematizado	Transparência.
Comentário	<i>“Publicização da gestão e execução dos processos públicos e privados” está incluso em “democratização da informação”, portanto, sugerimos que “democratização da informação” seja incluso no item Princípios.</i>

Inserções

Metropolitana	- Intersetorialidade - Promoção da Respeito da saúde ambiental para sociedades equitativas e sustentáveis. - Interdisciplinaridade
Médio	- Fortalecimento das políticas de gestão sustentável do meio ambiente - Consolidação da Educação Ambiental como suporte uma área técnico-científico.
Texto Sistematizado	
Comentário	- <i>“Intersetorialidade” está contemplado como Linha de Atuação no item 8.1.4.</i> - <i>“Promoção da Saúde Ambiental” não se enquadra como diretriz do Programa, pois é uma área de interface com a</i>

	<p><i>Educação Ambiental (8.1.4), além de constar nas deliberações da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental.</i></p> <p><i>- Sugerimos a não inclusão de “Interdisciplinaridade” porque não abrange o Programa como um todo.</i></p> <p><i>- “Fortalecimento das políticas de gestão sustentável do meio ambiente” é redundante, pois já está contemplado na diretriz “Fortalecimento do SISNAMA”.</i></p> <p><i>- “Consolidação da Educação Ambiental com suporte técnico-científico” não atende os critérios técnicos de uma diretriz, além de constar no item 8.4.</i></p>
--	---

4 - MISSÃO

- Fortalecer a Educação Ambiental como prática político-pedagógica de construção da cidadania e defesa da sustentabilidade da vida. [Aprovado em 4 de 8]

Metropolitana	Fortalecer a Educação Ambiental como prática político-pedagógica de construção coletiva da cidadania e luta pelos direitos em defesa da sustentabilidade da vida.
Baixada	Fortalecer a Educação Ambiental como prática político-pedagógica da educação formal e não formal de construção da cidadania e defesa da sustentabilidade da vida.
Médio	Fortalecer a Educação Ambiental como prática político-pedagógica de construção da cidadania e defesa da sustentabilidade da vida e do uso dos recursos naturais.
Norte	Fortalecer a Educação Ambiental como prática social político-pedagógica de construção da cidadania e defesa da sustentabilidade da vida.
Texto Sistematizado	Fortalecer a Educação Ambiental como prática político-pedagógica de construção coletiva da cidadania com a luta pelos direitos em defesa da sustentabilidade da vida e do uso dos recursos naturais.
Comentário	<i>Considerar a Educação Ambiental como prática político-pedagógica pressupõe, para sua realização, mediações que se materializam nas relações que ocorrem tanto na educação formal quanto na não formal. Portanto, esta inclusão pode representar não um “reforço conceitual”, mas uma redundância. O mesmo se aplica a não inclusão da palavra “social”.</i>

	<i>A inclusão de “coletiva” e “com a luta pelos direitos” qualifica o tipo de cidadania a que a plenária se referia no momento do debate, em acordo com as diretrizes deste Programa.</i>
--	---

5 - PRINCÍPIOS

I – O enfoque humanista, histórico, crítico, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo, solidário e emancipatório. [Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	I – O enfoque humanista, histórico, crítico, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo, solidário e emancipatório.
Comentário	

II – A participação ativa, autônoma e popular. [Aprovado em 7 de 8]

Serrana	II – A participação ativa, autônoma, coletiva e popular.
Texto Sistematizado	II – A participação ativa, autônoma, coletiva e popular.
Comentário	<i>A inclusão da palavra “coletiva” qualifica e é coerente com a Missão deste Programa.</i>

III – A concepção de “ambiente” em sua unidade e totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio físico natural e o meio físico socialmente construído.

[Aprovado em 5 de 8]

Lagos	III – A concepção de “ambiente” em sua unidade e totalidade, considerando as relações historicamente estabelecidas e a interdependência sistêmica entre o meio físico natural e o meio físico socialmente em construção construído.
Médio	III – A concepção de “ambiente” em sua unidade e totalidade, como bem de uso coletivo , considerando a interdependência sistêmica entre o meio físico natural e o meio físico socialmente construído.
Costa Verde	III - A concepção de “ meio ambiente ” em sua unidade e totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio físico natural e o meio físico socialmente construído.
Texto Sistematizado	III – A concepção de “meio ambiente” em sua unidade e totalidade, como bem de uso coletivo, considerando a interdependência sistêmica entre o meio físico natural e o meio

	físico socialmente construído.
Comentário	<i>A inclusão de “meio” delimita mais adequadamente o campo em que a Educação Ambiental atua, torna o texto mais inteligível e abrangente. A inclusão de “bem de uso coletivo” qualifica o conceito de “meio ambiente”.</i>

IV – O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, garantindo a inserção da temática ambiental como tema transversal aos projetos político-pedagógicos. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	IV – O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, garantindo a inserção da temática ambiental como tema transversal nas matrizes curriculares e nos aos projetos político-pedagógicos.
Lagos	IV - O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, garantindo a inserção da Educação Ambiental temática ambiental como tema transversal aos nos projetos político-pedagógicos.
Texto Sistematizado	IV – O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, garantindo a inserção da temática ambiental como tema transversal aos projetos político-pedagógicos.
Comentário	<i>A inclusão de “nas matrizes curriculares e nos” se refere apenas ao âmbito da Educação Ambiental Formal, o que restringiria este princípio. Incluir “Educação Ambiental” seria redundante.</i>

V – A vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento: entre a educação e o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, os saberes tradicionais e os valores éticos e estéticos. [Aprovado em 6 de 8]

Lagos	V – A vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento: entre a educação e o trabalho, a cultura , a ciência e a tecnologia, os saberes tradicionais e os valores éticos, culturais e estéticos.
Médio	V – A vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento: entre a educação e o trabalho, a cultura, a espiritualidade , a ciência e a tecnologia, os saberes tradicionais e os valores éticos e estéticos.
Texto	V – A vinculação entre as diferentes dimensões do

Sistematizado	conhecimento: entre a educação e o trabalho, a cultura, a espiritualidade, a ciência e a tecnologia, os saberes tradicionais e os valores éticos e estéticos.
Comentário	<i>A permanência de “cultura” enquanto dimensão do conhecimento é maior que cultura enquanto “valor cultural”, portanto qualifica o texto. A inclusão de “a espiritualidade” corresponde a uma importante dimensão de conhecimento não citada anteriormente. No entanto, este princípio proporciona diferentes leituras que prejudicam seu entendimento. Sugerimos que este seja revisto para contemplar seu real objetivo, compreendendo que a relação entre “educação e trabalho” significa um avanço na perspectiva da Educação Ambiental.</i>

VI – A avaliação crítica dos processos educativos. [Aprovado em 6 de 8]

Baixada	VI – O monitoramento e A avaliação crítica contínua dos processos educativos.
Médio	VI – A avaliação crítica dos processos educativos para a de educação ambiental.
Texto Sistematizado	VI – A avaliação crítica dos processos educativos.
Comentário	<i>Os termos “monitoramento” e “contínua” são pressupostos de uma avaliação crítica. A inclusão de “para a Educação Ambiental” é desnecessária.</i>

VII – A abordagem articulada e integrada das questões ambientais em sua dimensão local, regional, nacional e global. [Aprovado em 6 de 8]

Lagos	VII – A abordagem articulada e integrada das questões socioambientais em sua dimensão local, regional, nacional e global.
Médio	VII – A abordagem articulada e integrada das questões ambientais em sua dimensão pontual / pessoal / individual / cidadã, local, regional, nacional e global, dentro do enfoque da sustentabilidade ambiental.
Texto Sistematizado	VII – A abordagem articulada e integrada das questões socioambientais em sua dimensão local, regional, nacional e global.
Comentário	<i>A inclusão do termo “socioambiental”, neste momento, qualifica o texto pedagogicamente porque torna inteligível que questões</i>

	<p><i>ambientais são questões sociais nos termos deste Programa. A inclusão do termo “individual”, aprovada no Médio Paraíba, nos parece contraditória com as Diretrizes, a Missão e os Princípios II e III do ProEEA, que conferem à coletividade o protagonismo nas ações sociais. Com isto não se exclui, a priori, os indivíduos, ao contrário, não os concebe isoladamente, por serem eles próprios os sujeitos que dinamizam e movem a coletividade e a história.</i></p> <p><i>A inclusão de “dentro do enfoque da sustentabilidade ambiental” fere o objetivo deste princípio e está contemplado nas Linhas de Ação.</i></p>
--	--

VIII – O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade cultural existente no estado. [Aprovado em 4 de 8]

Baixada	VIII – O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade cultural e saberes locais existentes no estado.
Lagos	VIII – O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade cultural (ponto final) principalmente a existente no estado.
Costa Verde	VIII – O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade sociocultural existente no estado do Rio de Janeiro.
Norte	VIII – O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade cultural e ambiental existente no estado.
Texto Sistematizado	VIII – O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade cultural e ambiental existente no estado.
Comentário	<p><i>Os “Saberes locais” estão, segundo nossa compreensão, inclusos no conceito de cultura.</i></p> <p><i>“Principalmente a” se torna desnecessário uma vez que o Programa é do estado.</i></p> <p><i>Consideramos que a permanência de “existente no estado” se dá por ter permanecido na maior parte dos pólos, e não prejudica a compreensão do texto.</i></p> <p><i>A inclusão de “e ambiental” complementa e fortalece a idéia de que o estado possui uma diversidade ambiental que se relaciona diretamente com a diversidade cultural.</i></p>

IX – O compromisso com a cidadania ambiental. [Aprovado em 7 de 8]

Costa Verde	IX – O compromisso com a cidadania ambiental. Aprovado
Texto Sistematizado	IX – O compromisso com a Cidadania Ambiental.

Comentário	<i>Este princípio tem por objetivo ressaltar o conceito de Cidadania Ambiental, não cabendo a exclusão do termo “ambiental”.</i>
------------	--

X – O reconhecimento do direito à auto-organização dos diversos sujeitos sociais e de suas formas de produção de conhecimento. [Aprovado em 7 de 8]

Metropolitana	X – O reconhecimento e exigibilidade do direito à auto-organização dos diversos sujeitos sociais e de suas formas de produção de conhecimento.
Texto Sistematizado	X – O reconhecimento do direito à auto-organização dos diversos sujeitos sociais e de suas formas de produção de conhecimento.
Comentário	<i>Não cabe ao Programa exigir, e sim, orientar políticas e/ou ações em Educação Ambiental, portanto não cabe a inclusão do termo “exigibilidade”.</i>

Inserções

Baixada	- Reconhecimento, respeito e conservação do ecossistema local.
Lagos	- Transparência dos processos decisórios e na gestão dos recursos públicos destinados à EA. - Desmercantilização dos direitos essenciais à vida.
Médio	- O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade dos ecossistemas. - A adoção do PROEEA como referência nos diferentes colegiados / fóruns municipais, estaduais e federais / regionais.
Texto Sistematizado	- Transparência dos processos decisórios e na gestão dos recursos públicos destinados à EA. - Desmercantilização dos direitos essenciais à vida.
Comentário	- “Reconhecimento, respeito e conservação do ecossistema local” e “O reconhecimento, respeito e valorização da diversidade dos ecossistemas” estão contemplados no Princípio VIII. - “Transparência dos processos decisórios e na gestão dos recursos públicos destinados à EA” atende à Diretriz “Transparência”. - “Desmercantilização dos direitos essenciais à vida” atende à Diretriz “Respeito a todas as formas de vida”.

	- Não cabe a um Programa se impor como referência para nenhum tipo de colegiado ou fórum independentemente de sua abrangência, portanto sugerimos a não-inclusão de “A adoção do PROEEA como referência nos diferentes colegiados / fóruns municipais, estaduais e federais / regionais”.
--	---

6 - OBJETIVOS

I – Ampliar a gestão ambiental pública por meio da participação popular, do compartilhamento de responsabilidades e comprometimento entre os entes federativos, de forma a apoiar o fortalecimento do SISNAMA. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	I – Ampliar a gestão ambiental pública por meio da participação e controle popular, do controle social efetivo, do compartilhamento de responsabilidades e comprometimento entre os entes federativos e sociedade, de forma a apoiar o fortalecimento do SISNAMA;
Baixada	I – Ampliar a gestão ambiental pública por meio da participação popular, do compartilhamento de responsabilidades e comprometimento entre os entes federativos, de forma a apoiar o fortalecimento do SISNAMA, fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental e fortalecimento da Política Estadual de Educação Ambiental;
Médio	I – Ampliar a gestão ambiental pública por meio da participação popular, do compartilhamento de responsabilidades e comprometimento entre os entes federativos, de forma a apoiar o fortalecimento da Educação Ambiental como instrumento de gestão junto ao do SISNAMA;
Texto Sistematizado	I – Ampliar a gestão ambiental pública por meio da participação popular, do controle social, do compartilhamento de responsabilidades e comprometimento entre os entes federativos, de forma a apoiar o fortalecimento da Educação Ambiental no SISNAMA;
Comentário	<i>A inclusão de “Controle Social” é coerente com a primeira diretriz deste Programa e fortalece este objetivo. Sugerimos a não inclusão do termo “efetivo”, pois o conceito de Controle Social já o admite. Sugerimos a não inclusão do termo “sociedade”, pois esta se representa na participação popular e no Controle Social.</i>

	<p><i>Para contemplar as propostas de inclusão “da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental” e “da Educação Ambiental como instrumento de gestão junto ao SISNAMA” sugerimos a redação “(...) fortalecimento da Educação Ambiental no SISNAMA” em conformidade com a respectiva diretriz.</i></p> <p><i>Sobretudo, este Programa não vê Educação Ambiental como um mero instrumento de gestão.</i></p>
--	--

II – Proporcionar meios para a superação das assimetrias sociais. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	II – Proporcionar meios para a superação das assimetrias iniquidades desigualdades sociais;
Baixada	II – Proporcionar meios para a superação das assimetrias desigualdades sociais;
Serrana	II – Proporcionar meios para a superação das assimetrias desigualdades sociais;
Texto Sistematizado	II – Proporcionar meios para a superação das desigualdades sociais.
Comentário	<i>Sugerimos que o termo “desigualdades” substitua o termo “assimetrias” porque possui maior inteligibilidade e foi sugerido em três pólos.</i>

III – Desenvolver uma compreensão integrada das interações entre sociedade e natureza e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo os aspectos ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, geográficos, territoriais, éticos, emocionais e legais.

[Aprovado em 6 em 8]

Lagos	III – Desenvolver uma compreensão integrada das interações entre sociedade e natureza e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo os aspectos ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, geográficos, territoriais, éticos, emocionais, simbólicos e legais;
Serrana	III – Desenvolver uma compreensão integrada das interações entre sociedade e natureza e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo os aspectos ecológicos, econômicos, políticos, históricos , culturais, científicos, geográficos, territoriais, éticos, emocionais e legais;
Texto	III – Desenvolver uma compreensão integrada das interações

Sistematizado	entre sociedade e natureza e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo os aspectos ecológicos, econômicos, políticos, históricos, culturais, científicos, geográficos, territoriais, éticos, emocionais, simbólicos e legais.
Comentário	<i>Sugerimos a inclusão dos termos “simbólicos” e “históricos” para contemplar as discussões dos pólos, uma vez que são elementos que enriquecem o entendimento da relação entre sociedade e natureza.</i>

IV – Estimular o desenvolvimento e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática socioambiental. [Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	IV – Estimular o desenvolvimento e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática socioambiental.
Comentário	

V – Incentivar a participação comunitária no reconhecimento dos seus direitos, condição determinante para a garantia de uma relação sustentável nas relações entre sociedade e natureza, entendendo-se a defesa do bem viver como um valor inseparável do exercício ativo da cidadania. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	V – Incentivar a participação comunitária no a reconhecimento exigibilidade dos seus direitos, condição determinante para a garantia de uma relação sustentável nas relações entre sociedade e natureza. meio ambiente entendendo-se a buscando a melhoria da qualidade de vida defesa do bem viver como um valor inseparável do exercício ativo da cidadania;
Lagos	V – Incentivar Criar condições para a participação comunitária no reconhecimento dos seus direitos, condição determinante para a garantia de uma relação sustentável nas relações entre sociedade e natureza, entendendo-se a defesa do bem viver como um valor inseparável do exercício ativo da cidadania;
Médio	V – Incentivar a participação comunitária no reconhecimento dos seus direitos e deveres , condição determinante para a garantia de uma relação sustentável nas relações entre sociedade e natureza, entendendo-se a defesa do bem viver como um valor inseparável do exercício ativo da cidadania;
Texto Sistematizado	– Incentivar a participação comunitária no reconhecimento dos seus direitos e deveres, condição determinante para a garantia de uma relação sustentável nas relações entre sociedade e

	natureza, entendendo-se a defesa do bem viver como um valor inseparável do exercício ativo da cidadania
Comentário	

VI – Estimular a cooperação entre as diversas regiões do estado, em níveis micro e macro-regionais, com vistas à construção de relações sociais fundadas nos princípios da democracia substantiva, justiça social e ambiental. [Aprovado em 6 de 8]

Lagos	VI – Estimular a cooperação entre as diversas regiões do estado, em níveis micro e macroregionais, com vistas à construção de relações sociais fundadas nos princípios da democracia substantiva, justiça social e justiça ambiental;
Costa Verde	VI – Estimular a cooperação entre as diversas regiões do estado, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de relações sociais fundadas nos princípios da democracia participativa e substantiva , justiça social e ambiental;
Texto Sistematizado	Estimular a cooperação entre as diversas regiões do estado, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de relações sociais fundadas nos princípios da democracia substantiva, justiça social e justiça ambiental.
Comentário	<i>Sugerimos a manutenção do conceito “democracia substantiva”, pois na maioria dos pólos houve consenso de sua importância a partir das discussões do mesmo.</i>

VII – Apoiar a democratização dos meios de comunicação em geral, sobretudo, daqueles cuja ênfase seja dada às informações sobre temáticas socioambientais, incentivando o uso e manejo popular das ferramentas. [Aprovada em 6 de 8]

Metropolitana	VII - Apoiar a democratização dos meios de comunicação em geral, sobretudo, daqueles cuja ênfase seja dada às informações para formação sobre temáticas socioambientais incentivando o uso e manejo popular das ferramentas e promover a criação, o uso e apropriação popular das tecnologias da comunicação e informação.
Lagos	VII – Apoiar a democratização dos meios de comunicação em geral, sobretudo, daqueles cuja ênfase seja dada às informações sobre temáticas socioambientais, incentivando a criação , o uso e manejo popular das ferramentas de

	comunicação e informação;
Texto Sistematizado	Apoiar a democratização dos meios de comunicação em geral, sobretudo, daqueles cuja ênfase seja dada às informações sobre temáticas socioambientais, incentivando a criação, o uso e manejo popular das ferramentas de comunicação e informação
Comentário	<i>As proposições do pólo Lagos contemplaram algumas das sugestões da Metropolitana de forma mais inteligível. “democratização (..) uso e manejo popular” implicam necessariamente em “apropriação popular”. O uso do termo “tecnologias” restringe o objetivo da proposição.</i>

VIII – Fomentar e fortalecer a difusão de modelos de desenvolvimento científico e tecnológico que não coloquem em risco ou causem dano à vida. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	VIII – Fomentar práticas de precaução e adaptação, e fortalecer a difusão de modelos solidários de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico que não coloquem em risco ou causem dano à vida e que promovam a equidade social;
Baixada	VIII – Fomentar e fortalecer a difusão de modelos de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico que minimizem os riscos de não coloquem em risco ou causem dano à vida;
Costa Verde	VIII – Fomentar e fortalecer a difusão, o uso e a criação de modelos de desenvolvimento científico e/ou tecnológico assim como seu uso que não coloquem em risco ou causem dano à vida e ao meio ambiente;
Texto Sistematizado	Fomentar e fortalecer a difusão de modelos solidários de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico que não coloquem em risco ou causem dano à vida e que promovam a equidade social.
Comentário	<i>Sugerimos a inclusão da proposta do pólo Metropolitana entendendo a aplicação dos termos “solidários” e “equidade social”, associados ao restante da sentença, como um ganho ético à proposição original.</i>

IX – Fortalecer a autodeterminação povos e solidariedade entre os povos, como fundamentos para o futuro da humanidade. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	IX – Fortalecer a autodeterminação dos povos e solidariedade entre os povos mesmos, como fundamentos para o futuro da
---------------	---

	humanidade;
Costa Verde	IX – Fortalecer a autodeterminação dos povos e solidariedade entre os povos, como fundamentos para o futuro ambientalmente sustentável da humanidade;
Texto Sistematizado	Fortalecer a autodeterminação dos povos e a solidariedade entre os povos, como fundamentos para o futuro ambientalmente sustentável da humanidade.
Comentário	<i>Incorporamos as sugestões de adequação gramatical dos pólos e da expressão “ambientalmente sustentável” proposto pelo pólo Costa Verde.</i>

X – Apoiar o fortalecimento de princípios e práticas que garantam o direito à igualdade de gênero e de minorias e grupos sociais em vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental.

[Aprovado em 7 de 8]

Metropolitana	X – Apoiar o fortalecimento de princípios e práticas que garantam o direito à igualdade de gênero, e de minorias além de assim como e de grupos sociais em vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental;
Texto Sistematizado	Apoiar o fortalecimento de princípios e práticas que garantam o direito à igualdade de gênero e de minorias e de grupos sociais em vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental
Comentário	<i>Sugerimos a manutenção do texto original por critério quantitativo, com a adequação gramatical.</i>

XI – Sensibilizar, mobilizar, organizar e formar sujeitos para a participação na gestão ambiental, em especial, na gestão ambiental pública. [Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	Sensibilizar, mobilizar, organizar e formar sujeitos para a participação na gestão ambiental, em especial, na gestão ambiental pública.
Comentário	

XII - Acompanhar os desdobramentos dos programas de Educação Ambiental, zelando pela coerência entre os princípios de Educação Ambiental e implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	XII - Acompanhar e garantir os desdobramentos dos
---------------	---

	programas de Educação Ambiental, zelando pela coerência entre os princípios de Educação Ambiental e implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis;
Baixada	XII - Monitoramento, avaliação crítica e contínua Acompanhar dos desdobramentos dos programas de Educação Ambiental, zelando pela coerência entre os princípios de Educação Ambiental e implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis;
Texto Sistematizado	Monitoramento e avaliação crítica dos desdobramentos dos programas de Educação Ambiental, zelando pela coerência entre os princípios de Educação Ambiental e implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis
Comentário	<i>Sugerimos a avaliação do uso dos termos propostos pelo pólo Baixada.</i>

XIII – Promover e apoiar a produção e a disseminação de materiais didático-pedagógicos e instrucionais. (aprovado em 5/8)

Metropolitana	XIII – Promover e apoiar a produção territorializada de materiais didático-pedagógicos e a sua disseminação de materiais didático-pedagógicos e instrucionais.
Médio	XIII – Promover e apoiar a produção, e a disseminação e a popularização de materiais didático-pedagógicos e instrucionais nos diferentes colegiados e fóruns.
Noroeste	XIII – Promover e apoiar a produção e a disseminação de materiais didático-pedagógicos e instrucionais que articulem teoria e prática.
Texto Sistematizado	Promover e apoiar a produção territorializada de materiais didático-pedagógicos e a sua disseminação
Comentário	

Inserções

Metropolitana	XIV - Respeito aos bens tombados pelo IPHAN, Respeito ao Promover o cuidado do Considerar a importância do patrimônio ambiental, material e imaterial (pensar e colocar na plataforma) XV – Promover o desenvolvimento com o empoderamento local e a implantação de tecnologia social e economia solidária;
---------------	--

	<p>supressão total do texto</p> <p>XVII – Promover a visão biocêntrica e de respeito pelo valor intrínseco da vida;</p>
Baixada	<p>XIV – Fortalecer as deliberações das conferências, notadamente, as de educação, meio ambiente e de saúde ambiental;</p> <p>XV – Fortalecimento dos fóruns de base municipal e estadual legalmente constituídos: conselhos ambientais, comitês de bacias hidrográficas, conselhos de políticas públicas e fóruns da agenda 21 locais;</p> <p>XVI – Incentivar a participação popular nos conselhos de UC´s, micro-bacias hidrográficas, fóruns da Agenda 21 locais e todos os conselhos municipais;</p> <p>XVII – Fortalecer, incentivar e difundir práticas de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico que não causem impactos negativos às comunidades e ecossistemas das Áreas de Influência Direta e Indireta.</p>
Serrana	<p>XIV - Fomentar e fortalecer modelos socioambientalmente sustentáveis na produção agrícola.</p> <p>(O termo “sustentabilidade” deve constar no glossário como significando: ambientalmente, socialmente, ecologicamente sustentável - para que o termo não seja utilizado de forma outra que venha a fortalecer a lógica do capital e do agronegócio)</p> <p>XV - Promover formas sustentáveis de exploração utilização das bacias hidrográficas e de seus recursos hídricos incluindo a recuperação da cobertura vegetal do bioma das bacias hidrográficas e rios contribuintes. (O restante da afirmativa será melhor especificado nos GTs.)</p> <p>XVI - Incentivo ao ecoturismo turismo de base comunitária com propósito de mobilização e sensibilização ambiental e geração de renda das comunidades locais.</p>
Médio	<p>XIV – Apoiar, respeitar e valorizar fóruns, colegiados, conselhos gestores e espaços similares.</p> <p>Avaliar de forma permanente Criar ferramentas para avaliação</p>

	<p>da eficácia dos programas de Educação Ambiental.</p> <p>XVI – Garantir e fomentar recursos humanos e financeiros para /programas, projetos e atividades em/ Educação Ambiental na gestão pública. / e privada e incentivos na gestão privada.</p>
Texto Sistematizado	<p>Fortalecimento dos fóruns de base municipal e conselhos ambientais, comitês de bacias hidrográficas, conselhos de UC's, micro-bacias hidrográficas conselhos de políticas públicas e fóruns da agenda 21 locais e todos os conselhos municipais;</p> <p>Incentivo ao turismo de base comunitária;</p>
Comentário	<p><i>As propostas não incorporadas estão contempladas ao longo do texto do programa;</i></p>

7 - PÚBLICO

Trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da sociedade, prioritariamente servidores públicos, educadores(as) de todos os níveis e modalidades de ensino, técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, agentes comunitários(as) e de saúde. [Aprovado em 2 de 8]

Metropolitana	Trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da sociedade, prioritariamente servidores públicos, educadores(as) de todos os níveis e modalidades de ensino, técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, periurbanos e urbanos , agentes comunitários(as) e de saúde.
Baixada	Trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da sociedade, prioritariamente servidores públicos, educadores(as) e educandos(as) de todos os níveis e modalidades de ensino, técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, agentes comunitários(as) e de saúde.
Lagos	Trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da sociedade, prioritariamente servidores públicos, educadores(as) de todos os níveis e modalidades de ensino,

	técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, agentes comunitários(as), culturais e de saúde.
Médio	Trabalhadores e /trabalhadoras/ Cidadãos de /todos os segmentos da sociedade, prioritariamente /:/ os potencialmente multiplicadores, a saber:/ servidores públicos, educadores(as) e educandos de todos os níveis e modalidades de ensino, técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, agentes comunitários(as) e de saúde.
Costa Verde	Aprovado
Noroeste	Trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da sociedade, prioritariamente servidores públicos, educadores(as) de todos os níveis e modalidades de ensino, técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, catadores(as), agentes comunitários(as), e de saúde e de endemias.
Texto Sistematizado	Trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos da sociedade, prioritariamente servidores públicos, educadores(as) e educandos(as) de todos os níveis e modalidades de ensino, técnicos(as) extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, pequenos(as) produtores(as) rurais, catadores(as), periurbanos e urbanos, agentes comunitários(as) culturais e de saúde.
Comentário	

Populações em situação de vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental, tais como caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados da reforma agrária. [Aprovados 2 de 8]

Metropolitana	Populações em situação de vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental, tais como comunidades de baixa renda, moradores das favelas, pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados da reforma agrária, moradores de ocupações urbanas e pessoas em situação de rua.
Baixada	Populações em situação de vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental, tais como caiçaras, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados da reforma agrária e movimentos de ocupação

	urbana e pessoas em situação de rua;
Lagos	Populações em situação de vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental, tais como caiçaras, quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, sem-tetos, catadores, desempregados, acampados e assentados da reforma agrária.
Costa Verde	Populações em situação de vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental. tais como caiçaras, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados da reforma agrária
Norte	Populações que estejam em situação de vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental, tais como comunidades urbanas, pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados da reforma agrária.
Texto Sistematizado	Populações em situação de vulnerabilidade e suscetibilidade socioambiental, tais como caiçaras, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, acampados, assentados da reforma agrária e movimentos de ocupação urbana.
Comentário	<i>Foram fundidas as contribuições de todos os pólos ao texto original.</i>

Comunidades escolares e universitárias e de instituições de pesquisa e espaços museais.

Metropolitana	Comunidades escolares e universitárias e de instituições de pesquisa e espaços museais e culturais;
Costa Verde	Comunidades escolares e universitárias, e de instituições de pesquisa e espaços museais;
Texto Sistematizado	Comunidades escolares e universitárias, instituições de pesquisa, espaços museais e/ou culturais.
Comentário	

Espaços de visitação pública

Metropolitana	Visitantes de áreas de circulação Espaços de visitação pública.
Lagos	Funcionários e visitantes dos Espaços de visitação pública.

Texto Sistematizado	Funcionários e visitantes dos espaços de visitação pública.
Comentário	

Membros de associações civis, como sindicatos, movimentos, cooperativas e redes sociais. [Aprovado em 6 de 8]

Médio	Membros de associações civis, como sindicatos, movimentos, cooperativas, ONGs, OSCIPs e redes sociais.
Noroeste	Membros de associações civis de interesse difuso, como sindicatos, movimentos, cooperativas, entidades ambientalistas organizações não-governamentais, cooperativa de catadores, partidos políticos e entidades esportivas redes sociais.
Texto Sistematizado	Membros de associações civis, como sindicatos, cooperativas, entidades ambientalistas, movimentos e redes sociais.
Comentário	

Inserções

Metropolitana	<p>Visitantes e moradores de Áreas Protegidas e de seus entornos.</p> <p>Comunidades impactadas por grandes empreendimentos.</p> <p>Gestores e corpo funcional das concessionárias de serviços públicos.</p> <p>Gestores e corpo funcional das empresas e instituições públicas e privadas.</p> <p>Membros de conselhos e comitês gestores. de Unidades de Conservação, Comitês de Bacias Hidrográficas e Fóruns de Agendas 21.</p>
Lagos	- Gestores públicos e parlamentares (a ser incluído no primeiro item de Público)
Serrana	<p>- Comunidades no interior e do entorno das Unidades de Conservação e gestores destas Unidades.</p> <p>- Membros dos Fóruns de Agenda 21 Locais e demais espaços de participação.</p>

	- Membros das redes de comunicação comunitária.
Médio	- Gestores de Unidades de Conservação. - Membros de Núcleos de Educação Ambiental, Centros de Educação Ambiental e Coletivos de educadores ambientais. - Profissionais de limpeza urbana incluindo/ Catadores/ Agentes coletores ambientais/ e catadoras de /materiais recicláveis/ resíduos sólidos.
Costa Verde	- Povos indígenas, populações tradicionais, acampados e assentados da reforma agrária. - Comunidades carcerárias e adolescentes em situação de conflito com a lei. - Membros de conselhos gestores, comitês e fóruns socioambientais.
Noroeste	Caiçaras, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados da reforma agrária; Movimentos e redes sociais. Comunidades religiosas Partidos políticos Entidades esportivas
Texto Sistematizado	- Membros de conselhos e comitês gestores. - Gestores públicos e parlamentares - Comunidades no interior e do entorno e gestores das Áreas Protegidas. - Membros dos Foruns de Agenda 21. - Membros das redes de comunicação comunitária. - Membros de Núcleos e Centros de Educação Ambiental e coletivos de educadores ambientais. - Comunidades carcerárias e adolescentes em situação de conflito com a lei. - Comunidades religiosas - Partidos políticos

	- Entidades esportivas
Comentário	

8 – LINHAS DE ATUAÇÃO E ESTRATÉGIAS

8.1 – Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no Estado.

8.1.1 – Planejamento da Educação Ambiental com base na Gestão Ambiental Pública.

- Promoção do planejamento estratégico e participativo das políticas públicas, programas e projetos em todo o estado – em articulação com os governos municipais, fóruns, comissões, conselhos e outros segmentos da sociedade – primando pela descentralização e democratização das ações e de informações, inclusive sobre fontes de financiamento. [Aprovada em 5 de 8]

Metropolitana	- Promoção Garantir a gestão participativa do planejamento estratégico e participativo com controle social das políticas públicas, programas e projetos em todo o estado – em articulação com os governos municipais, fóruns, comissões, conselhos e outros segmentos da sociedade – primando pela descentralização, territorialização e democratização das ações e de informações, inclusive sobre fontes de financiamento.
Lagos	- Promoção do planejamento estratégico e participativo das políticas públicas, programas e projetos em todo o estado – em articulação (através das câmaras técnicas) com os governos municipais, fóruns, comissões, conselhos, comitês de bacias e outros segmentos da sociedade – primando pela descentralização e democratização das ações e de informações, inclusive sobre fontes de financiamento.
Médio	- Promoção do planejamento estratégico e participativo das políticas públicas, programas e projetos em todo o estado – em articulação com os governos municipais, fóruns, comissões, conselhos e outros segmentos da sociedade – primando pela descentralização e democratização das ações e de informações, inclusive sobre fontes de financiamento e previsão de verbas e rubrica no orçamento do Estado e municípios.

<p>Texto Sistematizado</p>	<p>- Promoção da gestão participativa do planejamento estratégico, com controle social das políticas públicas, programas e projetos em todo o estado – em articulação com os governos municipais, fóruns, comissões, conselhos, comitês de bacias e outros segmentos da sociedade – primando pela descentralização, territorialização e democratização das ações e de informações, inclusive sobre fontes de financiamento e previsão de verbas e rubrica no orçamento do Estado e municípios..</p>
<p>Comentário</p>	<p>Conferir garantias não é competência deste programa. “Gestão participativa”, “controle social” e “territorialização” são inclusões coerentes com o programa e atende a diretrizes e princípios anteriores.</p> <p>Comitês de bacia é uma inclusão que está de acordo com o Público.</p> <p>A inclusão de “previsão de verbas e rubrica no orçamento do Estado e municípios” amplia a perspectiva de descentralização e democratização das ações e informações propostas na linha estratégica.</p>

- Apoio e incentivo às ações integradas, incluindo as educativas e formativas, entre os diferentes setores de órgãos e instituições públicas, promovendo seu fortalecimento na intersetorialidade e transversalização das questões ambientais [Aprovado 6 de 8]

<p>Serrana</p>	<p>- Apoio e incentivo às ações integradas, incluindo as educativas e formativas, entre os diferentes setores de órgãos e instituições públicas e privadas, promovendo seu fortalecimento na intersetorialidade e transversalização das questões socioambientais.</p>
<p>Costa Verde</p>	<p>- Apoio e incentivo às ações integradas, incluindo as educativas, culturais e formativas, entre os diferentes setores de órgãos e instituições públicas, promovendo seu fortalecimento na intersetorialidade e transversalização das questões ambientais.</p>
<p>Texto Sistematizado</p>	<p>- Apoio e incentivo às ações integradas, incluindo as educativas, culturais e formativas, entre os diferentes setores de órgãos e instituições públicas, promovendo seu fortalecimento na intersetorialidade e transversalização das questões socioambientais</p>
<p>Comentário</p>	<p>A não inclusão de “privadas” é contrária a linha de atuação proposta, cuja ênfase neste sub-item está na gestão ambiental pública. Além disso, integrar ações educativas, culturais e</p>

	<p>formativas de caráter público, com a iniciativa privada é um debate em aberto, não consensuado pela sociedade, sobretudo entre os educadores.</p> <p>A inclusão de “sócio” mantém a coerência do documento, além de ampliar o conceito facilitando a compreensão do objetivo da estratégia.</p> <p>A inclusão de “culturais” promove avanços qualitativos no objetivo da estratégia.</p>
--	---

- Estímulo e apoio à criação de programas municipais participativos de Educação Ambiental, no sentido de torná-los referência para elaboração de outros planos e projetos de políticas públicas. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	- Estímulo e apoio à criação de programas municipais participativos e territorializados de Educação Ambiental, no sentido de torná-los referência para elaboração de outros planos e projetos de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável através do empoderamento local.
Lagos	- Estímulo e apoio à criação de programas municipais participativos de Educação Ambiental, no sentido de torná-los referência para elaboração de outros planos, programas e projetos de políticas públicas.
Costa Verde	- Estímulo e apoio à criação e ao fortalecimento de programas municipais participativos de Educação Ambiental, no sentido de torná-los referência para elaboração de outros planos e projetos de políticas públicas.
Texto Sistematizado	- Estímulo e apoio à criação e ao fortalecimento de programas municipais participativos e territorializados de Educação Ambiental, no sentido de torná-los referência para elaboração de outros planos, programas e projetos de políticas públicas.
Comentário	<p>A inclusão de “territorializados”, “programas” e “e ao fortalecimento” qualificaram o texto, ampliando e fortalecendo os objetivos da estratégia.</p> <p>Este programa não assume o conceito de desenvolvimento sustentável, pois este é polêmico e polissêmico. E “empoderamento local” está contemplado na participação e territorialização já citados como conceitos centrais nesta estratégia.</p>

- Estímulo e apoio à criação e ao fortalecimento de secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	- Estímulo e apoio à criação e ao fortalecimento de secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação, garantindo a capacitação dos gestores municipais para o fortalecimento efetivo do poder público.
Lagos	- Estímulo e apoio à criação e ao fortalecimento de secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação, garantindo sua manutenção com recursos específicos.
Médio	- Estímulo e apoio à criação e ao fortalecimento de secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação, incluindo a melhoria da infra-estrutura e capacitação dos profissionais.
Texto Sistematizado	- Estímulo e apoio à criação e ao fortalecimento de secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação, incluindo a valorização da capacitação dos servidores municipais, a melhoria de infra-estrutura e sua manutenção com recursos específicos.
Comentário	As inclusões propostas ressaltam algumas das demandas e reivindicações históricas dos servidores públicos. A palavra “garantir” foi excluída, pois não compete ao Programa. Sugerimos a substituição de “gestores” e “profissionais” pelo termo “servidores” pois abarca ambos.

- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos processos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), em conformidade com as normas e legislações vigentes.

Metropolitana	- Estímulo à inclusão da Utilizar a Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento da Educação Ambiental nos processos de licenciamento ambiental e Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), de forma que preceda os empreendimentos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97, em conformidade com as normas e legislações vigentes.
Baixada	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental desde o início dos processos de licenciamento ambiental estadual e municipais Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) , em conformidade com as normas e legislações vigentes.
Lagos	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos processos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), em conformidade com as normas e legislações vigentes.
Serrana	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos processos de

	Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), em conformidade com as normas e legislações vigentes.
Médio	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos processos de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), em conformidade com as normas e legislações vigentes. Exclusão.
Costa Verde	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos processos de licenciamento ambiental Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), em conformidade com as normas e legislações vigentes. - de Projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97 e demais normas e legislações vigentes. Condicional 1 – Foram unidas as duas afirmativas para que o texto ficasse coerente com sua intenção.
Noroeste	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental /antecedendo aos/ nos processos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), em projetos públicos e privados que causem impactos ambientais conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97 / em conformidade com as normas e legislações vigentes.
Norte	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos processos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), em conformidade com as normas e legislações vigentes.: projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97.
Texto Sistematizado	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental desde o início dos processos de licenciamento ambiental estadual e municipais, em conformidade com as normas e legislações vigentes.
Comentário	Faz-se necessário a avaliação da pertinência do termo “Avaliação de Equidade Ambiental” como proposto no pólo Metropolitano. Sugerimos a proposição do pólo Baixada por apresentar de forma concisa o objetivo da estratégia, promovendo um avanço uma vez que estimula a inclusão da EA desde o início dos processos de licenciamento, o que não é vigente. A inclusão de “normas e legislações vigentes” amplia o escopo legal da proposição, tornando desnecessárias citações específicas.

- Projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97.

Metropolitana	- Projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97. Supressão total
Baixada	- Projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97. supressão total do texto
Lagos	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental como ferramenta de monitoramento popular de pProjetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme considerando a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97.
Serrana	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97. – trecho em azul adicionado com finalidade de manter a coesão e coerência do texto com relação aos tópicos anteriores.
Médio	- Estímulo à inclusão da Educação Ambiental nos estudos e projetos públicos e privados que causem impactos ambientais significativos, dentro do processo de licenciamento ambiental, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97.
Costa Verde	- Projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97. Supressão para criação de um só item
Noroeste	- Projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97. Supressão para criação de um só item
Norte	- Projetos públicos e privados que causem impactos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97. Supressão para criação de um só item
Texto Sistematizado	Ver anterior.
Comentário	Ver anterior.

- Incentivo à elaboração de um banco de dados com o cadastro de formadores/as e coletivos de formadores de educadores/as ambientais.

[Aprovado em 4 de 8]

Metropolitana	- Incentivo à elaboração de um Garantir e fortalecer os bancos de dados com o cadastro de formadores/as e coletivos de formadores de educadores/as ambientais, assim como os projetos, ações e materiais já existentes, com alimentação e publicização contínua.
Baixada	- Incentivo e apoio, com recursos dos fundos estadual e municipais de meio ambiente, à elaboração de um banco de dados com o cadastro de instituições, educadores, formadores/as e coletivos de formadores de educadores/as ambientais.
Médio	- Incentivo à elaboração de um banco de dados com o cadastro de formadores/as e coletivos de formadores de educadores/as ambientais.
Costa Verde	- Incentivo à elaboração Criação de um banco de dados com o cadastro de formadores/as e coletivos de formadores de educadores/as ambientais.
Texto Sistematizado	- Incentivo e apoio, com recursos dos fundos estadual e municipais de meio ambiente, à elaboração de um banco de dados com o cadastro de instituições, educadores, formadores/as e coletivos de formadores de educadores/as ambientais, assim como os projetos, ações e materiais já existentes, com alimentação e publicização contínua.
Comentário	Foram fundidas as proposições da Metropolitana e Baixada. A sugestão de exclusão de diferenciação de gênero proposta pelo pólo Médio Paraíba não é admitida pelo Programa.

- Incentivo à criação e alimentação de bancos de dados com informações sobre ações na área de Educação Ambiental. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	- Incentivo à criação e alimentação de bancos de dados com informações sobre ações na área de Educação Ambiental. Supressão total
Baixada	- Incentivo e apoio, com recursos dos fundos estadual e municipais de meio ambiente, à criação, alimentação e publicização de bancos de dados com informações sobre ações na área de Educação Ambiental.

Médio	- Incentivo à criação e alimentação de bancos de dados com informações sobre planejamento e ações na área de Educação Ambiental.
Texto Sistematizado	- Incentivo e apoio, com recursos dos fundos estadual e municipais de meio ambiente, à criação, alimentação e publicização de bancos de dados com informações sobre planejamento e ações na área de Educação Ambiental.
Comentário	Sugerimos a fusão do pólos Baixada e Médio Paraíba.

Inserções

Baixada	- Estímulo e apoio à criação do Sistema Estadual de Educação Ambiental e às Comissões Municipais de Educação Ambiental.
Serrana	- Incentivo a ações de preservação conservação e recuperação da biodiversidade nas bacias hidrográficas, visando a preservação conservação ambiental e a manutenção do aporte hídrico.
Médio	- Fomento da EA como uma área técnico-científica de construção do saber ambiental.
Texto Sistematizado	- Estímulo e apoio à criação das Comissões Municipais de Educação Ambiental. - Incentivo a ações de Educação Ambiental visando à conservação e recuperação da biodiversidade nas bacias hidrográficas.
Comentário	A sugestão de criação de um Sistema Estadual de Educação Ambiental é polêmica e deve ser avaliada com maior profundidade. A proposta de inclusão “Educação Ambiental” na proposição do pólo Serrana tem como objetivo adequar a mesma ao Programa. Sugerimos a não inclusão do trecho final por ser redundante. Sugerimos a não inclusão da proposta do Médio Paraíba, pois considerou-se a EA para além de uma área técnico-científica.

8.1.2 – Formulação e implementação de políticas públicas ambientais em âmbito local.

- Estímulo e apoio à participação popular, organizada em fóruns e coletivos gestores, nas instâncias deliberativas das políticas de interesse público.

[Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	- Estímulo e apoio à participação popular, organizada em fóruns e coletivos gestores, nas instâncias deliberativas das políticas de interesse público.
Comentário	

- Apoio à construção de arcabouço jurídico-institucional que sirva de base legal à formulação e implantação de políticas, planos e programas municipais de Educação Ambiental.

[Aprovado em 7 de 8]

Lagos	- Apoio à construção participativa de arcabouço jurídico-institucional que sirva de base legal à formulação e implantação de políticas, planos e programas municipais de Educação Ambiental.
Texto Sistematizado	- Apoio à construção participativa de arcabouço jurídico-institucional que sirva de base legal à formulação e implantação de políticas, planos e programas municipais de Educação Ambiental.
Comentário	

- Apoio à articulação entre órgãos públicos, de forma a possibilitar e (ou) potencializar a regionalização integrada das políticas, projetos e ações de Educação Ambiental nos espaços públicos (verificar conceito jurídico do termo). [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	- Apoio à Efetivar por intermédio do GIEA a articulação entre órgãos públicos, de forma a possibilitar e (ou) potencializar a regionalização integrada das políticas, projetos e ações de Educação Ambiental nos espaços públicos (verificar conceito jurídico do termo).
Médio	- Apoio à articulação entre órgãos públicos, de forma a possibilitar e / (ou) potencializar a regionalização integrada das políticas, projetos e ações de Educação Ambiental nos espaços públicos (verificar conceito jurídico do termo).
Texto Sistematizado	- Apoio à articulação entre órgãos públicos, de forma a possibilitar e/ou potencializar a regionalização integrada das políticas, projetos e ações de Educação Ambiental nos espaços públicos.
Comentário	Em nosso entendimento, não compete ao GIEA a atribuição

	sugerida no pólo Metropolitana.
--	---------------------------------

- Estímulo à incorporação das Agendas 21 Locais como parte das políticas ambientais municipais. [Aprovado em 4 de 8]

Metropolitana	- Estímulo à Estruturação e incorporação das Agendas 21 Locais como parte das políticas ambientais municipais.
Baixada	- Estímulo à incorporação das Agendas 21 Locais como parte dos Sistemas Estadual e Municipais contribuindo para a construção das políticas ambientais nos territórios municipais.
Lagos	- Estímulo à incorporação das Agendas 21 Locais e Escolares e Agendas Setoriais como parte das políticas ambientais municipais.
Médio	- Estímulo à incorporação das Agendas 21 Locais como parte das políticas públicas ambientais municipais..
Texto Sistematizado	Estímulo à incorporação das Agendas 21 como parte dos Sistemas Estadual e Municipais contribuindo para a construção das políticas públicas ambientais nos territórios.
Comentário	Sugerimos a não inclusão do termo “Estruturação” pois não compete ao programa. A exclusão de “Locais” torna a proposição mais abrangente.

- Estímulo à criação de fundos municipais de fomento à Educação Ambiental.

Metropolitana	- Estímulo à criação de fundos municipais de fomento à Educação Ambiental, com controle social efetivo.
Lagos	- Estímulo à criação de fundos municipais de fomento à Educação Ambiental e de mecanismos que garantam a exequibilidade, a descentralização e democratização da aplicação dos recursos de outros fundos existentes.
Médio	- Estímulo à criação de uma rubrica nos fundos municipais de fomento à Educação Ambiental.
Costa Verde	- Estímulo à criação de fundos municipais de fomento à Educação Ambiental. Aplicação de recursos em Educação Ambiental de fundos já existentes e estímulo à criação de novos fundos específicos.
Texto Sistematizado	Estímulo à criação de fundos municipais de fomento à Educação Ambiental e de mecanismos que garantam a exequibilidade, a descentralização e democratização da aplicação dos recursos de outros fundos existentes.

Comentário	A proposição do pólo Lagos faz uma síntese das principais contribuições dos outros pólos.
------------	---

Inserções

Metropolitana	<ul style="list-style-type: none"> - Subsidiar políticas públicas de educação ambiental territorializadas que priorizem a participação dos atores locais nos processos políticos e pedagógicos de programas, projetos e ações monitorados pelos conselhos gestores e pelo GIEA. - Subsidiar o alinhamento das políticas públicas de educação ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias, referentes ao licenciamento ambiental, entre as esferas federal, estadual e municipal, fortalecendo os projetos, programas e ações já existentes nos territórios.
Baixada	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a execução dos recursos de fundos de financiamento, públicos e privados, em programas, projetos e ações em educação ambiental.
Serrana	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao uso dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente e ICMS Verde para as ações em Educação Ambiental socioambientais.
Costa Verde	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo à criação, e /implementação/ aplicação incorporação e fortalecimento do SISMUMA (Sistema Municipal de Meio Ambiente).
Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à criação de mecanismos instrumentos de obrigatoriedade de aplicação de recursos oriundos de grandes eventos esportivos e/ou culturais e outras manifestações artísticas em ações de EA. - Estimulo a incorporação das temáticas das: biodiversidade, mudanças climáticas e recursos hídricos e pagamento de serviços ambientais nas políticas locais.
Texto Sistematizado	<ul style="list-style-type: none"> - Subsidiar políticas públicas de educação ambiental territorializadas que priorizem a participação dos atores locais nos processos políticos e pedagógicos de programas, projetos e ações monitorados pelos conselhos gestores. - Subsidiar o alinhamento das políticas públicas de educação ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias, referentes ao licenciamento ambiental, entre as esferas federal, estadual e municipal, fortalecendo os projetos, programas e ações já existentes nos territórios. - Estímulo à criação, implementação e fortalecimento dos SISMUMAs (Sistemas Municipais de Meio Ambiente).

	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à criação de mecanismos de aplicação de recursos oriundos de eventos esportivos e/ou culturais e outras manifestações artísticas em ações de EA. - Incentivar a execução dos recursos de fundos de financiamento, públicos e privados, em programas, projetos e ações em educação ambiental. - Estímulo ao uso dos recursos do ICMS Verde para ações em Educação Ambiental.
Comentário	<p>A não inclusão do “GIEA” na proposta se deu pelo fato de entendermos não ser de sua competência este monitoramento. O termo “atores locais” é contraditório e por isso, sua aplicação na sentença não garante o sentido proposto que se refere aos educadores ambientais que atuam nos territórios.</p> <p>Considerando a pertinência da proposição do pólo Baixada, sugerimos sua inclusão propondo a alteração do termo “garantir”.</p> <p>Sugerimos a inclusão da proposição do pólo Serra, tendo em vista seu teor original para este Programa.</p>

8.1.3 – Monitoramento, supervisão e avaliação das ações.

- Apoio à criação de instâncias e instrumentos para análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de Educação Ambiental, que permitam o seu acompanhamento, adequação e divulgação. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	- Apoio à Fortalecimento e/ou criação das instâncias e instrumentos participativos para análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de Educação Ambiental, que permitam o seu acompanhamento, adequação e divulgação.
Baixada	- Apoio à criação de instâncias e instrumentos para análise, monitoramento e avaliação crítica e continuada de políticas, programas e projetos de Educação Ambiental, que permitam o seu acompanhamento, adequação e divulgação.
Costa Verde	- Apoio à cCriação de instâncias e instrumentos para análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de Educação Ambiental, que permitam o seu acompanhamento, adequação, continuidade e divulgação.
Texto Sistematizado	Apoio à criação e/ou fortalecimento das instâncias e instrumentos participativos para análise, monitoramento e avaliação crítica de políticas, programas e projetos de Educação Ambiental, que permitam o seu acompanhamento,

	adequação e divulgação.
Comentário	Foram fundidas as proposições dos pólos Metropolitano e Baixada.

- Avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental a cada cinco anos. [Aprovado em 3 de 8]

Metropolitana	- Publicização efetiva do processo de avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, com ampla divulgação dos resultados e com participação direta da população e conselhos gestores territorializados no planejamento, execução e definição de indicadores e seus desdobramentos, a cada cinco anos.
Baixada	- Avaliação das Políticas e dos Programas Estaduais e Municipais de Educação Ambiental a cada cinco anos.
Lagos	- Avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental a cada três cinco anos.
Noroeste	- Avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental a cada cinco dois três quatro anos.
Norte	- Avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental a cada dois cinco anos.
Texto Sistematizado	- Avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental a cada cinco anos. - Publicização efetiva do processo de avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, com ampla divulgação dos resultados e com participação direta da população e conselhos gestores territorializados no planejamento, execução e definição de indicadores e seus desdobramentos.
Comentário	Foi mantida a proposição de “avaliação (...) a cada cinco anos” segundo critério quantitativo. Sugerimos a inclusão da proposta do pólo Metropolitano como uma nova proposição com foco na publicização da avaliação.

Inserções

Baixada	- Avaliação das Políticas e dos Programas Municipais de Educação Ambiental a cada cinco anos.
Serrana	- Incentivo à avaliação das Políticas e dos Programas Municipais de Educação Ambiental a cada cinco anos.
Texto	- Incentivo à avaliação das Políticas e dos Programas

Sistematizado	Municipais de Educação Ambiental a cada cinco anos.
Comentário	Sugerimos a inclusão da proposição dos pólos Baixada e Serrana.

8.1.4 – Criação de interfaces entre a Educação Ambiental e os diversos programas e políticas governamentais.

- Promoção da articulação entre Educação Ambiental e as seguintes áreas:

- Meio Ambiente
- Educação
- Saúde
- Saneamento
- Assistência social
- Segurança
- Cultura
- Ciência e Tecnologia
- Transporte
- Habitação
- Esporte
- Energia
- Mineração
- Agricultura, Pecuária e Pesca
- Turismo
- Desenvolvimento Agrário

Metropolitana	<p>- Promoção da articulação entre Educação Ambiental e as seguintes áreas, de forma a fomentar as práticas e técnicas sócio-ambientalmente sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saneamento básico e ambiental (colocar definição no glossário) • Agroecologia • Economia e planejamento • Economia solidária • Planejamento urbano • Direito
---------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção social • Permacultura • Promoção e defesa dos animais
Baixada	<ul style="list-style-type: none"> • Obras aprovado • Urbanismo aprovado
Lagos	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos e justiça • Gênero • Trabalho
Serrana	<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento básico ambiental • Desenvolvimento Econômico / Economia
Médio	<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento básico e ambiental • Indústria / Desenvolvimento Econômico e Industrial • Planejamento urbano e territorial.
Costa Verde	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança/ e Soberania/ Alimentar • Produção e /Consumo /Sustentável • Em todas as áreas de Desenvolvimento (em substituição às áreas de “Desenvolvimento”)
Noroeste	<ul style="list-style-type: none"> • Indústria e comércio • Segurança alimentar • Comunicação
Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura, Pecuária, e Pesca e Aquicultura
Texto Sistematizado	<p>- Promoção da articulação entre Educação Ambiental e as seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meio Ambiente • Educação • Saúde • Saneamento • Assistência social • Segurança • Cultura • Ciência e Tecnologia • Transporte

	<ul style="list-style-type: none"> • Habitação • Esporte • Minas e Energia • Agricultura e Pecuária • Turismo • Desenvolvimento Agrário • Saneamento Ambiental • Agroecologia e Permacultura • Planejamento Econômico e Territorial • Justiça e Direitos Humanos • Obras e Urbanismo • Trabalho • Economia solidária • Promoção social • Gênero • Segurança e Soberania Alimentar • Comunicação • Indústria e Comércio • Pesca e Aquicultura
Comentário	Sugerimos a inclusão dos itens que correspondem a áreas relativas a programas e políticas governamentais. Os demais foram considerados subáreas.

- Apoio à estruturação de programas de Educação Ambiental vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias e das audiências públicas. [Aprovado em 4 de 8]

Metropolitana	- Apoio à estruturação de programas de Educação Ambiental vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias e das audiências públicas. Supressão do item (está contemplado no item 8.1.1)
Baixada	- Apoio à estruturação de programas, projetos e ações de Educação Ambiental vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias e das audiências públicas, conforme a Lei nº

	6.938/81 e Resoluções CONAMA 001/86 e CONAMA 237/97 (inclusão das leis no Anexo V).
Serrana	- Apoio à estruturação de programas de Educação Ambiental vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito das medidas mitigadoras, e compensatórias e as condicionantes nas das audiências públicas.
Costa Verde	- Apoio à estruturação de programas de Educação Ambiental vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias e das audiências públicas.
Texto Sistematizado	- Apoio à estruturação de programas de Educação Ambiental vinculados aos procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias e das audiências públicas.
Comentário	Sugerimos a revisão da exeqüibilidade desta proposição e/ou sua redundância, conforme destacado pelo pólo Metropolitano.

8.2 – Educação Ambiental no Ensino Formal

8.2.1 – Incentivo à inclusão da dimensão socioambiental nos projetos político-pedagógicos das unidades escolares

- Apoio às ações voltadas ao fortalecimento da Educação em direção à construção de relações sustentáveis entre sociedade e natureza, por meio do incentivo à construção de novos currículos, que repensem os tempos e espaços da Educação, em todos os níveis de ensino, contemplando a temática ambiental de forma crítica e historicizada. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	- Apoio às ações voltadas ao fortalecimento da Educação em direção à construção de relações sustentáveis entre sociedade e natureza, por meio do incentivo à construção coletiva (professores, gestores, demais profissionais da educação, estudantes, comunidade do entorno, movimentos sociais e outros atores trabalhadores da educação) de novos currículos, que repensem os tempos e espaços da Educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, contemplando a temática socioambiental de forma crítica e historicizada.
Lagos	- Apoio às ações voltadas ao fortalecimento da Educação em direção à construção de relações sustentáveis entre sociedade e natureza, por meio da promoção do da orientação incentivo à construção de novos currículos, que repensem os tempos e espaços da Educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, contemplando a temática socioambiental de forma

	crítica e historicizada.
Médio	Apoio às Priorização das ações voltadas ao fortalecimento da Educação Ambiental em direção à construção de relações sustentáveis entre sociedade e natureza, por meio da do incentivo à construção de novos conteúdos curriculares currículos , que repensem os tempos e espaços da Educação Ambiental , em todos os níveis de ensino, contemplando a temática ambiental de forma crítica e historicizada.
Texto Sistematizado	- Apoio às ações voltadas ao fortalecimento da Educação em direção à construção de relações sustentáveis entre sociedade e natureza, por meio do incentivo à construção coletiva de novos currículos, que repensem os tempos e espaços da Educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, contemplando a temática ambiental de forma crítica e historicizada.
Comentário	

- Incentivo à organização estudantil e à gestão escolar democrática e participativa, respeitando as experiências acumuladas pela comunidade escolar e pela comunidade do entorno, fortalecendo os conselhos escolares, grêmios e centros acadêmicos. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	- Incentivo à organização estudantil e à gestão escolar democrática e participativa, respeitando as deliberações e as experiências acumuladas pela comunidade escolar e pela comunidade do entorno, fortalecendo os conselhos escolares, grêmios livres , centros acadêmicos, coletivos, associações e outras formas de organização e participação .
Baixada	- Incentivo à organização estudantil e à gestão escolar democrática e participativa, respeitando as experiências acumuladas pela comunidade escolar e pela comunidade do entorno, fortalecendo os conselhos escolares, grêmios, centros acadêmicos e fóruns da agenda 21 .
Lagos	- Incentivo e fortalecimento da à organização estudantil e à gestão escolar democrática e participativa, respeitando as experiências acumuladas pela Escola comunidade escolar e pela comunidade do e seu entorno, fortalecendo os conselhos escolares, grêmios e centros acadêmicos.
Médio	Incentivo à Garantia da Apoio à Estímulo à organização estudantil e incentivo à gestão escolar democrática e

	participativa, respeitando as experiências acumuladas pela comunidade escolar e pela comunidade do entorno, fortalecendo os conselhos escolares, grêmios, e centros acadêmicos, associações e núcleos ambientais escolares.
Texto Sistematizado	Incentivo à organização estudantil e à gestão escolar democrática e participativa, respeitando as deliberações e experiências acumuladas pela escola e seu entorno, fortalecendo os conselhos escolares, grêmios, centros acadêmicos, coletivos, fóruns da agenda 21, associações e outras formas de organização e participação.
Comentário	

- Apoio às ações de integração, articulação e intercâmbio entre as diversas disciplinas, a fim de promover o debate e a construção de processos educativos e formativos envolvendo a Educação Ambiental, de maneira multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

[Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	- Apoio às ações de integração, articulação e intercâmbio entre as diversas disciplinas, a fim de promover o debate e a construção de processos educativos e formativos envolvendo a Educação Ambiental, de maneira multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.
Comentário	

- Incentivar a inclusão da Educação Ambiental nos processos de elaboração das propostas pedagógicas e escolas diferenciadas, como as de Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Quilombola, dentre outras, numa perspectiva de respeito à coexistência de diferentes formas de organização social. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	- Incentivar a inclusão da Educação Ambiental nos processos de elaboração das propostas pedagógicas e escolas diferenciadas, como as de Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Quilombola, dentre outras, numa perspectiva de respeito à coexistência de diferentes formas de organização social, em articulação às demais instituições educacionais.
Norte	- Incentivar a inclusão da Educação Ambiental nos processos de elaboração das propostas pedagógicas e em escolas diferenciadas, como as de Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Quilombola, dentre

	outras, numa perspectiva de respeito à coexistência de diferentes formas de organização social.
Texto Sistematizado	- Incentivar a inclusão da Educação Ambiental nos processos de elaboração das propostas pedagógicas em escolas diferenciadas, como as de Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Quilombola, dentre outras, numa perspectiva de respeito à coexistência de diferentes formas de organização social.
Comentário	<i>A não inclusão da frase “em articulação às demais instituições educacionais” se deu pelo fato de ser caracterizada como condicionante.</i>

- Estímulo à inserção da Educação Ambiental nos programas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior e pós-graduação. [Aprovado em 7 de 8]

Metropolitana	- Estímulo e fomento à inserção da Educação Ambiental nos programas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior e pós-graduação em todos os seus níveis e modalidades.
Texto Sistematizado	Estímulo à inserção da Educação Ambiental nos programas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior e pós-graduação.
Comentário	<i>A não incorporação do proposto pelo pólo da Metropolitana se deve ao fato de que o uso do verbo “fomentar” não cabe no Programa, e, níveis e modalidades não se aplicam à questão sendo restritivos ao ensino superior.</i>

- Estímulo e apoio ao debate sobre a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da educação ambiental no currículo dos cursos de formação de professores para a Educação Básica. [Aprovado em 6 de 8]

Baixada	- Fomento Estímulo e apoio ao debate sobre e a à inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da educação ambiental no currículo dos cursos de formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica.
Médio	Estímulo e apoio ao debate sobre a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da educação ambiental nos conteúdos curriculares no currículo dos cursos de formação de professores para a Educação

	Básica.
Costa Verde	- Estímulo e apoio ao debate sobre e à a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da educação ambiental no currículo dos cursos de formação de professores para a Educação Básica.
Texto Sistematizado	Estímulo e apoio ao debate sobre a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da educação ambiental na formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica.
Comentário	<i>Fomento, mais uma vez, não cabe na proposta do Programa. Para melhor expressar a idéia de inserção da EA na formação inicial e continuada de professores, sugerimos a alteração da redação com a exclusão da frase “currículo dos cursos”.</i>

- Promoção de eventos conjuntos entre as áreas de Educação Ambiental formal e não-formal, visando à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem das relações entre sociedade e natureza. [Aprovado em 7 de 8]

Metropolitana	- Promoção de Estímulo e fomento à criação de núcleos de EA e fóruns de Agenda 21 nas escolas para fomentar projetos, ações e eventos conjuntos entre as áreas de Educação Ambiental formal e não-formal visando à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem das relações entre sociedade e natureza.
Médio	Promoção de eventos conjuntos Fomento à articulação entre as áreas de Educação Ambiental formal e não-formal, visando à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem das relações entre sociedade e natureza.
Texto Sistematizado	Promoção de eventos conjuntos entre as áreas de Educação Ambiental formal e não-formal, visando à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem das relações entre sociedade e natureza. Estímulo e <u>fomento</u> à criação de núcleos de EA e fóruns de Agenda 21 nas escolas para fomentar projetos, ações e eventos conjuntos entre as áreas de Educação Ambiental formal e não-formal
Comentário	<i>Mantemos o texto original, já que foi aprovado em sete pólos, e sugerimos que o da Metropolitana seja incorporada nas inserções como uma nova proposta.</i>

- Fomento à implantação de projetos em Educação Ambiental construídos pela comunidade escolar. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	- Fomento à implantação de projetos em Educação Ambiental construídos pela comunidade escolar.
Texto Sistematizado	<u>Fomento</u> à implantação de projetos em Educação Ambiental construídos pelas escolas de educação básica, com a possibilidade dos recursos serem pleiteados e geridos pelas próprias unidades escolares.
Comentário	<i>Lembramos que de acordo com os critérios do GIEA o Programa não fomenta.</i>

- Apoio à produção de material pedagógico a partir do registro das experiências educativas em Educação Ambiental consolidadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

[Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	- Apoio e garantia à produção de material pedagógico territorializado , a partir do registro das experiências educativas em Educação Ambiental consolidadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Baixada	- Fomento Estímulo e Apoio à produção de material pedagógico, com a efetiva participação dos educadores , a partir do registro das experiências educativas em Educação Ambiental consolidadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Texto Sistematizado	Apoio à produção de material pedagógico, com a efetiva participação dos educadores, a partir do registro das experiências em Educação Ambiental, consolidadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Comentário	

Inserções

Metropolitana	- estímulo e garantia da avaliação dos programas e projetos de EA por todos os sujeitos envolvidos feita pelos sujeitos envolvidos com programas e projetos de extensão pela própria comunidade que considere os conselhos gestores. - Incentivo à com produção e acesso aos bancos de dados de educadores e informações ambientais , visando à como a construção de metodologias e instrumentos voltados à
---------------	---

	abordagem das relações entre sociedade e natureza <i>na escola</i> .
Lagos	- Fomento à implantação e consolidação das Agendas 21 nas escolas de educação básica.
Médio	Desenvolvimento da EA como prática educativa, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino. Apoio à capacitação dos professores na melhoria da formação em EA (outro GT). Fortalecimento dos fóruns e encontros de educadores ambientais no estado. Inclusão de novos conteúdos curriculares de EA no material didático distribuídos/utilizados nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino.
Norte	- incentivo à inclusão de recursos para desenvolvimento da EA no âmbito formal no Plano Plurianual do estado.
Texto Sistematizado	- Estimulo a avaliação dos programas e projetos de EA por todos os sujeitos envolvidos - Fomento à implantação e consolidação das Agendas 21 nas escolas de educação básica. - Desenvolvimento da EA como prática educativa, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino. - Fortalecimento dos fóruns e encontros de educadores ambientais no estado. - <u>Inclusão de novos conteúdos curriculares de EA no material didático distribuídos/utilizados nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino.</u> - <u>Incentivo à inclusão de recursos para desenvolvimento da EA no âmbito formal no Plano Plurianual do estado.</u>
Comentário	<i>A proposta “Incentivo à produção e acesso aos bancos de dados de educadores e informações ambientais, visando à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem das relações entre sociedade e natureza na escola” está truncada e o “Incentivo à produção e acesso aos bancos de dados de educadores e informações ambientais” já está contemplado no item 8.1.1.</i> <i>A proposta “Inclusão de novos conteúdos curriculares de EA no material didático distribuídos/utilizados nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino” toca no aspecto do conteúdo que está sendo pleiteado pelo pólo, daí sugerimos que a frase seja reformulada.</i> <i>A proposta “Incentivo à inclusão de recursos para desenvolvimento da EA no âmbito formal no Plano Plurianual do estado” poderia constar no item Gestão.</i>

8.2.2 – Incentivo a estudos pesquisas e projetos em Educação Ambiental.

Incentivo à criação e ao fortalecimento de núcleos de pesquisa e experimentação em Educação Ambiental. [Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	Incentivo à criação e ao fortalecimento de núcleos de pesquisa e experimentação em Educação Ambiental.
Comentário	

Fomento e apoio às Universidades Públicas situadas no estado a desenvolverem projetos de pesquisa e extensão em Educação Ambiental. [Aprovado em 7 de 8]

Metropolitana	Fomento e apoio às Universidades Públicas e demais Instituições Públicas de Ensino em seus diferentes níveis e modalidades situadas no estado a desenvolverem projetos de pesquisa e extensão em Educação Ambiental.
Texto Sistematizado	Fomento e apoio às Universidades Públicas situadas no estado a desenvolverem projetos de pesquisa e extensão em Educação Ambiental.
Comentário	<i>O termo “extensão” é aplicável apenas a Universidade.</i>

Estímulo às Instituições de Ensino Superior situadas no estado a desenvolver projetos de pesquisa e extensão em EA.

Metropolitana	Estímulo às Instituições de Ensino Superior e demais Instituições de Ensino em seus diferentes níveis e modalidades situadas no estado a desenvolverem projetos de pesquisa e extensão em EA.
Texto Sistematizado	Estímulo às Instituições de Ensino Superior situadas no estado a desenvolver projetos de pesquisa e extensão em EA.
Comentário	<i>O termo “extensão” é aplicável apenas a Universidade.</i>

Apoio e fortalecimento a redes de centros especializados em EA por meio da consolidação dos estudos e pesquisas. [Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	Apoio e fortalecimento a redes de centros especializados em EA por meio da consolidação dos estudos e pesquisas.
Comentário	

Apoio aos projetos de pesquisa voltados à construção de instrumentos, metodologias e processos, que possam ser incorporados aos currículos integrados dos diferentes níveis e modalidades de ensino. [Aprovado em 6 de 8]

Serrana	Fomento e apoio aos projetos de pesquisa voltados à construção de instrumentos, metodologias e processos, que possam ser incorporados aos currículos integrados dos diferentes níveis e modalidades de ensino.
Texto Sistematizado	Fomento e apoio aos projetos de pesquisa voltados à construção de instrumentos, metodologias e processos, que possam ser incorporados aos currículos integrados dos diferentes níveis e modalidades de ensino.
Comentário	

Estímulo e apoio à criação de linhas de pesquisa em EA junto a órgãos de fomento e fundos públicos, tais como FAPERJ, FECAM, entre outros.

Costa Verde	Estímulo e apoio à criação de linhas de pesquisa em EA junto a órgãos de fomento e fundos públicos, tais como FAPERJ, FECAM, entre outros.
Norte	Estímulo e apoio à criação de linhas de pesquisa em EA junto a órgãos de fomento e fundos públicos, tais como CNPq, FAPERJ, FECAM, TECNORTE, FENORTE, entre outros.
Texto Sistematizado	Estímulo e apoio à criação de linhas de pesquisa em EA junto a órgãos de fomento e fundos públicos, tais como FAPERJ, FECAM, TECNORTE, FENORTE, entre outros.
Comentário	<i>A proposta do pólo Norte é mais abrangente.</i>

Estímulo ao financiamento de parcerias entre os Institutos de Educação Superior (IES), espaços museais, instituições de pesquisa e escolas em projetos de pesquisa e intervenção em Educação Ambiental. [Aprovado em 3 de 8]

Metropolitana	Estímulo ao desenvolvimento financiamento de projetos em parcerias entre os Institutos de Educação as Instituições de Ensino Superior (IES), espaços museais, instituições de pesquisa e escolas em projetos de pesquisa e intervenção em Educação Ambiental.
Baixada	Estímulo ao financiamento de parcerias entre as escolas e os Institutos de Educação Superior (IES), espaços museais,

	Unidades de Conservação, Comitês de Bacias Hidrográficas, instituições de pesquisa e escolas em projetos de pesquisa e intervenção em Educação Ambiental.
Serrana	Estímulo ao financiamento de parcerias entre os Institutos de Educação Superior (IES), espaços museais, instituições de pesquisa e escolas unidades escolares em projetos de pesquisa e intervenção em Educação Ambiental.
Médio	Estímulo ao financiamento de parcerias entre os Institutos de Educação Superior (IES), espaços museais, instituições de pesquisa e escolas unidades escolares em projetos de pesquisa e intervenção em Educação Ambiental.
Costa Verde	Estímulo ao financiamento de em projetos de pesquisa e intervenção em Educação Ambiental através de parcerias entre os Institutos de Educação Superior (IES), espaços museais, instituições de pesquisa e escolas de educação básica.
Texto Sistematizado	Estímulo ao financiamento de projetos de pesquisa e intervenção em Educação Ambiental através de parcerias entre as Instituições de Ensino Superior (IES), espaços museais, Unidades de Conservação, Comitês de Bacias Hidrográficas, instituições de pesquisa e unidades escolares.
Comentário	

Apoio e promoção do desenvolvimento de pesquisas em EA nos processos de gestão pública. [Aprovado em 7 e 8]

Metropolitana	Apoio e promoção às Instituições de Ensino ao desenvolvimento de pesquisas sobre em EA nos processos de gestão pública.
Texto Sistematizado	Apoio e promoção do desenvolvimento de pesquisas em EA nos processos de gestão pública.
Comentário	<i>Justificamos a manutenção do texto em função de a sugestão do pólo Metropolitana restringir o desenvolvimento de pesquisas às instituições de ensino.</i>

Inserções

Metropolitana	- garantia e promoção de editais públicos apoiados pelo FECAM, FAPERJ e outros órgãos de fomento aos projetos de EA das Unidades Escolares das redes públicas de ensino da Educação Básica.
---------------	---

	<p>- garantia de participação das unidades escolares das redes públicas de ensino da Educação Básica, como proponente, nos editais públicos apoiados pelo FECAM, FAPERJ e outros órgãos de fomento.</p>
<p>Baixada</p>	<p>Garantia de acesso direto aos fundos públicos pelas Escolas Públicas para financiamento de projetos de Educação Ambiental inseridos em seus projetos político-pedagógicos.</p> <p>Viabilização da Fomento à participação de professores da rede pública nos fóruns de educação ambiental, garantindo a liberação de carga horária de trabalho, sem prejuízo das atividades escolares discentes.</p>
<p>Serrana</p>	<p>Promover o compartilhamento das experiências e avaliações críticas dos processos de Educação ambiental por meio da criação de redes de comunicação entre as escolas.</p> <p>Incorporação dos relatos das experiências em Educação Ambiental nos seminários locais de EA.</p> <p>Estímulo à criação de vagas de estágio, incluindo estágios de vivência, em instituições públicas, privadas e outras na área de EA.</p> <p>Promover a articulação entre as Universidades Públicas e Particulares com o Ensino Básico na divulgação e desenvolvimento de projetos e pesquisas em EA.</p>
<p>Norte</p>	<p>- estímulo e fomento a desenvolvimento de debates que contemplem a temática Mudanças Ambientais Globais, notadamente as Mudanças Climáticas.</p>
<p>Texto Sistematizado</p>	<p>- Promoção de editais públicos apoiados pelo FECAM, FAPERJ e outros órgãos de fomento aos projetos de EA das Unidades Escolares das redes públicas da Educação Básica.</p> <p>- Estímulo ao acesso direto aos fundos públicos pelas Escolas Públicas para financiamento de projetos de Educação Ambiental inseridos em seus projetos político-pedagógicos.</p> <p>- <u>Viabilização da participação de professores da rede pública nos fóruns de educação ambiental, garantindo a liberação de carga horária de trabalho, sem prejuízo das atividades escolares discentes.</u></p> <p>- <u>Promover o compartilhamento das experiências e avaliações críticas dos processos de Educação ambiental por meio da criação de redes de comunicação entre as escolas.</u></p> <p>- Incorporação dos relatos das experiências em Educação Ambiental nos seminários locais de EA.</p>

	<p>- <u>Estímulo à criação de vagas de estágio, incluindo estágios de vivência, em instituições públicas, privadas e outras na área de EA.</u></p> <p>- Promover a articulação entre as Universidades Públicas e Particulares com as escolas de Educação Básica na divulgação e desenvolvimento de projetos e pesquisas em EA.</p> <p>- Estímulo aos debates que contemplem a temática Mudanças Ambientais Globais, notadamente as Mudanças Climáticas.</p>
Comentário	

8.3 – Educação Ambiental não-formal.

Apoio e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental de membros de associações, sindicatos, movimentos sociais, empresas, organizações não governamentais, fóruns populares e outros sujeitos sociais coletivos, vinculando a importância da organização social no controle social popular. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	Apoio e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental territorializada de membros de associações, sindicatos, movimentos sociais, empresas, organizações não governamentais, fóruns populares e outros sujeitos sociais coletivos territorializados ou locais e comunidade em geral , vinculando a importância e apoio para a da organização social no controle social popular.
Médio	Apoio e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental, legislação ambiental e urbanística de membros de associações, sindicatos, movimentos sociais, empresas, organizações não governamentais, fóruns populares e outros sujeitos sociais coletivos, vinculando a importância da organização social no controle social popular.
Noroeste	Apoio e incentivo à formação, e qualificação e capacitação em Educação Ambiental de membros de associações, sindicatos, movimentos sociais, empresas, organizações não governamentais, fóruns populares e outros sujeitos sociais coletivos, vinculando a importância da organização social no controle social popular.
Texto Sistematizado	Apoio e incentivo à formação, qualificação e capacitação em Educação Ambiental de membros de associações, sindicatos, movimentos sociais, empresas, organizações não governamentais, fóruns populares e outros sujeitos sociais coletivos, vinculando a importância da organização social no

	controle social popular
Comentário	<p><i>Sugerimos a não inclusão de “comunidade em geral” pela existência de “sujeitos sociais coletivos” no texto original, ficaria redundante.</i></p> <p><i>Sugerimos a não inserção de “e apoio para a” porque além de redundante não colabora com a compreensão do texto.</i></p> <p><i>Inserir “legislação ambiental e urbanística” restringiria o item, além de entendermos que o conteúdo programático dos cursos deva ser definido de acordo com as demandas locais.</i></p> <p><i>Sugerimos a inserção do termo “capacitação” por qualificar o texto e representar o acúmulo das discussões do território Noroeste.</i></p>

Estímulo e apoio ao protagonismo da participação popular na promoção de eventos culturais e manifestações artísticas. [Aprovado em 4 de 8]

Metropolitana	Estímulo e apoio ao protagonismo popular na promoção de eventos organização das ações artísticas , culturais, políticas e socioambientais e manifestações artísticas .
Baixada	Estímulo e apoio ao protagonismo da participação popular na promoção de eventos em ações sócio-culturais e ambientais manifestações artísticas .
Costa Verde	Estímulo e apoio ao protagonismo da participação popular na promoção de eventos culturais e manifestações artísticas que dialoguem com a questão ambiental .
Norte	Estímulo e apoio ao protagonismo da participação popular e controle social na promoção de eventos culturais, esportivos e manifestações artísticas.
Texto Sistematizado	Estímulo e apoio ao protagonismo popular em ações socioculturais, esportivas e ambientais.
Comentário	<i>O texto sugerido tenta dar conta das propostas de todos os pólos evitando as redundâncias e adotando o posicionamento político de que ações culturais não são eventos.</i>

Apoio e promoção de ações e atividades organizadas por grupos de defesa dos direitos humanos e da cidadania. [Aprovado em 7 de 8]

Costa Verde	Apoio e promoção de do diálogo de educadores ambientais com as ações e atividades organizadas por grupos de defesa dos direitos humanos e da cidadania.
Texto	Apoio e promoção do diálogo de educadores ambientais com

Sistematizado	as ações e atividades organizadas por grupos de defesa dos direitos humanos e da cidadania.
Comentário	<i>O texto sugerido pela Costa Verde qualifica com o destaque sobre a necessidade do diálogo entre os atores sociais em questão.</i>

Incentivo e apoio à formação, qualificação e capacitação de povos e comunidades tradicionais no interior e no entorno das Unidades de Conservação. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	Fortalecimento e Incentivo e apoio à formação em EA, qualificação e capacitação de povos e comunidades tradicionais no interior e no entorno das Unidades de Conservação.
Serrana	Incentivo e apoio à formação, qualificação e capacitação de povos indígenas, e comunidades tradicionais e outras no interior e no entorno das Unidades de Conservação.
Noroeste	Incentivo e apoio à formação, qualificação e capacitação de povos e comunidades tradicionais no interior e no entorno das Unidades de Conservação, numa perspectiva de respeito à coexistência de diferentes formas de organização social.
Texto Sistematizado	Incentivo e apoio à formação, qualificação e capacitação de povos indígenas, comunidades tradicionais e outras no interior e no entorno das Unidades de Conservação.
Comentário	<i>O texto sugerido pelo polo Serrana reúne mais elementos que qualificam o texto, por isso foi considerado na íntegra.</i>

Apoio e estímulo à criação e fortalecimento de processos de EA nas unidades de conservação no estado. [Aprovado em 4 de 8]

Médio	Apoio e estímulo à criação e fortalecimento de processos de EA nas unidades de conservação no estado, públicas e privadas incluindo as RPPNs.
Costa Verde	Apoio e estímulo à criação e fortalecimento de processos de EA nas áreas protegidas unidades de conservação no estado.
Noroeste	Apoio e estímulo à criação e fortalecimento de processos de EA nas unidades de conservação no estado.
Norte	Apoio e estímulo à criação e fortalecimento de processos de EA nas unidades de conservação no estado considerando seus planos de manejo.
Texto	Apoio e estímulo à criação e fortalecimento de processos de

Sistematizado	EA nas áreas protegidas, públicas, no estado, considerando seus planos de manejo quando existirem.
Comentário	<i>Não é pertinente que o Programa indique recursos para áreas protegidas particulares, por isso a palavra “privada” não foi incorporada. Optou-se pelo conceito de áreas protegidas por ser mais amplo que o conceito de Unidades de Conservação. A inclusão de planos de manejo é importante para que as áreas mantenham sua autonomia.</i>

Apoio, promoção e incentivo à formação, qualificação e capacitação dos membros de comitês de bacias hidrográficas, câmaras técnicas de Educação Ambiental, conselhos de unidades de conservação e de mosaicos de unidades de conservação, fóruns de Agenda 21, conselhos de meio ambiente e outros que tenham em suas atribuições a abordagem da dimensão ambiental.

[Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	Apoio, promoção e incentivo Garantia e promoção à formação e qualificação e capacitação dos membros de comitês de bacias e sub-bacias hidrográficas, câmaras técnicas de Educação Ambiental, conselhos de unidades de conservação e de mosaicos de unidades de conservação, fóruns de Agenda 21, conselhos de meio ambiente, e outros que tenham em suas atribuições a abordagem da dimensão ambiental.
Baixada	Apoio, promoção e incentivo à formação, qualificação e capacitação dos membros de comitês de bacias hidrográficas, câmaras técnicas de Educação Ambiental, conselhos de unidades de conservação e de mosaicos de unidades de conservação, fóruns de Agenda 21, conselhos de meio ambiente, conselhos de educação e outros que tenham em suas atribuições a abordagem da dimensão ambiental.
Texto Sistematizado	Apoio, promoção e incentivo à formação, qualificação e capacitação dos membros de comitês de bacias e sub-bacias hidrográficas, câmaras técnicas de Educação Ambiental, conselhos de unidades de conservação e de mosaicos de unidades de conservação, fóruns de Agenda 21, conselhos de meio ambiente, conselhos de educação e outros que tenham em suas atribuições a abordagem da dimensão ambiental.
Comentário	<i>Incorporaram-se as sugestões que qualificaram o texto.</i>

Apoio, promoção e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental de gestores públicos de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente ou de

outros órgãos que tenham interfaces com a problemática ambiental. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	Apoio, Promoção e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental de gestores públicos de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente ou de outros órgãos que tenham interfaces com a problemática ambiental.
Baixada	Apoio, promoção e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental de gestores públicos de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, gestores públicos de órgãos estaduais e municipais de educação ou e de outros órgãos que tenham interfaces com a problemática ambiental.
Médio	Apoio, promoção e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental de gestores públicos de órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente ou de outros órgãos que tenham interfaces com a problemática ambiental.
Texto Sistematizado	Apoio, promoção e incentivo à formação e qualificação em Educação Ambiental de gestores públicos de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, de educação e de outros órgãos que tenham interfaces com a problemática ambiental.
Comentário	<i>Não cabe ao Programa incluir órgãos federais.</i>

Incentivo à formação e qualificação em EA de servidores públicos e demais quadros profissionais das instâncias administrativas e organizacionais. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	Incentivo à Promoção Garantir a formação e qualificação em EA de servidores públicos e demais quadros profissionais das instâncias administrativas e organizacionais.
Noroeste	Incentivo à formação, e qualificação e capacitação em EA de servidores públicos e demais quadros profissionais das instâncias administrativas e organizacionais.
Texto Sistematizado	Incentivo à formação, qualificação e capacitação em EA de servidores públicos e demais quadros profissionais das instâncias administrativas e organizacionais.
Comentário	<i>Consideramos “capacitação” por representar o acúmulo de discussões do pólo e qualificar o texto.</i>

Inserções

Metropolitana	Resgate e fortalecimento dos coletivos que atuam em EA (Redes, Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, Coletivos
---------------	---

	<p>Educadores, Salas Verdes, Centros de Educação Ambiental, Comissões interinstitucionais de EA, COMVIDAS e outros).</p> <p>Prioridade aos atores sociais locais, como sujeitos e educadores, em projetos, programas e ações de EA.</p>
Lagos	<p>Apoio e promoção de ações e atividades organizadas por grupos de defesa dos direitos dos animais.</p> <p>Estímulo à formação de crianças e adolescentes para atuarem como protagonistas nos processos de Educação Ambiental. (Inclusão GT formal-comunicação)</p>
Serrana	<p>Promover a integração entre as escolas e as Unidades de Conservação Municipais e Estaduais e escolas visando uma maior aproximação entre com as ações de EA, pesquisa e Turismo sustentável desenvolvidas nestas Unidades.</p>
Texto Sistematizado	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento dos coletivos que atuam em EA (Redes, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, Coletivos Educadores, Salas Verdes, Centros de Educação Ambiental, Comissões Interinstitucionais de EA, COMVIDAS e outros). - Apoio e promoção de ações e atividades organizadas por grupos de defesa dos direitos dos animais. - Promover a integração entre as escolas e as Unidades de Conservação visando uma maior aproximação com as ações de EA, pesquisa e <u>Turismo sustentável</u> desenvolvidas nestas Unidades.
Comentário	<p><i>Não consideramos “Prioridade aos atores sociais locais, como sujeitos e educadores, em projetos, programas e ações de EA” por ser prioridade, neste caso, um privilégio para somente um ator social local que não necessariamente representa os interesses da coletividade.</i></p> <p><i>“Estímulo à formação de crianças e adolescentes para atuarem como protagonistas nos processos de Educação Ambiental” foi elaborado neste grupo de trabalho e, no momento em que foi defendido no grupo ao qual pertencia o tema, foi modificado pela plenária. Nossa sugestão será considerada nas inserções do eixo Formação de Educadores e Educadoras Ambientais.</i></p> <p><i>O item “Promover a integração entre as escolas e as Unidades de Conservação visando uma maior aproximação com as ações de EA, pesquisa e <u>Turismo sustentável</u> desenvolvidas nestas Unidades” foi aprovado, porém, cabe salientar que tendo em vista as diretrizes deste programa o termo mais apropriado para se referir a turismo seria “turismo de base local”.</i></p>

8.4. Formação de Educadoras e Educadores Ambientais

8.4.1 Formação continuada de educadoras e educadores ambientais no âmbito formal e não-formal

Fomento a formação continuada do educador ambiental no âmbito das unidades escolares onde trabalha através de espaços pedagógicos propícios à otimização de suas atividades socioeducativas. [Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	Fomento à formação continuada do educador ambiental no âmbito das unidades escolares onde trabalha através de espaços pedagógicos propícios à otimização de suas atividades socioeducativas.
Comentário	

Estímulo à construção de processos de formação a serem desenvolvidos a partir de convênios e/ou parcerias com universidades, escolas, associações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos, empresas, ONGs entre outros. [Aprovado em 7 e 8]

Médio	Estímulo à construção de processos de formação a serem desenvolvidos a partir de convênios e/ou parcerias com universidades, escolas, associações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos, empresas, ONGs, unidades de conservação (UCs) públicas e privadas entre outros.
Texto Sistematizado	Estímulo à construção de processos de formação a serem desenvolvidos a partir de convênios e/ou parcerias com universidades, escolas, associações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos, empresas, ONGs, unidades de conservação (UCs) entre outros.
Comentário	<i>Para ser condizente com o texto, sugerimos que se acrescente a palavra “conselhos” antes de “unidades de conservação”.</i>

Estímulo e apoio ao debate sobre a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da Educação Ambiental no currículo dos cursos de formação de professores e licenciaturas. [Aprovado em 6 de 8]

Baixada	- Estímulo e apoio ao debate sobre a Garantia Fomento à inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da Educação Ambiental no conteúdo do currículo dos cursos de formação de professores e licenciaturas.
---------	--

Costa Verde	Estímulo e apoio ao debate sobre a à criação e a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da Educação Ambiental no nos currículo dos cursos de formação de professores e licenciaturas.
Texto Sistematizado	Estímulo e apoio à criação e a inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto epistemológico e metodológico da Educação Ambiental no currículo dos cursos de formação de professores e licenciaturas.
Comentário	<i>Não cabe ao Programa o fomento à criação de disciplinas, mas sim o estímulo. A manutenção do currículo se deve ao fato de que este é maior que o conteúdo programático de qualquer disciplina.</i>

Apoio à criação de redes de formação de educadores e educadoras, com a participação de escolas, universidades, centros culturais, espaços museais, empresas, organizações do terceiro setor e instituições de pesquisa. [Aprovado em 6 de 8]

Baixada	Apoio à criação e fortalecimento de redes de formação de educadores e educadoras, com a participação de escolas, universidades, centros de educação ambiental, salas verdes, centros culturais, espaços museais, empresas, organizações do terceiro setor e instituições de pesquisa.
Médio	Apoio à criação de redes de formação de educadores e educadoras, com a participação de escolas, universidades, centros culturais, espaços museais, empresas, organizações do terceiro setor e instituições de pesquisa.
Texto Sistematizado	Apoio à criação e fortalecimento de redes de formação de educadores e educadoras, com a participação de escolas, universidades, centros de educação ambiental, salas verdes, centros culturais, espaços museais, empresas, organizações do terceiro setor e instituições de pesquisa.
Comentário	<i>Sugerimos o texto da Baixada porque este representa o acúmulo sobre os debates acerca do item e traz grandes contribuições para o texto.</i>

Promoção e apoio a congressos, seminários, fóruns, simpósios, colóquios, debates e outros eventos que tratem direta ou indiretamente da formação de educadores/as ambientais. [Aprovado em 7 de 8]

Costa Verde	Promoção e apoio a congressos, seminários, fóruns, simpósios, colóquios, debates, oficinas workshops e outros
-------------	--

	eventos que tratem direta ou indiretamente da formação de educadores/as ambientais.
Texto Sistematizado	Promoção e apoio a congressos, seminários, fóruns, simpósios, colóquios, debates, oficinas e outros eventos que tratem direta ou indiretamente da formação de educadores/as ambientais.
Comentário	

Apoio e incentivo à formação continuada de docentes, educadores populares e profissionais da educação, de todos os níveis e modalidades de ensino, utilizando-se de metodologias presenciais e à distância, incentivando sua auto organização. [Aprovado em 8 de 8]

Texto Sistematizado	Apoio e incentivo à formação continuada de docentes, educadores populares e profissionais da educação, de todos os níveis e modalidades de ensino, utilizando-se de metodologias presenciais e à distância, incentivando sua auto organização.
Comentário	

Promoção e apoio à realização de intercâmbios e parcerias entre secretarias de educação e IES's, garantindo o acesso dos profissionais de educação das redes pública de ensino básico aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* em Educação e/ou Educação Ambiental. [Aprovado em 5 de 8]

Baixada	- Promoção e apoio à realização de intercâmbios e parcerias entre secretarias de educação e Instituições de Ensino Superior - IES, garantindo o acesso dos profissionais de educação das redes pública da de ensino Educação Básica Básico aos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> em Educação e/ou Educação Ambiental.
Lagos	Promoção e apoio à realização de intercâmbios e parcerias entre secretarias de educação e de meio ambiente e IES's, garantindo o acesso dos profissionais de educação das redes pública de ensino básico aos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> em Educação e/ou Educação Ambiental.
Norte	Promoção e apoio à realização de intercâmbios e parcerias entre secretarias de educação e IES's, que garantissem garantindo o acesso dos profissionais de educação das redes públicas de ensino básico aos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> em Educação e/ou Educação Ambiental.

Texto Sistematizado	Promoção e apoio à realização de intercâmbios e parcerias entre secretarias de educação, de meio ambiente e Instituições de Ensino Superior, que garantissem o acesso dos profissionais de educação das redes públicas de ensino básico aos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> em Educação e/ou Educação Ambiental.
Comentário	<i>Sugerimos que a frase seja adotada com as idéias propostas nos pólos, porém a estrutura da frase, bem como o uso do verbo “garantir”, devem ser revistos.</i>

Incentivo à criação e ao aprimoramento de cursos de especialização, mestrado e doutorado em Educação Ambiental nas IES's. [Aprovado em 6 de 8]

Lagos	Incentivo à criação e ao aprimoramento de cursos de especialização, mestrado e doutorado em Educação Ambiental nas Instituições de Ensino Superior (IES's), garantindo a gratuidade do ensino.
Médio	Incentivo à criação e ao aprimoramento de cursos de especialização, mestrado e doutorado em Educação Ambiental nas IES's, com ênfase nas instituições localizadas fora da Região Metropolitana.
Texto Sistematizado	Incentivo à criação e ao aprimoramento de cursos de especialização, mestrado e doutorado em Educação Ambiental nas IES's.
Comentário	

Estímulo ao debate sobre currículos de cursos de pós-graduação em EA. [Aprovado em 6 de 8]

Médio	Estímulo ao debate acadêmico e científico sobre matriz curricular currículos de cursos de pós-graduação em EA.
Costa Verde	Estímulo ao debate sobre EA currículos de nos cursos de graduação e pós-graduação em EA com base no ProEEA.
Texto Sistematizado	Estímulo ao debate sobre currículos de cursos de pós-graduação em EA.
Comentário	<i>As propostas dos pólos restringem o texto original.</i>

Inserções

Lagos	Garantir que os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade estejam efetivamente contemplados nos cursos de formação de professores Estímulo à formação de estudantes da educação básica para atuarem como protagonistas nos processos de EA.
Texto Sistematizado	Estímulo à formação de estudantes da educação básica para atuarem como protagonistas nos processos de EA
Comentário	<i>Os conceitos trabalhados em “Garantir que os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade estejam efetivamente contemplados nos cursos de formação de professores” já estão contemplados nas Diretrizes e Princípios do ProEEA, e este não pode interferir na autonomia dos cursos, por isso não incorporamos a proposta. Consideramos legítimo o posicionamento do pólo em relação à participação dos estudantes enquanto protagonistas nos processos de Educação Ambiental.</i>

8.5 – Produção e divulgação de material educativo e didático-pedagógico

Estabelecimento de parceria entre a Secretaria do Estado do Ambiente (SEA) e a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) para aquisição, produção e distribuição de material referente às temáticas socioambientais. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	Estabelecimento de parceria entre a Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), e a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e demais secretarias municipais e estaduais, universidades, e instituições públicas e privadas interessadas para aquisição, produção e distribuição de material referente às temáticas socioambientais.
Baixada	Estabelecimento de parceria entre a Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), Secretaria de Estado das Culturas e Secretaria de Ciência e Tecnologia para aquisição, produção e distribuição de material referente às temáticas socioambientais.
Médio	Estabelecimento de parceria entre a Secretaria do Estado do Ambiente (SEA) e a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), demais secretarias e outras instituições, públicas e privadas, para aquisição, produção e distribuição de material referente às temáticas socioambientais.
Texto	Estabelecimento de parceria entre a Secretaria do Estado do

Sistematizado	Ambiente (SEA), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e demais secretarias, universidades, instituições públicas e privadas para aquisição, produção e distribuição de material referente às temáticas socioambientais.
Comentário	A proposição do pólo Metropolitano sintetiza as demais contribuições.

Produção de material técnico-pedagógico e instrucional de apoio aos processos formativos. [Aprovado em 7 de 8]

Costa Verde	Produção de material técnico-pedagógico e instrucional de apoio aos processos formativos em EA.
Texto Sistematizado	Produção de material técnico-pedagógico e instrucional de apoio aos processos formativos.
Comentário	Sugerimos a manutenção do texto original, uma vez que os processos formativos a que se refere a proposição não se limitam a uma temática restrita a formação em EA, mas sim subsidiar a formação em temas diversos.

- Produção, edição e distribuição, para todos os níveis e modalidades de ensino, de material didático que contemple as temáticas socioambientais locais e regionais.

Metropolitana	Produção, edição e distribuição preferencialmente inclusive de sempre que possível de forma virtual, para todos os níveis e modalidades de ensino, de material didático e audiovisual territorializado que contemple as temáticas socioambientais locais e regionais.
Noroeste	Produção, edição e distribuição, para todos os níveis e modalidades de ensino, de material didático impresso e, prioritariamente digitalis, que contemple as temáticas socioambientais locais e regionais.
Texto Sistematizado	Produção, edição e distribuição, para todos os níveis e modalidades de ensino, de material didático impresso e/ou digital, que contemple as temáticas socioambientais locais e regionais.
Comentário	A proposição do pólo Noroeste contempla a sugestão do pólo Metropolitano.

Apoio à utilização da tecnologia de ensino à distância, numa perspectiva de democratização das ferramentas tecnológicas de ensino e do uso crítico de suas inovações, para a realização de cursos pela SEA e SEEDUC, atendendo

às necessidades e respeitadas as especificidades dos diferentes públicos.
[Aprovado em 4 de 8]

Baixada	Apoio à utilização da tecnologia de ao ensino à distância, numa perspectiva de democratização e uso crítico das ferramentas tecnológicas e suas inovações, principalmente virtuais, de ensino, e do uso crítico de suas inovações, para a realização de cursos pela SEA E SEEDUC, atendendo às necessidades e respeitando as especificidades dos diferentes públicos.
Lagos	Apoio à utilização da tecnologia de ao ensino à distância, numa perspectiva de democratização das ferramentas tecnológicas de ensino e do uso crítico de suas inovações, para a realização de cursos pela SEA E SEEDUC, atendendo às necessidades e respeitadas as especificidades dos diferentes públicos.
Médio	Apoio à utilização das novas tecnologias nas modalidades de ensino à distância e presencial, numa perspectiva de democratização das ferramentas tecnológicas de ensino e do uso crítico de suas inovações, para a realização de cursos pela SEA E SEEDUC, atendendo às necessidades e respeitadas as especificidades dos diferentes públicos.
Costa Verde	Apoio à utilização da tecnologia de ensino à distância, numa perspectiva de democratização das ferramentas tecnológicas de ensino e do uso crítico de suas inovações, para a realização de cursos pela SEA E SEEDUC, atendendo às necessidades e respeitadas as especificidades dos diferentes públicos, incentivando, inclusive, a constituição de redes sociais.
Texto Sistematizado	Apoio à utilização da tecnologia nas modalidades de ensino à distância e presencial, numa perspectiva de democratização das ferramentas tecnológicas de ensino e do uso crítico de suas inovações, para a realização de cursos pela SEA e SEEDUC, atendendo às necessidades e respeitadas as especificidades dos diferentes públicos, incentivando, inclusive, a constituição de redes sociais.
Comentário	Houve uma fusão das contribuições de todos os pólos, salvo as sugestões de exclusões.

Apoio e incentivo à produção, edição, distribuição e acessibilidade de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, produzidos por grupos de jovens organizados/as nas escolas, periferias, zonas rurais e comunidades tradicionais. [Aprovado em 4 de 8]

Metropolitana	Apoio e incentivo à produção, edição, distribuição e
---------------	--

	acessibilidade de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, produzidos por toda e qualquer forma de organização social grupos de jovens organizados/as nas escolas, periferias, zonas rurais zonas rural e urbana zonas urbanas e comunidades tradicionais.
Baixada	Apoio e incentivo à produção, edição, distribuição e acessibilidade de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, produzidos por grupos organizados, em especial de jovens, de jovens e demais grupos organizados nas escolas, periferias, zonas rurais, e comunidades tradicionais e povos indígenas.
Lagos	Apoio e incentivo à produção, edição, garantindo a distribuição e acessibilidade de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, a todos os segmentos, produzidos por agentes sociais grupos de jovens organizados/as, notadamente jovens localizados nas escolas, periferias, zonas rurais e comunidades tradicionais. (Os itens sugeridos em marrom serão incluídos em um novo ponto)
Médio	Apoio e incentivo à produção, edição, distribuição e acessibilidade de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, produzidos por grupos de jovens organizados/as nas escolas, periferias, zonas rurais e comunidades tradicionais.
Texto Sistematizado	Apoio e incentivo à produção, edição, distribuição e acessibilidade de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, produzidos por grupos organizados, em especial de jovens, nas escolas, periferias, zonas rurais, zonas urbanas, comunidades tradicionais e povos indígenas.
Comentário	Houve uma fusão das contribuições dos pólos Metropolitano e Baixada.

Inserções

Lagos	- Apoio e incentivo à produção, edição, garantindo a distribuição e acessibilidade de materiais educativos, abordando as temáticas socioambientais, a todos os segmentos, produzidos por agentes sociais organizados.
Noroeste	- Apoio ao estabelecimento de parcerias para levantamento e sistematização de experiências existentes com a finalidade de produzir e reproduzir materiais didático-pedagógicos.
Texto	- Apoio ao estabelecimento de parcerias para levantamento e

Sistematizado	sistematização de experiências existentes com a finalidade de produzir e reproduzir materiais didático-pedagógicos.
Comentário	Sugerimos a não inclusão da proposição do pólo Lagos pois está contemplado na proposição anterior. Já a proposição do pólo Noroeste apresenta uma proposição inédita.

8.6 – Gestão da Comunicação socioambiental: uso e manejo das tecnologias da informação/comunicação para Educação Ambiental.

Estímulo a gestão por meio de políticas públicas de Educomunicação Socioambiental crítica, participativa, autônoma, democrática e descentralizada, alinhadas às políticas de Educação Ambiental. [Aprovado em 7 de 8]

Lagos	Estímulo a gestão por meio de políticas públicas de Educomunicação Socioambiental crítica, participativa, autônoma, democrática e descentralizada, alinhadas às políticas de Educação Ambiental.
Texto Sistematizado	Estímulo a gestão por meio de políticas públicas de Educomunicação Socioambiental crítica, participativa, autônoma, democrática e descentralizada, alinhadas às políticas de Educação Ambiental.
Comentário	Sugerimos a manutenção do texto original em concordância com o uso formal do conceito “Educomunicação Socioambiental”.

Estímulo à capacitação e formação de comunicadores comunitários e voltadas às questões socioambientais. [Aprovado em 3 de 8]

Baixada	Estímulo à capacitação e formação de comunicadores comunitários e voltadas às questões socioambientais.
Lagos	Estímulo à capacitação e formação de comunicadores comunitários e voltadas às questões socioambientais.
Médio	Estímulo à capacitação e formação de comunicadores comunitários e voltadas às questões socioambientais.
Costa Verde	Estímulo à capacitação e formação de comunicadores comunitários e voltadas às questões socioambientais.
Noroeste	Estímulo à qualificação , capacitação e formação de comunicadores comunitários e voltados às questões

	socioambientais.
Texto Sistematizado	Estímulo à qualificação, capacitação e formação de comunicadores comunitários e voltadas às questões socioambientais.
Comentário	Sugerimos a manutenção do texto original com o acréscimo da contribuição do pólo Noroeste.

Apoio a democratização dos meios de comunicação incentivando o uso e manejo popular das ferramentas. [Aprovado em 6 de 8]

Metropolitana	Apoio a democratização dos meios de comunicação incentivando o uso e manejo apropriação a ampla participação e apropriação popular das ferramentas com a garantia da publicização das informações.
Baixada	Apoio à democratização dos meios de comunicação de massa. incentivando o uso e manejo popular das ferramentas.
Texto Sistematizado	Apoio a democratização dos meios de comunicação de massa incentivando o uso e manejo popular das ferramentas.
Comentário	A proposição do pólo Metropolitano é redundante, uma vez que “a ampla participação e apropriação” está contemplado na “democratização” da proposta original. Além do que o Programa não pode garantir a publicização de informações. Sugerimos a manutenção do texto original com o acréscimo da proposta de inclusão “de massa” do pólo Baixada.

Incentivo e fortalecimento ao processo de produção local de comunicação ambiental comunitária. [Aprovado em 7 de 8]

Baixada	Incentivo e fortalecimento ao processo de produção local de comunicação ambiental comunitária, estimulando o uso e manejo popular das ferramentas das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's).
Texto Sistematizado	Incentivo e fortalecimento ao processo de produção local de comunicação ambiental comunitária, estimulando o uso e manejo popular das ferramentas das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's).
Comentário	

Incentivo à formação de políticas que assegurem que as criações da comunicação ambiental comunitária circulem em seus espaços de produção.

Metropolitana	Garantia Fomento de que as políticas públicas que assegurem a construção da comunicação ambiental a partir, pela e para as comunidades locais com ampla divulgação da produção coletiva para além das comunidades locais.
Baixada	Incentivo à formação de políticas que assegurem que as criações da comunicação ambiental comunitária circulem em seus espaços de produção e para além deles.
Lagos	Incentivo que as criações da comunicação ambiental comunitária circulem em diferentes espaços garantindo a circulação principalmente em seus próprios espaços de produção.
Médio	Incentivo à formação de políticas que assegurem que as criações da comunicação ambiental comunitária circulem em seus espaços de produção bem como em outros espaços sociais.
Texto Sistematizado	Incentivo à formação de políticas que assegurem que as criações da comunicação ambiental, elaboradas a partir, pela e para as comunidades, circulem em seus espaços de produção e para além deles.
Comentário	Houve fusão das contribuições dos pólos Metropolitano e Baixada.

Estímulo à qualificação de campanhas e conteúdos educativos relacionados às questões socioambientais nos meios de comunicação. [Aprovado em 5 de 8]

Metropolitana	Estímulo à Fomento à produção e qualificação de Garantia da capacitação das campanhas e dos conteúdos educativos relacionados às questões socioambientais nas assessorias (com profissionais habilitados na área) e nos meios de comunicação. valorizando e respeitando com controle social.
Baixada	Estímulo à abordagem crítico-pedagógica qualificação de das campanhas e conteúdos educativos e publicitários relacionados às questões socioambientais nos meios de comunicação.
Médio	Estímulo à qualificação de a ética nas campanhas e de conteúdos educativos relacionados às questões socioambientais nos meios de comunicação.
Texto Sistematizado	Estímulo à abordagem crítico-pedagógica das campanhas e conteúdos educativos e publicitários relacionados às questões socioambientais nos meios de comunicação.

Comentário	A sugestão do pólo Baixada supera as proposições dos demais pólos, inclusive a do texto original, pois qualifica de fato a abordagem das campanhas e conteúdos educativos, inclusive os publicitários, objetivados pelo Programa.
------------	---

Estímulo e apoio à criação de formas de acesso às informações socioambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de comunicação social.

Metropolitana	Estímulo e apoio Fomento à criação de formas de acesso às Garantia da publicização dos programas e projetos de informações socioambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de comunicação social, além de estar garantida a não manipulação pela mídia.
Baixada	Fomento Estímulo e apoio à criação de formas de acesso às informações socioambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de comunicação social.
Texto Sistematizado	Estímulo, apoio e fomento à criação de formas de acesso às informações socioambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de comunicação social.
Comentário	Sugerimos verificar a pertinência do uso do termo “fomento” proposto pelo pólo Baixada.

Estímulo à utilização de tecnologias da informação/comunicação, no contexto ensino-aprendizagem.

Lagos	Estímulo e fomento à utilização de tecnologias da informação/comunicação, no contexto ensino-aprendizagem.
Costa Verde	Estímulo à utilização crítica de tecnologias da informação/comunicação, no contexto ensino-aprendizagem.
Texto Sistematizado	Estímulo e fomento à utilização crítica de tecnologias da informação/comunicação, no contexto ensino-aprendizagem.
Comentário	Foram fundidas as contribuições dos pólos Lagos e Costa Verde. Sugerimos verificar a pertinência do uso do termo “fomento”.

Incentivo e fomento à capacitação e formação das comunidades escolares e locais em tecnologias de comunicação/informação.

Baixada	Incentivo e fomento à capacitação e formação das comunidades locais e escolares e locais em tecnologias de comunicação/informação.
Lagos	Incentivo e fomento à capacitação e formação das comunidades escolares e locais em tecnologias de comunicação/informação.
Texto Sistematizado	Incentivo e fomento à capacitação e formação das comunidades locais e escolares em tecnologias de comunicação/informação.
Comentário	Foi mantida a proposição original, segundo critério quantitativo, uma vez que não houve dissenso significativo quanto ao termo “capacitação”. Incorporou-se a alteração do pólo Baixada pela coerência textual.

Apoio a programas e projetos que invistam na estruturação de rádios comunitárias por meio de processos organizativos e/ou associativos autônomos. [Aprovada em 4 de 8]

Serrana	Apoio a programas e projetos que invistam na estruturação de Redes de Comunicação Comunitária através de seus diversos meios de comunicação e como rádiosdifusão comunitárias por meio de acordo com os de processos organizativos e/ou associativos autônomos.
Costa Verde	Apoio a programas e projetos que invistam na estruturação e manutenção de rádios comunitárias por meio de processos organizativos e/ou associativos autônomos que obedeçam as normas e leis vigentes. Condicional 1 – Definição de Rádio Comunitária enquanto conceito no Glossário.
Noroeste	Apoio a programas e projetos que invistam na estruturação de rádios e TVs comunitárias e outras ferramentas de veiculação de informação por meio de processos organizativos e/ou associativos autônomos.
Texto Sistematizado	Apoio a programas e projetos que invistam na estruturação e manutenção de Redes de Comunicação Comunitária através de seus diversos meios de comunicação de acordo com os processos organizativos e/ou associativos autônomos.
Comentário	A proposição do pólo Serrana, com a inclusão do termo “Redes de Comunicação Comunitária” amplia a proposição original

	abrangendo as demais. Acrescentamos também a contribuição da Costa Verde.
--	---

Incentivo a programas e projetos que apóiem à produção de conteúdos artísticos e literários, em suas diversas formas de expressão, como meio de difundir a Educação Ambiental junto a públicos específicos e/ou à sociedade em geral. [Aprovada em 7 de 8]

Costa Verde	Incentivo a programas e projetos que apóiem à produção continuada de conteúdos artísticos e literários, em suas diversas formas de expressão, como meio de difundir a Educação Ambiental junto a públicos específicos e/ou à sociedade em geral.
Texto Sistematizado	Incentivo a programas e projetos que apóiem à produção de conteúdos artísticos e literários, em suas diversas formas de expressão, como meio de difundir a Educação Ambiental junto a públicos específicos e/ou à sociedade em geral.
Comentário	Sugerimos a manutenção do texto original pois a proposta do pólo Costa Verde restringe a proposição.

Incentivo à formação de fóruns e grupos de estudos para discussão sobre a educomunicação socioambiental. [Aprovada em 7 de 8]

Baixada	Incentivo e apoio à formação de fóruns e grupos de estudos para discussão sobre a educomunicação socioambiental.
Texto Sistematizado	Incentivo e apoio à formação de fóruns e grupos de estudos para discussão sobre a educomunicação socioambiental.
Comentário	